



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
PROGRAMA DE MESTRADO**

**LUCIANO GÓES**

**A “TRADUÇÃO” DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO  
BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA  
PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM**

**Florianópolis  
2015**

**LUCIANO GÓES**

**A “TRADUÇÃO” DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO  
BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA  
PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, Programa de Mestrado em Direito, área de concentração Direito, Estado e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de **Mestre** em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Pereira de Andrade.

**Florianópolis  
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

GÓES, Luciano

A "TRADUÇÃO" DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO  
BRASIL : UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA  
PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM / Luciano Góes ; orientadora,  
Vera Regina Pereira de Andrade - Florianópolis, SC, 2015.  
242 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-  
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Criminologia Brasileira. 3. Paradigma  
Etiológico. 4. Racismo. 5. Tradução. I. Andrade, Vera Regina  
Pereira de. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Luciano Góes

A “TRADUÇÃO” DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO BRASIL:  
UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA  
PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 04 de março de 2015.

---

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar  
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Pereira de Andrade  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luiza Pinheiro Flauzina  
Universidade de Brasília – UNB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thais Luzia Colaço  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Dedico este trabalho à memória de meu querido e amado “Pelézinho” que exercendo sua profissão de broqueiro (quebrador de pedras), me ensinou que os obstáculos existem para serem superados.

Saudades eternas paizinho!.

## AGRADECIMENTOS

“Se você me der a mão pode dar pé,  
Vamos remover montanhas levar fé,  
A vida não dá colher, mas não precisa talher,  
Se o bicho pega a gente solta o bicho  
E rema contra a maré.”  
(Se você me der a mão – Fundo de Quintal)

O samba acima descreve de modo resumido a difícil caminhada iniciada há mais de dois anos que chega ao seu final. Um percurso impossível de se fazer sozinho, mesmo quando o solitário processo de escrita parece nos aprisionar em nós mesmos.

Então, é chegada a hora de agradecer aqueles que, direta ou indiretamente, pessoalmente ou não, contribuíram de modos distintos com essa dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo fomento, apoio e incentivo à pesquisa desenvolvida.

A todas e todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD, nas pessoas da Cida, Fabiano e Professor Pimentel, bem como da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que jamais foram invisíveis.

Ao grande parceiro Alexandre Moraes da Rosa pelo apoio, força, confiança, ensinamentos e idéia de promover o diálogo entre Lombroso e Nina Rodrigues.

Aos colegas que compartilharam todas as angústias e dividiram seus conhecimentos, transformando uma caminhada solitária em trajetória coletiva, “armada” com sorrisos e esperança, sobretudo aos queridos Danilo Christiano e Vanessa Lema, minha parceira de todas as horas, intra e extramuros, os quais levarei comigo onde quer que esteja.

À Adriana Fragas que sempre me impulsionou, motivou, auxiliou e deu força, enriquecendo minha “grande” biblioteca pessoal com livros imprescindíveis, inclusive com a primeira obra de Lombroso, vinda direto da Itália e cuja tradução realizou mesmo em um momento pessoal conturbado, sem sua ajuda, este trabalho não seria possível.

Aos professores do PPGD, mormente a Antônio Carlos Wolkmer e Josiane Rose Petry Veronese, respectivamente, pela perspectiva decolonial e o olhar fraternal que proporcionaram o reencontro com minhas raízes fragmentadas, e a partir delas foi e é possível projetar um futuro diverso da tragédia declarada que se coloca em nosso horizonte.

Ao Doutor Marcos Erico Hoffmann e à Doutora Vanda Fortuna Serafim pela atenção, carinho e zelo, contribuindo com ensinamentos, sugestões, indicações e material para o enriquecimento desta obra.

À minha querida orientadora Vera Regina Pereira de Andrade, que sem me conhecer me recebeu em uma manhã chuvosa e me acolheu carinhosamente como seu aluno-ouvinte, com direito à voz, responsável por minha construção política voltada à nossa realidade marginal ao relacionar Criminologia e racismo, apresentando autores imprescindíveis e me dando a oportunidade de desvelar as feridas provocadas pelo nosso genocídio histórico, confiando em meu trabalho para continuar a caminhada já iniciada em busca de transformações raciais-sociais, derrubando muros, desconstruindo e impedindo a contínua construção dos “Outros”, me ensinando principalmente, sempre com um olhar meigo, um sorriso doce e um abraço acalentador, que a utopia é um sonho alcançável por diversas mãos que, na mesma jangada, empunham forte os remos contra a correnteza genocida.

À minha família, com quem dividi e divido um sofrimento interminável, que compreendeu minha ausência e distanciamento, sempre me incentivando e motivando sem jamais me deixar sozinho, mesmo recluso, em especial ao meu parceiro eterno Luiz Fernando Góes, o único que conseguia, em raras oportunidades, me arrancar de cima dos livros para ir ao samba, nosso ambiente libertário.

E especialmente à minha mãezinha, “*mô quirida*”, Elizabete da Cunha Góes, que me ensinou a ser negro, mesmo não trazendo na pele a estigma inferiorizante, jamais negou sua consciência e negritude, me preparando desde cedo para os conflitos e obstáculos diários colocados, implícita e explicitamente, por uma sociedade racista, me ensinando a ter orgulho de minhas origens, algumas desconhecidas até o momento que me projetam para o passado em busca do futuro, a procura de respostas que estão para muito além desse trabalho.





“Quebre suas correntes e você será livre, corte suas raízes e você morre”.  
(Provérbio africano).



## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo principal compreender qual foi e como se operalizou a “tradução” (processo complexo que inclui várias técnicas, se afastando, assim, da mera recepção) da teoria *lombrosiana* e principalmente do paradigma fundado pela Criminologia Positivista, funcional ao controle social no Centro (Europa), realizada por Raimundo Nina Rodrigues para o controle racial na Margem (Brasil) no pós-abolição. Em seu contexto original, aquele paradigma, consolidado na obra *L’Uomo Delinquente*, possibilitou a seleção e segregação de uma minoria “anormal” visando seu disciplinamento através de estabelecimentos correccionais, mas sua concepção se encontra na primeira obra de Lombroso, *L’uomo bianco e l’uomo do colore: letture sull’origine e la varietà delle razze umane*, cuja tradução literal inédita se faz necessária para a compreensão pretendida, procurando, além do resgate de seu racismo negado, marcar as permanências e rupturas (se houver) durante a travessia atlântica. Nesse trajeto, desvelamos a construção de seus “Outros” que nos leva à construção, muito além do centro, de sua espécie mais primitiva: o negro. Para ter sua funcionalidade assegurada em um contexto periférico singular, marcado pelo recente fim do maior sistema escravagista do mundo, a teoria do criminoso nato possibilitou a manutenção da ordem racial atravessando o quadro teórico liberal da jovem República ao ter retomada sua matriz racista, reforçada e potencializada pelo médico brasileiro, legítimo representante da classe escravagista, pelo ecletismo teórico-racial central, criando um discurso que considerou o negro e seus descendentes, a maioria da população brasileira, nossos criminosos natos e obstáculos ao desenvolvimento e progresso nacional. Neste sentido, Nina Rodrigues esboçou um modelo de controle racial projetado sob um paradigma original que atendia as necessidades de ordem da sociedade brasileira deslegitimando o discurso teórico liberal em relação aos “inferiores” que deveria ser restrito aos “superiores”, a raça branca e ariana, defendendo um *apartheid* brasileiro estribado na cientificidade racial central ao mesmo tempo em que endossava e desvelava as práticas punitivistas escravagistas responsáveis pela contenção do caos ao perseguir os negros em sua “liberdade”.

**Palavras-chave:** Criminologia; Paradigma etiológico; Cesare Lombroso; Tradução; Nina Rodrigues.



## RESUMEN

*Este trabajo tiene como objetivo principal entender que razón y cómo operalizó la "traducción" (proceso complejo que incluye varias técnicas, alejándose, así, la simple recepción) de la teoría lombrosiana y sobre todo el paradigma establecido por la Criminología Positivista, funcional para el control social en el Centro (Europa) ocupado por Raimundo Nina Rodrigues al control racial en el margen (Brasil) en el post-abolición. En su contexto original, el paradigma tiene sus raíces en la obra L'Uomo Delinquente, que permitió la selección y segregación de una minoría "anormal" en busca de su disciplina a través de los establecimientos penitenciarios, pero su concepción se encuentra en la primera obra de Lombroso, bianco L'uomo y l'uomo do colores: letture sull'origine e la varietà delle razze umane, cuya traducción literal sin precedentes se requiere para la comprensión deseada, buscando, además de rescatar a su racismo negada, marque las continuidades y rupturas (si las hay) para la travesía del Atlántico. En este camino, develamos la construcción de su "otro" que nos lleva a la construcción, mucho más allá del centro, sus especies más primitivas: el negro. Para tener la seguridad de su funcionalidad en un contexto periférico específico, marcado por un fin reciente del sistema esclavista más grande en el mundo, la teoría del delincuente nato posibilitó mantener el orden racial a través del marco teórico liberal de la joven República, reanudó su matriz racista y mejorada impulsado por el médico brasileño, legítimo representante de la clase del esclavo, por el eclecticismo teórico y racial central, la creación de un discurso que considera el negro y sus descendientes, la mayoría de la población, los delincuentes y los obstáculos para el desarrollo y el progreso nacional. En este sentido, Nina Rodrigues dio un modelo de control racial diseñado en un paradigma único que respondía a las necesidades de orden de la sociedad brasileña, deslegitimando el discurso teórico liberal en relación con el "inferior" que debería limitarse a "superior", la raza blanca y aria la defensa de un apartheid brasileño estribado en la cientificidad racial del centro, tiempo que respalda y desvela prácticas punitivistas esclavagistas responsables para la contención del caos para perseguir los negros en su "libertad".*

**Palabras-Clave:** Criminología; Paradigma Etiológico; Cesare Lombroso; Traducción; Nina Rodrigues.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 SITUANDO LOMBROSO: DA NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DO ABSOLUTISMO À DESFUNCIONALIDADE DO CLASSICISMO .....</b>	<b>27</b>
2.1 O “ADEUS” AO CLASSICISMO: O PARADIGMA ETIOLÓGICO APONTANDO AS DIFERENÇAS RACIAIS.....	34
2.2 A (DES)IGUALDADE EM QUESTÃO: A BUSCA POR RESPOSTAS CRIMINOLÓGICAS INSERIDA NO CONTEXTO ITALIANO.....	41
2.3 CONTEXTUALIZANDO CESARE LOMBROSO.....	45
2.4 ENTRE A “DESCOBERTA” E A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” PELO CENTRO: A DIVERSIDADE RACIAL MARGINAL COMO FATOR DESIGUALITÁRIO .....	50
2.5. A RAÇA HUMANA EM QUESTÃO: (DES)IGUALDADE OU DIFERENÇA HUMANA - SER OU NÃO SER, EIS A LEGITIMAÇÃO!.....	54
<b>2.5.1 As diferenças raciais empíricas como legitimação do controle social histórico: uma demarcação entre racismo prático, teoria tipológica e construção racial científica.....</b>	<b>57</b>
<b>3 CESARE LOMBROSO: DA TEORIA RACIAL AO PARADIGMA ETIOLÓGICO.....</b>	<b>72</b>
3.1 A TEORIA RACIAL DE LOMBROSO: O HOMEM BRANCO E O HOMEM NEGRO EM ESTUDO.....	72
3.2 <i>L’UOMO DELINQUENTE</i> : A FUNDAÇÃO DA ESCOLA POSITIVISTA ITALIANA E A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ETIOLÓGICO LOMBROSIANO....	98
<b>3.2.1 A construção do estereótipo do criminoso como imprescindível instrumento de controle social.....</b>	<b>107</b>
<b>4 OS CONTEXTOS MARGINAIS E AS TRADUÇÕES ANTROPOFÁGICAS.....</b>	<b>119</b>
4.1 OS PROCESSOS E O CONCEITO DE TRADUÇÃO MARGINAL.....	123
4.2 O CONTEXTO BRASILEIRO PRÉ-TRADUÇÃO LOMBROSIANA.....	128
<b>4.2.1 Da solução portuguesa ao problema brasileiro.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2.2 Do branqueamento ao abolicionismo: o controle racial entre o genocídio e mínima liberdade.....</b>	<b>141</b>
<b>4.2.3 O controle racial no pós-abolição: nosso <i>apartheid</i> (mal) mascarado e as novas legitimações para o velho racismo.....</b>	<b>149</b>
<b>4.2.4 A assimilação racial: enfim, o sucesso da política genocida branqueadora.....</b>	<b>160</b>
4.3 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: A TRADUÇÃO LOMBROSIANA EM UM PAÍS RACISTA LEGITIMANDO UM CONTROLE RACIAL NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	167
<b>5 A TRADUÇÃO DE NINA RODRIGUES PARA O CONTEXTO BRASILEIRO: A REFUNCIONALIZAÇÃO DO RACISMO CRIMINOLÓGICO À BRASILEIRA.....</b>	<b>170</b>
5.1 AS RAÇAS HUMANAS E A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL.....	173
<b>5.1.1 <i>Nègres criminels au Brésil</i>.....</b>	<b>193</b>
5.2 O ANIMISMO FETICHISTA DOS NEGROS BHAIANOS.....	194
5.3 MISTIÇAGEM, DEGENERESCÊNCIA E CRIME.....	201
5.4 OS AFRICANOS NO BRASIL E O PROBLEMA NEGRO: “DECIFRA-ME OU DEVORO- TE”!.....	211

5.5 A ESCOLA NINA RODRIGUES: O ALCANCE E PROJEÇÃO DO PARADIGMA RACIAL-ETIOLÓGICO <i>RODRIGUEANO</i> NO INTERIOR DO CONTROLE RACIAL BRASILEIRO.....	220
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>227</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>233</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se inclui no projeto desenvolvido pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Pereira de Andrade, junto ao CNPq, chamado “Bases para uma Criminologia do controle penal no Brasil: em busca da brasilidade criminológica”. Um projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa coordenado pela orientadora dessa dissertação, denominado inicialmente “Jangada Criminológica” que nos remete à figura e aos preciosos ensinamentos de Alessandro Baratta e atualmente chamado de “Brasilidade Criminológica”, tem por objetivo tratar do processo de “tradução” do paradigma etiológico<sup>1</sup> com o qual Cesare Lombroso fundou a Criminologia Positivista e a Escola Positivista Italiana com a publicação de seu *L’Umo Delinquente* em 1876, realizado por Raimundo Nina Rodrigues.

Tendo por horizonte nosso marco teórico estabelecido pela perspectiva centro-margem proposta por Eugenio Raúl Zaffaroni em sua obra *Criminologia: aproximación desde un margen*, o problema proposto procura compreender qual foi a “tradução” (não se tratando assim de mera “recepção”) da teoria *lombrosiana*, funcional ao controle social no centro (Europa), feita por Nina Rodrigues para o controle racial na margem (Brasil) no pós-abolição, estabelecendo assim, a base para a construção do primeiro *apartheid* criminológico marginal, e, portanto teórico, uma política segregacionista velada pelo discurso liberal mas explícita na prática genocida-racial de uma ordem racial/social excludente.

A adoção em nossa margem do modelo *lombrosiano*, preterindo o modelo *benthamiano* por meio do Panóptico disciplinador orientado às fábricas adotado no centro, se deve à legitimização científica conferida ao disciplinamento marginal, extremamente e explicitamente violento, que marca nosso genocídio<sup>2</sup> que no Brasil sempre recaiu sobre o corpo negro.

---

<sup>1</sup> Paradigma é utilizado aqui, na concepção estabelecida por Thomas Kuhn e lecionada por Vera Regina Pereira de Andrade (**A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 23), para a qual, representa um conceito que é partilhado por uma comunidade científica, e é, ao mesmo tempo, o que une os seus membros. Etiologia, derivada do grego “*aitía*”, que significa causa, seria a ciência das causas e assim, tem por fundamento procurar as causas do crime no criminoso, como característica natural, pretendendo responder o *porquê* do cometimento de crimes nas sociedades. Este paradigma, parte, assim, da ontologia, pré-determinismo ao delito de alguns indivíduos portadores de patologias, ou seja, defeitos naturais com explicações biológicas, psicológicas, genéticas e instintivas.

<sup>2</sup> ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 77.

A importância dessa dissertação se encontra na construção de uma Criminologia brasileira e, portanto, antropofágica no sentido que emprestou Oswald de Andrade, compromissada com nossa realidade perante a qual se faz imprescindível um retorno às nossas especificidades marginais, dentre elas, podemos situar as raças humanas (uma construção falsa da perspectiva biológica, porém concebida muito antes do conceito de classes sociais), o racismo e mais especificamente, nosso racismo que apresenta singularidades que o mantém praticamente incólume por sua naturalização e negação.

Uma construção estrutural, estruturante e condicionante que tangência toda nossa história, promovendo e impulsionando um projeto político ininterrupto de genocídio, explícito e implícito (porém não menos cruel) da gênese negra, seguindo, portanto, os passos de Evandro Charles Piza Duarte<sup>3</sup> e Ana Luiza Pinheiro Flauzina<sup>4</sup>, não por acaso, legados da trajetória criminológica marginal de Vera Andrade.

Sua justificativa situa-se nos questionamentos sobre um (re)conhecimento pessoal de quem, paradoxalmente, traz à flor da pele a marca do escravizado e no nome a herança do escravizador, situação que motivou as primeiras pesquisas, transformadas em projeto político coletivo com as lições aprendidas no decorrer do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelas interrogações delas derivadas que nos nortearam à procura de nossas raízes criminógenas nas quais a perspectiva *oswaldiana* se assentou em um duplo sentido. O primeiro explicita a autodestruição que a “tradução” do paradigma etiológico aqui representou. O segundo se refere exatamente à necessidade de levar em consideração nossas especificidades na construção de uma Criminologia própria, ou seja, uma ação dinâmica de regurgitar os conceitos e ideais centrais para, a partir de nossa natureza e singularidade marginal, produzir conhecimento próprio.

Neste norte, explicitando nosso lugar de fala marginal escravizada, pretendemos trazer aportes para essa Criminologia Brasileira, estruturada na imprescindível decolonialidade que orientou àquela Criminologia da Libertação<sup>5</sup> para a produção de um discurso contra-hegemônico, além de questionamentos sobre alguns

---

<sup>3</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2011.

<sup>4</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Brasília, DF, 2006.

<sup>5</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

dos conceitos centrais que aqui foram (e ainda são), tidos como dogmas, eis que há muito naturalizados, impondo-nos uma revisita urgente.

Desvelar as feridas históricas abertas e nunca tratadas, para do lugar de fala marginal recontá-las, é a idéia do trabalho. Assim, tomamos como fio condutor o racismo, a pedra angular de nosso sistema punitivo, correlacionando-o com a demanda por ordem, o medo e os discursos punitivos legitimantes da desigualdade racial.

No diálogo pretendido, a contextualização dos autores e suas obras se faz imprescindível no sentido em que condicionam suas teorias orientadas à funcionalidade do controle social e racial, situados no século XIX, a era das ciências construída sob a “antropologia das Luzes”<sup>6</sup>. Assim, o objetivo geral é verificar qual foi, e como se operalizou o processo de “tradução” da teoria *lombrosiana* por Nina Rodrigues, procurando compreender qual a funcionalidade dos discursos produzidos pelos autores em seus contextos próprios e distintos e, projetando, em nosso horizonte marginal, o alcance da teoria *rodrigueana*, sendo estes os objetivos específicos.

Nossa hipótese é de que ao contrário do controle social na Europa, no qual, o paradigma etiológico defendido por Cesare Lombroso foi funcional às necessidades e objetivos da burguesia ao selecionar e segregar uma minoria “anormal” após a consolidação do capitalismo, Raimundo Nina Rodrigues, legítimo representante da classe escravagista de um país marginal que acabara de abolir o maior e mais importante sistema escravagista do mundo, “traduziu” aquele paradigma a partir de uma base racista.

Esse processo conferiu nova legitimação ao projeto político histórico brasileiro de extermínio e exclusão do negro ao potencializá-lo com um ecletismo teórico-racial, criando uma teoria que considerou o negro e seus descendentes (a maioria da população brasileira), nossos criminosos natos, reforçando, assim, as bases racistas do país ao conferir funcionalidade ao racismo negado teoricamente pela jovem República e, posteriormente, à ideologia que tenta(ou) invizibilizá-lo, o processo de assimilação.

Neste sentido, Nina Rodrigues esboçou um modelo de controle racial para uma sociedade mestiça emoldurada por padrões europeus no período pós-abolição, defendendo a adoção de políticas públicas que, de acordo com os postulados da

---

<sup>6</sup> POLIAKOV, Léon. **O Mito Ariano**: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 173.

Criminologia Positiva, tratassem os negros e mestiços desigualmente, eis que inferiores, primitivos e perigosos.

Subjacente à hipótese central, desvelamos a hipótese oculta até o desenvolvimento do trabalho, de que o racismo, enquanto prática discriminatória e inferiorizante bussolada pelo fenótipo negro, foi estrutural inclusive do próprio centro, recebendo diversas legitimações até ser transformado em paradigma com o desenvolvimento do saber científico, sendo compartilhado, assim, pelos autores centrais oitocentistas, o que significa dizer que é a base teórica de Cesare Lombroso.

Nossas conclusões apontam que Nina Rodrigues projetou um modelo de controle racial original que atendia as necessidades de ordem da sociedade brasileira, deslegitimando o discurso teórico liberal a partir da desigualdade racial e defendendo sua substituição em relação aos inferiores em defesa da elite branca, em outras palavras, pretendia a formalização de um *apartheid* brasileiro baseado na cientificidade racial central.

Entretanto, se seu pessimismo em relação à mestiçagem não encontrou eco no interior da política de branqueamento do Brasil, não conseguindo influenciar as políticas públicas, seu paradigma desvelou e conferiu legitimidade às práticas do nosso sistema de controle racial, funcionais e fundamentais para a manutenção da ordem racial. Sua trajetória e reconhecimento, internacional e nacional, lhe conferiram o *status* de autoridade científica, transformando-no em agente público formador de intelectuais na academia, de profissionais preocupados com a prática e fomentador do senso comum punitivista racial como autoridade na manutenção da desigualdade racial e criminalização dos negros e seus descendentes.

A dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos. Na primeira parte, composta pelos capítulos I e II, procuramos situar, contextualizar e demonstrar como o paradigma etiológico de Cesare Lombroso foi inserido na questão criminal e funcional ao controle social central. Um itinerário que nos transporta sempre para o passado com objetivos de compreender àquele presente.

Assim, no primeiro capítulo “Situando Lombroso: da necessidade de limitação do Absolutismo à desfuncionalidade do Classicismo” partimos da formulação do Classicismo<sup>7</sup> para caracterizarmos, claramente, o controle social central desde sua

---

<sup>7</sup> Segundo os ensinamentos de Vera Regina Pereira de Andrade, o conceito mais correto para designar o conjunto dessas teorias seria “Classicismo”, pois a designação de “Escola Clássica” é utilizada em sentido genérico, para abraçar “[...] as teorias sobre o Direito Penal, o crime e a pena, desenvolvidas em diversos

gênese que demonstra a vinculação do Direito Penal do autor ao modo de produção capitalista, função generalizada pelo do *Panóptico benthamiano*. É nesse disciplinamento que se dá a inserção do discurso médico na questão criminal, iniciando a procura pelas causas da criminalidade e de um discurso que permitisse a flexibilização da igualdade quando sua universalização não mais interessava.

Essa busca finda com a “descoberta” da natureza primitiva do delinquente estruturada nas diferenças raciais que nos remete à criação política das “raças” humanas, apesar de biologicamente falsas, que Elisa Larkin Nascimento denominou de “raça socialmente construída”<sup>8</sup>, e ao racismo<sup>9</sup> enquanto prática de inferiorização dos “Outros” marginais pelo processo de “racialização” mundial.

É esse saber racial, legitimado pela ciência,<sup>10</sup> que possibilitou Lombroso alcançar o êxito que o discurso policial não conseguiu: a identificação do criminoso como um inferior, condição que o remete às raças, primitiva (negra) e selvagem (índia). Entretanto, se a construção do índio pode ser encontrada na “descoberta” do “Novo Mundo” pelo colonizador (desbravador-exterminador), quando sua humanidade foi proclamada no século XV na Península Ibérica, a humanidade do negro foi negada, restando sua caracterização animalesca.

Carecemos então, descer a escala racial até seu degrau mais baixo, cujo único acesso é através da porta daquele longuíssimo trajeto histórico apontado por Eugenio Raúl Zaffaroni, e advertidos por ele, de que se trata de uma história macabra<sup>11</sup>, encontramos os “proto-humanos” cuja salvação não era possível.

Esse caminho foi apontado por Carlos Moore que nos levou para muito além do centro, antes mesmo de sua fundação, até a diversificação e variação

países europeus no século XVIII até meados do século XIX, no âmbito da Filosofia política liberal clássica.” (ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 45).

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O tempo dos povos africanos**: suplemento didático da linha do tempo dos povos africanos. IPEAFRO - SECAD/MEC - UNESCO, 2007, p. 13.

<sup>9</sup> Ressaltamos que como palavra para designar essa ideologia, o termo *racismo* é produto do século XX com o qual se procurava identificar as teorias e políticas antinegras derivadas da raça autolegitimada como dominante e construídas a partir da hierarquização racial estabelecida que se firmavam a partir da desigualdade racial, ou seja, é uma construção contra-hegemônica. (BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 174-175).

<sup>10</sup> Não utilizaremos os termos relacionados à ciência oitocentista entre aspas como sinônimo de uma pseudociência. Isto por que, os cientistas da época faziam ciência, limitada, logicamente, aos conhecimentos e tecnologias fruto de seu tempo, influenciada por vários fatores contemporâneos tidos como inquestionáveis. Adjetivá-la como pseudociência, a nosso ver, seria um equívoco semelhante ao de identificarmos o estágio do saber científico atual como pseudo, já que o verdadeiro saber, dentro dessa lógica, se encontra no futuro. O que não nos impede de falar em parcialidade e comprometimento com o controle racial/social.

<sup>11</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 77; 82.

*fenotípica-melânica* que deu origem aos povos *leucodérmicos* (euro-asiático-semitas) no período Neolítico Superior (4 a 10 mil anos a. C.).

Essa diferenciação promoveu uma “consciência grupal fenotipizada” que embasou a identificação racial-grupal a partir da negação da ancestralidade negra, ou seja, o negro foi construído no exato momento em que deixou de sê-lo para ser amarelo e branco, criador/criatura do racismo que nasce naquele exato momento e cuja genealogia do racismo nos remete há cerca de 1.500 anos a.C.<sup>12</sup>

No segundo capítulo, “Cesare Lombroso: da teoria racial ao paradigma etiológico”, tratamos do paradigma racial e do paradigma etiológico de Lombroso, traduzindo, literalmente, sua obra primeva publicada em 1871, *L'uomo bianco e l'uomo do colore: letture sull'origine e la varietà delle razze umane* (O homem branco e o homem negro: leituras sobre a origem e a variedade das raças humanas). É nesta obra que Lombroso comprova a inferioridade do negro, criando conceitos e encontrando provas que lhe permitem construir sua teoria do delinquente nato e seu paradigma etiológico, desvelamos assim, o racismo *lombrosiano*.

Ao nos determos em seu *Homem Delinquente*, explicitamos seu racismo estrutural, marcando sua permanência que atravessa a obra de modo fragmentado, incluindo o uso da teoria tipológica que ao lado do atavismo e da hereditariedade vinculam o criminoso a um passado primitivo, ou seja, negro. Com objetivos práticos e funcionais de imediata identificação do delinquente, Lombroso cria o estereótipo criminal, na qual transparece a imagem dos marginais.

No terceiro capítulo, “Os contextos marginais e as traduções antropofágicas”, atravessamos o Atlântico com a teoria *lombrosiana* em descrédito no centro pelas críticas, não direcionadas a sua teoria racial que se manteve praticamente incólume, para entendermos como se operou seu processo de tradução marginal.

Imperioso destacar nesse momento que todo processo de tradução é dotado de complexidade, pois todo o tradutor encontra-se imerso em uma multiplicidade de fatores próprios, portanto, distintos do objeto traduzido, influenciado e condicionado por objetivos e estruturas ideológicas.

Assim entendida, a tradução é uma reconstrução carregada de subjetividade pela qual se faz apenas uma aproximação entre o tradutor e uma parcialidade, uma faceta, do traduzido, processo ao qual também estamos completamente compreendidos,

---

<sup>12</sup> MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 257-258.

inseridos e comprometidos. Esse processo (in)consciente é análogo à leitura (eis que traduzir é ler), o que fazemos nos apropriando de idéias alheias reconstruindo-as através de um olhar diverso que confere “vida própria” à obra que não pertencente mais ao seu criador, conforme importantes ensinamentos de Vera Regina Pereira de Andrade em sala de aula, e como processo natural, a reprodução altera, modifica o resultado em relação ao objeto traduzido.

Mas estas traduções são distintas do processo de tradução marginal do paradigma etiológico que devem ser localizados, como estabelece Máximo Sozzo, no interior do processo de *importação cultural* sobre a qual a mera recepção perde sentido ao não expor sua intrincada complexidade da qual decorrem outros conceitos fundamentais para a compreensão dessa dialética centro-margem. Para o autor, o processo de transição teórica resulta em uma tradução infiel (“*traduttore traditore*”), fruto do caráter interpretativo, inventivo e criativo.

Do interior da “metáfora da metamorfose”, Máximo Sozzo define, conceitualmente, o processo de tradução como sendo:

[...] uma complexa tecnologia intelectual, da tradução de textos estrangeiros através de diversas técnicas – resenhas, artigos, livros, revistas, visitas e conferências [...]. A tradução implicou processos de importação cultural na configuração de racionalidades, programas e tecnologias de governo da questão criminal, levados a diante por “especialistas” locais distintos – juristas, médicos, administradores de prisões etc. – que operaram, com essas ferramentas importadas, as transformações dos discursos e das práticas existentes nos próprios contextos nacionais.<sup>13</sup>

As traduções criminológicas marginais assim mantiveram os fundamentos centrais para a construção de racionalidades e programas de gerenciamento estatais nos quais os próprios tradutores se investiram como agentes dos governos, responsáveis pela “ordem e progresso”, utilizando diversos instrumentos para a apropriação do saber criminológico central, que incluem, entre outros, a adaptação, complementação e rejeição, possibilitando um recorte seletivo no interior das teorias centrais que conferiu aos criminólogos marginais o status de autoridades, *experts*, especialistas.

Da contextualização na margem latina dos processos tradutores nos detemos à margem brasileira, descrevendo-a mesmo antes de seu “descobrimento” com a finalidade de explicitar como o racismo construiu uma realidade racial responsável por um contexto muito distinto do central no momento da tradução de Nina Rodrigues, esquadrinhando nosso controle racial e alguns de seus instrumentos.

<sup>13</sup> SOZZO, Máximo. **Viagens culturais e a questão criminal**. Tradução Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 16-17.

Na descrição de nosso histórico genocida, ressaltamos como foi formado e se desenvolveu o maior e mais importante sistema escravagista do mundo, no qual a morte física é somente uma faceta do extermínio negro como nos ensina Abdias do Nascimento<sup>14</sup> ao apontar para a destruição do “Ser negro” pela negação da sua negritude que deu origem a uma *ninguendade*<sup>15</sup> em decorrência da metamorfose que transformou toda diversidade étnica, tribal e regional, africana em simplesmente “coisas”.

Na abolição, um instrumento de controle racial, quando a questão social encontra a questão racial e o negro, ao “invadir” o mundo branco é expulso para o “lugar do negro”<sup>16</sup>, momento de convergência entre a teoria liberal e a prática racista, o choque étnico inevitável entre o branco e negro em um mundo que foi construído para tratá-lo como um não-humano. O medo branco, materializado nas insurreições, impõe a criminalização de toda e qualquer manifestação ou ato que permitisse a reunião dos negros, como o samba, a capoeira, as religiões de matrizes africanas, os curandeiros (“médicos negros”), e do “fumo de negro”<sup>17</sup> (maconha), introduzida no país pelos escravos, que trouxeram sementes da planta escondidas nas *Abayomi*.<sup>18</sup>

Nesse momento, nosso racismo sofre uma reformulação substancial, inserida na política de branqueamento como solução para o problema nacional e da iminente “africanização”, a assimilação negra formou o “paraíso racial brasileiro” que inculcou nos negros e seus descendentes a vergonha de sua cor e nos brancos o “preconceito de ter preconceito” ressaltado por Florestan Fernandes.<sup>19</sup>

A negação da ancestralidade negra, redefinindo o negro como mulato, pardo ou tantos outros termos utilizados, demonstram o sucesso desse instrumento genocida que impede o seu reconhecimento, e desarma o negro politicamente ao dissolver a questão racial em termos sociais, não se nomeando mais nosso racismo que mantém

<sup>14</sup> NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 131.

<sup>16</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 78.

<sup>17</sup> SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Salvador, 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LUIZA%20SAAD.pdf> Acesso: 25 fev 2014

<sup>18</sup> Na travessia do Atlântico, as escravas, para amenizar o sofrimento das crianças, rasgavam com as próprias mãos tiras de pano de suas saias e faziam bonecas (*Abayomi*) para elas brincarem. A palavra *abayomi* tem origem no iorubá, e significa aquele que traz felicidade ou alegria.

<sup>19</sup> FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 23.



suas estruturas intactas, produto científico tipo exportação que chegou à ONU e utilizada por esta como exemplo para o mundo.

No quarto capítulo, “A tradução de Nina Rodrigues para o contexto brasileiro: a refuncionalização do racismo criminológico à brasileira”, orientados a descer além da superficialidade das teorias para entender como as suas lacunas são preenchidas pelas práticas marginais latentes, finalmente acompanhamos os passos criminológicos do autor para compreender qual foi (e como foi) sua tradução do paradigma etiológico na correlação entre a ordem racial e a raça inferior, não sendo, portanto, obra do acaso ou mera adesão à moda dos discursos centrais que essa teoria foi traduzida no Brasil exatamente no contexto já esboçado.

O conflito político-ideológico promovido entre o branqueamento do país, integralizado pela assimilação do negro, base de nossa falsa “democracia racial”, e a posição pessimista de Nina Rodrigues que, como se verá, por grande parte de sua (curta) vida manteve sua posição eugênica, minoritária necessitada de funcionalidade, confere uma amostra da complexidade da figura do tradutor apontada por Vanda Fortuna Serafim<sup>20</sup> que pode ser ilustrada pelo caleidoscópio *waratiano*<sup>21</sup>, mas, dentre suas múltiplas facetas, nos focaremos na figura do criminólogo.

Assim, seguimos a trilha deixada pelo paradigma etiológico *lombrosiano* traduzido por Nina Rodrigues nas seguintes obras: “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” (1894); “*O animismo fetichista dos negros bhaianos*” (1896-1897); “*Mestiçagem, degenerescência e crime*” (1899); e, “*Os africanos no Brasil*” (obra quase finalizada quando Nina Rodrigues faleceu em Paris, em 1906, sob o título provisório de “*O problema da raça negra na América portuguesa*”, sendo publicada somente em 1933), em ordem cronológica, demarcando as permanências e rupturas entre os discursos.

Esse procedimento nos permitiu compreender como a teoria de Nina Rodrigues se comprometeu com a prática e realidade racial do país, permitindo a criminalização e extermínio dos nossos criminosos natos (a grande maioria da população), e o seu enquadramento posterior à política de branqueamento nacional, em pleno desenvolvimento, modelando seu discurso pessimista em função do controle

<sup>20</sup> SERAFIM, Vanda Fortuna. **Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras**: A “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - século XIX). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013.

<sup>21</sup> WARAT, Luis Alberto. **A Fantasia jurídica da igualdade**: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. Sequencia, Florianópolis, n. 24, p. 36-54, set 1992.

racial no século XX, quando um enigma é colocado na frente do médico maranhense, lição passada a seus discípulos.

Limitados pela própria natureza introdutória, que nos obriga a referenciar superficialmente o trabalho, explicitamos a metodologia utilizada. O método de abordagem adotado foi o indutivo, sendo que em termos de método procedimental, o desenvolvimento do trabalho seguiu o método monográfico e a técnica de pesquisa empregada foi bibliográfica e documental.

Assim estruturados e norteados por nossas especificidades, foram utilizados autores que se dedicam ou se debruçaram sobre as teorias raciais, um instrumental interdisciplinar imprescindível e natural em termos criminológicos, e dentre eles, a prevalência aos autores brasileiros que possibilitam recontar e reescrever a história oficializada pelo centro. Enfim, uma perspectiva marginal para explicitar a “hitória negra” que para manter a essência, priorizamos as citações diretas pela importância argumentativa e informativa, sendo que todas as citações em idioma estrangeiro foram traduzidas para o vernáculo, mantidas as citações originais nas notas de rodapé.

Na estruturação e desenvolvimento de cada capítulo, foram privilegiados autores representativos nos temas abordados, sendo que na primeira parte do trabalho, onde as questões abordadas se referem ao centro, os discursos criminológicos centrais formam sua base.

Em relação à descrição do contexto racial marginal brasileiro antes da abolição da escravatura, foram inseridas algumas narrativas, citadas direta ou indiretamente, de testemunhas oculares do horror promovido pelo genocídio brasileiro jamais interrompido, com a intenção clara e consciente de provocação a(o) leitor(a), que dificilmente conseguirá fechar os olhos para a realidade na qual a maior parte da população brasileira se encontra inserida, consciente ou não de sua negritude e dos obstáculos colocados por questões raciais.

## 2 SITUANDO LOMBROSO: DA NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DO ABSOLUTISMO À DISFUNCIONALIDADE DO CLASSICISMO.

“E somente na minha pessoa que reside o poder soberano... é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado; toda ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação, de que se pretende ousar fazer um corpo separado do Monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente nas minhas mãos.” (Resposta do Rei Luís XIV ao Parlamento de Paris, em 03/03/1766)

Apesar de ser uma figura singular, o “rei Sol” foi representante de um modelo social estratificado, centralizador do poder de modo absoluto, no qual, mesmo sendo inferiorizada pela submissão às ordens e vontades do soberano, uma classe acumulava riquezas e poderes em detrimento daquele poder totalitário.

Contrariar ou pretender ascensão social poderia significar traição “lesa-majestade”, assim como alguns crimes, condutas elevadas a ato político que eram apenadas com a morte como resposta estatal e como tal carregada de simbolismo, manejada com refinamento de inúmeras formas pelas “forças ativas da vindita”<sup>22</sup> soberana sobre o corpo inerte do acusado, rechaçando qualquer racionalidade no tocante à finalidade da pena que se restringia na interiorização do medo frente aos suplícios e expiações, como no caso de *Damiens*, a expiação como ato político de manutenção e fortalecimento da ordem a partir do temor.<sup>23</sup>

As punições públicas, assim, tinham caráter político, eram a demonstração explícita de força aos inimigos e aos contrários aquela ordem social (“política do medo”)<sup>24</sup>, sua deslegitimação pressupôs o enfraquecimento do Absolutismo e o fortalecimento do modelo capitalista de produção a partir do sistema penal disfuncional ao novel modo de produção.

É sobre um cenário de horror exposto em praça pública formado por fogueiras, decepções, decapitações, suplícios e expiações que se desenvolve o movimento Iluminista bradando por mudanças profundas nas diversas esferas e pregando um discurso que inclui a superioridade da razão, a humanidade, a igualdade e

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p.48.

<sup>23</sup> É com a morte atroz do soldado *Robert François Damiens*, acusado da tentativa de matar o rei da França que Michel Foucault inicia *Vigiar e Punir*.

<sup>24</sup> FOUCAULT, 2013, p. 49.

a liberdade, embasadas por uma filosofia de cunho liberal que estabelecia o Estado como consequência do contratualismo que objetivava suprimir o direito natural teocrático de viés organicista da nobreza, do qual derivava o monopólio do poder político.<sup>25</sup>

Neste contexto, a classe burguesa instrumentalizada pelas teorias iluminadas da chamada “Escola Clássica” (primeiramente com aporte filosófico de Beccaria e depois com a juridicidade de Carrara), e norteadas pela completa substituição do *Ancien Régime*, reduziram os poderes punitivos do monarca sob a bandeira da razão e humanização enfraquecendo toda aquela ordem social que se mantinha pelo poder demonstrado nas expiações e suplícios, inculcando o medo e o terror que deveria desestimular novos delitos (atos desafiadores da ordem).

Seguindo os ensinamentos de Eugenio Raúl Zaffaroni, esse conjunto de opiniões derivadas das mais variadas teorias jamais pode ser rotulado de “Escola” e assim, a “Escola Clássica” jamais existira. Essa etiqueta foi inventada por Enrico Ferri, para indicar o pensamento político-criminal anterior ao Positivismo.<sup>26</sup>

No mesmo norte, segundo Vera Regina Pereira de Andrade, o conceito mais correto para designar o conjunto dessas teorias seria “Classicismo”, pois a designação de “Escola Clássica” é utilizada em sentido genérico, para abraçar “[...] as teorias sobre o Direito Penal, o crime e a pena desenvolvidas em diversos países europeus no século XVIII até meados do século XIX, no âmbito da Filosofia política liberal clássica”.<sup>27</sup>

Os objetivos reais do Classicismo (alteração da ordem social e consolidação do capitalismo como modo de produção) são apontados pela autora ao defender que:

Não se tratava mais, portanto, de combater a antiga Justiça Penal, mas de consolidar juridicamente os princípios básicos do novo Direito Penal já positivados ou em vias de posituação. É compreensível, assim, que no seu desenvolvimento posterior o classicismo abandone a originária posição crítico-negativa e produza um saber eminentemente construtivo. No lugar da crítica à legislação, ao processo e à execução penal do Antigo Regime, o classicismo passa a edificar a construção conceitual sistemática do Direito Penal, do crime, da responsabilidade penal e da pena que deverão sustentar o novo Direito Penal.<sup>28</sup>

Consoante às lições de Alessandro Baratta, a igualdade defendida naquele momento tinha o caráter universalista que colocava no mesmo *status* a nobreza e um

<sup>25</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología. Aproximación desde una margen*. Bogotá: Temis, 1988, p.113.

<sup>26</sup> Ibid., p. 128.

<sup>27</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 45.

<sup>28</sup> Ibid., p. 52-53.

criminoso, considerado como autor de um delito enquanto violação da esfera jurídica que envolvia aquele pacto, assim:

Como comportamento, o delito surgia da livre vontade do indivíduo, não de causas patológicas, e por isso, do ponto de vista da liberdade e da responsabilidade moral pelas próprias ações, o delinquente não era diferente, segundo a Escola clássica, do indivíduo normal. Em consequência, o direito penal e a pena era considerados pela Escola clássica não tanto como meio para intervir sobre o sujeito delinquente, modificando-o, mas sobretudo como instrumento legal para defender a sociedade do crime, criando, onde fosse necessário, um dissuasivo, ou seja, uma contramotivação em face do crime. Os limites da cominação e da aplicação da sanção penal, assim como as modalidades de exercício do poder punitivo do Estado, eram assinalados pela *necessidade* ou *utilidade* da pena e pelo princípio da legalidade. Neste último aspecto, as escolas liberais clássicas se situavam como uma instância crítica em face da prática penal e penitenciária do *ancien régime*, e objetivavam substituí-la por uma política criminal inspirada em princípios radicalmente diferentes (princípio de humanidade, princípio de legalidade, princípio de utilidade).<sup>29</sup>

Como pano de fundo daquelas transformações sociais, econômicas e políticas, temos o medo revolucionário das massas, potencializado pelas “emoções do cadafalso”<sup>30</sup>, as necessidades e interesses de uma classe social em ascensão, que, visando, a princípio, limitar os poderes punitivos absolutos a que estavam submetidos, teoriza o Direito Penal estribado naqueles princípios aduzidos por Alessandro Baratta, aliadas aos “conceitos chave de delito e pena”.<sup>31</sup>

Esse cenário escamoteia o disciplinamento necessário às fabricas e à ordem social burguesa, pois as sanções penais arbitrárias absolutistas inviabilizariam a extração da mais valia e o desenvolvimento do capitalismo, dando lugar à privação da liberdade.<sup>32</sup>

Essa alteração na natureza da sanção penal conferiu utilidade e funcionalidade à prisão como fábrica de mão de obra dócil e submissa a partir da disciplina carcerária que, objetivando a economia em termos correccionais, modelava os corpos dos “criminosos” sem tocá-los, uma vez que o objeto de atuação não era mais o corpo e sim a alma, é a “microfísica do poder” de Michel Foucault atuando, pois a “disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011, p. 31.

<sup>30</sup> FOUCAULT, 2013, p. 59.

<sup>31</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 25-26.

<sup>32</sup> MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário** (séculos XVI-XIX). 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

<sup>33</sup> FOUCAULT, 2013, p. 133.

A modelação da “alma” do apenado, como projeto disciplinar carcerário relativo à função corretiva da pena, toma a proporção de controle social generalizado a partir do Panóptico benthamiano, que faz mais do que impulsionar o disciplinamento às instituições sociais (escola, família, igreja, etc.), ela quebra o monopólio do Judiciário sobre o criminoso, abrindo a porta da questão criminal para outros profissionais que, objetivando o intangível, irão construir um saber pelo qual será possível conhecer não mais o delinquente (autor do fato crime), este, assim como sua ação, já foram conhecidos pelo Juiz no momento da sentença penal, agora, também o infrator seria conhecido.

Porém, essa figura apenas se mostraria ao longo de sua vida intramuros, enquanto se mensurava o poder coercitivo e transformador do cárcere, uma junção dos discursos penal e médico, a própria gênese do saber “criminológico” que rompe as barreiras judicantes e introduz uma correlação obrigatória entre a individualidade do infrator e sua periculosidade, era necessário inverter a equação punitiva, conhecer primeiro o infrator para estabelecer a sanção penal.<sup>34</sup>

É assim que o que o saber/poder médico entra em cena, pois, como lembra Vera Malaguti Batista, esse discurso tinha o crime como patologia classificatória (normais e anormais portadores da degenerescência que coloca em risco a sociedade sã), e orienta(va) o tratamento via correccionalismo e à indeterminação deste, encontrando um campo fértil para sua atuação no campo criminal(izante), uma vez que “[...] a pena encontrará um caudal de razões para expandir-se; as estratégias correccionalistas se revestirão de características curativas, reeducativas, ressocializadoras, as famigeradas ideologias ‘re’”.<sup>35</sup>

Nessa fase na qual se anuncia o fim da era absolutista, observa Michel Foucault que ocorre uma diminuição dos crimes de sangue e um aumento dos crimes contra o patrimônio, acompanhando o desenvolvimento do modo de produção e o crescente acúmulo de bens por parte da burguesia (proporcionado pela extração de matérias primas com a exploração e o genocídio na margem), ocasionando um aumento do medo social atrelado a um reclame pela defesa social, imprescindíveis, portanto “[...] métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento

---

<sup>34</sup> FOUCAULT, 2013, p. 238-239.

<sup>35</sup> BATISTA, V., 2011, p. 45.

das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas”.<sup>36</sup>

Nesse norte, um olhar mais aprofundado sobre o contexto absolutista faz emergir daquele humanismo iluminado defendido e elevado, não raras vezes, à única bandeira, outros assuntos e objetivos um pouco menos nobres, por assim dizer.

As críticas do Classicismo direcionadas ao Absolutismo se direcionavam para muito além das arbitrariedades inumanas do soberano sobre os corpos inertes dos “criminosos”, pois, as sanções penais deveriam ser úteis ao desenvolvimento do capitalismo disciplinando os camponeses e artesãos que agora só tinham o corpo como bem, força motriz do capitalismo, conferindo dupla funcionalidade à pena: o disciplinamento e a defesa da sociedade, estabelecendo uma única resposta face à heterogeneidade delitiva seguindo a máxima do mercado: o tempo como moeda de troca.<sup>37</sup>

De acordo com as lições de Vera Malaguti Batista:

[...] a ascensão da burguesia contra a figura do monarca absoluto vai ensejar novos discursos criminológicos, novas instituições, novas políticas, a partir do enquadramento cartesiano e iluminista do mundo. A prisão, subordinada à fábrica, se converte na principal pena do mundo ocidental.<sup>38</sup>

Marco histórico da vitória do Classicismo e da consolidação do capitalismo como modo de produção, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão dão início a nova ordem social, porém, subjacente ao brado revolucionário *liberté, égalité, fraternité*, encontra-se a estratégia burguesa de igualar os indivíduos para, engendrados no novo sistema, continuar e legitimar a desigualdade estrutural, porém, não mais de caráter consuetudinário, mas como um sistema legal e liberal de classes sociais, dominado e regido pelo mercado, emancipado e paralelo ao Estado.

No pós-revolução, foram necessários novos meios de controle social “para o disciplinamento e o assujeitamento dos contingentes miseráveis”<sup>39</sup> produzidos pelo modelo capitalista há pouco implementado, uma vez que, como lembra Juarez Cirino dos Santos, “[...] a criminalidade patrimonial torna-se intolerável para a burguesia: a eficácia do controle requer *codificação* das infrações e *certeza* da punição”.<sup>40</sup>

<sup>36</sup> FOUCAULT, 2013, p. 75.

<sup>37</sup> PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. 1 ed. Tradução de: Ignacio Munagorri. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002, p. 37.

<sup>38</sup> BATISTA, V., 2011, p. 26.

<sup>39</sup> Ibid., p. 26.

<sup>40</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. 3 ed. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008, p. 74.

Destarte, as críticas do Classicismo, porta-voz da burguesia da qual seus teóricos eram representantes, não podem ser desconexas, como salienta Massimo Pavarini<sup>41</sup>, do contexto sócio-econômico emergente do capitalismo que desenhou a estrutura do Estado moderno, sobre a idéia contratualista que impôs a necessidade imperiosa de ordenar a prática política, que engendrou a dominação “natural” de uma maioria por uma minoria proprietária, configurando um novo atlas.

Esse contrato, na visão de Ian Taylor, Paul Walton e Jock Young, teve por fim impedir e dissuadir o cometimento de delitos, protegendo a propriedade privada e o bem estar, individual e do próprio Estado (determinação consensual), evitando a “guerra de todos contra todos”, o medo da barbárie que legitima a persistência em um modelo punitivo ilusório por suas próprias promessas.

Entretanto, sob a forma contratualista se encontra a primeira forma de controle social estatal, o Direito Penal e o modo de reagir perante o criminoso, que encobrem as desigualdades inerentes ao capitalismo, pois:

A teoria utilitarista nunca resolveu totalmente a contradição entre a defesa da igualdade e a ênfase na propriedade. De fato, não presta atenção ao fato de que a falta de bens pode ser motivo para que o homem tenha uma maior probabilidade de cometer crimes, e tampouco possibilita que as recompensas que o sistema considera como tal estejam mais facilmente disponíveis para aqueles que possuem fortunas (ou ocupam posições privilegiadas por outros motivos). A insistência democrática do primeiro utilitarismo, com sua ênfase na igualdade entre aqueles que fornecem contribuições úteis para a sociedade, nunca foi mais do que ideologia.<sup>42</sup>

Importante, neste momento, a partir da heterogenia que marca o Classicismo enquanto movimento político apontada por Vera Regina Pereira de Andrade<sup>43</sup>, expandirmos esse conceito ao encontro das lições sobre as especificidades próprias de cada marco histórico de Eugenio Raúl Zaffaroni e ao processo de limitação do poder de punir absoluto (ou “contenção do terrorismo”<sup>44</sup> absolutista) pela “Criminologia administrativa”<sup>45</sup> burguesa em ascensão, e à acumulação de capital (e portanto ao

<sup>41</sup> PAVARINI, 2002, p. 28.

<sup>42</sup> TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. *La nueva criminología: Contribución a una teoría social de la conducta desviada*. Tradução: Adolfo Crosa. 2 reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 1997, p. 22, tradução nossa. No original: “La teoría utilitarista nunca ha resuelto plenamente la contradicción entre la defensa de la igualdad y el énfasis en la propiedad. En realidad, no presta atención al hecho de que la carencia de bienes puede ser motivo de que el hombre tenga una mayor probabilidad de cometer delitos, y tampoco tiene presente la posibilidad de que las recompensas que el sistema ve como tales estén más fácilmente a disposición de quienes poseen fortunas (u ocupan posiciones privilegiadas por otros motivos). La insistencia democrática del primer utilitarismo, con su énfasis en la igualdad entre aquellos que aportan contribuciones Útiles a la sociedad, nunca fue más que ideología.”

<sup>43</sup> ANDRADE, 2003, p. 45.

<sup>44</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 105.

<sup>45</sup> TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1997, p. 23.



processo de industrialização) de todo o centro, uma vez esses processos não ocorreram simultaneamente e muito menos de maneira igualitária em toda a Europa.

Assim, a cronologia seguida até aqui, que teve como eixos os processos descritos logo acima, correspondem às particularidades da França (Absolutismo, Revolução Francesa e Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão) e da Grã-Bretanha (industrialização e acumulação do capital anterior aos demais países do centro, o que resultou em sua hegemonia, produzindo um contexto no qual Jeremy Bentham concebeu e introduziu sua máquina disciplinadora com aportes utilitaristas configurando o “talião disciplinador”), tomados como universais que desembarcaram em nossa margem no interior de nossa dependência central.<sup>46</sup>

Feita a advertência, podemos notar que nas entrelinhas classicistas, portanto, encontrava-se um sistema sócio-político norteado pelas expectativas e objetivos da burguesia ascendente que gestava o Estado moderno, em suas bases contratuais, com divisão de poderes, legalidade e humanidade, que agora necessitava de uma redefinição em favor de seus “incansáveis defensores”.

Nesse sentido, imprescindíveis alterações teóricas e práticas não para a superação do Classicismo, mas antes, a manutenção dos pressupostos funcionais (e com eles o poder nas mãos burguesas) e a substituição ou aprimoramento dos postulados disfuncionais à nova ordem ditada pelo controle social e por uma minoria (maioria no poder) face uma maioria (maioria dominada, construída e identificada como “minorias”).

Criava-se, desse modo, uma gestão diferenciada do autor e da pena, tudo em harmonia com a seletividade ontológica do Direito Penal, que Eugenio Raúl Zaffaroni chamou de “seletividade estrutural”, pois na programação (promessas) do “dever-ser” do sistema penal, ou “embuste” penal, se encontram inúmeras condutas criminais, porém, a capacidade repressora desse sistema é ridiculamente ínfima.<sup>47</sup>

Entre os reclamos por (sua) segurança e pela ordem social estabelecida, ou realidade construída pelo poder que demandava e delimitava o campo do saber<sup>48</sup>, havia um hiato que para ser preenchido necessitava de um “discurso conciliatório”<sup>49</sup>

<sup>46</sup> ZAFFARONI, 1988, p.105-114.

<sup>47</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 27.

<sup>48</sup> ZAFFARONI, 1988, p.100.

<sup>49</sup> PRANDO, Camila Cardoso de Mello. **O saber dos juristas e o controle penal**. O debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 26.

produzido pela “tabelinha” saber/poder ensinada por Vera Malaguti<sup>50</sup>, resultado da dialética e legitimação mútua científica(da)<sup>51</sup> fundamentada e estruturada na própria concepção do centro e fortalecida a partir do que ele vê para além do seu horizonte quando, ultrapassando as barreiras marítimas, aportou nas margens.

Essa conciliação discursiva, que nem sempre (ou quase nunca) é acompanhada pela prática, é uma constante histórica no saber criminológico quando houver uma contraposição ideológica com força o suficiente capaz de ameaçar o *status quo*, um acordo que demanda novas legitimações e que sempre penderá e socorrerá ao conservadorismo, um conflito muitas vezes apenas aparente, definido e ampliado a todas as culturas por Eugenio Raúl Zaffaroni, nos termos de uma Criminologia conformista *versus* uma Criminologia de base crítica, considerando como Criminologia um sistema complexo de idéias acerca do delito, causas, sanções penais e legitimação do poder.<sup>52</sup>

## 2.1 O “ADEUS” AO CLASSICISMO: O PARADIGMA ETIOLÓGICO APONTANDO AS DIFERENÇAS RACIAIS.

“O vigor de um paradigma teórico mede-se, entre outras coisas, pela capacidade de inspirar novos estudos afins sem perda da força original.”  
(Jurandir Freire Costa)

O “Direito Penal do Fato”, construído pelo Classicismo, foi acusado pela nova ordem oitocentista de falhar na proteção da sociedade exatamente por não incluir em seu programa abstrato a prevenção contra os delitos que aumentavam na exata proporção em que ocorria a acumulação de bens e riquezas originárias da margem. Estava instalada, então, no seio do Classicismo, a “crise” na segurança pública central.<sup>53</sup>

Os teóricos dessa fase complementaram o Direito Penal, substituindo o “fato” (o delito enquanto fato jurídico previsto em norma abstrata) defendido pelos jus-

<sup>50</sup> MALAGUTI, V., 2011, p. 18.

<sup>51</sup> Não utilizaremos os termos relacionados à ciência oitocentista entre aspas como sinônimo de uma pseudociência. Isto por que, os cientistas da época faziam ciência, limitada, logicamente, aos conhecimentos e tecnologias fruto de seu tempo, influenciada por vários fatores contemporâneos tidos como inquestionáveis. Adjetivá-la como pseudociência, a nosso ver, seria um equívoco semelhante ao de identificarmos o estágio do saber científico atual como pseudo, já que o verdadeiro saber, dentro dessa lógica, se encontra no futuro. O que não nos impede de falar em parcialidade e comprometimento com o controle racial/social.

<sup>52</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 101.

<sup>53</sup> ANDRADE, 2003, p. 59-60.

filósofos (situado na razão e na defesa do indivíduo contra as arbitrariedades), por questões-chaves para o funcionamento de um Direito Penal condizente com os objetivos e saberes produzidos à época: a preponderância do social em detrimento do individual e a importância da empiria.

Em relação ao empirismo, este foi elevado à principal fonte do saber, mormente após a avalanche empírica (resultante do “descobrimento” de um “novo mundo” e “novos seres” que iniciava os debates sobre os limites dos conhecimentos sobre o mundo e os seres conhecidos) impor a todos os ramos da ciência a especialização e divisão, progressiva e sucessiva, das áreas do saber, pois o contato direto com o objeto de estudo científico, agora tangível, impulsionava a necessidade de um conhecimento cada vez mais profundo, mais específico.

Nesse sentido, podemos situar o Positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857), que por princípio básico se restringe ao fato empiricamente manipulável para, com a observação objetiva que ignora as causas íntimas fenomênicas que ultrapassem esse limite, descobrir a lei geral da sucessão e similitude dos fatos para aplicação aos casos individualizados (aplicação do método indutivo) e assim superar a argumentação característica da metafísica (do Classicismo) e a imaginação teológica que era a fonte do poder da Igreja Católica.

O encadeamento dos fatos possibilita a Comte reformular o organicismo social de base teológica que fundamentava o Absolutismo no dogma “ver para prever”, uma fórmula que estabelecia a previsibilidade das ações humanas e fenômenos sociais, dado que:

O conhecimento das leis dos fenômenos, cujo resultado constante é fazer com que sejam previstos por nós, evidentemente pode nos conduzir, de modo exclusivo, na vida ativa, a modificar um fenômeno por outro, tudo isso em nosso proveito. Nossos meios naturais e diretos para agir sobre os corpos que nos rodeiam são extremamente fracos e inteiramente desproporcionados às nossas necessidades. Todas as vezes que chegamos a exercer uma grande ação, é somente porque o conhecimento das leis naturais nos permite introduzir, entre as circunstâncias determinadas sob a influência das quais se realizam os diversos fenômenos, alguns elementos modificadores que, em que pese a sua própria fraqueza, bastam, em certos casos, para fazer reverter, em nosso proveito, os resultados definitivos do conjunto das causas exteriores. Em resumo, *ciência, daí providência; providência daí ação [...]*.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti e traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Coleção “Os pensadores”, p. 23.

O percurso progressivo do espírito humano, segundo Comte, é o mesmo das legitimações discursivas sucessivas do controle social central (conhecimento teológico ou fictício, metafísico ou abstrato, e o científico, a lei dos três estados), dispostas como se decorressem do desenvolvimento e progresso contínuo natural até o ponto em que a ciência, superando os demais saberes, se torna a única e possível fonte do conhecimento, pois “[...] a filosofia positiva é o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana [...]”.<sup>55</sup>

Uma postura explicitamente central que se coloca no ponto mais alto das escalas que ele mesmo produz. Foi assim com o modelo social chamado de “civilização”, a humanidade, o homem e não seria diferente com a produção do conhecimento, já que esta estava a serviço da política, o velho joguete saber/poder. Conhecer para classificar, essa era a ordem.

Essa “sede” classificatória de tudo e de todos, identifica o século XIX como a “idade da ciência”<sup>56</sup>, eis que, marcado pela imprescindível atenção aos dados que se apresentavam em concreto, promoveu uma verdadeira revolução científica que, em seu bojo, originou o “Direito Penal do autor” ao deslocar o fato (abstração jurídica) para o crime como um ato concreto e se a função preventiva formulada pelo Classicismo como uma contra motivação ao cometimento de delitos era disfuncional, isso se devia ao fato de existirem outros motivos, maiores e mais fortes do que o medo do cárcere, para o seu cometimento.

Com a missão de diminuir a criminalidade e resgatar os direitos do coletivo social em detrimento dos individuais<sup>57</sup> (uma nova roupagem sobre aquele hábito absolutista combatido vorazmente pelo Classicismo), os teóricos oitocentistas que se debruçaram sobre a questão criminal, utilizaram como bússola na procura por respostas eficazes e eficientes, um saber que nos remete à gênese da monopolização do poder absoluto.

Estava aberta, assim, a caça às respostas sobre os fatores criminógenos, sendo o alvo principal do arsenal científico encontrado no próprio criminoso,

---

<sup>55</sup> COMTE, 1978, p. 06.

<sup>56</sup> POLIAKOV, Léon. **O Mito Ariano**: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 173.

<sup>57</sup> ANDRADE, 2003, p. 61-62.

pressuposto do paradigma etiológico<sup>58</sup> cuja consolidação é imputada a Cesare Lombroso, fundado com a Criminologia enquanto ciência.

Sob outros termos, é a reformulação do paradigma ontológico com pretensões de exatidão que, estribado em supostas características naturais do indivíduo, procura responder o *porquê* do cometimento de crimes nas sociedades, partindo do pré-determinismo ao delito de alguns indivíduos portadores de patologias, ou seja, defeitos naturais com explicações biológicas, psicológicas, genéticas e instintivas, um quadro teórico complexo sobre o qual orbita a Criminologia Positivista.

É nas lições de Eugenio Raúl Zaffaroni que encontramos as raízes deste paradigma, situadas nos processos inquisitórios do final do século XV, quando a procura das causas do delito de *heresia* (comportamento considerado antisocial) é orientada a um grupo específico, determinado, considerado como inferior, minoritário e perigoso.

Com essa caracterização, a classe dominante procurou identificar os sinais da bruxaria, publicando o *Malleus Maleficarum* (Martelo das Feiticeiras), em 1484, na Alemanha em latim, um verdadeiro guia prático na guerra contra as bruxas, direcionado, pois, ao “[...] controle da metade da espécie humana (a mulher), imputando-lhe indispensável cumplicidade com o demônio, geradora de uma emergência que punha em perigo a subsistência da espécie”.<sup>59</sup>

Dessarte, mesmo no estágio embrionário da monopolização do poder punitivo, explicita-se a seletividade que decorre deste paradigma, pois, pressupõe a determinação de um grupo específico, construído e identificado politicamente como inferior e perigoso, auxiliada pelo saber científico que se originava nos especialistas e para os especialistas, um movimento circular que demandava a formação de novos e mais específicos especialistas que denota a monopolização do saber por parte da Igreja

---

<sup>58</sup> Paradigma é utilizado aqui na concepção estabelecida por Thomas Kuhn e lecionada por Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p. 23; 41), representando um conceito que é partilhado por uma comunidade científica, e é, ao mesmo tempo, o que une seus membros, ou seja, uma ideologia compartilhada (convergente) que passa a condicionar várias pesquisas científicas (divergente), em suas palavras: “um paradigma define, portanto, toda uma maneira de cultivar a Ciência. Além de regras, linguagem, valores, etc., o procedimento científico requer todo aquele estilo de pensamento e ação constituído pelo paradigma”. Etiologia, ainda segundo a autora (2003, p. 43), derivada do grego “*aitía*”, que significa causa. Nesse sentido, a locução paradigma etiológico designa a construção de um discurso científico que busca as causas da criminalidade no indivíduo considerado como criminoso que pressupõe uma periculosidade inata (ou sentimento de periculosidade e, portanto de medo).

<sup>59</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. et al. **Direito penal brasileiro**: teoria geral do direito penal. 2 ed. Rio de Janeiro:Revân, 2003, p. 509.

Católica no qual pode-se observar que “[...] o confisco de conflitos seguia par e passo o confisco de saberes”.<sup>60</sup>

Vera Malaguti Batista lembra que:

É natural também que esse poder, agora exercido por *expertos*, necessite de criar o seu “outro”, o objetificável, o corpo humano, para o qual convergirá o método. As bruxas, representando as tentativas de controle de controle dos ritos de fertilidade, os partos, enfim, o poder feminino, estará no processo de objetificação, como estiveram as “idéias erradas” dos hereges. As pugnas pela hegemonia e centralização da Igreja Católica vão tratar de primeiro desumanizar os hereges e a bruxas, para depois demonizá-los.<sup>61</sup>

Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, a “cientificidade” do *Malleus Maleficarum* foi extraída da superioridade biológica patriarcal, uma vez que a mulher, originária da costela de Adão, mantinha e transmitia a inferioridade genética de nunca ser vertical como o homem, dada a curvatura da costela originária, marca da propensão ofensiva a Deus que demanda uma ação policial de procurar a causa do mal que “[...] se acha em um grupo conspirador. É a causalidade diabólica, que depois se laicizará e criará as teorias conspiratórias da história e dos males sociais”.<sup>62</sup>

Ou seja, o maniqueísmo é subjacente, radical (raiz) do discurso penal orientado a identificar seus “inimigos” e para isso nada mais apropriado, funcional e eficaz que um discurso inquestionável sob a rubrica da “ciência” e seus especialistas.

Nos ensinamentos de Eugenio Raúl Zaffaroni, o livro:

[...] constitui o primeiro discurso criminológico moderno, orgânico, cuidadosamente trabalhado, explicativo quanto às causas do mal, suas formas de aparecimento, seus sintomas e os modos de combatê-los, isto é, integrando em um único saber ou discurso a Criminologia etiológica, o direito penal e processual penal e a criminalística. Foi o primeiro grande produto teórico do poder punitivo, exercido de início e depois explicado e legitimado discursivamente, de uma maneira cada vez mais refinada até alcançar o grau de coerência expositiva que se apresenta nessa percussora obra de Criminologia moderna que, na verdade, consiste em seu momento teórico fundacional.<sup>63</sup>

Entretanto, essa monopolização do saber/poder não foi destituída de um contraponto que se operou pelo incipiente questionamento do Renascimento, movimento que marca a transição do Medievo à Idade Moderna embasada em ideais humanistas e naturalistas que modificaram essencialmente os saberes humanos, principalmente no campo das artes e das ciências.

<sup>60</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 47.

<sup>61</sup> BATISTA, 2011, p. 32.

<sup>62</sup> ZAFFARONI, 2003, p. 512.

<sup>63</sup> Ibid., p. 278.

Outrossim, a procura das causas das ações consideradas pela classe dominante como delitos nos próprios criminalizados, pressuposto do paradigma etiológico, é, até certo ponto, natural, se colocarmos o acento na relação de opressão, dominação e domesticação dos desordeiros face a ordem estabelecida, uma conjuntura de controle social resultante da relação de poder de determinada época e sociedade que jamais cogitariam a autocrítica e assunção da culpa de produzir a criminalização.

Por isso, imprescindível as ações de reduzir, diminuir, objetificar e desqualificar os criminalizados e criminalizáveis no interior de uma conjuntura de controle social que tende a ser mantida intacta.

Nesse norte, a busca por respostas sobre as causas da criminalidade bussolada pela etiologia deita suas raízes em estruturas muito mais profundas, e para nos aproximarmos delas é necessário darmos alguns passos atrás, voltarmos novamente e ainda mais na história, percorrendo um longo caminho até encontramos a própria construção da genealogia humana, caracterizada como desigualdade “natural” entre os homens, o que pressupõe uma hierarquização humana.

É para esse o exato momento que converge a gênese da Antropologia enquanto ciência geral que estuda, classifica e compartimenta o homem no interior das suas relações específicas “biopsicoculturais”, que se estende por um campo muito amplo até alcançar a humanidade e suas relações sociopolíticas, abrangendo, indiferenciadamente, naquele recorte temporal, a Raciologia (estudo da raças), a Antropometria, a Arqueologia, a Etnografia e a Linguística, entre outros ramos do saber.<sup>64</sup>

Imperioso destacar aqui a lição de Léon Poliakov ao apontar que toda cultura, por mais arcaica que seja considerada, construiu uma “antropologia espontânea” sobre sua origem, na maioria das vezes de cunho mítico, a partir da qual situou o resto do mundo.<sup>65</sup> No mesmo norte, Eugenio Raúl Zaffaroni ensina que no interior dessa dinâmica se construíram culturalmente antropologias e cosmovisões plurais.<sup>66</sup>

Um *eucentrismo* narcísico bem conhecido marginalmente por sua transformação em *eurocentrismo* que, não admitindo qualquer pluralidade da concepção de mundo e de homem, ignorou, destruiu e substituiu a história periférica por sua

<sup>64</sup> MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia:** uma introdução. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.04-06.

<sup>65</sup> POLIAKOV, 1974, p. XVII.

<sup>66</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 87.

própria história de “superioridade”, conquistada ao custo de muito sangue por processos consecutivos de violações, dominações, escravidão e mortes.<sup>67</sup>

A partir da inauguração desse saber é que foram construídas, arbitrariamente, as raças humanas, cunhando o termo raça a partir de *ratio* (grego) e *razza* (italiano), mas o racismo, não é fruto central.

Racismo é entendido aqui como uma prática que estrutura, projeta e fomenta ideologias, instituições, valores e atos, coletivos e individuais, públicos ou privados, de caráter explicitamente excludente e violento por parte de um grupo social-racial que se considerou superior, consolidando a posição inferior do negro perante o mundo e nos múltiplos aspectos que formaram diversas sociedades “irradiadas” por esse pensamento, construindo um contexto sociocultural, atemporal e aterritorial, cuja naturalização dessa posição inferiorizada, resultante das relações raciais, tornou-a quase acrítica.

De acordo com Carlos Moore, não há relação causa-efeito entre a prática racista e o racismo derivado da conceituação de raça que se atribui costumeiramente ao centro (Europa), pois a prática racial central é derivada da herança político-cultural fundadora daquele continente enquanto civilização resultante de inúmeros povos que ao contar sua história, avocou o poder de contar a história do mundo e da humanidade sob os seus termos, pelos quais projetou seus “Outros” na margem. Nas palavras do autor observa-se que “[...] o projeto científico moderno de uma compreensão sistemática e racializada da diversidade humana, operada nos séculos XVIII e XIX, apenas foi possível em função do critério fenotípico em escala planetária”.<sup>68</sup>

Ressaltamos, entretanto, que como palavra para designar essa prática, o termo *racismo* é produto do século XX com a qual procurava identificar as teorias e políticas derivadas da raça auto-legitimada como dominante e construídas a partir da hierarquização racial estabelecida que se firmava a partir da desigualdade racial, ou seja, é uma construção contra-hegemônica.<sup>69</sup>

Decorrente deste ponto, encontramos como cenário mais amplo, outro fator que norteia a corrida etiológica, a naturalizada dominação de poucos sobre muitos, um processo que possui por pressuposto a construção de teorias com legitimidade suficientemente forte a ponto de tornar inquestionável a ordem social então vigente,

<sup>67</sup> ZAFFARONI, 1988, p.66.

<sup>68</sup> MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 21-22.

<sup>69</sup> BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 174-175.



uma necessidade imprescindível do imperialismo eurocêntrico em plena expansão que visava as matérias primas encontradas na periferia, cujos donos seriam esses “outros” destituídos de uma humanidade plena.

A fama e apropriação mundial da tradução do paradigma etiológico realizada por Cesare Lombroso, pela qual modernizou os saberes científicos inquisitórios medievais, se devem à funcionalidade de suas idéias estruturadas sobre aquele amalgama paradigmático em relação aos contextos sócios-econômicos-políticos central e periférico, cuja matriz racial fornecia uma inquestionabilidade derivada de sua cientificidade que mantinha a hierarquização das sociedades em distintas realidades.

Entretanto, antes de encontrar o funcionalismo *lombrosiano*, o controle social central esboçou alguns conceitos dos quais seu autor soube tirar proveito para construir sua teoria e é sobre este acúmulo que faremos o percurso em busca dos fundamentos básicos de sua hipótese, sem pretensões de abarcar a totalidade desses saberes ou correntes de pensamentos científicos.

## 2.2 A (DES)IGUALDADE EM QUESTÃO: A BUSCA POR RESPOSTAS CRIMINOLÓGICAS INSERIDA NO CONTEXTO ITALIANO.

“A individualização e a conseqüente demonização de apenas alguns apontados responsáveis por condutas criminalizadas faz-se indispensável à sua exemplar identificação como criminosos, de modo que possam emprestar sua imagem à personalização da figura do mau, do inimigo, do perigoso, para, assim, possibilitar, simultânea e convenientemente, o reconhecimento dos ‘cidadãos de bem’ e a ocultação dos perigos e dos males que sustentam a estrutura de dominação e poder.” (Maria Lúcia Karam)

No final do século XIX e início do XX, a Europa se deparava com uma situação inconciliável proporcionada pela nova ordem social, vivia no deslumbre da *Belle Époque*, na qual a burguesia usufruía as benesses das premissas basilares do modelo capitalista, enquanto pouca mão de obra era absorvida pelo mercado, formando um contingente miserável pelas restrições de consumo, o que demandava um controle social marcadamente “terrorista” para evitar que essa massa condenada à condição “infrahumana” sitiesse os escassos polos de riqueza.

Uma situação extrema de iminência de saques e extinção dos oásis burgueses<sup>70</sup>, já que aquele sistema penal de base Classicista, estribado na metafísica filosófica, não conseguia responder a contento o problema da criminalidade e a demanda por ordem.<sup>71</sup>

As críticas se orientavam pela impossibilidade das teorias formuladas pelo Classicismo identificarem as causas da criminalidade, conhecimento que, por via de consequência, forneceria a melhor estratégia ao seu combate, dado que estas teorias sobre o crime (ente jurídico), Direito Penal e pena, possuíam como características o livre arbítrio dos criminosos que decorria da igualdade jurídica.

Nessa paradoxal realidade, o olhar criminalizante se volta ao delinquente, o elemento esquecido pelas teorias iluministas, tendo este que ser diferente já que as causas da criminalidade não poderiam estar na novel estrutura social. Assim, a burguesia procurou uma teoria com credibilidade capaz de legitimar e efetivar (além de camuflar) a seletividade penal, escamoteando as consequências socioeconômicas decorrentes do sistema capitalista que era indicado pela instituição policial central, relativamente nova e de cariz colonialista, ou seja, ocupação violenta dos espaços territoriais, cujos “[...] poderes aumentavam em paralelo com as reclamações dos explorados urbanos, mas careciam de um discurso legitimador. Em 1838, o colégio de França, que reunia todas as academias, lançou um concurso sobre ‘as classes perigosas nas grandes cidades’[...]”.<sup>72</sup>

De acordo com as lições de Eugenio Raúl Zaffaroni, em um estudo prepositivista datado de 1.840, H.A. Frégier, chefe de polícia francês que ganhou o concurso, tenta identificar os criminosos que compõem as “classes perigosas”, o que legitimaria a corporação policial ao exercício da sua atividade precípua, o controle social dos delitos e a correção (prevenção especial) do delinquente, via cárcere, uma vez que esta corporação possuía o poder, mas não um discurso legitimante para seu uso coercitivo ilimitado.

Entretanto, o discurso policial não obteve êxito, pois, ao expandir para além dos “perigosos” a busca pelas causas do crime, apontou para a desigual estrutura social agregando, também, influências morais, gerando verdadeiras críticas ao modelo

<sup>70</sup> ZAFFARONI, 1988, p.104.

<sup>71</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Las "clases peligrosas": el fracaso de un discurso policial prepositivista*. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15174/13799>. Acesso em: 23 fev. 2014, p. 142.

<sup>72</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 76.

capitalista, e, portanto, inadequado aos interesses dominantes que necessitavam de outro discurso que legitimasse o uso deste poder a favor dos seus princípios e objetivos, como descreve Eugenio Raúl Zaffaroni:

Se demonstra aqui que o ensaio de um discurso por parte da corporação policial, anterior ao positivismo, não teve êxito devido a debilidade estrutural do produto, a suas contradições resultantes e, em grande parte, a inclusão de resultado desfuncional para legitimar a repressão policial ilimitada. Se os médicos tinham conseguido discursos mas lhes havia faltado poder para conseguir a hegemonia, as corporações policiais tinham poder mas não tinham conseguido o discurso adequado; é curioso que sua escassez de elementos fosse tal que, em boa parte que a intenção resultou ser quase iluminista e de crítica social.<sup>73</sup>

Ao não produzir a legitimação inquestionável, o discurso policial deveria ser substituído e foi nas desigualdades empíricas entre os povos que o saber e o poder se aglutinaram, pois, decorrente da concepção racial disseminada pela estratificação e pelo choque cultural entre os classificados e estigmatizados como selvagens e primitivos, com os classificadores autointitulados como os civilizados (que pressupõe sua missão “divina” civilizatória de seus “Outros”), a construção jurídica da igualdade, legatária da função de circunscrever estreitamente o poder punitivo (um objetivo que já não interessava), não permaneceria intacta e com ela o contratualismo.

Esses “homens” por terem a condição de inferior não possuíam a capacidade jurídica de pactuar, o que significa que a idéia mesma do contrato social passou a ser desfuncional e o organicismo social que pressupunha a determinação social e biológica que outrora legitimava o direito natural da nobreza em detrimento da burguesia agora legitimaria a superioridade das “células” sociais mais importantes.

Essa reformulação do organicismo social é colocada por Eugenio Raúl Zaffaroni como um novo paradigma que transformou aquele “antiquado” organismo concebido pelas mãos de Deus no “moderno”, sedimentado na natureza e “revelado” pelos saberes científicos que, finalmente, tiveram reconhecida sua importância, principalmente do saber médico, há muito desprestigiado pelas condições precárias de seus ambientes de trabalho e pelo contato direto com seres “desprezíveis” e desprezados

---

<sup>73</sup> ZAFFARONI, 2005, p. 143. Tradução nossa, no original: “*Se demuestra aquí que el ensayo de un discurso por parte de la corporación policial, anterior al positivismo, no tuvo éxito debido a la debilidad estructural del producto, a sus contradicciones resultantes y, en gran medida, a que incluso resultó disfuncional para legitimar la represión policial ilimitada. Si los médicos habían tenido discursos pero les había faltado poder para lograr la hegemonía, las corporaciones policiales tenían poder pero no habían conseguido el discurso adecuado; es curioso que su escasez de elementos fuese tal que, en buena medida, el intentado resultó ser casi iluminista y de crítica social.*”

por toda sociedade, mas com ânsia de hegemonia sobre os discursos da questão criminal pela vasta construção teórica produzida.

Assim, segundo o autor:

Como a polícia tinha o poder sem discurso e os médicos o discurso sem poder, era inevitável uma aliança, que é o que se conhece como “positivismo criminológico”, ou seja, o poder policial urbano legitimado pelo discurso médico.

Porém, o discurso médico não se esgotava nos indivíduos ameaçadores e incômodos, e sim era um mero capítulo dentro do grande paradigma que começava a se instalar: o reducionismo biologista racista.

Se os criminosos eram controlados por uma força de ocupação trazida das colônias, não podia demorar muito a afirmação de que eram parecidos e sua criminalidade se explicava pelas mesmas razões que legitimavam o neocolonialismo. Tanto uns quantos outros eram “seres inferiores” e a razão pela qual se justificava o neocolonialismo era a mesma que legitimava o poder punitivo.<sup>74</sup>

Mais do que desmistificar o princípio contratual da igualdade, construído e defendido como premissa basilar do Iluminismo e emoldurado pelo romantismo filosófico já em crise, as provas concretas vindas de além-mar tornaram também seus alvos, concomitantemente, as questões da unidade humana e do homem abstrato, que não passariam ilesos por que suas características metafísicas mantinham a velha hegemonia do poder teológico cristão sobre a origem e diferenciação entre os homens, um obstáculo que deveria ser transposto pelos arrebatadores saberes modernos.

Assim, a Igreja, instituição que não foi abalada diretamente pelo Classicismo e na linha sucessória da herança absolutista manteve em suas mãos o domínio e a hegemonia do saber/poder em determinadas áreas, também seria confrontada por questões econômicas e políticas que ficaram em segundo plano por aquele movimento, já que agora, o narcisismo eurocêntrico, vislumbrando no horizonte o desenvolvimento e progresso científico que prescindia destronar Deus para se “endeusar”, orientava a colonização e expansão do “velho mundo”, promovendo o genocídio no e do “novo mundo”, a barbárie transvestida de “civilização”, o lobo em pele de cordeiro.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 76-77.

<sup>75</sup> MENEGAT, Marildo. **Estudo sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 18.

## 2.3 CONTEXTUALIZANDO CESARE LOMBROSO.

A conjuntura na qual se colocava a questão da criminalidade é mais complexa do que aparentemente possa parecer, naquele momento as forças ideológicas e instituições conservadoras se viam ameaçadas pelas progressistas, em pleno fortalecimento, e na ânsia de alterar a ordem, os ventos favoráveis sopravam na direção do homem concretamente desigual, perante o qual o abstrato se esvaiu como fumaça nas mãos de um saber com pretensões científicas e imparciais com sede classificatória de tudo que vê e alcança na periferia, legitimando sua superioridade central, emoldurada com a “neutralidade” de saberes experimentais que não se constrangeram em abdicar ou mesmo abandonar suas teorias quando estas perdiam a condição de legitimante.

A partir destas linhas gerais é que vamos contextualizar Lombroso, não sem antes esboçarmos sua vida e obras, introduzindo fatos de sua vida no contexto que estava inserido, determinado pelo movimento unificador da Península Itálica que, na segunda metade do século XIX, era dividida em vários reinos independentes, dentre os quais, alguns eram governados por famílias reais da Áustria e da França e algumas regiões estavam sob o poder da Igreja Católica.<sup>76</sup>

Cesare Lombroso nasceu em Verona no ano de 1835, filho de família hebraica (que, segundo a Bíblia Cristã, pertencem à descendência de Abrão, que é da linhagem de Sem, primogênito de Noé).

Aos quinze anos, após escrever um artigo sobre o livro *A história natural das línguas*<sup>77</sup>, de Paolo Marzolo, médico, filósofo, historiador, naturalista e glotólogo (perito em glotologia – ciência que estuda a linguagem em suas diversas formas, os

---

<sup>76</sup> Sobre a unificação da Itália, ver GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

<sup>77</sup> Dividido em oito volumes cujo primeiro foi publicado em 1848, o livro parte do determinismo que vinculava fenômenos orgânicos e intelectuais e reconstrói a história do homem analisando a palavra, unindo teoricamente o naturalismo universalista do século XVIII com o paradigma empírico que impulsiona o saber científico revolucionário do século XIX, demonstrando o nascimento dos idiomas, seu desenvolvimento e morte em decorrência de processos espontâneos de transformações e continuidades. Com base em correspondências linguísticas, fonéticas e morfológicas, a comparação de palavras de diferentes línguas visava lançar luz sobre os mecanismos e princípios universais, encontrando aspectos em comum, o que lhe permitiu reconstruir a genealogia linguística até alcançar a origem da linguagem humana nos dialetos tribais africanos. A comparação entre as línguas foi uma ferramenta para investigar os princípios fundamentais e universais da linguagem e da natureza humana, servindo então, a língua, como instrumento antropológico, influenciando diretamente seu desenvolvimento e servindo, ao mesmo tempo, como seu pressuposto, conforme destaca Léon Poliakov (1974, p. 243), para quem a linguística, estruturada de modo autônomo perante os demais saberes, foi a “ciência-piloto” da antropologia, exercendo essa função de maneira até tirânica.

idiomas, as línguas, os dialetos), ganha a admiração deste que passa a ser seu mestre, influenciando sobremaneira sua vida, inclusive sobre seu ingresso no curso de medicina da Universidade de Pávia em 1852, ano em que o jovem Lombroso inicia o livro *L'Uomo bianco e l'uomo di colore: letture sull'origine e la varietà delle razze umane*.<sup>78</sup>

As influências de Marzolo na vida de Lombroso são muitas e fortes, cabendo-nos destacar, segundo a linha traçada nesta dissertação, a importância do determinismo, da correlação das ciências naturais com o empirismo e seus reflexos sociológicos para a compreensão do mundo, marca daquela revolução científica, três pontos principais que a resumem:

A primeira influência foi de abrir ao jovem o grande livro da natureza; ensinar-lhe a observar tudo, a dar importância ao todo, desde as palavras de uma criança até o pensamento de um filósofo, desde a transmutação de um girino até o vôo de um pássaro e o sono de amante. Tudo isto a mostrar-lhe que não existe nenhuma lei, física ou moral, que não tenha analogias e expressões na natureza, que nenhum movimento é isolado ou causal, que, no mundo físico e psicológico, cada ato é provocado por uma causa, cada forma se entrelaça ao resto da natureza, e que o tudo está no todo.

A segunda influência foi a de dar-lhe um guia seguro, sereno, capaz de ver nele e fora dele, de abrir-lhe os olhos sobre as flores e espinhos que haveria de encontrar ao longo do caminho.

A terceira e máxima influência foi a de mostrar-lhe que se podem fazer grandes obras, seguindo a própria natureza ao invés de contrariá-la.<sup>79</sup>

Dentro dos matizes apresentados ao jovem Lombroso se encontra o recurso para a explicação do desenvolvimento natural do homem para o descobrimento de sua origem, as causas das variações raciais e a hipótese de encontrar na natureza humana as origens da patologia delinquencial da qual ele mais tarde se dedicará.

Ainda na faculdade de medicina, Lombroso orienta seus estudos e pesquisas na área da psiquiatria, relacionando a loucura e a civilização, concluindo duas monografias, uma intitulada *Influência da civilização sobre a loucura e da loucura sobre a civilização* e a outra *O cretinismo na Lombardia*. Um ano após a conclusão de seus estudos médicos, em 1859, Lombroso inaugura uma seção no Hospital de Santa Eufêmia, em Pávia, para estudar os doentes mentais e o cretinismo empiricamente.

Nesse ano, Lombroso entra para o exército italiano, prestando voluntariamente serviços médicos na guerra em Piemonte que objetivava a expulsão dos austríacos cuja sua observação sobre as diferenças raciais, climáticas e ambientais, e as influências desses fatores sobre os italianos, o fazem coletar dados, que,

<sup>78</sup> LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução, atualização, notas e comentários. Maristela Bleggi Tomasini e Oscar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz Editor, 2001, p. 530.

<sup>79</sup> Loc. cit.

complementando seus estudos anteriores, dão origem a outra monografia: *Fragmentos médico-psicológicos*, demonstrando “[...] a necessidade de adotar o método experimental para o estudo dos alienados, revelando assim, a base das doenças mentais onde *não existe psicopatia que não tenha analogia e relação com alterações transitórias da mente* sã [...]”.<sup>80</sup>

O movimento unificador da Península Itálica foi liderado pelo reino de *Piemonte-Sardenha*, situado na região norte da Península, que iniciou sua industrialização mesmo antes da unificação e com ela, procura concretizar os objetivos e interesses da burguesia industrial e da nobreza nortista, pois assim aumentariam o mercado consumidor, além de facilitar o comércio com a unificação de padrões, impostos, moeda, etc.

Com Nélio Marco Vincenzo Bizzo, podemos expor a importância que os postulados evolucionistas de Charles Darwin tiveram no contexto italiano, impulsionando a adesão à sua doutrina e comunhão de seus conceitos para superar o empecilho que a religião católica e seus dogmas representavam para o progresso e desenvolvimento do país, sendo que “o projeto de unificação política da Itália, acalentado pela burguesia nortista, pressupunha claro confronto com a Igreja.”<sup>81</sup>

Nesse conflito, que se situava como obstáculo, além da Igreja, o Império Austro-Húngaro, eleva-se à categoria de herói Giuseppe Garibaldi que, em 1859, liderando movimentos populares e tropas francesas, vencem a guerra contra o Império e conquistam o reino da *Lombardia*, iniciando a unificação.

Com poder agregador de movimentos populares, em 1860, o movimento vence outras batalhas, unindo ao reino de *Piemonte* os reinos papais de *Parma*, *Modena*, *Romagna* e *Toscana*. Naquele mesmo ano, os “camisas vermelhas” de Garibaldi seguidos por outras tropas, incorporam o reino das *Duas Sicílias* (sul da Península Itálica). Em 1861, os Estados Pontifícios (governados pela Igreja Católica) foram anexados à Alta Itália, formando, assim, o Reino da Itália.

Nesse mesmo ano, Paolo Marzolo, após ministrar um curso livre de história natural da língua, foi convidado pelo Ministro da Educação italiana, o físico Carlo Matteucci, considerado como um dos precursores da moderna eletrofisiologia, a exercer o cargo de professor de literatura latina em Nápoles.

<sup>80</sup> LOMBROSO, 2001, p. 534.

<sup>81</sup> BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **O que é Darwinismo**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 64.

Esse convite se deu por conta do interesse particular do Ministro e que representa aquele momento de transição, ou busca por substituição do saber teocrático pelo cientificismo, uma vez que foi consequência do compartilhamento de ideologias políticas decorrentes do *status* de superioridade que o saber científico vinha conquistando à época perante os saberes “tradicionais”, demonstrando que o conflito entre as instituições e doutrinas metafísicas e científicas ocorreu para além dos campos de batalhas propriamente dito, cujo objetivo era substituir a velha ordem teológica pelas modernas abordagens empiricamente fundamentadas, em voga em todo o centro, e a pela novel ordem que elas representavam e traziam consigo.

Em 1862, Cesare Lombroso, que já gozava de certo reconhecimento no âmbito militar por premiação por menção honrosa e promoção ao posto de médico de 1ª classe do batalhão por conta do trabalho *Sobre as feridas das armas de fogo*, foi designado para “lutar” na guerra contra a criminalidade (bandoleirismo) na Calábria.

Em 1863 inicia, na Universidade de Pávia, o curso de psiquiatria, cujos “objetos de estudo” seriam os doentes mentais do Hospital Santa Eufêmia, a aula inaugural do curso trazia a base da vida científica de Lombroso:

[...] a necessidade de analisar-se o doente mental de forma precisa e exata, para se obter parâmetros de cura, distinguindo-o do criminoso, assunto que o preocupava desde há muito, pois, na teoria penal clássica, o juiz somente poderia condenar o acusado se este fosse responsável, ou seja, de *mente sã*. Com efeito, neste mesmo ano, fixa as bases desta distinção em *Medicina Legal das Alienações Mentais*, que se pode considerar o primeiro núcleo do *Homem Delinquente*. Inicia o exame sistemático do louco e do delinquente caracterizando o método experimental de exame nos doentes como objetos da História Natural – pele, cabelo, dentes, esqueleto, sistema muscular, visceral, sentidos, sensibilidade, exame anatômico, etc.<sup>82</sup>

Em 1864 publica *Medicina Legal das Alienações Mentais* e no ano anterior, com 30 anos e com experiência empírica e saberes científicos sobre os problemas do sul da Itália, implanta “[...] as bases de uma geografia médica da Itália, indispensável à criação de uma boa legislação sanitária”<sup>83</sup>, deixando a vida militar.

Em 1866, o reino de Veneza, que era governado pelos austríacos, foi incorporado com apoio da Prússia que também auxiliou as tropas italianas na incorporação de Vêneto, conflito no qual Lombroso se encontrava no campo de batalha e após o fim do conflito, se incorporou ao grupo de “[...] médicos militares do hospital de Treviso, para conseguir deter a cólera que disseminava mortes em toda a península,

---

<sup>82</sup> LOMBROSO, 2001, p. 535.

<sup>83</sup> Loc. cit.



recebendo menção honrosa especial por zelo e eficiência”.<sup>84</sup> Retornando a Pávia, foi nomeado médico chefe da seção de doentes mentais do Hospital Santa Eufêmia.

Se dedicando à vida civil, Lombroso se lança “[...] ao exame sistemático dos delinquentes e alienados, publicando uma série de perícias e diagnósticos médico-legais executados com o método experimental e abrindo, em Pávia, um Curso Livre de Antropologia para expor este método de forma gratuita aos estudantes.”<sup>85</sup>

Em 1868, a Itália combatia uma epidemia de *Pelagra* (doença epidérmica caracterizada por erupções). Lombroso, dando continuidade à pesquisa iniciada por Ludovico Bernadini no milho avariado por fungos, após estudar, examinar e experimentar encontrou a cura para a doença.

Para consolidar a unificação, restava unicamente Roma, a capital do Estado da Igreja Católica que era protegida pela França até 1870, quando na guerra contra a Prússia, as tropas francesas que guarneciam Roma foram deslocadas para o conflito, ocasião em que, sem proteção, a cidade foi conquistada.

Porém, mesmo com derrota, a Igreja Católica tinha ainda muito poder, a ponto de conseguir transformar Roma na capital do país, finalmente unificado, mas não reconhecido aos olhos do Vaticano.

Reconhecimento que se deu somente com a assinatura do *Tratado de Latrão*, assinado em 1929, por Benito Mussolini e pelo Papa Pio IX, em troca da criação e independência do Estado do Vaticano, acordo que previa, ainda, indenizações por perdas territoriais de regiões católicas no processo de unificação.

No ano de 1871, o médico italiano publica, enfim, a obra *O homem branco e o homem negro: leituras sobre a origem e variedade das raças humanas* e assume o manicômio de Pesaro, com amplos poderes que propiciaram uma reorganização. Três anos mais tarde, já tendo retornado à Pávia, “[...] finalmente, é encarregado da cátedra de medicina legal e inicia uma revolução no ensino desta ciência, levando estudantes às prisões para o estudo direto dos presidiários”.<sup>86</sup>

Assim, no pós-unificação era natural que a burguesia expandisse até os limites territoriais do sul daquele novo país seus objetivos, instituições e ideologias impulsionados pelo crescente nacionalismo italiano.

---

<sup>84</sup> LOMBROSO, 2001, p. 536.

<sup>85</sup> Loc. cit.

<sup>86</sup> Ibid., p. 537; 539.

Formava-se, desse modo, um ambiente sócio-político extremamente favorável à Cesare Lombroso, que colocava a disposição da classe dominante, como discípulo de Marzolo, suas teorias legitimadas por Darwin, base que o centravam na vanguarda científicista italiana e que possibilitavam projetar um futuro promissor para sua nação em termos socioeconômicos, pois, amalgamando o controle social já consolidado e a inquestionável (im)parcialidade da ciência, o médico italiano colocará sobre si as luzes progressistas naquele período de urgente modernização dentro do qual o saber científico abria as janelas pelas quais se vislumbravam, no horizonte, novos tempos.

É sob estes termos que Cesare Lombroso compromete-se com a política sul-italiana anti-delinquente, tomada como pressuposto para o progresso e desenvolvimento daquela região onde a principal atividade econômica era a agricultura, além de ser a mais pobre e por consequência, a mais necessitada de ordem pelos ditames progressistas e expansionistas do norte, mas também com grande reserva de mão-de-obra a ser explorada.

E sobre um determinismo que ainda será demarcado, Lombroso foi visto como salvador italiano que traçaria o futuro visto desde a criminalidade e a segurança pública/jurídica decorrente do saber científico.

Nesta mirada, é para a periferia mundial, rotulada historicamente como “novo mundo” que nossos olhos se voltam. A procura pelo “Outro” chega ao fim.

## 2.4 ENTRE A “DESCOBERTA” E A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” PELO CENTRO: A DIVERSIDADE RACIAL MARGINAL COMO FATOR DESIGUALITÁRIO.

“[...] a Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em ob-jeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O ‘coberto’ foi ‘des-coberto’: *ego cogito cogitatum*, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno ‘nasce’ nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas”. (Enrique Dussel - O encobrimento do outro)

Já na decadência do feudalismo, a corrida pela acumulação de riquezas, o crescimento das cidades e do comércio com o consequente êxodo rural, entre outros

elementos, que culminaram com a “descoberta do novo mundo”<sup>87</sup>, já demonstrava que o modelo objetivado pela emergente burguesia “[...] produtora de saberes decorrentes de suas novas funções econômicas, um saber monetário, burocrático, a favor das racionalizações necessárias ao processo de centralização do poder”<sup>88</sup>, necessitava de corpos para seu funcionamento, não apenas como meras engrenagens ou combustível, mas como objeto de atuação, eis que se trata de uma “máquina de gastar gente”.<sup>89</sup>

Nesse contexto, segundo Gabriel Ignacio Anitua, a vinculação entre a produção de bens, circulação de capital e exploração/dominação/disciplinamento de certos contingentes é explícita, mesmo nesta fase embrionária do capitalismo, dado que:

O mercantilismo necessitou de um disciplinamento selvagem dos grupos sociais que não se integraram a nenhum dos grupos economicamente produtivos. A forma de “educar” os não proprietários para que aceitassem como natural esse estado de coisas foi através da violência punitiva. A nova ordem estatal e capitalista libertava o servo feudal de suas cadeias, mas também o despojava dos meios de produção – a terra, as fontes comunitárias de subsistência, as ferramentas. As regras do jogo do mercado capitalista tentariam impor um difícil equilíbrio entre a reclamada igualdade no processo de circulação de bens e uma marcada desigualdade no processo produtivo.<sup>90</sup>

Foi no período das grandes navegações que o debate sobre as diferenças raciais humanas se tornou relevante e ganha importância no meio científico, tendo em vista o “novo mundo”, com “novos” povos e culturas (primitivas e selvagens) prontas para serem dominadas e salvas do pecado original pelas benevolentes missões católicas, o que mais tarde irá propiciar a origem determinista da antropologia criminal.

Nessa constante procura pelo “Outro”, Vera Malaguti Batista leciona que foi a partir da criação das cidades, do contratualismo, do fortalecimento da burguesia e do Absolutismo, é que restou configurado o Estado moderno e suas estruturas penais, especificamente entre os séculos XIV e XVIII, período no qual:

<sup>87</sup> A “historinha” do “descobrimento” do novo mundo é conhecida por todos, porém, assim como toda a história, ela é o relato de um ponto de vista, perpetuada pelos “vencedores”. Mudando o assento, Elisa Larkin Nascimento nos apresenta o Afrocentrismo, dentro do qual, podemos notar que muito antes dos europeus chegarem às Américas, povos africanos já faziam contatos com as Américas pré-colombianas. De acordo com vários estudos, as evidências e influências culturais de povos negros nas Américas são constatadas a partir de um grande rol de testemunhos visíveis na cerâmica e escultura pré-colombiana, nas técnicas utilizadas na mumificação e para a construção das pirâmides, além, também de provas científicas nas áreas de etnologia, botânica, arqueologia, oceanografia, filologia, história cultural e linguística que, somadas aos “[...] esqueletos e crânios encontrados em diversos sítios convenceu a Associação Internacional de Americanistas a reconhecer, em 1974, que existiam fatos suficientes para comprovar a presença africana nas Américas antes de Colombo”. (NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O tempo dos povos africanos**: suplemento didático da linha do tempo dos povos africanos. IPEAFRO - SECAD/MEC - UNESCO, 2007, p. 31).

<sup>88</sup> BATISTA, V., 2011, p. 33.

<sup>89</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 69.

<sup>90</sup> ANITUA, 2008, p. 114.

[...] a acumulação de capital que impulsionará o mercantilismo, a manufatura e, logo, a Revolução Industrial forjará uma sociedade de classes através da luta para o disciplinamento de contingentes de mão de obra para o trabalho. O disciplinamento dos pobres para a extração de mais-valia, energia viva do capital, vai precisar da ideologia, da racionalidade utilitarista a legitimar as relações e as técnicas de domínio dos homens e da natureza. A violência e a barbárie fazem parte desse cenário, produzidas pelo excesso de civilização, e não pela sua antítese.

A partir do século XVIII, o processo histórico de fortalecimento do contrato social determina outras necessidades de ordem. As execuções públicas vão se tornando perigosas com o protagonismo da multidão que vai produzir a crítica do Absolutismo. A revolução bate às portas da Europa, com suas multidões de pobres a produzir o Grande Medo: cabeças cortadas, diria Glauber Rocha.

O poder punitivo vai precisar de novas propostas e novas técnicas para dar conta da concentração de pobres que o processo de acumulação do capital provocou. E pobres, agora, com uma perspectiva revolucionária.<sup>91</sup>

Assim, a busca por respostas nos desiguais sobre sua própria desigualdade, e por consequência, de sua inferioridade que desemboca em um maior ou menor grau de (des)humanidade, é próprio da natureza científica oitocentista (já delineada no final do século XVII), principalmente da Antropologia que após estabelecer a humanidade dos negros, manejava o racismo enquanto diferenciação e redução racial dos negros no tocante a sua humanidade, resultando, assim, em práticas discriminatórias que chegaram ao ponto de negá-la.

A partir do olhar eurocêntrico, o “descobrimento” dos “Outros” marginais, concebidos como “primitivos” (que já eram há muito conhecidos) e/ou “selvagens” perante o modelo “civilizado” e “evoluído” impulsionará a escravidão como modo de produção, extraindo sua legitimação primeva das leis divinas e eternas, nas quais o homem branco europeu foi criado pelo sopro de Deus e refletia a sua imagem.

A busca por discursos legitimantes do controle social central, interna e externamente, encontrou em nossa margem um solo virgem e muito fértil para a construção e imediata identificação desse “Outro” transformado em coisa exótica.

Um discurso inquestionável que naturalizava o genocídio, o extermínio, a dominação, a acumulação de capital, a extração de mais valia e de matérias-primas, tornando nossa margem colônia, totalmente dependente e desfigurando nossas raízes com uma dinâmica de culturação/aculturação que impôs a igualdade a partir daquela imagem e semelhança como objetivo político.

Semeadas ainda no além-mar, a partir da margem brotaram diversas teorias para legitimação da hierarquização esboçada no centro tendo como “provas”, vivas ou

---

<sup>91</sup> BATISTA, V., 2011, p. 25.

não, a primitividade e a selvageria (que “saltavam aos olhos”), que confirmavam a superioridade central, permitindo e endossando a estigmatização da periferia logo transformada em “laboratório” ou “observatório” dos homens responsáveis por construir discursos legitimantes da realidade e da ordem social estabelecida e naturalizada através da sinonímia entre evolução e progresso, principalmente em termos científicos.

Uma dinâmica inquebrantável, pois, nas mãos da ciência foi depositada a missão de tornar inquestionável e irrefutável a supremacia central partindo de pressupostos já verificados e consolidados na prática decorrente dos vínculos e relações intercontinentais, demonstrando que o saber científico não estava isento das influências sociais, políticas e econômicas, apesar da defendida, e por alguns, acreditável, neutralidade norteadora da verdade (?).

Com o arsenal teórico construído, se tratava de questionar não apenas se aqueles “Outros” tinham a mesma descendência dos “donos do mundo”, mas também se o direito iluminista igualitário tutelava-os e até que ponto tutelava-os, permitindo a maleabilidade daquela igualdade em face dos anseios da raça/classe dominante.

No interior desta conjuntura, os cientistas criticavam de uma só vez o discurso católico e a filosofia iluminada, pregando a flexibilização dos direitos estabelecidos e funcionais até então, inerentes a universalidade humana, já que esta não era una, pois, na diversidade racial havia os inferiores mesmo em relação aos indígenas que traziam na cor de sua pele a herança da “criação divina” segundo o Cristianismo, descendência de Adão e de Noé.

Por certo, não haveria outros “Adãos” ou “Noés” na margem, o que pressupunha que sua selvageria e inferioridade eram decorrentes de seu afastamento das leis divinas, o que significa que, por culpa, arrependimento e renegação de seus “ídolos” esses inferiores seriam perdoados, encontrando novamente o caminho da salvação católica no qual seriam liderados pelos missionários.<sup>92</sup>

Carecemos, então, descer a escala racial até seu degrau mais baixo, a categorização racista da humanidade, cujo único acesso é através da porta daquele longuíssimo trajeto histórico apontado por Eugenio Raúl Zaffaroni, e advertidos por ele, de que se trata de uma história macabra<sup>93</sup>, entrando por ela, sem a mínima pretensão de exaustão, encontraremos os “proto-humanos” ou primitivos cuja salvação não era

---

<sup>92</sup> ZAFFARONI, 1988, p.63.

<sup>93</sup> Id., 2013, p. 77; 82.

possível e com eles os discursos que lhes definiram a posição inferior em diversas culturas e é em busca deles que partimos agora.

## 2.5 A RAÇA HUMANA EM QUESTÃO: (DES)IGUALDADE OU DIFERENÇA HUMANA - SER OU NÃO SER, EIS A LEGITIMAÇÃO!.

“O matador mata sempre duas vezes – a segunda pelo silêncio” (Elie Wiesel – Prêmio Nobel da Paz em 1986)

As desigualdades raciais e sociais, historicamente, sempre prescindiram de discursos legitimantes a ponto, ou pelo menos com o objetivo final, de naturalizá-las, municiando a raça/classe dominante de instrumentos hábeis, funcionais e eficazes no controle social dos dominados (conceitualizados há como minorias, mas, para nós, são maiorias dominadas), permitindo a hegemonia de diversos *ismos* todos mantenedores da ordem social quase inalterada através dos tempos. Dito de outro modo e resumindo, nos confrontos e conflitos humanos através da história, o poder sempre se valeu de um saber para legitimar seu sistema de controle social.

No concerne ao conflito entre a defesa da realidade construída, repressora já que se movimenta e funciona em prol de sua conservação, e as pretensões de mudanças, identificadas historicamente por correntes “progressistas”, ou seja, naquele confronto discursivo já apontado por Criminologias conservadoras *x* críticas, Eugenio Raúl Zaffaroni assim dispõe:

Com efeito, no mundo temos uma sucessão de conceitos de homem, antropologias filosóficas ou antropovisões, que se corresponderam com visões do mundo e que envolvem concepções de sociedades que dela derivam. Cada um desses conceitos tem sido chamado de “lei natural” e implica uma certa justificativa para o controle social repressivo - ou nenhuma, no caso dos direitos naturais anarquistas - e também uma explicação do crime. Cada “*jusnaturalismo*” histórico teve sua *Criminologia*, ou seja, seu sistema de idéias sobre o que deveria ser o crime e a punição e as razões pelas quais se cometem crimes, o que implica uma crítica ou justificação do sistema penal naquele momento histórico. Isto significa que as *Criminologias* “críticas” e “conformistas” sempre existiram em todas as culturas. A circunstância de se recorrer a argumentos teológicos ou filosóficos ou argumentos empíricos sobre uma parte isolada da realidade, não se pode perder de vista o fenômeno em si: cada sociedade tinha um discurso criminológico que explica o poder e o crime.<sup>94</sup>

<sup>94</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 101. Tradução nossa, no original: “*En efecto: en el mundo se han sucedido conceptos del hombre, antropológicas filosóficas o antropovisiones, que se correspondieron con*

Em relação à busca dos discursos legitimantes ou pretensos legitimadores, Stephen Jay Gould ensina que:

A razão e a natureza do universo têm sido invocadas ao longo da história para consagrar as hierarquias sociais existentes como justas e inevitáveis. As hierarquias sociais raramente duram mais que algumas gerações, mas os argumentos, retocados para a justificação de cada novo rol de instituições sociais, circulam indefinidamente.

O catálogo de justificações baseadas na natureza abarca uma série de possibilidades: elaboradas analogias entre a relação dos governantes com hierarquia de classes a eles subordinadas e as relação da Terra, na astronomia de Ptolomeu, com a ordem hierárquica dos corpos celestes que girava ao seu redor; ou referências à ordem universal de uma “grande cadeia do ser” em que, desde as amebas até Deus, tudo se ordena numa única sequência que, perto de seu ponto culminante, inclui uma série hierárquica das diferentes raças e classes humanas.<sup>95</sup>

Isto é claro, antes de se consolidarem tão fortemente, dadas suas profundas raízes (que aqui na margem se encontram na nossa formação enquanto núcleo social), até prescindirem de discursos legitimantes, quando passam a serem ideologias que se mantêm por si sós, pela realidade construída e naturalizadas a partir daqueles discursos acumulados e sequenciais inquestionáveis pela eficácia do “autismo ideológico”<sup>96</sup>, um instrumento a serviço da dominação central, determinante para o olhar iludido desde a margem que não capta os fatos reais como manifestação do poder dominante, uma posição que abrange também os intelectuais marginais.

Esse encobrimento da realidade periférica pelo ideológico central confere uma ininterrupção na hegemonia do controle social central e marginal de uma minoria dominante sobre uma maioria dominada, historicamente construída, identificada e estigmatizada como “minorias”.

A partir de uma posição contra-hegemônica, não é por acaso que as categorias de “raça” e classe estão estabelecidas nesta ordem, pois, tendo uma perspectiva marginal decolonial como um dos alicerces desta dissertação, antes de

---

*cosmovisiones y que envuelven concepciones de la sociedad que se derivan de ellas. Cada una de estas concepciones ha sido llamada "derecho natural" e implica una justificación de cierto control social represivo — o de ninguno, en los casos de los derechos naturales anarquistas — y también una explicación del delito. Cada "jusnaturalismo" histórico tuvo su criminología, o sea, su sistema de ideas acerca de lo que debe ser el delito y la pena y de las causas por las que se delinque, lo que implica una crítica o una justificación del sistema penal existente en ese momento histórico. Esto significa que las criminologías "críticas" y "conformistas" han existido siempre y en todas las culturas. La circunstancia de haber recurrido a argumentos teológicos o a argumentos empíricos sobre una parte aislada de la realidad, no puede hacernos perder de vista el fenómeno mismo: toda sociedad tuvo un discurso criminológico que explicaba el poder y el delito.”*

<sup>95</sup> GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 17.

<sup>96</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 36.

falarmos em classes sociais, devemos falar, por seu condicionamento nas diversas estruturas sociais, centrais e periféricas, em raça, e, portanto, de racismo em suas diferentes materializações, legitimações e ideologias.

Como política central, de acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni, o racismo sempre nos caracterizou como “inferiores”, embasando esse argumento em discursos “bíblicos”, “racionalistas” ou “científicos”<sup>97</sup>, situando na ordem desse processo, o desenvolvimento argumentativo cronológico do controle social racialmente estabelecido, uma dinâmica constante na qual se observa a inversão proporcional da força legitimante de um discurso em relação ao “Outro”.

Apesar de ser um termo equivocado segundo os saberes científicos biológicos atuais, eis que a raça humana é una, é imprescindível continuarmos a usar o termo por sua importância sócio-histórico-cultural como fator estruturante e condicionante das relações sociais e das sociedades, a qual, imersa no caldo heterônimo que se consubstanciam, produz uma realidade que se reflete diretamente naquele âmbito, ou seja, produz um fato concreto carregado de significados de caráter hierarquizante no controle social.

Mesmo sendo uma construção biologicamente falsa, politicamente é verdadeira e com consequências inequívocas, é o que Elisa Larkin Nascimento denominou de “raça socialmente construída”, pois:

[...] as raças existem como um fato real no sentido político e social, com conseqüências profundas na vida das pessoas. Se alguém é discriminado porque faz parte de uma “raça”, então o conceito de raça existe de fato, social e politicamente, como motivo dessa discriminação. Por isso, não podemos ignorar, subestimar ou negar a existência concreta das raças dizendo que a sua existência biológica não tem fundamento científico. As raças existem como uma dura realidade social, com efeitos políticos, econômicos, psicológicos e culturais na vida das pessoas.<sup>98</sup>

Na mesma direção aponta Carlos Moore para quem o racismo, como fenômeno “não conceitual” construído pela “realidade histórica”, se fez presente e demarcou as linhas limítrofes na organização interna de diversas culturas antigas, nas quais “[...] sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no *fenótipo*, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia. O *fenótipo* é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão [...]”.<sup>99</sup>

<sup>97</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 66.

<sup>98</sup> NASCIMENTO, E., 2007, p. 13.

<sup>99</sup> MOORE, 2007, p. 22.



Decorrente da estigmatização como inferior do fenótipo negro no interior de diversas sociedades, que nos orienta para muito além da escravidão negra e do centro, essa posição foi tomada como ponto cardeal que orientou todo o esforço de diversos cientistas centrais na construção de discursos “irrefutáveis”, do ponto de vista científico-biológico, da condição do negro.

Nesse norte, veremos que Cesare Lombroso, tomado como ponto de partida e chegada da representação científica central, ao se dedicar ao concreto, empiricamente manipulável e historicamente construído, parte do fenótipo negro (e de toda sua representação no centro) em direção ao aprimoramento do Classicismo, em outros termos, parte do determinismo racial para o determinismo biológico inserido no paradigma etiológico aportando no estereótipo com finalidade de simplificar a identificação do criminoso nato, um instrumento que não representava novidade, como veremos ao tratar da obra *L'uomo delinquente*.

Para cumprir esse percurso, se faz necessário demarcar no horizonte histórico o racismo como prática discriminatória antes mesmo de chegar ao centro, onde recebeu o invólucro científico, pressuposto básico de Lombroso.

### **2.5.1 As diferenças raciais empíricas como legitimação do controle social histórico: uma demarcação entre racismo prático, teoria tipológica e construção racial científica.**

“Dizia o filósofo que a humanidade teria sido dividida a partir de três tipos de homens: os homens de bronze, que por causa do vil metal teriam surgido para trabalhar; os homens de prata, que não teriam sido feitos para trabalhar (porque a prata amassa, dobra e quebra), mas sim para legislar; e por fim, os homens de ouro, criados, como vocês podem imaginar, para governar.” (Sócrates – A fábula dos três homens, contada por Lilia Moritz Schwarcz<sup>100</sup>)

Carlos Moore enfatiza que a construção do negro se operou a partir da diversidade e variação fenotípica-melânica da população de pele negra que, no período Neolítico Superior (4 a 10 mil anos a. C.), povoava o planeta inteiro. Tendo como causas dessa variação fatores biológicos, climáticos e geológicos aos quais os povos

<sup>100</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Estação Ciência: EDUSP, 1996, p. 147.

leucodérmicos (euro-asiático-semitas) ficaram expostos ao se direcionarem ao sul, a diferenciação “racial” promoveu uma “consciência grupal fenotipizada” que colocou em movimento grandes migrações que resultaram em grandes conflitos na medida em que esses grupos se encontravam.

Esses confrontos desencaderam um processo de identificação racial-grupal a partir da negação da ancestralidade africana, ou seja, o negro que até então não se via como negro haja vista o caráter homogêneo da humanidade, foi construído no exato momento em que deixou de ser negro para ser branco e amarelo, haja vista que:

Os povos melanodérmicos responsáveis pelas grandes civilizações da Antiguidade, no Continente Africano (Egito, Meroé, Kush), no Oriente Médio (Elam, Sumer) e no Sul da Ásia (Mohenjo-Daro, Harappa, Chanhudaro), foram posteriormente derrotados, seus Estados derrubados e seus territórios conquistados.

A partir desta interpretação da história - facilmente verificável, embora não seja tradicionalmente ensinada - é possível chegar à conclusão de que vários proto-racismos surgiram na Antiguidade, em uma época caracterizada por grandes ondas migratórias, invasões de territórios e distúrbios nas civilizações assentadas no Mediterrâneo, no norte da África, no Oriente Médio e no sul da Ásia. Desse modo, o racismo contemporâneo apareceria como o que ele realmente é: uma visão coerente e operacional do “Outro” racial, baseada em um poder total sobre este, que se manifesta através de uma consciência grupal *historicamente* construída.<sup>101</sup>

Decorrente da identificação-construção desse “Outro”, racial e historicamente formatado, a genealogia do racismo pode ser observada através da documentação que conta a origem e história de um povo específico e a partir dele a história da humanidade é encontrada em relatos que nos remete há 1.500 anos a.C., como demonstra Carlos Moore, quando ocorreu a invasão da Índia por tribos arianas, ocasionando a destruição da grande civilização *harappana* do Vale do Indo (atualmente Paquistão).

Conflito contado e cantado pelo *Rig-Veda* (Livro dos hinos), livro mais antigo (e por isso, considerado como o mais importante já que ele deu origem aos outros) da trilogia sagrada indiana chamada de *Vedas*, escrita aproximadamente entre 1.000 e 500 anos a.C. sendo o documento mais antigo da literatura hindu.

De acordo com o autor, nas escrituras sagradas do Hinduísmo, as tribos invasoras *leucodérmicas* (de pele clara, branca ou amarela) autodenominadas *arri*, ou *ária* (“gente da pele nobre”), originárias do sul do Irã e da Ásia Central designavam seus oponentes de *dasyu* (denominação coletiva para “negros”) ou *anasha* (“gente do nariz chato”) e a partir da identificação dos lados

---

<sup>101</sup> MOORE, 2007, p. 257-258.

[...] o *Rig-Veda* relata que Indra, suposto líder dos invasores arianos, logo transformado em semi-Deus, ordenou a seus súditos guerreiros de “destruir o *dasyu*” e “eliminar a pele negra da face da Terra”. O *Rig-Veda*, que descreve os grandes combates entre esses brancos e autóctones negros em termos de uma luta entre a “luz” e as “trevas”, diz, textualmente, que Indra “matou os bárbaros de nariz chato (*anasha*)” e “assoprou com força sobrenatural, fazendo desaparecer da terra e dos céus a pele negra que Indra tanto odeia” (Soma Pavamana 9.73.5). Após a vitoriosa conquista das terras dos *anashas*, relata o *Rig-Veda*, Indra ordenou a seus seguidores de “desencourajar as peles negras dos *anashas*”.<sup>102</sup>

Nas passagens do *Rig-Veda*, encontramos a hierarquização da escala social situando nos polos opostos o branco, já identificado como ariano, e o negro (escala social que atravessa mais de 3.500 anos e se mantém praticamente intacta), como ordem divina hindu que determinou essas posições segundo a vontade de seu deus, ou seja, como dádiva aos brancos e castigo aos negros, e dividiu, tendo como base, a cor de pele desses povos, as características humanas positivas e negativas, como deixa hialino o hino a Indra 1.103.3: “Com um raio na mão como arma, e cheio de poder, arremeteu contra os *dasyu*, destruindo seus fortes. Envia teu dardo com sabedoria, Amo da Trovoadá, para atingir os *dasyu*. Aumenta, Indra, o poder e a glória dos arianos.”<sup>103</sup>

Nas matrizes centrais greco-romanas, a xenofobia conhecida impulsionava a identificação e estigmatização de qualquer “outro” como “bárbaro” que, limitada às fronteiras geográficas centrais, caracterizava outros povos brancos considerados inferiores e escravizados.

Entretanto, com o imperialismo helênico-romano em direção à África e ao Oriente Médio, o primitivo é “descoberto” e a posição racial-epidérmica, herança dos antepassados centrais, emerge no famoso texto épico *Ilíada*, de Homero, que faz referências aos conflitos, “[...] pela posse do Mediterrâneo, entre “xantus” (cor clara) e “melantus” (cor preta), que supostamente se referem aos autóctones (*pelasgos*) e aos invasores arianos (*aquéos* e *dórios*)” e também no antigo tratado *Fisiognomica* de Aristóteles, que é, segundo Carlos Moore:

[...] racialmente determinista, fixando qualidades e defeitos morais do ser humano segundo critérios baseados puramente no fenótipo. Entre esses, “a cor demasiado negra é a marca dos covardes”, enquanto “a cor rosada naturalmente enuncia as boas disposições”. Nesse contexto, a designação genérica dos africanos como *etiop* (“cara queimada”) não pode ser esquecida. O período durante o qual Grécia e Roma dominaram sucessivamente parte do mundo antigo coincidiu com o auge de um raciocínio supostamente científico baseado no conceito de *fenótipo racial*. Os pensadores gregos denominaram, pois, tal procedimento de *Fisiognomia*, que se baseava na idéia de que uma

<sup>102</sup> MOORE, 2007, p. 51.

<sup>103</sup> Ibid., p. 52.

observação da anatomia e do fenótipo conjugados dariam uma visão da personalidade humana.<sup>104</sup>

Essa herança racial, segundo o autor, conferiu a base dos saberes sobre o homem e a humanidade nos principais nomes da filosofia e literatura greco-romana, até hoje consideradas como “berço da civilização humana” e fonte do saber, que além de Aristóteles é encontrada em Plínio, Strabo e Heródoto, intelectuais cujas obras são tidas como clássicas e que, por sua vez, foram e são tomadas como base para a formação de valores socioculturais centrais e periféricos, pois:

Plínio, em sua *História Natural*, refere-se às características raciais fazendo distinções detalhadas, no seu Livro VII, intitulado *O Homem*. Heródoto, no Livro VII, trata das diferenças raciais ao discutir a Etiópia. Strabo, no seu trabalho sobre a geografia, discute abundantemente sobre as raças e as diferenças de tipos humanos em todo o planeta. Em realidade foram poucos os autores clássicos que não comentaram em alguma parte de suas obras sobre a raça e as diferenças fenotípicas. Plínio, referindo-se aos etíopes, chegou até a comentar: “Quem acreditaria nos etíopes antes de vê-los?... Na perspectiva de alguém de uma raça diferente, um estrangeiro é menos que um membro da espécie humana!”<sup>105</sup>

No mundo ocidental, a primeira legitimação discursiva sobre as diferenças raciais tem o fundamento teleológico e pode ser encontrada na Bíblia Sagrada, mesmo não utilizando literalmente o termo “raça” (que será forjado em termos biológicos no calor do desenvolvimento e consequente especialização das ciências biológicas oitocentistas), a idéia racial era concebida, de acordo com Micheael Banton, no sentido de “linhagem”.<sup>106</sup>

De acordo com as escrituras sagradas do Cristianismo, após o dilúvio, a sobrevivência da espécie humana, sua multiplicação e novo povoamento da Terra eram os deveres de Noé e sua prole, a partir de *Jafé* (a seus filhos foi reservada a Europa), *Sem* (seus filhos ficariam com a Ásia), e *Cam* (pai de Canaã, cuja descendência povoaria e habitaria a África).<sup>107</sup>

Nos versículos do capítulo 9 do livro Gênesis da Bíblia, encontramos:

18 Os filhos de Noé que saíram da arca fo-ram Sem, Cam e Jafé. Cam é o pai de Canaã.

19 Esses foram os três filhos de Noé; a partir de-les toda a terra foi povoada.

20 Noé, que era agricultor, foi o primeiro a plantar uma vinha.

21 Bebeu do vinho, embriagou-se e ficou nu dentro da sua tenda.

22 Cam, pai de Canaã, viu a nudez do pai e foi contar aos dois irmãos que estavam do lado de fora.

23 Mas Sem e Jafé pegaram a capa, levantaram-na sobre os ombros e, andando de costas para não verem a nudez do pai, cobriram-no.

<sup>104</sup> MOORE, 2007, p. 56-57.

<sup>105</sup> Ibid., p. 58.

<sup>106</sup> BANTON, 1977, p. 29.

<sup>107</sup> POLIAKOV, 1974, p. XXII.

24 Quando Noé acordou do efeito do vinho e descobriu o que seu filho caçula  
 lhe havia feito,  
 25 disse:  
 "Maldito seja Canaã! Escravo de escravos será para os seus irmãos".  
 26 Disse ainda:  
 "Bendito seja o Senhor, o Deus de Sem! E seja Canaã seu escravo.  
 27 Amplie Deus o território de Jafé; habite ele nas tendas de Sem, e seja  
 Canaã seu escravo".

Nasceu assim a maldição de *Cam*, e com ela o fundamento “divino” para a escravidão africana, que, “[...] desde tempos bastante remotos, os ‘camitas’ ou negros eram classificados abaixo da escala hierárquica humana.”<sup>108</sup>

Carlos Moore, explicitando a funcionalidade ideológica dos mitos, indica o duplo sentido da maldição *Cam*: primeiro seus descendentes seriam negros e segundo a escravidão como herança e castigo divino, ou seja, por vontade suprema, tratava-se de marcar na pele a condição inferior de escravo, que também é encontrada no mundo muçulmano onde *Cam* se transforma em *Ham*, e os escravizados árabes não eram descendentes de *Canaã*, “[...] mas sim negros cuja maldição compreendia tanto a cor da pele quanto a escravização que passou a ser um peso de sua hereditariedade”.<sup>109</sup>

No processo social classificatório mundial racializado desenhado por Michael Banton (primeiro do ocidente e depois do mundo, seguindo a marcha expansionista colonial central), encontramos outras formas de ordenar e classificar a humanidade, pois, como aponta o autor, nesse processo, os conceitos de raça, classe e nação possuem inegável similaridade ideológica e produtos sócio-culturais construídos no interior do eurocentrismo e projetadas aos limites da Terra<sup>110</sup>, vestígio que nos leva ao momento no qual a empiria transatlântica inicia seus ataques desconcertantes ao discurso religioso, muito antes do século XIX (século chave para a confluência dos saberes científicos nas políticas racistas).

Tradição, mito, história, legado, herança, etc., seja qual for o processo adotado, o racismo, nos termos apontados nas linhas anteriores, tomou contornos de consenso no interior da distancia racial estabelecida pelo branco europeu em movimentos dinâmicos circulares, que alternam o sociológico e o político (e/ou vice-versa), de reelaboração, engendramento, codificação, recriação, reprodução, preservação, alteração e redução de suas características enquanto ser individual que representa toda a sua raça nas suas mais diversas esferas apontadas por Octavio Ianni,

<sup>108</sup> POLIAKOV, 1974, p. XXII.

<sup>109</sup> MOORE, 2007, p. 87.

<sup>110</sup> BANTON, 1977, p. 13.

para quem o africano transformou-se, na América Latina e no Caribe, em negro e mulato.

Mas essa metamorfose não foi exclusivamente marginal, no Centro também ocorreu, como o próprio autor indica, onde, na trama social, minuciosamente alinhavada, o branco situa o negro em outra natureza que pressupõe sua subalternidade, dado que:

Ele aparece ao branco, e a si mesmo, como um tipo social cuja sociabilidade e cultura apresentam característicos que o diferenciam do branco. Algumas das suas atividades, bem como os valores que organizam essas atividades, parecem diferenciar e discriminar o negro, a ponto de transformá-lo num problema, ou desafio, para o branco e a si mesmo. O branco procura encontrar no próprio negro os motivos da distância social, do preconceito e das tensões que se revelam nas relações entre ambos.<sup>111</sup>

De acordo com Léon Poliakov, foi na Península Ibérica, principalmente na Espanha (onde a humanidade do índio foi proclamada vinculando-os aos brancos originando o termo “mestiço”, que não denota uma concepção pejorativa em si, ao contrário de outra produção conceitual espanhola, mulato, vinculado ao negro que se originou a partir de “mulo”<sup>112</sup>) que o “extra-europeu” foi construído politicamente como a imagem refletida no espelho europeu que reconhecia no negro sua faceta mais degenerada.

Esse posicionamento marca o movimento de ascensão e emancipação da razão científica sobre a origem e diversidade racial, construindo a “idade da ciência” em detrimento da teoria teológica amaldiçoada que perdera legitimidade na medida em que a burguesia ganha poder à custa do clero (uma alternância de teorias que não se converteu em superação das desigualdades e hierarquização racial nem de perda do poder, muito ao contrário), denominado pelo autor de “antropologia das Luzes”<sup>113</sup>, caracterizada pela atribuição dos caracteres humanos mais negativos aos negros naquela região, desenhada como trampolim civilizatório central, onde:

[...] foram igualmente forjados e onde difundiram as grandes palavras-chave como “mestiço”, “mulato”, “negro”, “índio”, “casta”, e também, com toda probabilidade, o termo “raça”.

Foi também nesta península que se desenrolou, a partir do Renascimento, outro debate, rico em ensinamento sobre a maneira como, graças a certas conjunturas, as sociedades elaboram suas hierarquias e forjam seus conceitos. A unificação religiosa da Espanha desde 1492 fizera surgir o problema dos convertidos respectivamente “mouriscos” e “marranos”, isto é, descendentes dos muçulmanos e dos judeus mais ou menos bem batizados no decorrer do século XV. Os espanhóis de todas as camadas invocaram então sua origem

<sup>111</sup> IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 51-52.

<sup>112</sup> POLIAKOV, 1974, p. 110.

<sup>113</sup> Ibid., p. 173.

mais autenticamente “cristã”, proclamaram-se “Velhos cristãos”, impuseram, contra os malfadados “Novos cristãos”, uma legislação discriminatória – os “estatutos de pureza de sangue” – que colocava estes últimos embaixo da escala social. A doutrina correspondente especificava que a ortodoxia ou a infidelidade dos antepassados, no entanto, eles também provenientes de Adão e Eva, havia maculado o sangue dos descendentes, assim, hereditariamente viciado [...].<sup>114</sup>

Sem pretensões de exatidão, o autor aponta para o século XV como sendo a origem da questão sobre a desigualdade e diferenciação humana<sup>115</sup>, sendo tratada a partir da “tipologia”, ou, o uso de “tipos”, uma postura resultante da conjunção entre o saber científico e a política (ou vice-versa), pois, “a teoria da tipologia racial introduz-se no princípio do estudo das relações raciais, porque embora fosse uma teoria sobre a raça, sustentava que a natureza das raças determinava as relações entre elas.”<sup>116</sup>

A construção dessa teoria se encontra em um contexto central favorável às comparações objetivas e questionamentos anticlericais sobre:

[...] a pré-história do mundo e a origem das espécies, ainda assim influenciada pelo estado conjuntural do conhecimento muito deficiente dos modos de vida dos povos não europeus, pelo sentimento quase intoxicante do tempo sobre o ritmo de progresso material na Europa e pelo contexto dos contactos raciais ultramar, em que a maior parte das “autoridades” fizeram observações dos povos não europeus.<sup>117</sup>

Como principais características da teoria tipológica, que viam os tipos como sinônimos de espécies desde um ponto de vista superior e generalizante, Michael Banton elenca quatro pontos, sendo eles os seguintes:

A primeira é a de que as variações na constituição e no comportamento dos indivíduos devem ser explicadas como a expressão de diferentes tipos biológicos subjacentes de natureza relativamente permanente; a segunda afirma que as diferenças entre estes tipos explicam as variações nas culturas das populações humanas; a terceira diz que a natureza distinta dos tipos explica a superioridade dos europeus em geral e dos arianos em particular; a quarta explica que a fricção entre as nações e os indivíduos de diferente tipo tem a sua origem em caracteres inatos.<sup>118</sup>

Encontramos, assim, como pano de fundo das classificações raciais, o determinismo que procurava legitimar, amparado pela religião, a criação do homem (branco) à semelhança de Deus tendo como antagonismo a responsabilidade do próprio

<sup>114</sup> POLIAKOV, 1974, p. 111-112.

<sup>115</sup> Lília Moritz Schwarcz sublinha uma importante distinção entre os conceitos que merece, também aqui, ser grifada. Conforme suas lições, em matéria antropológica, a questão humana situada entre o centro e a margem era tratada antes como diferença, que pressupõe uma hierarquização racial demarcada pela ontologia, sendo as diferenças raciais definitivas e irreparáveis. (SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 81).

<sup>116</sup> BANTON, 1977, p. 15.

<sup>117</sup> Ibid., p. 67.

<sup>118</sup> Ibid., p. 60.

negro pela sua inferioridade que impulsionou sua escravidão, dando à esta os contornos de castigo divino, aliado aos saberes científicos que, até então, não questionavam a teoria da criação divina (apesar de desconhecer ainda sua verdadeira extensão em suas plurais facetas), e a hierarquia racial a partir do eurocentrismo, e para isso

O tipo era uma noção muito conveniente por não estar ligada a qualquer nível classificatório peculiar na Zoologia, tornando assim fácil referir tipos físicos característicos de determinadas nações, “tipos de conformação craniana” ou dizer que um crânio “se aproximava do tipo negro” sem ter de estabelecer em que consistia exactamente esse tipo.<sup>119</sup>

Dentro dessa perspectiva “tipológica”, derivada dos traços da “linhagem”, o termo “raça” foi utilizado para identificar e estabelecer a ascendência e descendência de certos povos e culturas, nas quais “[...] as diferenças entre raças derivavam das circunstâncias da sua história e, embora se mantivessem através das gerações, não eram fixas”<sup>120</sup>, e deste modo, não serviam aos anseios deterministas, uma vez que a mudança poderia conferir um risco à manutenção da ordem social estabelecidas.

Neste mesmo sentido aponta Kabengele Munanga, para quem a explicação dos “Outros” passava pelo crivo do monopólio racional e explicativo da Teologia e das escrituras bíblicas ao pregarem a unidade da humanidade enquanto frutos do paraíso dotavam, obrigatoriamente, esses novos (velhos) seres de humanidade.

Entretanto, os filósofos do século XVIII, iluminados pelas luzes da razão, questionariam os argumentos religiosos e suas respostas cíclicas, contestando diretamente os poderes da Igreja Católica e os monárquicos, reclamando para si aquele mesmo poder explicativo, agora racionalmente racializado, mantendo, de qualquer forma, a ordem social racialmente estabelecida, haja vista que:

Eles se recusam a aceitar uma explicação cíclica da história da humanidade fundamentada na idade de “ouro”, para buscar uma explicação baseada na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear. Eles recolocam em debate a questão de saber que eram esses outros, recém descobertos. Assim laçam mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física.<sup>121</sup>

Em que pese o caráter “humanista” das luzes da razão, o processo de racialização colocado em marcha pela antropologia iluminada, não estava, por óbvio,

<sup>119</sup> BANTON, 1977, p. 40.

<sup>120</sup> Ibid., 29.

<sup>121</sup> MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In BRANDÃO, André Augusto. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004, 15-34, p. 18.



isento de influências políticas e socioeconômicas, já que os filósofos eram representantes de uma raça/classe que procurava ascender ao poder e não se destituir dele.

No século XVIII, perante a inquestionável empiria racial, que estabelecia em termos objetivos, os processos imediatos de semelhança, comparação e diferenciação humanas, os legatários do monopólio discursivo religioso, operando a classificação humana, consideraram a cor da pele “[...] como um critério fundamental e divisor de água entre as chamadas raças. Por isso, a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela.”<sup>122</sup>

Neste diapasão, atreladas a fatores criacionistas, a “racialização” estava consubstanciada na *degeneração* e *infantilidade* da população nativa do novo continente, que por sua vez embasou o conceito de *raça*, criado em termos científicos biológicos no início do século XIX, atribuindo heranças genéticas aos diferentes grupos humanos, que possibilitavam não apenas o questionamento sobre as bandeiras liberais defendidas revolucionariamente (unidade e universalidade humana, igualdade, livre arbítrio e cidadania), como também a sua superação, provocando uma cisão maniqueísta natural(izada).<sup>123</sup>

Nesse período, as necessidades centrais de identificar e classificar para ordenar (em sua dupla acepção, colocar em ordem e emanar decisões) atravessavam toda a região e envolviam todos os seguimentos sociais e políticos, direcionando os questionamentos à origem e desenvolvimento do mundo conhecido e além-mar, e do próprio homem.

Capilarizada e ainda em processo de expansão, a questão racial desaguou na distinção entre o uso e diferenciação dos termos “tipo” e “raça”, que, ao que parece, mais do que ser condicionadas pelo seu locutor, implicaram em uma determinação do *status* e grau de instrução deste, uma vez que o senso comum central, em seu cotidiano, utilizava “raça” para a identificação dos indivíduos, a partir das suas características fenotípicas (cor ou tonalidade da pele, do cabelo, etc.), com intuito de identificar o grupo social ao qual este pertenceria ou descenderia, enquanto que “tipo”, foi apoderado

---

<sup>122</sup> MUNANGA, 2004, p. 19.

<sup>123</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 63.

pelo saber científico por suas abstrações em relação ao conjunto de características singulares de um coletivo humano.<sup>124</sup>

Isso não quer dizer que não houve “confusão” entre os conceitos, ou antes, uma não diferenciação que denota o uso de ambos para delimitar as diferenças raciais entre os homens das ciências, muitos utilizaram os dois conceitos e davam a cada um deles mais de um significado.

De acordo com Micheael Banton, ainda no século XIX o termo “raça” sofreu uma profunda alteração, pois:

No século XIX, o termo “raça” veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser vistos como biologicamente diferentes. Embora a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a pensar que a humanidade estava dividida em raças. Tinha, portanto, de se explicar a razão destas diferenças raciais. Seriam umas raças superiores a outras? Ou suceder-se-iam as raças na liderança da humanidade? Ou teria cada raça uma contribuição peculiar a dar à humanidade? Em qualquer caso, tratava-se sempre de descobrir a natureza da raça.<sup>125</sup>

Para Evandro Charles Piza Duarte, essa nova conceituação de raça marca o início do paradigma racial que vincula diversas teorias e distintas legitimações à sua inquestionabilidade na história das ciências e por elas configurado, como fonte e pressuposto do poder dominante central, já que cumpriu com seus objetivos ao “[...] compreender a diversidade humana, mas, principalmente, para demarcar a ‘inferioridade das populações não-européias’. Estaríamos, portanto, diante do nascimento de um paradigma científico.”<sup>126</sup>

Situando-nos conjunturalmente, aquela indiferenciação entre “raça” e “tipo”, aliada à confusão conceitual e ao uso massivo de “raça” pelo senso comum central, nos fornece, mesmo que de modo indiciário e superficial, os motivos pelos quais o conceito de “tipo” foi diluído e quase esquecido em termos raciais.

Em meados do século XIX, momento crítico para os saberes metafísicos (filosóficos e religiosos) que passaram a ser entendidos apenas em termos evolutivos consoante estabelece Lilia Moritz Schwarcz, a burguesia européia, arrogante e orgulhosa de seus avanços na divisão colonial do mundo, não duvidava dos conceitos de progresso e civilização, considerando o modelo imposto ao Ocidente, como sendo o único sentido possível para a humanidade, e assim:

<sup>124</sup> BANTON, 1977, p. 58.

<sup>125</sup> Ibid., p. 30.

<sup>126</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2011, p. 86.

Com efeito, em dois aspectos, esse orgulho e a afirmação da burguesia européia se faziam presentes em de forma mais evidente. Em primeiro lugar, nos avanços tecnológicos da época, tão bem representados pela ferrovia, a qual era também conhecida pelo sugestivo nome de “os trilhos da civilização”. Em segundo lugar, o que nos interessa mais de perto, na ciência positiva e determinista que se afirmava de maneira cada vez mais prepotente.<sup>127</sup>

Segundo Eric Hobsbawm, é exatamente nesse período que o mundo conhece o capitalismo e entre 1850 e 1870, o comércio mundial cresceu 260%, o capital teve assim, o mundo inteiro a seu dispor, vendendo tudo que podia ser negociado. Explorar, no sentido mais amplo que suas diversas concepções possibilitam, era preciso, pois “explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso; vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças [...]”.<sup>128</sup>

O mundo burguês, estruturado no racismo e elevado à superioridade pelo saber científico antropológico que se desenvolvia rapidamente, surgido da fusão de duas disciplinas sensivelmente diferentes segundo o autor: a “antropologia física” (oriunda, basicamente, de interesses anatômicos e similares) e a “etnografia” (descrição a partir da comparação das comunidades atrasadas ou primitivas), trazia consigo o conceito de “raça” e com ele, diretamente, a inferioridade, já que as diferenças raciais eram indiscutíveis e comprovadas empiricamente pois:

Outras raças eram “inferiores” porque representavam um estágio anterior da evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas. E esta inferioridade era comprovada porque, de fato, a “raça superior” era superior pelo critério de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais “bem-sucedida”. O argumento era tão lisonjeiro quanto conveniente – tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores e, por outro lado, se cidadãos pertenciam às “raças inferiores”, não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados.<sup>129</sup>

A conveniência desse pensamento racial, somente pode ser compreendida em termos de legitimação da dominação, de acordo com as lições de Eric Hobsbawm, para quem este discurso defensionista toma a forma de conservadorismo, que

[...] talvez seja melhor explicado como um mecanismo através do qual uma sociedade fundamentalmente desigualitária, baseada sobre uma ideologia

<sup>127</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dando nome às diferenças. In SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Racismo & Racistas**: trajetória do pensamento racista no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 09-44, p. 16.

<sup>128</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**: 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 66.

<sup>129</sup> Ibid., p. 272.

fundamentalmente igualitária, racionalizava suas desigualdades, uma tentativa para justificar e defender aqueles privilégios que a democracia (implicitamente nas suas instituições) precisava inevitavelmente desafiar. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante da igualdade e da democracia, portanto a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo, podia provar que os homens não eram iguais.<sup>130</sup>

Entretanto, se para a configuração do paradigma racial a cor da pele foi o principal fator, Kabengele Munanga ensina que no século XIX mesmo houve um incremento na teoria racial com fins de blindá-la em relação a questionamentos, reforçando a inferioridade dos “Outros” a partir de outras características, pois:

[...] acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação. O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos.<sup>131</sup>

A partir desse paradigma, a arbitrariedade classificatória fica evidente, como demonstra Giralda Seyferth, variando ao sabor do cientista e de acordo com os ventos teóricos adotados, os variados critérios utilizados na racialização humana (cor da pele, forma e cor dos cabelos e olhos, estatura, índices cranianos e faciais, o peso e o volume do cérebro, entre outros traços fenotípicos, desenvolvimento das técnicas de medição e do conhecimento anatômico, etc.), geraram uma confusão racial semelhante a um “omelete”, dado o embrincamento inevitável entre raça e fenótipo, já que o olhar do observador tinha como pressuposto a superioridade e por objetivo a inferioridade, afetando as “[...] classificações raciais, apesar de ser mais comum nos meios populares; por outro lado, a combinação de traços, amostragens e medições levou a uma multiplicidade tipológica quase absurda – classificações que podiam incluir desde 3 até mais de 300 raças.”<sup>132</sup>

Com efeito, a criação do conceito de “raça”, assim, foi obra política com objetivos expansionistas (diga-se de passagem, genocidas e exploratórios), derivada da diferenciação e hierarquização sociologicamente estabelecida sob forte embasamento que se enraíza no senso comum central e para além dele, e como tal, carregada de arbitrariedade, influências e objetivos, para os quais sua funcionalidade dentro do controle social resultou em inequívoco sucesso na desumanização principalmente dos

<sup>130</sup> HOBSBAWM, 1982, p. 273.

<sup>131</sup> MUNANGA, 2004, p. 20.

<sup>132</sup> SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, In: **Anuário Antropológico/1993**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 176.

negros pelo saber científico ainda incipiente que irá dar nova legitimação às diferenças e hierarquias raciais já disseminadas no centro..

Para Giralda Seyferth:

“Raça” é um termo de múltiplos conteúdos que vão, em contínuo, da ciência à ideologia, sempre que está em jogo a diversidade da espécie *Homo sapiens*. Produzidas por cientistas ou imaginadas pelo senso comum, as taxonomias raciais têm alto grau de arbítrio, pois implicam em seleção ou escolha das características que servem de base para a construção de esquemas classificatórios. No caso da humanidade, a ausência de critérios precisos de classificação fez com que a Antropologia [que no século XIX, foi definida como o ramo da História Natural que trata do homem e das raças humanas, tendo por objetivo descobrir as características permanentes que permitissem distingui-las enquanto “tipos” biológicos. Este interesse da disciplina que, mais tarde, seria chamada de Antropologia Física] produzisse inúmeras taxonomias [...].<sup>133</sup>

É sobre estes termos que o campo científico se desenvolve, procurando endossar o eurocentrismo em plena expansão imperialista que já era detentor de uma intocável supremacia na qual o negro aparecia perante o mundo branco no mais baixo nível social que se exprimia, de acordo com Léon Poliakov, com as generalizações científicas, incorporadas nas teorias antropológicas, da “bestialidade” do negro africano difundido no centro e pulverizado no senso comum europeu pelos relatos de viagens, nas quais “[...] as primeiras explorações do “continente negro” revelaram a existência, ao mesmo tempo, de tribos aborígenes e de hordas de grandes símios antropóides, e, entre uns e outros, os observadores não sabiam ou não queriam fazer a separação [...]”.<sup>134</sup>

A procura das causas das diferenças para fins comparativos e posterior hierarquização, pressuposto científico para a classificação e racialização, se fez primeiro pela característica racial-tipológica mais importante e ao mesmo tempo mais notória, a pele, que ainda assim, necessitava de uma explicação científica.

Edward Tyson (1650-1703) foi um dos pioneiros nesse trajeto, merecedor do título de fundador da Anatomia Comparada segundo Léon Poliakov, já que após uma observação meticulosa estabeleceu uma analogia entre o homem e os símios, o que causou certa confusão, ou antes, uma indiferenciação nada ingênua, pois Tyson qualificou o chimpanzé de “Pigmeu” e o Orangotango de “homem dos bosques” em sua obra “*Orang-Outang, sive Homo Sylvestris: or the Anatomy of the Pygmie compared with that of a Monkey, an Ape and a Man*”.

<sup>133</sup> SEYFERTH, 1995, p. 175.

<sup>134</sup> POLIAKOV, 1974, p. 111.

Sobre o homem negro, mais especificamente sobre a cor de sua pele, Edward Tyson afirmava que “[...] ‘era devida a vasos particulares colocados entre a pele e a epiderme, e cheios de um licor negro’ acrescentando que ‘o clima podia alterar as glândulas e dar desta forma uma cor diferente’.”<sup>135</sup>

Dois aspectos da teoria de Tyson, mesmo concebidos da “pré-história” cientificista, merecem destaque pela importância que marcará a constância no pensamento racial e racista demonstrada ao longo desse trabalho. O primeiro é a ligação “umbilical” do negro aos primatas e a segunda é a influência climática sobre as raças humanas. Tomadas como dogmas raciais, esses aspectos atravessam o paradigma racial, legitimado pela ciência ou pela teologia, no centro e na margem.

O paradigma racial científico, ou a “raciologia” segundo Kabengele Munanga, que foi forjado nos finais do século XVIII atravessou, se fortalecendo gradativamente a cada passo, todo o século XIX e chegou ao século XX quando conquistou muito espaço, sendo a mesma teoria racista de outrora que se movimentou socialmente com aportes políticos que conferiram roupagens diversas em consonância com a conjuntura apresentada em determinada época.

Nas palavras de Kabengele Munanga:

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes.<sup>136</sup>

Entretanto, essa difusão e aceitação da teoria racista, embasada na ciência ou no saber vulgar, não nos conferem fundamentação para falar de um “lugar comum racial” dos homens daquele tempo, o que poderia denotar certa unanimidade.

Considerando a inquestionável superioridade derivada do profundo acúmulo científico que endossou o racismo e o poder de dominação resultante desse saber, a ambição do centro o impulsiona sobre o continente negro, retomando a política internacional iniciada por Portugal e Espanha ainda no século XV sob a “benção” da Igreja Católica, mas que agora legitimava todos os países centrais, alguns já com fortes

---

<sup>135</sup> POLIAKOV, 1974, p. 133.

<sup>136</sup> MUNANGA, 2004, p. 20.

influências inclusive com colônias e entrepostos comerciais, negociando, entre os produtos, claro, os escravos.

Assim, o centro inicia um novo imperialismo com contornos formais de dominação das “raças inferiores”, culminando com a Conferência de Berlim realizada entre 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885, quando o chanceler alemão Otto Von Bismarck formalizou a partilha do continente entre os 14 países europeus participantes, regras básicas para ocupações futuras da costa africana e a livre navegação.

Com a partilha, o saber racista cientificamente estruturado remodelou a ordem mundial ao sabor das pretensões centrais invocando um “direito de conquista” que desenhou uma nova África, agora com delimitações geopolíticas resultantes de uma divisão totalmente arbitrária que não respeitou limites culturais ou tribais, sentenciando o continente à realidade hoje encontrada após quase um século de exploração com objetivos genocidas e econômicos, ignorando e obscurecendo a história de um continente já fragmentado pela Diáspora Negra: “semelhante situação não tem precedentes na história: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente”.<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 35.

### **3 CESARE LOMBROSO: DA TEORIA RACIAL AO PARADIGMA ETIOLÓGICO.**

Situando Lombroso em seu contexto temporal colonizador que permitiu e impulsionou a construção de “Outros” para muito além de sua descoberta na margem sul-americana, seguimos as teorias centrais até a primeira obra de Cesare Lombroso, que marca a continuação dos trabalhos de seu mestre, transmitindo a ele o reconhecimento, a confiança e a missão de apontar a direção do sul da Itália ao progresso e abrindo caminho a expansão comercial e industrial do norte daquele país em sua direção.

Mas ao iniciar a trajetória científica, Lombroso descobre mais do que as diferenças raciais explícitas entre o homem negro e o homem branco, comprova sua inferioridade e percebe a força e o poder que os saberes científicos produzem ao se comprometerem com a pesquisa empírica, legitimando o controle social central. Provando do reconhecimento que essa funcionalidade proporciona, o médico se esmera para solucionar os problemas locais causados pela criminalidade que acompanha de modo proporcional à industrialização e desenvolvimento da região, aumentando também a insegurança da classe burguesa sul italiana.

Assim, de uma teoria racial que comprova, sob a batuta da ciência, as diferenças humanas para um discurso que vincula o portador dessa inferioridade ontológica ao elemento nocivo e disfuncional inserido no interior do capitalismo ainda incipiente, ou seja, produzido pelas desigualdades sociais advindas desse modo de produção, seria, de certo modo, natural.

Ao traduzirmos sua obra primeva, podemos observar quando e como o paradigma etiológico lombrosiano foi construído. É nessa obra que agora adentramos.

#### **3.1 A TEORIA RACIAL DE LOMBROSO: O HOMEM BRANCO E O HOMEM NEGRO EM ESTUDO.**

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, o discurso racial, que estava embasado nas ciências naturais em pleno desenvolvimento com ampla adoção pelos



cientistas e aceitação pelo senso comum, uma vez que naturalizava a ordem social, deu origem a uma disputa teórica, semelhante àquela “guerra” entre o Classicismo e a Escola Positivista, semelhante também em termos de resolução, ou seja, a construção de um discurso conciliador.

De um lado estava os *monogenistas*, a primeira escola antropológica (dominantes na primeira metade do século XIX), fundamentados no Cristianismo, atribuíam a criação do homem a uma fonte única, Adão e Eva. As diferenças humanas seriam a prova de que havia uma gradação entre a *virtualidade* e *degeneração*, conforme a proximidade ou afastamento do Éden.

Do outro os *poligenistas* (teoria crescente a partir da segunda metade daquele século), originária da evolução científica e dos questionamentos sobre os dogmas católicos, acreditavam que as diferenças raciais derivavam de fontes genéticas diferentes, centros territoriais de origem diversa, sendo resultados de espécies distintas e plurais, teoria que ganha força com a criação da *frenologia* e *antropometria*, que irão servir de base para a criação de uma nova “ciência” a *antropologia criminal*.<sup>138</sup>

Para Stephen Jay Gould, as duas vertentes apresentaram justificações raciais “pré-revolucionários do racismo científico” partindo do degeneracionismo que para os *criacionistas* (monogenistas) atingiu diversos níveis influenciados pelo clima, sendo o branco o menos degenerado (e, portanto mais próximo de Adão) e o negro o mais degenerado.<sup>139</sup>

Segundo o autor, não havia consenso entre os criacionistas em termos da influência climática sobre as raças, pois se para alguns o clima que degenerou poderia, em um ambiente adequado (leia-se mais “europeanizado”), regenerar o negro, tornando-o branco, para outros, a influência era irreversível já que não se visualizaria nenhuma manifestação favorável durante a história do homem.

Para os poligenistas a degeneração do negro descendia de um “outro” Adão. Seus discursos assim possuíam como pano de fundo o destronamento da religião como instituição monopolizadora da verdade em questão da natureza do homem, refutando a alegoria divina estabelecida pelos textos bíblicos, refutavam igualmente e com o mesmo argumento a igualdade do homem, tendo em vista que o negro seria uma forma de vida diversa do branco.<sup>140</sup>

<sup>138</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 64-65.

<sup>139</sup> GOULD, 2014, p. 26.

<sup>140</sup> Ibid., p. 26.

Cada teoria empunhava e defendia uma área científica, criando inclusive sociedades científicas. Enquanto os *monogenistas* se baseavam em *análises etnológicas*, de orientação “humanística” (ser contrário à escravidão não significava ser defensor da igualdade humana, a escravidão deve ser vislumbrada contextualmente como óbice à expansão econômica central), criando sociedades em Paris, Londres e Nova York, os *poligenistas*, embasados em *estudos antropológicos*, criaram a *Sociedade Anthropologica de Paris*, fundada por Pierre Paul Broca, anatomista e craniologista, que advogou, a partir dos estudos craniais, a existência de *raças puras*, condenando a miscigenação pela possibilidade de esterilidade semelhante a da mula, defendendo, assim, a imutabilidade racial.

Ainda de acordo com Lilia Moritz Schwarcz:

A divisão institucional explicitava, portanto, diversidades fundamentais na definição e compreensão da humanidade. Enquanto as “sociedades antropológicas” pregavam a noção da “imutabilidade dos tipos humanos” – e no limite das próprias sociedades –, os estabelecimentos “etnológicos” mantinham-se fiéis à hipótese do “aprimoramento evolutivo das raças”.<sup>141</sup>

De qualquer forma, ambas as teorias partiam da autoimagem da perfeição, dada a inquestionável superioridade eurocêntrica legitimada pela simples observação comparativa entre as diversas raças, ideal difundido entre o senso comum europeu que imaginariamente viajava ao “mundo selvagem” com os relatos e histórias encontradas nos “diários de viagem” dos bravos cientistas que se aventuraram na margem da “civilização”, ou nos espetáculos circenses promovidos por estes quando apresentavam em seus zoológicos os “exemplos” vivos dessa primitividade exótica, dividindo o sentimento de superioridade e direito de explorar esse “Outro” construído, identificado e menosprezado imediatamente com o encontro.<sup>142</sup>

As divergências diminuem somente em 1859 quando Charles Darwin publica *A origem das espécies*, marco da teoria evolucionista (baseada na seleção natural, na hereditariedade e na sobrevivência do mais apto, criado por Herbert Spencer), se tornando um divisor de águas em termos científicos e responsável, se não pelo fim, pela diminuição do conflito sobre as teorias opostas em relação à origem e ascendência dos homens com sua escala evolutiva.

Porém, o modelo progressista científico encontrado na obra não faz referência aos humanos, questão que passa ao largo da teoria defendida já que o

<sup>141</sup> SCHWARCZ, 1993, p.71.

<sup>142</sup> Nesse sentido, ver a história de *Saartjie Baartman*, a “Vênus Hotentote”, exposta ao público em uma série de “espetáculos circenses” pela Europa, retratada no filme “Vênus Negra” de 2010.

naturalista inglês não vislumbra, a princípio, a aplicabilidade e funcionalidade dos pressupostos de sua teoria em termos de controle social.

Mas isto não quer dizer que Darwin tenha ignorado a questão racial, haja vista que em 1837, em seus “cadernos sobre a evolução” (uma série de blocos de anotações), o autor já se debruça sobre a origem, diversidade e ascendência do homem, visualizando, mesmo antes de sua viagem, uma “árvore genealógica” da raça humana que apontava para a ancestralidade comum por intermédio da Teoria dos tipos, pois “[...] olhando as raças humanas em retrospectiva, sempre examinando os pais com seus traços semelhantes comuns, depois os antepassados [...]”<sup>143</sup>, e assim, por regressão tipológica, Darwin passou pelo “pai da espécie humana” até chegar ao ancestral mais antigo do homem, que seria encontrado na África<sup>144</sup>, quando escreveu, no final de sua viagem:

Agora podemos esperar que aquele animal a meio caminho entre o homem e o macaco teria diferido na cor dos pelos [...] na forma da cabeça & nos traços; mas também no comprimento das extremidades, como as raças. Nesse aspecto [...] (Negro ou pai do negro provavelmente primeiro foi negro na base das unhas e sobre o branco dos olhos [...]).<sup>145</sup>

A questão da raça humana vem estabelecida na obra *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex* (*A origem do homem e a seleção sexual*), publicado em 1871, obra na qual Darwin estampa sua teoria racista criando um novo paradigma, o chamado *darwinismo social* ou *teoria das raças* que passa a ser o paradigma científico “da moda”, interpretado e aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento humano ao legitimar sua teoria com uma ancestralidade comum à humanidade, denotando, assim, um processo evolutivo rumo à perfeição do homem.

O racismo científico, em que pese não possuir uma origem definida, pode ser caracterizado pela formação do paradigma que Stephen Jay Gould chamou de “temível aliança” entre o evolucionismo e a quantificação que exerceu um fascínio hipnótico nos cientistas oitocentistas escravizados pelos números, marca indelével da segunda metade do século XIX que fomentou a criação de uma gama de novas ciências que procuravam provas para comprovação da supremacia do homem branco sobre os inferiores e da dominação da periferia mundial pelo centro.<sup>146</sup>

<sup>143</sup> DESMOND, Adrian J.; MOORE, James R. **A causa sagrada de Darwin: raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade**. São Paulo; São Paulo: Editora Record, 2009, p. 169.

<sup>144</sup> MOORE, 2007, p. 36.

<sup>145</sup> DARWIN, 1838, apud DESMOND; MOORE, 2009, p. 169.

<sup>146</sup> GOULD, 2014, p. 65 e 111.

O paradigma racial derivado do paradigma tipológico da “árvore da família”, como estabelece Eric Hobsbawm, consolida e legitima a inferioridade das raças e das classes, ambos com amparo nos ensinamentos de Darwin. Mas adverte o autor: “O ‘darwinismo social’ e antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política.”<sup>147</sup>

Apesar de ser um abolicionista, o racismo de Darwin transparece nesta obra, rechaçando o aspecto humanitário que possa indicar, estabelecendo a trajetória evolutiva da humanidade desde o primata, portador da gênese humana e por isso a redução gradativa da primitividade (e em proporção inversa a evolução gradual da civilidade) se refletia no clareamento da pele, que denotava o desenvolvimento físico, psíquico e moral encontrado entre as raças inferior (negra), mediana (indígena) e superior (branca).

Nas palavras do naturalista inglês:

Ao considerar o conjunto das diferenças entre as raças devemos ter em devida conta a nossa fraca capacidade de discriminação alcançada com um longo hábito de observarmos a nós mesmos... Assim é que na forma, as mais diferentes raças humanas são muito mais semelhantes entre si do que se poderia supor à primeira vista; certas tribos negras abrem exceção... Não existe, contudo, nenhuma dúvida de que as várias raças, se comparadas e medidas com cuidado, diferem muito... uma da outra — como no tipo dos cabelos, nas proporções relativas de todas as partes do corpo, no volume dos pulmões, na forma e dimensão do crânio e assim também nas circunvoluções do cérebro... As raças diferem também na constituição, na aclimação, na circunstância de serem suscetíveis a certas doenças. As suas características mentais são igualmente bastante distintas, em primeiro lugar pelo que poderia aparecer nas suas faculdades emocionais, mas em parte por suas faculdades intelectuais... Se um naturalista que antes nunca tivesse visto um negro, um hotentote, um australiano ou então um mongol devesse estabelecer um cotejo entre eles, imediatamente veria que diferem por uma multidão de caracteres, alguns de pouca importância, ao passo que outros de importância considerável.<sup>148</sup>

Ao contrário do paradoxo que possa parecer a partir de uma visão superficial, racismo e abolicionismo não são excludentes, muito pelo contrário, pois igualdade jurídica e liberdade não significam igualdade biológica como lembra Stephen Jay Gould.<sup>149</sup>

Ademais, o conflito aparente se desfaz quando separamos os reclamos econômicos (modo de produção) dos sociais (estrutura racialmente hierarquizada). Assim, a questão abolicionista inglesa esta inserida na sua expansão econômica que

<sup>147</sup> HOBBSAWM, 1982, p. 273.

<sup>148</sup> DARWIN, 1871, apud MENDES, Iba. **O maravilhoso mundo de Darwin**. Edição digital, 2013, p. 58.

<sup>149</sup> GOULD, 2014, p. 20.

necessitava de sociedades consumidoras que lhe forneceriam, em contrapartida, por meio de tratados e acordos transoceânicos, as matérias-primas para seu desenvolvimento no melhor estilo “trazer café e levar Nescafé”.<sup>150</sup>

De acordo com Ian Taylor, Paul Walton e Jock Young, a teoria atávica foi criada por Darwin neste livro quando o autor trata da descendência do homem ao escrever que: “em relação à raça humana pode-se dizer que as piores manifestações ocorrem ocasionalmente e sem causa visível em certas famílias talvez sejam regressões a um estado selvagem, do qual não nos separam muitas gerações”.<sup>151</sup>

Com seu paradigma evolucionista, Darwin põe por terra o preceito da imutabilidade das espécies, prestando um grande serviço à comunidade científica a alcançar seu objetivo de refutar a idéia da criação divina e da diversidade originária.<sup>152</sup>

Michael Banton estabelece que antes de Darwin era a teoria tipológica que reinava absoluta, com a idéia de imutabilidade humana, pois, segundo ele:

Os estudos de Darwin levantaram problemas que ninguém no seu tempo estava à altura de responder, nomeadamente os que diziam respeito à origem da variação e à unidade sobre a qual operava a selecção. As características adaptativas são transmitidas e tendem a surgir em bloco, como por exemplo a cor da pele, a textura do cabelo, e a forma do nariz e dos lábios dos negros da África Ocidental. Foi difícil eliminar o enganador conceito de tipo racial até ao momento em que a compreensão desse bloco de características desse origem a uma coisa que pudesse ocupar o seu lugar.<sup>153</sup>

Porém, com a criação do paradigma evolucionista o processo de desenvolvimento humano das raças foi colocado em marcha, principalmente em relação aos inferiores, conferindo um aspecto esperançoso e positivo (não unânime) para estes ao mesmo tempo em que endossava a superioridade dos brancos legitimando-os em sua “missão”, antes divina agora científica, de possibilitar e efetivar o desenvolvimento completo dos inferiores.

Para Stephen Jay Gould, o racismo estrutural encontrado na monogenia e na poligenia foi consolidado a partir dessa nova legitimação, servindo como um discurso conciliador e unificador desses dois lados opostos em prol de um bem comum: a confirmação e garantia de suas posições raciais e sociais hierarquicamente estabelecidas no interior do modelo de dominação do centro perante a periferia, haja vista que:

<sup>150</sup> MENDES, 2013, p. 129.

<sup>151</sup> DARWIN, 1871, apud TAYLOR *et al.*, 1973, p. 58. Tradução nossa, no original: “*Respecto de la raza humana podemos decir que las peores manifestaciones que ocasionalmente y sin causa visible aparecen en ciertas familias pueden quizá ser regresiones a un estado salvaje, del que no nos separan muchas generaciones*”.

<sup>152</sup> MENDES, 2013, p. 11.

<sup>153</sup> BANTON, 1977, p. 16.

A teoria evolucionista eliminou a base criacionista que sustentava o intenso debate entre os monogenistas e os poligenistas, mas satisfaz ambas as partes proporcionando-lhes uma justificação ainda melhor para o racismo de que ambas compartilhavam. Os monogenistas continuaram a estabelecer hierarquias lineares das raças segundo seus respectivos valores mentais e morais; os poligenistas tiveram então de admitir a existência de um ancestral comum perdido nas brumas da pré-história, mas afirmavam que as raças haviam estado separadas durante um tempo suficientemente prolongado para desenvolver diferenças hereditárias significativas quanto ao talento e à inteligência.<sup>154</sup>

Michael Banton ensina que a aplicação dos preceitos darwinianos no âmbito social, movimento ou escola de pensamento chamada de *darwinismo social*, provocou uma imediata inversão e forte descrença pela diversidade racial de além-mar na teoria dos tipos raciais que defendia um número limitado de tipos e a miscigenação como sinônimo de esterilidade, pois, as relações inter-raciais teriam um determinismo menos mecânico que o então defendido, produzindo e proporcionando medidas eugênicas para a garantia e depuração da raça branca com objetivos progressistas humanos.

O darwinismo social se embasou em quatro conceitos básicos:

Primeiro, variabilidade: não há dois seres vivos iguais. As espécies modificam-se ao longo do tempo, de modo que não existem tipos permanentes. Segundo, hereditariedade: as características individuais não são adquiridas por adaptação, mas sim herdadas dos antepassados. Este princípio era olhado como limitando o poder do indivíduo para realizar determinados fins e como enfraquecedor do significado do significado das causas morais nos assuntos humanos. Terceiro, fecundidade excessiva: a demonstração de que eram gerados muitíssimos mais organismos que os necessários para a manutenção e até expansão da espécie destruiu as noções mais antigas da existência de uma economia divina na natureza. Quarto, selecção: a tese de que certos indivíduos, por causa de variações acidentais, se veriam favorecidos pelo processo selectivo parecia basear a evolução na sorte em vez de desígnios supranaturais, e revela-se perturbadora para os que pensavam em termos antigos.<sup>155</sup>

Com claros objetivos eugênicos, embasados no racismo científico, Darwin estabelece alguns requisitos para o alcance de um alto nível de progresso da sociedade dividida racialmente entre superiores e inferiores, dentre eles a regulação do crescimento dos organismos inferiores com o impedimento do casamento entre indivíduos em estágios de desenvolvimento (inferioridade) muito acentuado e sua “procriação” impedindo que estes indivíduos gerassem descendentes, transmitindo, hereditariamente, seu “gene ruim”, degenerativo.

No rol *darwiniano* dos inferiores encontramos: malfeitores, loucos, doentes mentais, violentos, imprudentes, vadios, prostitutas, pobres, viciados, etc., sendo

<sup>154</sup> GOULD, 2014, p. 65.

<sup>155</sup> BANTON, 1977, p. 105.

necessárias para a gradativa eliminação desses organismos desfuncionais medidas neutralizadoras, figurando como instituição com finalidade eugênica importante e útil: o cárcere.

Neste norte, declara Darwin:

No que diz respeito às qualidades morais, a eliminação das piores disposições está sempre aumentando também nas nações mais civilizadas. Os malfeitores são justicados ou lançados na prisão durante longos períodos, a fim de não poderem transmitir livremente as suas más qualidades.<sup>156</sup>

Representante de uma nova postura poligenista (até 1859, os cientistas em quase sua totalidade eram adeptos da monogenia)<sup>157</sup>, que, como estabelecido acima, ao ser influenciada pelo paradigma evolucionista de Charles Darwin fortaleceu o já consagrado paradigma racial, pois lhe forneceu uma nova legitimidade, Cesare Lombroso publica, em 1871, sua primeira obra, *L'uomo bianco e l'uomo do colore: letture sull'origine e la varietà delle razze umane* (O homem branco e o homem negro: leituras sobre a origem e a variedade das raças humanas).

A obra foi dedicada à memória do amigo e mestre Paolo Marzolo que morreu em 1868, intitulado por Lombroso como o primeiro antropólogo italiano, sendo considerado por ele como o Darwin da antropologia italiana, proporcionando, a partir daquele referencial teórico racista a concepção de sua teoria atávica, na qual é traçada a evolução humana decorrente dos primatas<sup>158</sup>, a partir da classificação e contraposição das semelhanças e diferenças, sendo os negros a ligação (o elo perdido) entre aqueles e o homem branco europeu, o ápice evolutivo.

No prefácio desta obra, encontramos o lamento de Lombroso por não conseguir publicar a 1ª edição contendo a idéia principal da origem e diversidade dos seres humanos antes de Charles Darwin, que lançou pouco antes, em fevereiro daquele mesmo ano, seu livro de cunho marcadamente racista. O fundamento para o lamento se encontra no tempo que o livro levou para ser finalizado e finalmente publicado, já que foi iniciada em 1852, interrompida algumas vezes e contando ainda com um atraso pela perda do manuscrito, por parte de um mensageiro, em uma taverna italiana ao invés de entregá-lo à editora. A publicação só ocorreu 21 anos após seu início, quando Lombroso revisa a obra e a dedica à Marzolo.

<sup>156</sup> DARWIN, 1974, apud MENDES, 2013, p. 80.

<sup>157</sup> GOULD, 2014, p. 31.

<sup>158</sup> Modelo utilizado por vários escritores adeptos da vertente “neo-poligenista”, por assim dizer, mesmo antes de Lombroso, não sendo uma inovação em termos científicos.

Como já exposto, o contexto era extremamente favorável à Lombroso e suas teorias estribadas no que o âmbito científico tinha de mais avançado, o “selo Darwin de qualidade” e com ele, a garantia de progresso e o fim da hegemonia da religião sobre o saber e o poder, abrindo as portas do sul da Itália aos tempos modernos, elevando Lombroso ao posto de arauto do desenvolvimento (industrialização e modernização) da Itália e sua projeção no mercado mundial.

Norteados pelo problema das diferenças raciais, ou melhor, por suas conclusões racistas, que deslegitimaria o princípio filosófico basilar igualitário do Classicismo, já que estava calcado na antropologia como uma ciência da desigualdade humana, no positivismo que elevou a ciência à “única autoridade” de seu tempo, e no racismo como fator de hierarquização e dominação que legitimou o colonialismo e as dependências das margens, Cesare Lombroso procura as respostas para a comprovação da superioridade branca nas diferenças raciais determinadas pela nova ciência que, consoante seus métodos, superaria os pressupostos metafísicos e teólogos sobre a origem e diversidade humana, garantindo a posição de dominação racial ao mesmo tempo em que excluía os riscos das raças inferiores ameaçarem o poder da raça branca, em outros termos, a problemática era se o futuro da humanidade seria negro ou branco.

A questão é explicitada pelo próprio Lombroso, ao delimitá-la, estabelecendo que:

A questão é saber se nós os brancos, que elevamos orgulhosos o pico de civilidade que alcançamos, devemos um dia curvar a cabeça [ou inclinar a cabeça ou a fronte, a testa] ao nariz prognato do negro e ao rosto amarelo do mongol; se finalmente, temos a nossa liderança e o nosso organismo como um acidente do acaso. É também um bom momento para decidir se podemos, sem medo, mas sim com audácia, falar mais do que com as tradições, com a única autoridade de nosso tempo, a Ciência.<sup>159</sup>

Tendo como marco inicial a tradição e a transmissão cultural geracional das respostas quanto às origens de diversos povos, impecilhos ao saber científico, Lombroso, questionando esse modo de conhecimento das diversas raças, parte da origem bíblica do homem (da criação divina de Adão, passando por Cam e pela Torre de Babel), citando as origens nativas dos chineses, egípcios, gregos, fenícios e as origens simiescas dos negros e dos mexicanos, para, aliado ao saber científico positivista *comteano*, duvidar

<sup>159</sup> LOMBROSO, Cesare. *L'uomo bianco e l'uomo di colore: Letture sull'origine e la varietà delle razze umane*. Bologna, Archetipolibri - CLUEB, 2012, p. 07, tradução nossa. No Original: “Si tratta di sapere se noi bianchi, che torreggiamo orgogliosi sulla vetta della civiltà, dovremo un giorno chinare la fronte innanzi al muso prognato del negro ed alla gialla e terrea faccia del mongolo; se, infine, noi dobbiamo il nostro primato al nostro organismo o agli accidenti del caso. E vuolsi anche una buona volta decidere se possiamo, senza paura, come senza audacia sfrontata, attenerci, più che alle tradizioni, alla sola autorità dei nostri tempi, la Scienza.”



de qualquer daquelas respostas pois ausente o pressuposto científico incluindo a origem única estabelecida pelos monogenistas e pelos teólogos que embasou o princípio igualitário defendido pelo Classicismo (metafísico).

Não obstante à origem, a manutenção e o desenvolvimento das raças também são tratados por Lombroso que vê nas uniões e relacionamentos inter-raciais as possibilidades de infertilidade e degeneração.

Além de caracterizar o Brasil como a terra primitiva originária dos *Botocudos*, índios da tribo mais degenerada do tipo indígena por sua maior proximidade com os negros<sup>160</sup>, os perigos das relações entre raças distintas fazem Lombroso apontar para o país ao dizer que:

No Brasil, os casamentos de negros com indivíduos de raça latina não tem maus resultados, mas sim, por certo, em África, como diz um homem mais do que imparcial, o Livingstone<sup>161</sup>, que relata um provérbio nativo: “Deus criou os brancos; Não sei quem criou os negros; certamente um diabo criou os mestiços”; e acrescenta que ele tinha visto apenas uma português mestiço com saúde robusta.<sup>162</sup>

A imagem do Brasil como um país mestiço, singular em matéria de relações raciais, foi divulgada e promovida ao mundo por inúmeros cientistas e pesquisadores que viam a margem como o jardim inexplorado do centro, um laboratório natural à serviço da ciência interessada nas diferenças e diversidades humanas, e em solo brasileiro desembarcaram durante todo o século XIX para expedições “[...] à procura de espécimes raros da flora e da fauna, e se depararam com o espetáculo dos homens e da mistura de raças”<sup>163</sup>.

A referência à “raça latina” (portugueses) deixa transparecer o preconceito existente no ideário central a partir da própria relação entre os países europeus, considerando-a inferior mas indicando, mesmo que sem estudar os riscos e perigos da miscigenação no produto final desta relação, o mestiço, que sua contribuição como raça superior em relação às raças marginais (primitivas) promoveria a evolução racial destas.

<sup>160</sup> LOMBROSO, 2012, p. 54.

<sup>161</sup> David Livingstone (1813 - 1873), Geógrafo cultural irlandês e especialista na história do pensamento geográfico, dialogando, entre outras coisas, com o darwinismo, foi um missionário e explorador britânico que se tornou famoso por ter sido um dos primeiros europeus a terem explorado o interior da África. Ao longo de sua vida empreendeu diversas expedições, sendo que em muitas delas, Livingstone foi o primeiro homem branco a ter visitado determinadas regiões da África.

<sup>162</sup> LOMBROSO, 2012, p. 11. Tradução nossa, no original: “*Nel Brasile i matrimoni dei Negri con individui di razza latina non offrono cattivi risultati, ma sì certo nell'Africa, al dire di un uomo più che imparziale, il Livingstone, che riporta un proverbio indigeno: «Un Dio creò i bianchi; non so chi creò i neri; certo un diavolo creò i meticci»; ed aggiunge aver veduto un solo meticcio Portoghese di robusta salute.*”

<sup>163</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 17.

Desta feita, os perigos da degeneração se encontravam nos cruzamentos entre as raças hierarquicamente sobrepostas, idéia basilar da teoria central eugênica que defendia o não cruzamento entre as raças inferiores e a superior, o que pressupunha o racismo como prática segregacionista e impeditiva dos relacionamentos inter-raciais.

Esse posicionamento positivo em relação à miscigenação brasileira se deve a linha de raciocínio esboçada por Lombroso quanto à evolução promovida pelo branqueamento, uma opinião dissonante da política eugênica e compreensível já que o mestiço não era um produto do centro onde a preocupação era com a matriz negra, fornecedora do gene primitivo.

Em matéria de diversidade racial, as diversidades e desigualdades são tão explícitas que não necessitaram de maiores fundamentos científicos para a sua legitimação, bastava, como defende Lombroso, uma simples comparação anatômica entre o cabelo e a pele do negro face a do branco, era como comparar um cão com um lobo ou um gato em relação a um tigre.

Essas diferenças hierárquicas eram ainda maiores se observadas nos cérebros:

O cérebro humano difere do antropóide [macacos antropóides, que não têm rabo, são os animais mais semelhantes ao ser humano] por seu desenvolvimento das pregas, na espécie frontal, e por maior massa dos hemisférios, o qual, não só na frente, mas são também bem desenvolvidas posteriormente, para cobrir mais ou menos completamente o cerebelo.

Estas diferenças, na verdade, não muito salientes, sempre ficam menos forte quando se observa o homem americano branco, onde tanto a natureza, e os efeitos de certas compressões artificiais, da prega frontal, deslizando para trás, e o cérebro, ele próprio abrange apenas um cerebelo incompleto. O crânio do europeu distingue-se por uma bela harmonia de formas: ele não é muito longo, nem muito redondo ou muito fixado ou piramidal. Em sua frente, plana, larga, erguida na face, diz muito claramente a força e o domínio do pensamento: as maçãs do rosto, ou botões da face, não são muito distantes um do outro, e a mandíbula não se projeta muito para o exterior: onde esse se intitula ortognato.

Em vez disso, o crânio do mongol é redondo, pura piramidal, com os pomos da face muito longe umas das outras, de modo que é dito um eurignato; a questão característica destes está associada a escassez de barba e de cabelo, a obliquidade dos olhos e a pele mais ou menos amarela ou oliva. O Negro e o australóide tem o crânio oblongo [forma geométrica que possui mais comprimento do que largura; alongado], em forma de barco e de feijão (doligocefalo) [crânio oval, com o diâmetro transversal um quarto menor que o longitudinal], e o colar saliente da maxila inferior se sobressai para frente do nível do crânio, e, portanto, se diz que são prógnatos ou com nariz saliente.<sup>164</sup>

<sup>164</sup> LOMBROSO, 2012, p. 14-15. Tradução nossa, no original: *“Il cervello umano differisce da quello degli antropoidi per il maggiore sviluppo delle sue pieghe, in ispecie frontali, e per la maggior massa degli emisferi i quali, non solo all'innanzi, ma sono così sviluppati anche posteriormente, da coprire più o meno completamente il cervelletto.*

Vemos assim, como o pradão estético, determinado pela raça e classe dominantes influência no paradigma racial esboçado por Lombroso.

As diferenças se encontrariam também na quantidade de glândulas sudoríparas, responsáveis pela produção de um odor específico, particular do negro, entre outras características que não apenas o aproximam aos primatas, mas descrevem a descendência primitiva, tais como:

O extraordinário desenvolvimento da membrana semilunar do olho e a estrutura da garganta o aproxima muito do macaco, bem como o enfraquecimento dos músculos da panturrilha; a maior parte da coluna vertebral (ou os ossos da coluna vertebral), no negro, assim como em certos macacos, e no sentido inverso do que acontece em nós, parece tudo em linha reta; e do osso da coxa, em vez de se formar uma dupla curva, alongada, também é muito justa; e a pélvis, que é o conjunto de ondas formado nos ossos dos quadris, enquanto em nós é quase arredondada a uma bacia, no negro se estende em forma de uma cunha.<sup>165</sup>

Descrevendo as características corporais dos negros, que teriam os cérebros mais leves do que dos brancos significando uma menor capacidade cerebral, Lombroso defende que as crianças negras africanas possuíam um desenvolvimento diferenciado dos brancos, sendo inteligentes, assim como os macacos, até a puberdade quando então sua capacidade intelectual cessava e regredia em um movimento simiesco retrógrado, enquanto a inteligência dos jovens brancos ganhavam asas, mais vigorosos e fortes.<sup>166</sup>

Tomando os “hotentotes”<sup>167</sup> como exemplos da inferioridade do negro e generalizando as características, tribais e individuais, encontradas naquele grupo como

---

*Queste differenze, a dir vero, non molto salienti, riescono sempre meno spiccate quando dall'uomo bianco tu passi all'Americano, in cui, sia natura, sia effetto di certe compressioni artificiali, le pieghe frontali vanno sfugendo all'indietro, ed il cervello, propriamente detto, ricopre solo incompletamente il cervelletto. Il cranio dell'Europeo si distingue per una stupenda armonia delle forme: esso non è troppo lungo, nè troppo rotondo, nè troppo appuntato o piramidale. Nella sua fronte, piana, vasta, eretta sul viso, si legge a chiare note la forza e il predominio del pensiero: gli zigomi, o pomelli del viso non sono troppo distanti, e la mascella non sporge molto all'infuori: onde è ch'esso s'intitola ortognato. Invece il cranio del Mongolo è rotondo, o pure piramidale, coi pomelli del viso molto distanti tra di loro, onde è detto eurignato; a questi caratteri s'associano la scarsezza della barba e dei capelli, l'obliquità degli occhi e la pelle più o men gialla, od olivigna. Il Negro e l'Austriale hanno il cranio bislungo, a foggia di barchetta e di fagiuolo (doligocefalo), e colla mascella inferiore sporgente all'avanti molto più del livello del cranio; e perciò son detti prognati o a muso sporgente.”*

<sup>165</sup> LOMBROSO, 2012, p. 16-17. Tradução nossa, no original: “Lo sviluppo straordinario della membrana semi-lunare dell'occhio e la struttura della gola lo avvicinano assai alle scimie, come anche l'assottigliamento dei muscoli del polpaccio; di più la colonna vertebrale (o gli ossicini della spina) nel Negro, appunto come in certe scimie, ed a rovescio di quanto accade in noi, appare tutta diritta; e l'osso della coscia, invece di essere foggiato a doppia curva, da S allungato, è anch'esso piuttosto diritto; e la pelvi, che è lo insieme di quell'ossa onde si formano le nostre anche, mentre in noi è quasi arrotondata a mo' di bacile, nei Neri si allunga a foggia di cuneo.”

<sup>166</sup> Ibid., p. 18.

<sup>167</sup> Hotentote ou bosquímano é referência a um conjunto de tribos existentes na região sudeste da África. Dentro desse grupo africano específico, que possui estatura muito baixa e, por conseguinte um crânio pequeno (GOULD, 2014, p. 51), Lombroso, generalizando a excepcionalidade desse grupo étnico,

prova científica inquestionável, Lombroso afirma que eles são os “ornitorincos da humanidade” e conclui: “Se depois de tudo isso se queira definir somente como uma espécie o hotentote e o branco, então, concordaria em incluir em uma só espécie, também o lobo e o cão, o burro e o cavalo, a cabra e as ovelhas.”<sup>168</sup>

Sinal também da inferioridade, seriam os costumeiros e dolorosos rituais de passagem à vida adulta dos jovens silvícolas americanos, verdadeiras torturas que matariam qualquer indivíduo europeu. A dor experimentada nesses rituais seria análoga à suportar a dor causada pelas tatuagens, demonstração de insensibilidade que poucos europeus suportariam.<sup>169</sup>

Tomando o conceito de moral eurocentrica como parametro, considerando-a, portanto, como o grau mais elevado da humanidade, Lombroso se reporta ao princípio da legalidade e o correlaciona com as culturas primitivas destacando as tradições culturais de agressões físicas contra mulheres e idosos, as mortes ocorridas em cerimoniais religiosos e nas guerras, destacando nessas a antropofagia. Esses exemplos são explicitados como representações de uma ausência de direito positivado, ou ao menos, um direito primitivo no qual fatos considerados pela “civilidade” como crimes seriam tolerados, permitidos e até motivados como no leste da África, onde não existe remorso, um ladrão é respeitado e um assassino se torna um herói.<sup>170</sup>

Dentro dessa moral inferior, que teria por conceitos de bom e ruim, respectivamente, comer o inimigo e ser comido<sup>171</sup>, para além das diferenças anatômicas que expressam as diferenças da alma humana, a linguística teria uma importante função já que seria o “espelho do pensamento humano”<sup>172</sup> e neste campo o confronto entre os mais diversos dialetos e línguas tribais africanas e americanas e as línguas europeias dos cientistas e pesquisadores demonstrariam a inferioridade racial pela completa incompreensão, que seria muitas vezes superada com gestos e desenhos, pré-história da escrita que também servia como prova da interrupção do desenvolvimento intelectual dos selvagens, uma vez que ambas formas de comunicação possuíam semelhanças com a linguagem e escrita europeias, demonstração da evolução humana.

---

destacou a “prova” irrefutável da inferioridade negra que os olhos brancos puderam comprovar e cujo relato certamente se fez ecoar pelo velho mundo.

<sup>168</sup> LOMBROSO, 2012, p. 19. Tradução nossa, no original: “*Se dopo tutto ciò si volesse ancora fare una specie sola dell’ottentotto e del Bianco, converrebbe allora comprendere in una sola specie pur anche il lupo ed il cane, l’asino ed il cavallo, il capro e la pecora.*”

<sup>169</sup> Ibid., p. 29.

<sup>170</sup> Ibid., p. 32.

<sup>171</sup> Ibid., p. 31.

<sup>172</sup> Ibid., p. 36.

A partir de todas as diferenças humanas elencadas, Lombroso coloca alguns interrogantes sobre os fatores originários dessa diversidade:

Todas essas variedades e diferenças existiram desde a origem das raças humanas, ou até mesmo eles foram formados como resultado da ação do clima e multiplicado junto com esse tempo? - O Negro tornou-se branco subindo dos desertos africanos lançando-se as encostas geladas do Himalaia? Se converteu em um cão lobo, quando das selvas o emaranhado foi reduzido para estábulos tépidas dos moradores mata foi reduzida a estábulos dos moradores, ou em pessoa volúvel como nossas voluptuosas damas? Quem, na ciência, se contenta com os primeiros fatos objetivos, as primeiras aparições, esta afirmação é singularmente ridícula e absurda.<sup>173</sup>

Apontando a resposta, o médico italiano, com base em provas objetivas das civilizações antigas vai demonstrar que não é a ação do tempo um fator preponderante à essa distinção racial, ou pelo menos isoladamente, haja vista que as figuras humanas pintadas nas paredes das pirâmides egípcias, o crânio de um escriba hebreu datado de aproximadamente 3.400 anos antes de Cristo encontrado naquelas pirâmides teriam a mesma aparência de determinados indivíduos contemporâneos a ele.

Entretanto, adverte que mesmo se tomarmos os milhões de anos que separam as provas mais antigas da origem humana (os monumentos) com aquele momento, esse lapso temporal não significa muito em relação a todos os anos da existencia dos homens sobre a terra.<sup>174</sup>

Outrossim, além da influência do tempo (algumas centenas de milhões de anos seriam necessárias para a evolução do homem negro ao branco), outros fatores seriam fundamentais como o clima e a hereditariedade.

Aliás, o erro da antropologia, segundo Lombroso, seria dar prevalência à influência da hereditariedade ignorando a força do clima e outros fatores sobre os tipos humanos, dizendo que:

Assim, em Broca ou Boudin, apenas o legado de muitos ocasionaram diferenças na estatura e nos diâmetros cranianos de várias raças: é um erro; que sem vagar em regiões muito remotas, estando na Itália já se pode ver, como a estatura não se estende apenas a raça, quanto pela localização na planície, ou em solo vulcânico, ou na proximidade dos grandes centros, ou seja, onde há oferta mais abundante de alimentação; por exemplo, na capital Turim e Florença, nos planaltos de Lucca, Pádua, Pordenone, de Catania, o homem é alto, enquanto mais baixo nos vales de Aosta e Valtellina (xvii); no entanto, os habitantes são da mesma raça. Inclusive o crânio sofre influência do clima, pelo menos tão grande tal como a raça; o Lombardo de Lodi [região

<sup>173</sup> LOMBROSO, 2012, p. 47. Tradução nossa, no original: “*Tutte queste varietà e differenze delle razze umane esistettero fino dall'origine, o pure esse si formarono in seguito per l'azione del clima sommata e moltiplicata con quella del tempo? - Il Negro divenne egli bianco passando dai deserti africani alle gelate falde dell'Himalaja? Il lupo divenne egli cane, quando dalle selve ombrose si ridusse alle tepide stalle dei villici, o ai morbidi piumacci delle nostre voluttuose damine? Chi, nella scienza, s'accontenta ai primi fatti obiettivi, alle prime parvenze, trova quest'asserto singolarmente ridicolo ed assurdo.*”

<sup>174</sup> Ibid., p. 50.

da Itália] tem o crânio alongado, enquanto Lombardo de *Sondrio* [região do Veneto, Itália] expostos a um clima mais frio, tem quase redondo; o crânio de um *Piemontês*, redondo em *Aosta*, *Cuneo*, *Torino*, se alonga nas planícies de *Bra* e *Alexandria*. É inquestionável que a raça *Sarda* deve a sua cor, a sua pequenez e sua dolicocefalia, também à influência semita que a história nos mostra com clareza; mas também, junte-se a influência do solo, necessário admitir quando se pensa que mesmo o cavalo, quando transposto da Espanha e da Arábia, em poucas gerações se tornará menor e com um focinho longo; enquanto que na Holanda em poucos anos se tornou pequeno e o de *Iutland* torna-se gigante, que, por sua vez, encolhe transportado nas ilhas *Celebi*. Os *Indous* das montanhas tem pele branca, olhos azuis; os das planícies quentes são escuros, e com fronte/testa recuada.

Os peruanos das montanhas têm a cabeça maior na planície. Os das montanhas *Abissinj* são brancos, e o solo é escuro. Em *Pitomayo* os antigos homens egípcios tem pele escura, a mulher que está na casa é branca; negros de *Cazegut* e *Aschinti* ter um nariz aquilino, e não são prognatas; negros de *Krus* tem a cabeça redonda e oval (Waitz, *Anthropol*, p. 237). As raças negróides, scimiesche, Hindustan habitam chuvosos vales do sul, áreas pantanosas; na isolada Riunione, no Zambeze, o terreno é antigo, e o negrose mostra bellissimo; no Sudão o terreno é primitivo, e o negro é feio. - Na América os Botocudos, que é a tribo mais degenerada e mais perto do Negro, povoam terras primitivas.<sup>175</sup>

Nestes termos, os fatores geo-climáticos, que influenciariam, por sua vez, na qualidade da alimentação, no uso e desuso de órgãos, preferências amorosas, existencia de inimigos naturais, entre outros fatores elencados por Darwin, teriam maior influência sobre a diversificação das raças humanas, uma vez que, relacionada a esses fatores, a seleção natural determinaria a sobrevivência do mais forte e apto, podendo inclusive superar a ação do próprio tempo e independentemente da heritabilidade.<sup>176</sup>

<sup>175</sup> LOMBROSO, 2012, p. 53-55. Tradução nossa, no original: “Così il Broca, il Boudin, solo la eredità accagionano di quante hanvi differenze nella statura e nei diametri cranici delle varie razze: è un errore; chè, senza peregrinare in regioni troppo remote, stando in Italia si può già osservare, come la statura si allunghi non tanto per la razza, quanto per la posizione in pianura, o su terreni vulcanici, o in vicinanze di grandi centri, cioè per la più lauta alimentazione; per esempio nelle capitali Torino e Firenze, nei piani di Lucca, di Padova, di Pordenone, di Catania, l'uomo è alto, mentre s'abbassa nelle valli di Aosta ed in Valtellina (xvii); eppur gli abitanti sonvi della stessa razza. Perfino il cranio subisce dal clima un'influenza, almeno così grande, come dalla razza: il Lombardo di Lodi ha il cranio allungato, mentre il Lombardo di Sondrio, esposto ad un clima più freddo, lo ha quasi rotondo; il cranio di un Piemontese, rotondo in Aosta, Cuneo, Torino, si allunga nelle pianure di Bra ed Alessandria. È indubitato che la razza Sarda deve il suo colore, la sua piccolezza e la sua dolicocefalia, anche ad una influenza semitica che la storia con nettezza ci addita; ma pure, che il suolo abbiavi un'influenza, bisogna ammetterlo, quando si pensi che anche il cavallo, trasportato dalla Spagna e dall'Arabia, in poche generazioni vi diventa piccolo e col muso allungato; mentre invece in Olanda diventa in pochi anni gigante il piccolo bove del Iutland, che, a sua volta, rimpiccolisce trasportato nelle isole Celebi. Gli Indous delle montagne hanno pelle bianca, occhi celesti; quelli delle calde pianure sono scuri, ed a fronte sfugente. I Peruviani dalle montagne hanno la testa più grande dei pianigiani. Gli Abissinj sui monti sono bianchi, e scuri al piano. Nei Pitomayo e negli antichi Egizj l'uomo è scuro di pelle, la donna che sta in casa è bianca; i Negri del Cazegut e gli Aschinti hanno il naso aquilino, e non sono prognati; i Negri di Krus hanno il capo rotondo ed ovale (Waitz, *Anthropol*. pag. 237). Le razze negroidi, scimiesche, dell'Indostan meridionale abitano valli piovose, terreni pantanosi: nell'isole della Riunione, nel Zambese, il terreno è antico, ed il Nero ti si mostra bellissimo; nel Soudan il terreno è primitivo, ed il Negro è bruttissimo. - In America i Botocudos, che è la tribù di Pelli Rosse più degenere dal tipo e più vicina al Negro, popola terreni primitivi.”

<sup>176</sup> Ibid., p. 66.

Essa independência genética é fundamental para explicar como, para Lombroso, a raça calcásica, mesmo sendo originária da evolução da raça negra (processo de embranquecimento evolutivo), não traz consigo o gene selvagem/primitivo.

Refutando a idéia aceita em seu tempo, de que os macacos seriam os animais mais inteligentes, Lombroso destaca algumas situações comportamentais muito semelhantes entre os primatas e os humanos de modo geral.

Segundo ele, os macacos, quando irritados por não conseguirem algo que querem, se jogam no chão de igual forma que as crianças; quando os macacos se veem ameaçados por um tiro, colocam a mão na frente na ânsia de se defender, tal qual os humanos em perigo; a proteção materna, os cuidados e carícias para com os filhotes, assim como o comportamento desses em relação aos outros filhotes, à comida e às expressões corporais e comportamentais, etc.

Todos esses exemplos são descritos como comportamentos ou gestos primitivos presentes em todos os humanos, ou seja, instintos e impulsos selvagens fariam parte da humanidade em decorrência da hereditariedade e do atavismo.<sup>177</sup>

Entretanto, em que pese a carga genética primitiva restar preservada durante o processo de evolução e manter-se presente em todos os homens, ainda que diferenciados no transcorrer evolutivo, o perigo e riscos decorrentes da presença do gene selvagem seriam restritos aos negros, haja vista que o gene primitivo, transmitido pelo atavismo ao *homo primate* ficaria exposto com a impulsividade e imprevidência do homem negro, ação repentina sem qualquer tipo de controle de breves, mas perigosos, rompantes de raiva e rancor.<sup>178</sup> Em outros termos, no homem branco, a razão decorrente do alto grau de sua civilidade, superaria os instintos primitivos enquanto que no homem negro, ao contrário, sua primitividade seria mais forte, não encontrando obstáculos e se manifestando em seus atos.

Comparando os cérebros dos primatas e dos humanos, Lombroso adverte que a diferença entre eles não está no volume e sim no desenvolvimento e com base nos ensinamentos de Thomas Huxley, resume dizendo que “o cérebro do macaco é o mapa rudimentar do cérebro humano”. Porém, na busca por legitimação racial ao tratar da questão do tamanho do cérebro, Lombroso ignora a discussão ocorrida entre Louis Pierre Gratiolet e Paul Broca para com Gratiolet afirmar que nos cérebros dos primatas

---

<sup>177</sup> LOMBROSO, 2012, p. 80.

<sup>178</sup> Ibid., p. 82.

e dos negros o desenvolvimento ocorre ao contrário dos cérebro dos brancos, pois nos negros as suturas anteriores se soldam primeiro, ratificando as lições da Frenologia quando das divisões entre partes cerebrais anteriores (responsáveis pelas “funções nobres”, racionais e complexas) e posteriores (responsáveis pelas “funções pobres”, instintivas e meramente mecânicas).<sup>179</sup>

Os resquícios da origem comum primata da humanidade seriam observados, de modo inquestionável, a partir de uma racional regressão das funções orgânicas de determinadas partes do corpo humano, existencia e origem conhecidas por todos e portanto, expressões máximas da evolução natural humana, conforme o próprio Lombroso destaca:

Todo mundo sabe que nós temos pequenos músculos inúteis que originalmente serviam para trazer ao alto a parte de trás, para a frente das orelhas, e agora lembro, em seu silêncio, a época em que nosso ancestral era, como austrolopiteco inferior para avisar, no meio da escuridão da floresta, os perigos distantes: agora não é incomum encontrar alguns homens com esses músculos bem desenvolvidos e ativos, pode-se mover as orelhas à vontade.<sup>180</sup>

Indivíduos portadores desses vestígios não passaram despercebidos por Lombroso, que teve a oportunidade de estudar três casos, iniciando assim, seus estudos de campo utilizando os métodos da ciência natural para analisar a casuística.

O primeiro caso exposto por Cesare Lombroso, é de Villela, um agricultor calabrés, suspeito de provocar incêndio e condenado três vezes por furto, morto em 1864, pelo qual Lombroso inicia a origem de sua Teoria Atavica<sup>181</sup> e que em seu estudo racial, é assim descrito:

VILLELA, de Motta S. Lucia, de 69 anos, agricultor, filho de ladrão, ocioso e ele próprio também ladrão, quando jovem era famoso por sua agilidade e vigor muscular, de modo que subia as montanhas com pressa levando peso na cabeça [sic], e com 70 anos, resistiu a um assalto de três robustos soldados; morreu no cárcere, quando pela quarta vez ele tinha sido atirado, e de onde eu pude expor sua cabeça [abrir a cabeça para estudo].  
Um homem de pele escura, com escassa barba [com falta de barba], o rosto com sobrançelas grossas, de focinho prognato [nariz alongado], não mostrou em primeiro lugar um crânio com dolicocefalia<sup>182</sup> próprio da população da Calabria, porém em um exame mais cuidadoso, descobriu-se a

<sup>179</sup> LOMBROSO, 2012, p. 75.

<sup>180</sup> Ibid., p. 84. Tradução nossa, no original: “*Tutti sanno come noi abbiamo degli inutili muscoletti che in origine servivano a portar in alto, allo indietro, all'avanti le orecchie, ed ora ricordano, nella loro immobilità, l'epoca in cui il nostro antenato dovea, come i pitechi inferiori, giovare per avvertire, in mezzo alla folta oscurità delle selve, i lontani pericoli: ora non è raro il trovare alcuni uomini con questi muscoli così sviluppati ed attivi, da poter muovere l'orecchio a volontà.*”

<sup>181</sup> Atavismo (do latim *atavus*, “ancestral”) é o reaparecimento de certa característica no organismo depois de várias gerações de ausência. Darwin também utilizava o termo “Doutrina da Regressão”.

<sup>182</sup> De acordo com a Frenologia, dolicocefalia é uma má formação craniana congênita caracterizada pelo estreitamento do crânio em relação ao seu comprimento, sendo que a largura do crânio corresponde a quatro quintos (4/5) do seu comprimento.



atrofia do seu cérebro se não de 49 dígitos que corresponde à atrofia cerebral: Em um exame mais diligente foi descoberta a atrofia e a fusão do osso occipital [osso cranial cujo orifício permite a ligação do cérebro à coluna vertebral] (fig. 28, II, b), o que é mais importante, a falta de crista occipital interna [...].<sup>183</sup>

Segundo seus estudos, o cérebro de Villela se assemelhava não apenas ao de um feto de cinco meses, demonstrando o uso da teoria da recapitulação (o que significava dizer que a capacidade craniana de um negro adulto era análoga ao de um feto), como também seu cerebelo medial seria idêntico ao de alguns lêmures, considerados ancestrais dos primatas, mais especificamente de duas espécies: os *lemur albifrons* e os *aye-aye* encontrados na ilha de Madagascar, África.

Para Stephen Jay Gould a teoria da recapitulação seria o apêndice quantitativo mais genérico do paradigma evolucionista que ordena, científica e hierarquicamente, a humanidade, que pode ser resumido na forma do “trava-língua” proclamado por Ernst Haeckel que reatualizou a teoria biológica criacionista: a ontogenia recapitula a filogenia, demonstrando que o desenvolvimento embriológico dos seres superiores representava a evolução dos seres inferiores, ou seja, “[...] durante seu crescimento, todo o indivíduo passa por uma série de estágios que correspondem sequencialmente às diferentes formas adultas de seus antepassados.”<sup>184</sup>

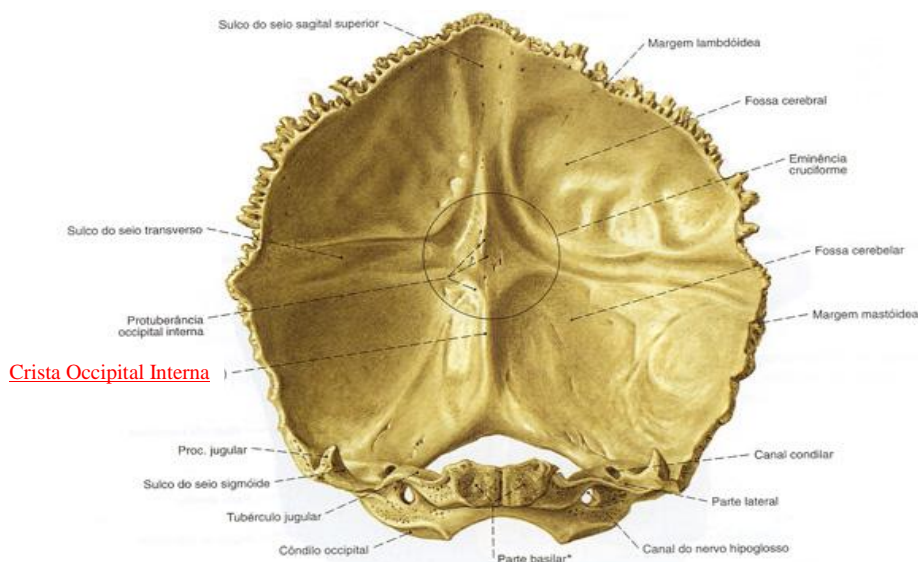
Ainda segundo o autor, a recapitulação é uma das idéias mais influentes em relação ao campo científico do século XIX, fornecendo, especialmente para os argumentos legitimantes craniométricos, uma base sólida e um critério irresistível a todos os cientistas para justificar aquela hierarquia racial, uma teoria que incluía a influencia do clima já que temperaturas elevadas provocam o amadurecimento precoce que marca o término do desenvolvimento físico, pois, a recapitulação determinava que:

[...] os *adultos* dos grupos *inferiores* devem ser como as *crianças* dos grupos *superiores*, pois a criança representa um ancestral adulto primitivo. Uma vez que são como os meninos brancos, os negros adultos e as mulheres são também os representantes vivos de um estágio primitivo da evolução dos

<sup>183</sup> LOMBROSO, 2012, p. 85. Tradução nossa, no original: “VILLELLA, di Motta S. Lucia, d'anni 69, contadino, figlio di ladri, ozioso e ladro egli stesso, fino da giovani anni era famoso per l'agilità e gagliardia muscolare, cosicchè si arrampicava per i monti con prede pesanti sul capo e, vecchio settantenne, resisteva all'assalto di tre robusti soldati; moriva nelle carceri, ove per la quarta volta era stato gettato, e donde io ne potei esportare la testa. Uomo di cute oscura, di scarsa barba, di folli sopraccigli, di muso prognato, non mostrava a tutta prima nel cranio che la dolicocefalia propria della popolazione calabrese, se non che ad un esame più diligente si scoperse l'atrofia cerebrale: se non che digitazioni che corrispondo all'atrofia cerebrale: se non che ad un esame più diligente si scoperse l'atrofia e la fusione dell'atlante coll'occipite (fig. 28, II, b), quel che più monta, la mancanza della cresta occipitale interna [...].”

<sup>184</sup> GOULD, 2014, p. 112.

homens brancos. Uma teoria anatômica para a hierarquização das raças – baseada em todo o corpo e não apenas na cabeça – havia nascido. A recapitulação serviu como teoria geral do determinismo biológico. Todos os grupos “inferiores” – raças, sexos, classes – foram comparados às crianças brancas do sexo masculino.<sup>185</sup>



Vista interna do osso occipital com destaque à Crista occipital interna  
Fonte: <http://www.auladeanatomia.com/osteologia/occipital.htm>

O próprio Lombroso, anos mais tarde, descreveu sua intuição ao procurar provas que legitimassem a inferioridade do criminoso tendo em suas mãos o crânio de Villella em uma manhã nublada no inverno italiano quando, examinando-o minuciosamente “[...] teve aquela faísca de jubilosa intuição que acompanha tanto os descobrimentos brilhantes quanto as invenções mais esdrúxulas. Pois viu naquele crânio uma série de traços que evocaram mais o passado simiesco que o presente humano”.<sup>186</sup>

Sobre o momento em que é iluminado pela luz de sua inspiração, relata Lombroso:

Não era apenas uma idéia, mas um lampejo de inspiração. Examinando o crânio, eu parecia de repente compreender, iluminado como uma vasta planície sob um céu flamejante, o problema da natureza do criminoso, um ser atávico que reproduz em sua pessoa os instintos ferozes da humanidade primitiva e dos animais inferiores. As manifestações anatômicas eram as enormes mandíbulas, os ossos do rosto pronunciados, os arcos superciliares proeminentes, as linhas isoladas da palma da mão, o tamanho excessivo das órbitas, as orelhas em forma de asa que se observam nos criminosos, selvagens e macacos, a insensibilidade à dor, a visão extremamente aguçada, tatuagem, ociosidade excessiva, gosto por orgias, e a perseguição irresistível

<sup>185</sup> GOULD, 2014, p. 113.

<sup>186</sup> Ibid., p. 122.

do mal simplesmente pelo mal, o desejo não apenas de tirar a vida da vítima mas também para mutilar o cadáver, rasgar sua carne e beber seu sangue.<sup>187</sup>

Essa conclusão de Lombroso que nos remete ao canibalismo, mais um ponto vinculante entre o criminoso e o primitivo, são na verdade o relato da confissão de Verzenie durante uma perícia, um *serial killer* que estrangulou e despedaçou muitas mulheres dizendo que:

[...] o fazia porque experimentava, com esse ato, um prazer inefável; estrangulava-as com as mãos e logo lhes mordía as carnes e chupava-lhes o sangue. Também levava pedaços de carne a uma cabana para, em dias sucessivos, gozar do prazer de mordê-los e despedaçá-los. Não mostrava remorsos e dizia que, se saísse livre, *não poderia resistir á tentação de estrangular e despedaçar outras mulheres.*

Melhor prova da origem atávica do delito não se poderia encontrar. Lombroso compreendeu que o atavismo do delito e a força irresistível que derivava do mesmo o haviam levado além da meta que pretendia demonstrar.<sup>188</sup>

Instrumentalizados pelo mesmo método imagético utilizado por Lombroso, podemos visualizá-lo com o crânio de Villella nas mãos, no melhor estilo *shakespeareano*, se questionando “ser ou não ser”, eis que aquele crânio reflete a imagem nítida do fenótipo negro completo que remete, por sua vez, à imagem de um animal e possibilita prever sua crueldade, mesmo se tratando de um ladrão.

Nesse contexto, a ausência da Crista occipital interna no crânio de Villella, ocasionada pela ação do gene selvagem oriunda do atavismo, não deixaria qualquer dúvida da inferioridade do negro, bem como de seu determinismo genético criminal transmitido pela hereditariedade criminosa que também estaria presente nele, uma vez que este era ladrão, tal qual seu pai.

O cérebro de Villella, assim, seria o fóssil que Lombroso necessitava e procurava, pois é nele (e a partir dele) que encontramos a explicação atávica que une importantíssimos conceitos estabelecidos em sua teoria racial, o gene primitivo/selvagem preservado no desenvolvimento processo evolutivo e transferido pela herança genética seria a prova científica da inferioridade e desigualdade humana do

<sup>187</sup> LOMBROSO, 1911, apud TAYLOR *et al.*, 1973, p. 59. Tradução nossa, no original: “*No fue simplemente una idea sino un rayo de inspiración. Al ver ese cráneo, me pareció comprender súbitamente, iluminado como una vasta llanura bajo un cielo llameante, el problema de la naturaleza del criminal, un ser atávico que reproduce en su persona los instintos feroces de la humanidad primitiva y los animales inferiores. Las manifestaciones anatómicas eran las mandíbulas enormes, los pómulos altos, los arcos superciliares prominentes, las líneas aisladas de la palma de la mano, el tamaño excesivo de las órbitas, las orejas con forma de asa que se encuentran en criminales, salvajes y monos, la insensibilidad al dolor, la visión extremadamente aguda, tatuajes, indolencia excesiva, afición a las orgías, y la búsqueda irresistible del mal por el mal mismo, el deseo no solo de quitar la vida a la víctima, sino también de mutilar el cadáver, rasgar la carne y beber la sangre.*”

<sup>188</sup> LOMBROSO, 2001, p. 538-539.

homem negro que seria um criminoso por natureza, dada sua impulsividade e imprevidência selvagem por influência daquele gene, ou seja, um círculo vicioso natural(izado).

Nestes termos, Lombroso constrói uma teoria de transmissão do determinismo delinquencial complexa, uma vez que esta lhe possibilita responder sobre as causas do crime já praticado por um indivíduo ou que ainda será praticado por ele com base em sua ancestralidade, de modo direto, pela hereditariedade ou indiretamente por força do atavismo que lhe permite procurar em toda a árvore genealógica daquele indivíduo motivos para o delito, nem que seja em sua descendência primata.

Outro exemplo a que Lombroso faz referência é F. Albin de Pavia, indivíduo singular, não apenas pelos comportamentos miméticos como os macacos e ameaçador quando irritado como um gorila, mas também pelas características físicas, pois apresentava microcefalia e seu antebraço era mais longo que seu úmero.<sup>189</sup>

Teresa Gambardella, 12 anos, nascida em Salerno, apesar de ter a pele muito branca, sofria de *hypertrichose*, doença caracterizada por um crescimento excessivo de pêlos, que já podia ser observada em seus irmãos menores, porém, estes tinham a pele preta. A menina tinha o corpo coberto por pelos muito pretos e brilhantes, exceto as palmas das mãos e dos pés. Ela é apresentada por Lombroso como possuidora de microcefalia, baixo intelecto e grande apetite.

Entretanto, apesar da pele branca por baixo dos pêlos, as características físicas e fisionômicas de Teresa permitem concluir que se tratava de uma negra. Rosto, nariz, boca e lábios eram de negros, portanto, segundo a lógica central, semelhantes aos macacos e assim como em F. Albin, ela possuía o antebraço mais longo do que o normal em comparação úmero. Apresentava também *osteopigria* (hipertrofia das nádegas), característica inconfundível das mulheres hotentotes.<sup>190</sup>

Se referindo à Lei da Correlação (atavismo), Lombroso afirma que:

Aqui nós temos uma regressão que nós remete mais ao orangotango e ao Gorila: porque só os quadrumanos, e não todos, tem o rosto coberto de pelos; apenas em algumas delas, semnopiteco, por exemplo, a fêmea é peluda tal como o macho. Esta regressão se explica por uma parada fetal, como a anomalia cerebral de Villella, sendo apenas 6 meses o nosso feto, assim macho e fêmea, cobertos de pêlos nas pernas e no rosto.

Mas essa correlação da lei que tem muito na metamorfose humana, a monstruosidade não para nos pêlos; mas estende-se aos dentes, membros, face e nas tendências morais. É necessário ter notado desde o início que essas aparições animais são sempre acompanhadas de regressões psiquiátricas

<sup>189</sup> LOMBROSO, 2012, p. 87.

<sup>190</sup> Ibid., p. 87-88.

e físicas: diminuição da inteligência ou alienação, tendências para o roubo, imitação semelhante aos macacos e exagerada atividade muscular. [...] Estes fatos provam certamente um parentesco entre o homem e os macacos superiores; mas, de acordo com alguns, depende de nós termos descendido de quadrúpedes ou pelo menos de quadrumanos: ou aqui parece-me não só executar, mas acontece. Verdade que nos surpreendeu que em determinadas etapas de feto e, de alguma monstruosidade humana, tem-se muitas semelhanças com os lêmures e outros quadrumanos com eles (e Villella, Albini e Gambardella seriam exemplos clássicos); [...].<sup>191</sup>

Inobstante aos outros “exemplares”, podemos considerar que Villella foi o mais importante em termos de descoberta científica, pois, a partir da sua “fissura occipital média”, Lombroso pôde comprovar a posição intermediária do negro, restando este situado entre os primatas e a raça caucásica superior, já que a distância geracional entre os dois pólos seria muito grande, imprescindível, portanto, um elo de ligação que mantivesse semelhanças de ambos, sendo assim sua descoberta científica-evolutiva.

Interessante e oportuno notar a seletividade científica lombrosiana dado que se em alguns homens brancos também se notaria a presença de vestígios inequívocos da origem primata<sup>192</sup>, os três casos analisados e estudados em sua casualística são de pessoas negras.

Levando em consideração a comparação entre as qualidades morais e intelectuais, a compaixão e valorização da polidez adquiridas pela raça branca e ausentes nos macacos, apontando ainda a falta da consciência nos selvagens e nas crianças brancas dos conceitos basilares da sociedade eurocêntrica de propriedade e posse, diz Lombroso:

E então nós temos que comparar os pobres orangotangos, não ao branco em toda a grandeza de sua civilização, mas sim a essas raças, que, enquanto ser humano, mostra sua inferioridade, aproximando-se do primitivo, a qual é detectada em partes dos crânios e em suas ferramentas da época da pedra. Tal é o Negro Bechuana e Austral, que, tendo centenas de nomes para dizer a seta

<sup>191</sup> LOMBROSO, 2012, p. 88-89. Tradução nossa, no original: “*Anche qui abbiamo una regressione che ci ricondurrebbe piu in la dell'orango e del gorillo: poiche solo i quadrumani portano, e non tutti, la fronte coperta da pelo; solo in alcuni di essi, semnopiteco ad esempio, la femina e pelosa come il maschio. Questa regressione si spiega per un arresto fetale, come l'anomalia cerebellare del Villella, sendo appunto a 6 mesi il nostro feto, cosi maschio che femina, coperto di pelo negli arti e nella fronte. Ma per quella legge di correlazione che ha tanta parte nelle umane metamorfosi, la mostruosita non si ferma al pelo; ma si estende ai denti, agli arti, alla faccia, alle tendenze morali. Voi anzi vi sarete fin da principio accorte che queste parvenze animalesche del corpo si accompagnano sempre a regressioni psichiche e motorie: intelligenza diminuita od alienata, salacita, proclivita al furto, all'imitazione scimiesca ed all'esaggerata attivita muscolare. [...] Questi fatti provano certamente una parentela tra l'uomo e le scimie superiori; ma, secondo alcuni, essi ci trarrebbero piu in la, fino cioe a farci discendere dai quadrupedi o per lo meno dai quadrumani: or qui parmi non si corra soltanto, ma si trascorra. Vero e che noi sorprendemmo, in certe epoche del feto e in alcune mostruosita umane, assai numerose le analogie coi lemuri e com li altri quadrumani (e il Villella, l'Albini e la Gambardella ne sarebbero classici esempi);[...].*”

<sup>192</sup> Lombroso (2012, p. 84) cita os vestígios (toco) da cauda dos macacos encontrados em alguns indivíduos brancos, porém, não indica a fonte dessa descoberta.

e cada espécie de fruta, não possui um substantivo abstrato para dizer árvore ou frutas; que vende o filho para comprar bebidas alcoólicas, e mata um companheiro para testar a qualidade do rifle [...].

E se nós também encontramos algum ponto de contato entre o primitivo e o homem branco, conduzimos ele à prisão: e encontramos Bouteiller, que, vinte anos de idade, depois de ter matado sua mãe com 56 golpes de faca, sentindo-se cansado, lança-se a cama e dorme tranquilo perto de sua vítima; a Brainvilliers que mata seu bebê para experimentar o poder do seu veneno; Collas que tocou violino depois de assassinar seu pai [...] gente que do roubo e assassinato não somente se orgulha, mas faz um apostolado.<sup>193</sup>

Nesse trecho, podemos notar que Lombroso coloca ao lado da primitividade dos negros alguns criminosos, considerados brutos/selvagens, uma ligação original de causa-efeito atávica.

Se as semelhanças aproximam os símios do homem negro, as diferenças, por outro lado, afastam ambos do homem branco, para o qual as características selvagens quase são inexistentes.

Sobre as comparações entre o negro e os macacos, diz Lombroso:

[...] quando você compara os maiores macacos e a raça humana melânica, a falta de capacidade craniana, na cor da pele, na construção da laringe, rosto, pelve, órgãos genitais e membros, uns são verdadeiras ligações entre os brancos e os animais antropóides, e com poucos vestígios que restam do homem pré-histórico, podemos citar grande analogia humana com o hemisfério sul e com o negro, o que força a suspeita que o homem primitivo deva ser semelhante a este último. Esta suspeita se confirma singularmente na observação do *scimmie* antropomórfico e o quadrúmano e aqueles que estão mais próximos de nós, os catarríneos [grupo de primatas da subordem *Anthropoidea*, com nariz estreito, narinas juntas e apontadas para baixo. Têm características humanas, como a atividade diurna, a visão estereoscópica, os ciclos menstruais nas fêmeas, etc. Inclui o gibão, o orangotango, o chimpanzé, o gorila e as espécies do gênero *Homo*], distribuídos em regiões habitadas por negros, ou nos tempos antigos, como no sul da África ocidental, na Índia e em Bornéu [ilha localizada na Ásia]. Se o negro se assemelha ao homem primitivo; e se é verdade que as espécies zoológicas acima formam a partir do refinamento de inferior, do negro deveria derivar o amarelo e o branco.<sup>194</sup>

<sup>193</sup> LOMBROSO, 2012, p. 93-94. Tradução nossa, no original: “*E poi noi dobbiamo confrontare il povero orangio, non ho 'l bianco in tutta la grandezza della sua civiltà, ma sibbene con quelle razze, che, pure essendo umane, mostrano, nella loro inferiorità, d'avvicinarsi al tipo primitivo, quale ce lo rilevano in parte i crani e gli strumenti dell'epoca della pietra. Tale è il Negro Bechuana e l'Australe, che, avendo centinaia di nomi per dire la freccia e per ciascuna specie di frutta, non ha un nome astratto per dire albero o frutto; che vende i figli per comperare acquavite, e uccide un suo simile per provare la bontà del fucile [...]. Che se vogliamo trovare anche qualche punto di contatto tra l'bruto e l'uomo bianco, conduciamoci nelle galere: e troviamo Bouteiller, che, ventenne, dopo aver ucciso con 56 colpi di coltello la madre, sentendosi stanco, si getta su'l letto, e dorme tranquillo la notte vicino alla sua vittima; la Brainvilliers che uccide il suo bimbo per sperimentare la potenza dei suoi veleni; Collas che suona il violino dopo aver assassinato suo padre [...] gente che del furto e dell'assassinio non solo mena vanto, ma fa un apostolato.*”

<sup>194</sup> Ibid., p. 95. Tradução nossa, no original: “[...] vanno sparendo sempre più quando si confrontino le *scimmie* più elevate e le razze umane melaniche che, per la poca capacità cranica, pel colore della cute, per la costruzione della laringe, del viso, del bacino e dei genitali e degli arti, costituiscono un vero anello tra i Bianchi e gli animali antropoide; e siccome quelle poche vestigia che ci restano dell'uomo preistorico ci accennano una grande analogia con l'australe e col negro, così è forza sospettare che

Assim, a partir de todos os vestígios primatas encontrados na “raça humana melânica”, todas as semelhanças e características, físicas e psíquicas, que demonstram a descendência genética, via atavismo, simiesca dos negros, Lombroso traça seu modelo de evolução humano, no qual o negro, considerado como um *homo primitivus*, seria ascendente do homem branco, o elo perdido de ligação entre o estado selvagem e o ápice da civilização humana, ou seja, a escala evolutiva lombrosiana se aproximava da escala cromática de Broca.

A prova incontestável dessa derivação evolutiva se encontra, apesar de indireta como aponta Lombroso, no fato de o tipo negro e o tipo mongol se manifestarem em alguns indivíduos brancos. As características mongólicas seriam até comuns em indivíduos da raça branca (olhos oblíquos, a maçã do rosto saliente, a escassez de barba, a testa vazante, pele amarela ou pálida).

Vestígios dessa descendência primitiva também se encontrariam nos criminosos a partir da sua “[...] insensibilidade moral e, às vezes, física, a mesma paixão por sangue e selvageria fundindo-se em covardia e a falta de sentimentos benevolentes que se observa em raças amarelas e americanas, a mais cruel da raça humana: nem é aqui fora do lugar notar que o condenado adora tatuar-se não apenas nos braços (como ocorre com muitos preguiçosos), mas em todo o corpo.”<sup>195</sup>

Interessante notar que em relação à “insensibilidade física”, ou *analgesia*, Lombroso cita os estudos realizados por Honoré-Antoine Frégier em 1840, no quais o chefe de polícia francês, responsável por identificar as “classes perigosas” conforme nos demonstrou Eugenio Raúl Zaffaroni (2005; 2013), classificando o estudo como pré-positivista, diz que a paixão dos condenados pelo jogo é tão grande que supera até mesmo o amor pela própria vida, pois viu alguns presos morrerem de fome por ter apostado e perdido, em jogos, seus alimentos.

A *analgesia*, característica da inferioridade dos negros encontrada nos rituais de passagem da adolescência à vida adulta e nas tatuagens, também seria prova

---

*l'uomo primitivo dovesse essere assai somigliante a questi ultimi. Questo sospetto si conferma singolarmente dall'osservare come le scimmie antropomorfe e quelle quadrumane che più si avvicinano a noi, le catarrine, sono distribuite nelle regioni abitate da negri, o tuttora o nei tempi antichi, come nell'Africa meridionale ed occidentale, nell'India e a Borneo.*

<sup>195</sup> LOMBROSO, 2012, p. 96-97. Tradução nossa, no original: “[...] insensibilità morale e qualche volta fisica, quella stessa passione del sangue, e quella ferocia unita a viltà, e quella mancanza dei sentimenti benevoli, che si osserva nelle razze gialle e americane, le più crudeli fra le razze umane: né è qui fuor di luogo il notare che il galeotto ama tatuarsi non solo le braccia (come molti oziosi pastori) ma sì tutto il corpo.”

da primitividade atávica dos delinquentes que, mesmo com ferimentos graves ou gravíssimos, a dor causada por eles pareciam não causar nenhum, ou quase nenhum, mal-estar ou mesmo preocupá-los, indícios de outro fator, igualmente atávico: a imprevidência.

Essas idéias são oriundas dos relatos de Lombroso sobre um ladrão que, mesmo sem o braço direito e com o esquerdo gravemente ferido, se escondeu em uma adega; dois bandidos que em uma briga morderam o nariz e os lábios um do outro não se queixaram de dor nem mesmo após a briga e ainda, um condenado a força que cantava enquanto esperava sua hora.<sup>196</sup>

Em suas conclusões, considerando as diversas áreas que demonstravam a incontestável inferioridade racial do *homem melânico* (anatomia, língua, arte, estética, música, escrita, religião, política, etc.), Cesare Lombroso, alertando para a pretensão científica da antropologia em ser uma ciência exata, é taxativo ao afirmar que no “círculo de criação” movimentado pela “metamorfose progressista”, assim como o lobo se transformou em cão, o javali em porco e a abelha solitária<sup>197</sup> no “arquiteto maravilhoso” que é a abelha (exemplo de sociabilidade, organização, hierarquia e por consequência de sociedade), na humanidade havia duas grandes raças: a branca e a negra, na qual o “negróide”, mais imperfeito e, portanto um “proto-humano”, pois seria quase um macaco nú, se transformou no mais perfeito, o branco, o ser humano por excelência.

Em suas palavras:

Apenas nós brancos apresentamos a mais perfeita simetria das formas do corpo. Somente nós, com a escrita alfabética e com línguas em flexão, damos ao pensamento uma ampla e confortável veste, e somos capazes de difundi-la e perpetuá-la nos monumentos, livros e revistas. Somente nós possuímos uma verdadeira arte musical. Somente nós, pela boca de Cristo e de Buda, proclamamos a liberdade do escravo, o direito humano à vida, o respeito aos velhos, as mulheres e o perdão às fraquezas do inimigo. Somente nós podemos, com [George] Washington, [Benjamin] Franklin, e [Honoré Gabriel Riqueti, o Conde de] Mirabeau [importante ativista e teórico da Revolução Francesa], proclamar e implementar o conceito da verdadeira nacionalidade. Somente nós, enfim, com Lutero e Galileu, Epicurus e

<sup>196</sup> LOMBROSO, 2012, p. 96.

<sup>197</sup> A maioria das espécies de abelhas é solitária, cada fêmea, individualmente, constrói, cuida do seu próprio ninho e morre antes de sua cria nascer, não havendo assim, relação geracional. Entre a abelha solitária e a abelha que vive em colméia existem muitas outras espécies, com diversos graus de sociabilidade, sendo estas os dois extremos, evidenciando a analogia de Lombroso. (SANTOS, Isabel Alves dos. **A vida de uma abelha solitária**. 2002. Disponível em: <http://eco.ib.usp.br/beelab/solitarias.htm> Acesso em 27 jun 2014.



Voltaire, temos a liberdade de pensamento, de que o gentil ouvinte oferece exemplo, sem aversão em desenvolver temas tão poucos ortodoxos.<sup>198</sup>

O gene primitivo, atávico, encontrado em Villella (o fóssil lombrosiano) não deixaria qualquer dúvida da inferioridade do negro, já que, após o estudo de seu crânio Lombroso afirmou que suas características seriam as mesmas dos lêmures. Além disso, a hereditariedade criminosa também estaria presente nele, uma vez que era ladrão, tal qual seu pai.

Gabriel Ignacio Anitua, mesmo negando o racismo de Lombroso a partir de sua descendência judaica (de *Sem*, portanto)<sup>199</sup>, ensina que foi a partir da “fissura occipital média” encontrada em Villella que a teoria do homem delinquente foi concebida, pois essa peculiaridade anatômica craniana, própria dos símios e do feto antes de se desenvolver totalmente, seria a chave para entender o comportamento criminoso, anormal para os humanos, mas comum entre os macacos e nos homens pré-históricos, a característica cranial encontrada seria a prova da animalidade do negro, indícios da sua natureza inferior e agressiva.

O atavismo darwiniano, de acordo com o autor, era importante por dois motivos, seria “[...] uma explicação científica – o delinquente o é porque o seu desenvolvimento foi interrompido no seio materno antes de alcançar a maturidade – e uma chave para esse possível reconhecimento, por isso podia ser observado no corpo humano [...]”.<sup>200</sup>

O racismo lombrosiano não foi esquecido por Léon Poliakov que define a questão resumidamente, para Lombroso, a “conversão” da ancestralidade negra da humanidade nas raças amarela, camita, semita e ariana, foi resultado de processos cataclísmicos “telúricos” sucessivos.<sup>201</sup>

Tendo encontrado as provas científicas que comprovavam a desigualdade humana, bastava agora projetar esses saberes à questão primordial para a região sul

---

<sup>198</sup> LOMBROSO, 2012, p. 123. Tradução nossa, no original: “*Noi soli bianchi abbiamo toccato la più perfetta simmetria nelle forme del corpo. Noi soli, com la scrittura alfabetica e com le lingue a flessione, fornendo il pensiero di una più ampia e comoda veste, potremmo diffonderlo ed eternarlo nei monumenti, nei libri e nella stampa. Noi soli possediamo una vera arte musicale. Noi soli abbiamo, per bocca di Cristo e di Budda, proclamata la libertà dello schiavo, il diritto dell'uomo alla vita, il rispetto al vecchio, alla donna ed al debole, il perdono del nemico. Noi soli abbiamo, con Washington, con Franklin, con Mirabeau, proclamato ed attuato il concetto vero della nazionalità. Noi soli, infine, con Lutero e Galileo, Epicuro e Spinoza, Lucrezio e Voltaire, abbiamo procacciata la libertà del pensiero, di cui voi, gentili uditrici, offrite un esempio, assistendo senza ribrezzo allo svolgersi di temi sì poco ortodossi.*”

<sup>199</sup> ANITUA, 2008, p. 304.

<sup>200</sup> Loc. cit.

<sup>201</sup> POLIAKOV, 1974, p. 62.

italiana: a criminalidade, e com acesso total aos delinquentes a tradução do paradigma etiológico seria realizada de modo até natural, pois condicionada pelo senso comum, compartilhado e comprovado pelos homens de ciência do centro.

Na segunda edição do livro, datada de 1892, Cesare Lombroso incluiu sete apêndices onde confirma sua tese sobre a inferioridade do homem negro e sua ligação com o criminoso nato a partir de suas pesquisas antropométricas. *L'uomo bianco e l'uomo di colore* foi, para Lombroso, sua obra preferida (comparada pelo próprio autor como o primeiro amor para as mulheres), pela “luta” para publicá-lo.<sup>202</sup>

Entretanto, podemos considerar que esta predileção sobre a obra que lhe conferiu notoriedade mundial é também devida à ausência de críticas quanto ao paradigma racial fortemente endossado como demonstrado acima, conclusão retirada da 5ª edição do homem delinquente, quando no prefácio Lombroso aponta suas críticas e críticos, agradecendo-os por lhe proporcionar a correção de alguns erros no texto, e, por fim, defende-se, ambiente que não se observa no Homem branco e o homem negro, mesmo depois de 21 anos da sua publicação.

### 3.2 L'UOMO DELINQUENTE: A FUNDAÇÃO DA ESCOLA POSITIVISTA ITALIANA E A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ETIOLÓGICO LOMBROSIANO.

“Somos comandados por leis silenciosas que nunca deixam de atuar e regem a sociedade com mais autoridade que as leis inscritas em nossos códigos. O crime... parece ser um fenômeno natural.” (Cesare Lombroso, 1887)

Inserido naquele contexto já exposto, encarregado, como cientista, de conduzir a Itália ao desenvolvimento e progresso, e instrumentalizado com aquele arsenal teórico que “denunciava” as origens primitivas dos “criminosos”, Cesare Lombroso, médico militar e legista, tendo como laboratório científico as prisões e manicômios do Sul da Itália, utilizando o método científico indutivo (próprio das ciências naturais que utilizavam a observação e experimentação), logo percebeu que em seu objeto de pesquisa (criminosos e doentes apenados), existiam algumas

---

<sup>202</sup> LOMBROSO, Cesare. *L'uomo bianco e l'uomo di colore: Letture sull'origine e la varietà delle razze umane*. Seconda edizione. Firenze - Torino - Roma. Fratelli Bocca, Librai di S.M. il Re d'Italia, 1892.

características, alguns sinais em comum que lhe permitiram vincular as causas do crime à degeneração dos primitivos.

O círculo positivista se confirmava novamente, como era de se esperar: a desigualdade empírica produziu o saber científico que se legitimou na empiria do cárcere.

Destarte, se as causas da criminalidade não poderiam ser direcionadas à estrutura social (erro do discurso policial que Lombroso conhecia, assim como as críticas direcionadas a ele e, portanto, não cometeria o mesmo erro), a passagem dos estudos raciais que partiram da inferioridade/primitividade de um grupo étnico para a individualidade empírica criminal, marca a tentativa de superação do primado clássico do livre-arbítrio e nesse transito nada melhor para rechaçar àquela igualdade (que orientou as críticas ao Classicismo) do que uma base científica para legitimar a desigualdade<sup>203</sup> e o controle social de uma parcela minoritária disfuncional ao sistema, promovendo uma mudança na ordem social.

Uma vez inserido no cárcere onde tinha livre acesso, instituição de cunho eugênico consoante as lições de Darwin, Cesare Lombroso se debruçou sobre o problema da política criminal italiana, contrapondo criminosos e não-criminosos, auxiliado por Ferri, criador da expressão “criminoso nato”.<sup>204</sup>

A dinâmica relacional imbricada entre poder punitivo e medicina, inaugurada neste momento, é desvelada por Ricardo Genelhú quando este assevera que:

O Estado, com seu poder punitivo, valendo-se da medicina, e essa, valendo-se daquele, em um hibridismo quase incestuoso sem precedentes, conceberam um discurso nada infértil onde a medicina, ancorada pelo Estado, e arrimada em sua tecnicidade sua, inacessível ao controle da maioria, aproveitou-se de um vazio oratório existente em certa ocasião para impor sua retórica à laia de melhorar as pessoas e o mundo onde elas viviam quando, em verdade, era o estabelecimento, a manutenção e, *ad futurum*, a expansão do seu poder o que ela colimava.<sup>205</sup>

Para a comprovação empírica necessária, a recém-nascida Antropologia Criminal, “novo” ramo da zoologia<sup>206</sup>, se valeria de todos os dados antropométricos possíveis para tentar “blindar” seu poder, isso incluiria os dados já disponíveis ratificados com novos.

<sup>203</sup> BATISTA, V., 2011, p. 27.

<sup>204</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social:** mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Seqüência*. Florianópolis, UFSC, n.30, p.24-36, jun. 1995, p. 25.

<sup>205</sup> GENELHÚ, Ricardo. **O médico e o direito penal**. vol. 1: introdução histórico-criminológica. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 58.

<sup>206</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 86.

Em referência a essas “provas”, importantes são as lições de Stephen Jay Gould que nos alerta:

O corpo humano pode ser medido de mil maneiras. Qualquer investigador convencido de antemão da inferioridade de determinado grupo pode selecionar um pequeno conjunto de medições para ilustrar a maior afinidade do mesmo com os símios. (Tal procedimento, evidentemente, também poderia ser aplicado no caso de indivíduos brancos do sexo masculino, embora ninguém ainda o tenha tentado. Os brancos, por exemplo, têm lábios finos – propriedade que compartilham com os chimpanzés – enquanto que a maioria dos negros africanos tem lábios grossos e, consequentemente, mais “humanos”.)<sup>207</sup>

Consolidando os dados provenientes de inúmeras pesquisas que foram complementadas posteriormente, em 1876, Cesare Lombroso publica o famoso *Tratado antropológico e experimental do homem delinquente*, que se transforma mais tarde no mundialmente reconhecido *L'Uomo Delinquente*<sup>208</sup>, no qual o autor catalogou os sinais que entendeu anatômicos da criminalidade e os dados antropométricos dos criminosos, criando o estereótipo que inculcará o medo, individual e coletivo, que logo se expandirá pelo mundo necessitado de ordem.

Em relação à obra, chamamos a atenção para o fato de termos utilizado a 5ª edição italiana e 2ª edição francesa, datada de 1894, que é aberta com uma Carta de Hippolyte Taine, escrita em 1887, positivista francês, professor de estética e história da arte na Escola de Belas-Artes (ou seja, a arte que o centro considerava bela tendo como base o inegável racismo, já que a arte seria uma faculdade natural do homem determinada pela raça, entre outros fatores) e onde podemos antever alguns elementos fundamentais da teoria lombrosiana, como o determinismo e sua relação com a questão da responsabilidade penal, o maniqueísmo estrutural do bem x mal<sup>209</sup> e da impulsividade advinda da primitividade de alguns indivíduos, ou seja, da manifestação atávica, comprovação cujo mérito é atribuído, por Taine, a Lombroso ao dizer:

Vós nos haveis mostrado esses orangotangos lúbricos, ferozes, de face humana. Certamente, sendo tais, não poderiam agir de outro modo senão como o fazem. Se eles violentam, se eles roubam, se eles matam, é virtude de seu natural e de seu passado, infalivelmente. Razão a mais para destruí-los logo que se constata que são e permanecerão sendo sempre orangotangos.<sup>210</sup>

<sup>207</sup> GOULD, 2002, p. 79.

<sup>208</sup> LOMBROSO, 2001, p. 540.

<sup>209</sup> O princípio do bem e do mal é apontado por Alessandro Baratta como uma constante no interior da Ideologia da Defesa Social que nasceu com o Classicismo, atravessa a Escola Positivista e se projeta, ainda hoje, na Dogmática Jurídica que nasceu com a tarefa de integrar os saberes funcionais. Segundo o autor, o corolário desse princípio assim se expressa: “O delito é um dano para a sociedade. O delinquente é um elemento negativo e disfuncional do sistema social. O desvio é, pois, o mal; a sociedade constituída, o bem.” (BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan Instituto Carioca de Criminologia, 2011, p. 42)

<sup>210</sup> LOMBROSO, 2001, p. 19-20.

Assim, já no início da obra já se vislumbra que a desigualdade e a inferioridade têm origem no não-europeu, uma vez que estes jamais foram considerados como primatas.

No prefácio da obra, Lombroso dedicou espaço aos agradecimentos a seus críticos, adversários e colaboradores que possibilitaram o preenchimento das lacunas apresentadas nas primeiras edições da obra, mormente a distinção e consequente ampliação do tipo criminal, que se dividira em quatro conceitos: criminoso nato e louco moral (fusão provocada pelos apontamentos, já que a loucura moral, ou “atrofia do senso moral” também teria causa congênita), louco, por ocasião e por paixão.<sup>211</sup>

Esse “preenchimento”, atrelado a revisão teórica das causas da criminalidade apontada por Vera Regina Pereira de Andrade acrescentando ao atavismo, a epilepsia e a loucura moral, formando o “tríptico lombrosiano”<sup>212</sup>, demonstra o recuo estratégico, militarmente fundamentado, que nos fala Stephen Jay Gould, pois Lombroso:

Em nenhum momento, transigiu ou abandonou a idéia básica de que o crime tinha raízes biológicas. Limitou-se a ampliar a extensão das causas inatas. Sua teoria original tinha a virtude da simplicidade e surpreendia por sua originalidade: os criminosos são símios que vivem entre nós, indivíduos marcados pelos estigmas anatômicos do atavismo. As versões posteriores tornaram-se mais difusas, mas também mais abrangentes. Embora o atavismo continuasse a ser para ele uma causa biológica fundamental da conduta criminosa, Lombroso introduziu várias categorias de enfermidade e degenerações congênitas [...].<sup>213</sup>

Emerge, assim, da obra, uma gestão diferencial do criminoso e do crime, o “Direito Penal do autor” e sua imprescindível individualização da pena<sup>214</sup>, pois, dependendo de quem era, da sua raça/classe, seria inserido em uma das classificações elencadas, o que determinaria seu tratamento, ou seja, a propositura de Direitos Penais diferenciados para criminosos desiguais, haja vista que, ao responder aos juristas sobre seu acondicionamento do “Direito Criminal” na área da Psiquiatria, como um saber auxiliar (retirando todo o *status* daqueles), arruinando o sistema carcerário, Lombroso explica que:

Para os criminosos de ocasião [e os criminosos por paixão, que, segundo o próprio autor não são degenerados], conformo-me com a esfera das leis comuns e contento-me em reclamar seu alcance a métodos preventivos. Quanto aos criminosos natos e loucos morais, as mudanças propostas por

<sup>211</sup> LOMBROSO, 2001, p. 22.

<sup>212</sup> ANDRADE, 1995, p. 25.

<sup>213</sup> GOULD, 2014, p. 133.

<sup>214</sup> ANDRADE, 2003, p. 70.

mim não fariam senão aumentar a segurança social, pois reclamo, para eles, uma detenção perpétua.<sup>215</sup>

Dessarte, explicita-se que para os criminosos de ocasião e por paixão, que certamente seriam brancos com um certo *status* social, os acusados estariam expostos ao Direito Penal do fato, tendo, por isso, assegurados seus direitos e garantias individuais consoante o Classicismo.

Encontramos, ainda no prefácio, a explicação para o uso singular da teoria tipológica, pois, de acordo com Lombroso, o conceito do tipo, em termos antropológicos, seria inviável por sua dissolução em face da exponencial variabilidade individual provocada pelo aperfeiçoamento e civilização dos indivíduos, resultado da dinâmica progressiva apresentada em sua primeira obra, o que faz o autor utilizar os conceitos de tipo e raça na obra em comento.

Assim, por reconhecer o tipo ao qual o indivíduo pertença a partir das frações manifestadas, traços, ou resquícios fenotípicos, Lombroso utiliza as médias aritméticas encontradas em suas pesquisas empíricas para definir o tipo do qual o indivíduo descenda e para isso, a pesquisa qualitativa (que para o autor garantiria a segurança necessária), prevalece à quantitativa, ocasionando a conclusão de que não apenas um tipo de criminoso, mas muitos tipos, agrupados de acordo com o delito cometido, denotando, assim, sua arbitrariedade nas escolhas entre os próprios delinquentes a serem estudados e destes em relação aos “normais”.<sup>216</sup>

Bussolado pelo paradigma evolucionista darwiniano, Lombroso traça a genealogia do crime descendo até os organismos mais simples, inferiores, para correlacionar atos que, se cometidos por humanos, seriam considerados crimes, como o “assassinato” de insetos por plantas insetívoras ou o canibalismo, infanticídio e o parricídio entre animais por motivos análogos aos encontrados nos crimes cometidos pelos homens (ambição, antipatia, raiva, paixão, maldade, alcoolismo, etc.).

O objetivo era demonstrar que esses comportamentos, entre outros, são ontológicos, de origem instintiva, hereditária de onde advém sua periculosidade e impulsividade, não se podendo falar, então, em livre arbítrio entre os organismos inferiores que apresentam a mesma *maldade brutal dos delinquentes*, que, por conta do atavismo não poderiam ser responsabilizados criminalmente, pois mais que desiguais, eram inferiores, uma subespécie do gênero humano cuja alocação na escala evolutiva se

---

<sup>215</sup> LOMBROSO, 2001, p. 28.

<sup>216</sup> Ibid., p. 23-29.

confundia com os negros, pois em ambos, a vontade de dissuasão em relação ao crime é desprezada pela força orgânica.

Eis a chave que vinculava os organismos vivos mais simples, os primitivos (os negros), os selvagens e os criminosos natos (já pré-estabelecida na obra primeva de Lombroso): a ausência do desenvolvimento cerebral completo civilizatório encontrado no homem branco central.

Realizando analogias entre os mundos, Lombroso, utilizando o princípio da individualidade destaca que a educação (adestramento/disciplina) pode desenvolver os instintos criminais ou dissolvê-los em determinados indivíduos, pois assim como nos homens, as espécies animais, no geral, não são más, salvo uma minoria que, tal qual os homens, ainda é influenciada por condições climáticas, tendo sua periculosidade agravada pelo clima mais quente.

Uma vez arquitetado a evolução do crime e do criminoso, o passo (natural) seguinte foi a desmistificação da utilidade das penas em suas finalidades atribuídas pelo Classicismo (prevenção geral e especial, ou seja, a dissuasão que impediria a reincidência pelo medo ou temor da sanção penal, e todas aquelas ideologias do tipo “re” que nos fala Vera Malaguti Batista<sup>217</sup>), que arranhariam senão apenas a superficialidade criminal que na tentativa de ludibriar os magistrados se revestiam de um falso arrependimento, haja vista que o âmago da questão, a própria natureza delinquente, se dispõe muito além do alcançável pelos olhos judicantes.

Subindo um degrau em sua escala, Lombroso passa a analisar o crime, ou ações que no interior da civilização seriam consideradas delitos entre os selvagens (primeiramente o homicídio e o canibalismo), mas no desenvolvimento do capítulo há uma clara distinção conceitual entre estes e os primitivos que o autor trouxera da obra *O homem branco e o homem negro*, recorrendo constantemente à raça negra, inclusive fazendo a indicação da *raça superior*, direta ou indiretamente pelas referências ao Continente Africano, em termos linguísticos e culturais, ou trazendo literalmente trechos daquele livro, concluindo que: “[...] o crime entre os selvagens não é mais uma exceção, mas a regra quase geral”.<sup>218</sup>

Ao se deter aos crimes patrimoniais, Lombroso usa novamente o livro *O homem branco e o homem negro* como fonte de referência, onde indicava que as noções de propriedade e de posse, ausentes nas crianças e nos selvagens, seriam a base da

---

<sup>217</sup> BATISTA, V., 2011, p. 45.

<sup>218</sup> LOMBROSO, 2001, p. 75.

sociedade civilizada<sup>219</sup>, e agora, incluiu os primitivos para defender que, se estes indivíduos não possuem os conceitos relativos ao patrimônio também não possuem o discernimento necessário para a caracterização do delito de roubo em termos do livre arbítrio.<sup>220</sup>

Retomando a Teoria da Recapitulação, Lombroso destaca que nas crianças, desprovidas do senso moral (que nas crianças superiores é uma faculdade modificável pelo ambiente que desenvolve nelas a inteligência e a consciência do bem e do mal), por uma série de causas atávicas (cólera, vingança, ciúme, mentira, crueldade, preguiça, ociosidade, gíria, vaidade, mimetismo e imprevidência) é possível se identificar o germe criminal, assemelhando-as aos inferiores de modo temporário ou permanente, considerando sua ascendência e sua natureza. Essa condição transitória é estabelecida pela educação que produz como resultado, na maioria das crianças, o desenvolvimento cerebral completo típico do homem branco superior, enquanto que na minoria nem uma boa educação é capaz de alterar sua inferioridade congênita.

Entretanto, em relação à educação, encontramos em Lombroso alguns apontamentos referentes às sanções punitivistas impostas às crianças (uma analogia feita pelo autor às penas corporais) que podem ser caracterizadas, a princípio, como certa crítica social, pois os castigos corporais não se mostram eficaz em matéria de educação, que facilmente seria alcançada pelo uso de outros métodos (ambientes espaçosos, arejados e iluminados, uma nutrição rica em vegetais e abstinência completa de bebidas alcoólicas que segundo o autor seria a causadora, em grande medida, da precocidade criminal).

O real objetivo de Lombroso ao se voltar para essas medidas alternativas era demonstrar que opções preventivas ao crime de caráter permanente (custódia ininterrupta) seriam as únicas eficazes em relação aos delinquentes natos, irrecuperáveis e assim propunha, em substituição às casas de correção, a construção de asilos perpétuos para os futuros delinquentes ou criminosos precoces.<sup>221</sup>

Ao descrever a “anatomia patológica” dos criminosos, seguindo os dados antropométricos, Lombroso inicia pela craniometria que define a partir do tamanho do cérebro a capacidade craniana. Outrossim, considerando anomalias os índices inferiores e também os superiores, de acordo com sua concepção de tipo que é estabelecido pela

---

<sup>219</sup> LOMBROSO, 2012, p. 93.

<sup>220</sup> Id., 2001, p. 101.

<sup>221</sup> Ibid., p. 158.



média, concluindo que os crânios pequenos, assim como os muito grandes, são características criminais, o que importa em identificar como criminosos indivíduos com uma inteligência acima do normal, ou seja, os gênios.<sup>222</sup>

O racismo que originou *L'uomo bianco e l'uomo do colore* atravessa toda a obra *Homem Delinquente*, explicitando sua base racista científica, onde encontramos, além dos pressupostos básicos da inferioridade, atavismo e hereditariedade, a importância da climatologia sobre os criminosos e as fossas occipitais médias, sobre as quais Lombroso repete seu escrito se referindo àquela característica primitiva e ao próprio Villella:

Em Villella, calabrês, ladrão de muito grande agilidade, que na idade de 70 anos apresentava ainda as suturas abertas, essa fosseta aparecia em dimensões verdadeiramente extraordinárias: comprimento de 34 milímetros, largura de 23, profundidade de 11, e associava-se à atrofia das fossas occipitais laterais e à fusão do atlas.

A fosseta occipital limita-se dos dois lados por saliências ósseas que dirigem primeiro, paralelamente, figurando um trapézio e terminando próxima à cavidade occipital por um pequeno promontório triangular. Tais fatos e outros nos permitem concluir que se configura, aqui, uma verdadeira hipertrofia do *vermis* [parte do cerebelo], um verdadeiro cerebelo médio, de sorte que este órgão descenderia daquele dos altos primatas, ao nível dos roedores, dos lemurianos, ou bem do homem entre o terceiro e o quarto meses de sua vida fetal.<sup>223</sup>

Entre o rol das características criminais encontramos: a tatuagem (“verdadeira escritura do selvagem”), os traumas, a analgesia, o uso de gírias (que seriam desdobramentos dos dialetos primitivos pela constância do uso das onomatopeias, também vinculadas à linguagem infantil), a reincidência, a associação para o mal, entre outras.

Em relação aos caracteres “anormais” fisionômicos, Lombroso destaca a frequência das:

[...] microcefalias, das assimetrias, das órbitas oblíquas, dos prognatismos, dos sinos frontais desenvolvidos que nos revela a tabela anatômica., os selvagens e os delinquentes. O prognatismo [desarmonia facial envolvendo ossos, dentes e músculos projetando a frente a arcada inferior maxilar em relação à superior, visualmente essa aparência pode ser causada pelo fato de o lábio inferior ser maior e mais volumosos que o superior], a cabeleira abundante, negra e crespa, a barba rara, a pele muito frequentemente morena, a oxicefalia, os olhos oblíquos, o crânio pequeno, o maxilar e os zigomas desenvolvidos, a fronte fugidia, as orelhas volumosas, a analogia entre os dois sexos, uma maior envergadura, são novamente caracteres somados aos necroscópicos que aproximam o criminoso europeu do tipo australiano e mongol; enquanto que o estrabismo, a assimetria craniana e as graves anomalias histológicas, os osteomas, as lesões meningíticas, hepáticas e cardíacas nos mostram, também no criminoso, um homem anormal antes do

<sup>222</sup> LOMBROSO, 2001, p. 163.

<sup>223</sup> Ibid., p. 195-196.

nascimento, por atraso no desenvolvimento ou por doença adquirida em diferentes órgãos, sobretudo nos centros nervosos, como entre os alienados. Trata-se de um verdadeiro doente crônico.<sup>224</sup>

No que se refere às tatuagens, importante salientar que estas não apenas comprovariam a primitividade do delinquente (não apenas por sua analgesia, mas por comportar traços dos hieróglifos), seu simbolismo vai além da vingança desejada, da obscenidade, da associação delinquencial ou da vaidade. São para Lombroso, instrumentos “mnemônicos” (auxílio à memória) de caráter histórico da vida do seu portador e demonstração do futuro crime ontologicamente determinado, trazendo consigo a marca da previsibilidade criminal, materializada mesmo que inconscientemente, pois: “elas nos dão o verdadeiro estado dos delitos cometidos e a cometer. Poderiam, desse modo, ter aplicação imediata, ou seja, conduzir à prisão daqueles que houvessem assim demonstrado oficialmente sua intenção de cometer um crime”.<sup>225</sup>

Lombroso destaca ainda que a paixão por tatuagens, assim como o álcool e o tabaco, são características das classes inferiores, ou “classes perigosas” nas palavras do chefe de polícia francês H. A. Frégier, que também volta à cena neste livro quando Lombroso relata a crueldade atávica como fonte de prazer, ao lado da vingança, vaidade, vinho e jogo.<sup>226</sup>

Ao fazer referência à crueldade e conceitos correlatos e decorrentes da natureza primitiva e selvagem do criminoso nato (insensibilidade física e moral, ausência de remorso, impulsividade e ferocidade), Lombroso destaca que as mulheres são piores nesses quesitos do que os homens, utilizando o estereótipo criado e consolidado pela literatura tida como clássica de William Shakespeare, *Lady Macbeth*, para comprovar sua afirmação, fazendo remessa a sua obra *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale*, publicada em 1891.<sup>227</sup>

Ao trazer as estatísticas sobre a reincidência, Lombroso legitima empiricamente sua teoria sobre a impossibilidade corretiva do cárcere sobre os indivíduos de natureza imodificável, revelando que ao contrário de prevenir e diminuir a reincidência, o sistema prisional embasado no Classicismo é sua causa.

Nos termos postos pelo autor, logicamente, não haveria reincidência se o Judiciário adotasse os saberes antropológicos e as medidas acautelatórias de cunho

<sup>224</sup> LOMBROSO, 2001, p. 289.

<sup>225</sup> Ibid., p. 511.

<sup>226</sup> Ibid., p. 389.

<sup>227</sup> Ibid., p. 390.

eugênico e perpétuas, pois o criminoso nato seria segregado da sociedade preventivamente mesmo antes de cometer o fato-crime, e essa segurança pública seria mais eficaz o quanto antes o criminoso fosse identificado, construindo assim, a criminalização acautelatória-preventiva.

### **3.2.1 A construção do estereótipo do criminoso como imprescindível instrumento de controle social.**

A eficácia e funcionalidade do controle social esta vinculada à praticidade de identificar visualmente seus “Outros”. Assim, a construção do estereótipo criminal realizada por Lombroso não continha o caráter da originalidade, pois a identificação do desigual encontra precedentes no *Malleus* (que estigmatizou a mulher) e ainda na política absolutista, que permitia a expulsão dos desiguais para dentro do território.<sup>228</sup> Uma política controladora de fluxo e vigilância constante que mais tarde dará origem aos passaportes e identificações para o deslocamento intra e extraterritorial e desembocará, ainda, nas abordagens policiais para averiguação de “elementos suspeitos”.

De acordo com Gabriel Ignacio Anitua, essa identificação necessitava ser imediata de modo evidente, facilitando sua detecção e tratamento, ou seja, ao nível do estereótipo que era recriado a partir de sinais físicos naturais ou artificiais, pois:

No Antigo Regime, assim como se expulsava o marcado por portar “naturalmente” determinados traços, esses traços eram impostos a outros, através de castigo que consistia, normalmente, em mutilar ou deformar o corpo. A relação com o outro fazia com que o mal, o delito, o defeito ou o estigma devesse estar “escrito a pele”.<sup>229</sup>

O autor aponta uma importante obra na identificação do “Outro” que seria alvo no século XVI, com a consolidação do capitalismo e do Estado, da atuação do político e da polícia quando, em 1586, Giambattista Della Porta escreveu *De humane physognomia* onde buscava as causas para a criminalidade nos indivíduos.

Diz o autor:

Della Porta estava convencido da necessária relação entre o aspecto físico, sobretudo o do rosto, e as qualidades morais dos humanos. Por isso, observou e realizou diversos estudos sobre os detentos e os executados em Nápoles. Com base nisso, e na comparação com outras pessoas, elaborou uma

<sup>228</sup> ANITUA, 2008, p. 87-89.

<sup>229</sup> Ibid., p. 105.

classificação dos homens e dos delinquentes em “tipos”. O ladrão podia ser reconhecido por ter as sobrancelhas praticamente juntas, orelhas pequenas, nariz delgado, olhos rápidos, visão aguda, lábios grossos e abertos e mãos delicadas, com dedos largos e hábeis. Ele também descreveu outros tipos de personalidade, como o violento, o imoral etc., aos quais acompanhava desenhos. Dedicou-se, igualmente, a fazer a comparação destes tipos com as características físicas dos animais não humanos com os quais se pareciam.<sup>230</sup>

Já vimos como se operou a construção da imagem do criminoso nas palavras do próprio Lombroso, um processo imagético de “incorporação” de Villela a partir de seu crânio primitivo de acordo com o estereótipo inferiorizado e materializado, profundamente, pelo racismo, por isso a figura do delinquente, enquanto subespécie humana, se vincula diretamente ao fenótipo negro que, por sua vez, reflete sua inferioridade e primitividade que pressupõe a desigualdade racial que determina, por decorrência lógica, um tratamento diferenciado, na exata proporção daquela inferioridade, ou seja, quase animalesco.

Uma relação orientada pelo método indutivo que forjou um círculo viciante (e viciado) sobre o calor do racismo, pois se o negro era primitivo, e por isso inferior; o criminoso era também primitivo/inferior, logicamente o negro era o criminoso. No interior da dinâmica entre o centro e a margem, a identificação dos “Outros” (primitivos e selvagens) era fácil, pois a estigma da inferioridade estava à flor da pele, *status* que declara desde *a priori* seus vícios físicos, psíquicos e morais, não sendo necessário estabelecer qualquer parâmetro ou modelo fisionômico para a identificação desses “Outros”, já que essa tarefa vinculada à sua construção simbólica cravejada de termos pejorativos<sup>231</sup> há milênios fora consolidada, resultando na inferiorização do fenótipo do negro racialmente construído.

Nestes termos, encontramos na obra outra formulação para o atavismo agora de caráter positivo, pois o reconhecimento instintivo do criminoso, decorrente do medo das vítimas, se daria pela repulsa à fisionomia, muitas vezes bestial, do criminoso. Esse medo, essa repulsa seria um fenômeno geracional transmitido hereditariamente ou por atavismo via inconsciente capaz de decifrar as intenções criminosas.<sup>232</sup>

Outrossim, a partir da científica ontologia criminal, Lombroso observou nos criminosos uma “predestinação” assinalada por constantes anomalias comuns, sobretudo anatômicas e fisiológicas, como pouca capacidade craniana, desenvolvimento

<sup>230</sup> ANITUA, 2008, p. 88.

<sup>231</sup> Alertamos para caráter racista da utilização do termo “negro” e a carga negativa colocada sobre o negro. São inúmeros os exemplos, tais como: magia negra, cifra negra, mercado negro, tempestade negra, peste negra, humor negro, “denegrir” (= tornar negro, enegrecer), etc..

<sup>232</sup> LOMBROSO, 2001, p. 284.

do maxilar e arcos zigomáticos, cabelo crespo e espesso, vinculação óbvia ao fenótipo étnico negro que mantinha as características dos primatas, uma relação que encontra sua raiz no momento da identificação do negro como o “Outro” que comporta a construção do racismo em termos de “processo de construção social da beleza” na qual a feiura era indicativo da maldade, e tanto as coisas como as pessoas (consideradas) feias deveriam ser tornadas invisíveis pelos castigos.<sup>233</sup>

Em que pese ter estigmatizado a feiura como característica criminal, o próprio Lombroso adverte que nem sempre o criminoso teria o aspecto aterrorizador, citando um assassino que se parecia com um anjo. Entretanto, esses casos de não correlação estética e natureza delinquencial são exceções que impressionam e formam uma “oligarquia”, afirma o autor, pois:

Quando, à parte desses raros exemplos que formam a oligarquia do delito, estudando a massa inteira desses infelizes, como o fiz nas casas de detenção, conclui-se que, ainda que não tenham sempre uma fisionomia rebarbativa e assustadora, têm eles uma toda particular e quase especial a cada forma de criminalidade.<sup>234</sup>

Destarte, cada grupo criminal teria as características fisionômicas relacionadas com o tipo penal cometido, e dentre os “criminosos vip” estariam os delinquentes que possuíam uma capacidade cerebral acima da média (por isso Eugenio Raúl Zaffaroni concebe a teoria lombrosiana como “um grande elogio à mediocridade”<sup>235</sup>, criminalizando também os gênios), além de possuírem o crânio em formato regular, traços faciais harmônicos e finos, se apresentando como “homens distintos”. O pequeno grupo criminal formado por indivíduos assim caracterizados, formariam a “aristocracia do crime”, integrantes dos crimes próprios da burguesia, conhecidos hoje como “crimes do colarinho branco”.<sup>236</sup>

A estigmatização central do feio atribuiu à raça inferior(izada) o “estereótipo do mal” que em muito se afasta do conceito determinado pelo centro como beleza, e por isso causa, naturalmente, repulsa, uma vez que materializa o lado degenerado da humanidade por não possuir olhos ou pele clara (padrão *Barbie*), que contrapõe e procura, ao mesmo tempo, a materialização do bem (Deus) e do mal (diabo) na fisionomia humana que corresponderia a natureza da alma.<sup>237</sup>

Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni:

<sup>233</sup> ANITUA, 2008, p. 87.

<sup>234</sup> LOMBROSO, 2001, p. 247.

<sup>235</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 88.

<sup>236</sup> LOMBROSO, 2001, p. 246.

<sup>237</sup> ZAFFARONI, 1988.

O “feio” é tudo o que colide contra a ilusão de constante mudança dentro da ilusão de harmonia cromática urbana, onde parece que tudo é harmonioso - ou deveria ser - a não ser pelas inadequadas irrupções do “feio”, que é o “mau” que arruína a harmonia urbana. Por este motivo, o “feio”, “mau”, deve ser marginalizado, a fim de preservar a reflexão intelectualizada, a harmonia cromática da burguesia urbana central. O “feio” é “mau”, porque ele é um selvagem que não entende, não pode compreender nem intelectualizar tal estética com sua intrínseca harmonia dinâmica, é “primitivo”, “inferior”, “subumano”.

Tudo o que agredia a burguesia era o “ruim” e todo o “mal” era o “feio”, por “primitivo” e “selvagem”. Tanto o pobre que agredia como o colonizado que se rebelava eram selvagens, ambos sob o signo do primitivismo. O inimigo é “feio” porque é “primitivo” ou “selvagem”: essa foi a mensagem.<sup>238</sup>

O próprio autor assinala o estreito vínculo entre o “estereótipo atávico” e o “estereótipo do colono” realizado por Lombroso ao se referir à semelhança dos criminosos ao mongol (a ancestralidade dos índios americanos) e ao negro. Quanto à classificação em razão da beleza (ou à falta dela), Eugenio Raúl Zaffaroni afirma que havia os criminosos bonitos, os não tão feios (que conseguiam dissimular sua aparência com o cabelo e a barba), e os feios, para os quais a “caça” policial (orientada sempre pelo estereótipo) era desnecessária, já que seu condicionamento faziam-nos praticamente se entregarem. Sobre a afirmação de Lombroso de que a população carcerária não era, em geral, repugnante, o autor chama a atenção para a contradição de Lombroso, pois quando o médico descrevia a fisionomia delinquencial, “nada muito bonito resultava”.<sup>239</sup>

O “maniqueísmo delirante” central estabelecido por Frantz Fanon que une, historicamente, aos pares, os conceitos antagônicos *Bem-Mal*, *Bonito-Feio* e *Branco-Negro*, atribuiu a este último marginal (podemos, então incluir entre as dicotomias relacionadas pelo autor Centro-Margem) a representação de todo o mal, eis que, segundo o autor:

O negro mais ainda, pela boa razão de ser negro. Na simbólica não se diz a Justiça Branca, a Verdade Branca, a Virgem Branca? Conhecemos um antilhano que, falando de um outro dizia: “Seu corpo é negro, sua língua é

<sup>238</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 159. Tradução nossa, no original: “Lo “feo” es todo lo que choca contra la ilusión de constante cambio dentro de La ilusión de la armonía cromática urbana, donde parece que todo es armónico —o debiera serlo— de no ser por las inoportunas irrupciones del “feo”, que es el “malo” que arruína la armonía plástica urbana. Por ello, el “f e o”, por “malo”, debe ser marginado, para preservar la intelectualizada armonía cromática de La plástica urbana de la burguesía central. El “feo” es “malo” porque es un salvaje que no comprende, no puede comprender ni intelectualizar esa estética con su intrínseca armonía dinámica, es “primitivo”, “inferior”, “subhumano”.

Todo lo que agredía a la burguesía era lo “malo” y todo lo “malo” era lo “feo”, por “primitivo” y “salvaje”. Tanto el pobre que agredia como el colonizado que se rebelaba eran salvajes, ambos bajo el signo del primitivismo. El enemigo es “feo” porque es “primitivo” o “salvaje”: esse fue el mensaje”.

<sup>239</sup> Ibid., p. 164.

negra, sua alma também deve ser negra”. O negro é o símbolo do Mal e o do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica.<sup>240</sup>

Salo de Carvalho lembra que a imagem do homem burguês, central (ou seja, o estágio mais avançado da evolução humana e, portanto, superior), decorre historicamente, da sua descendência de Deuses e entidades divinas, especificamente do Deus mitológico Apolo (ou seja, uma antropologia própria que partia da teoria do tipo para estabelecer as desigualdades raciais antes da construção do termo “raças”), que representa o

[...] homem civilizado, apreciador das artes, da gastronomia requintada, do vestiário alinhado. Elegante, culto, incentivador das ciências humanas e naturais, cultiva a arte das boas maneiras, da linguagem polida de referência cortês. Educado formalmente, poliglota e refinado no tratamento cm seus semelhantes. [...] A perspectiva apolínea sustenta o modelo metafísico socrático de reforço dos valores morais de Justiça, Beleza, Bondade e Verdade, referências do homem civilizado. A metafísica apolínea, portanto, evoca “a verdade superior, a perfeição desses estados na sua contraposição com a realidade cotidiana tão lacunarmente inteligível [...] Apolo representa o lado luminoso da existência, o impulso pra gerar as formas puras, a majestade dos traços, a precisão das linhas e limites, a nobreza das figuras”.<sup>241</sup>

Assim, o estereótipo endeusado inculcado no imaginário central por ser transmitido e valorizado culturalmente, eis que determina suas origens contrapõe-se com o primitivo, bárbaro, o outro lado do homem civilizado, o “*homo criminalis*”, que identifica aquela “minoria”, cuja representação é inferida como esteticamente “[...] feio e moralmente corrompido, como perverso desprovido de freios inibitórios cujo habitat é estabelecido nas margens da cultura, solidifica a imagem do civilizado como virtuoso freqüentador do cotidiano urbano, de suas instituições e dos locais de socialização”,<sup>242</sup> que pode (e irá) romper a qualquer momento os limites fronteiriços que condicionam o convívio pacífico civilizado.

O autor expõe esta representação, ao afirmar que:

Na Criminologia, seja do ponto de vista ético – há indivíduos moralmente inferiores, assim como há e houve sempre superiores – ou desde perspectiva estética – se é certo que o senso moral é um produto da evolução, natural admitir que ele seja menos aperfeiçoado nas classes que representam um grau inferior de desenvolvimento físico –, o *homo criminalis*, derivado do conflito existente entre o atraso antropopsicológico e a irrupção da civilização, estará eternamente vinculado à idéia de anomalia moral e fisiológica.<sup>243</sup>

<sup>240</sup> FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 154.

<sup>241</sup> CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 183

<sup>242</sup> Ibid., p. 183-184.

<sup>243</sup> Ibid., p. 184.

Entretanto, a questão situada à frente de Lombroso se revestia de um caráter singular que era, exatamente, a necessidade da criação de um estereótipo criminal central, mormente, o delinquente sul - italiano sobre o qual, Giralda Seyferth apontou para a relação entre o criminoso e o primitivo, lançando luz sobre a imprescindibilidade da teoria de Lombroso em apresentar àquela funcionalidade identificadora para instrumentalizar os cientistas, os atores jurídicos e o legislativo com a aplicação prática e imediata dos saberes produzidos, que servisse como norte na detenção antecipada dos criminosos ou dos indivíduos pré-determinados ontologicamente.

A identificação do delinquente central, assim, se coloca exatamente na formulação singular da teoria tipológica realizada por Lombroso que, ao observar a dissolução dos tipos raciais pelo cruzamento, ou seja, pela miscigenação (o autor fala na dificuldade de se encontrar o tipo da raça italiana<sup>244</sup>), encontra na preservação dos traços étnicos transmitidos pela hereditariedade ou atavismo (resquícios da fragmentação racias), o valor probatório da permanência degenerativa expresso pelas médias aritméticas antropometricamente colhidas nos indivíduos, pois, segundo a autora:

[...] para o discurso racista não basta estabelecer os ditames da inferioridade através de traços fenotípicos; ele é mais eficaz quando uma característica do fenótipo pode pressupor determinados comportamentos que desqualificam socialmente. O raciocínio é circular, envolvendo o estereótipo e sua causa presumível — a inferioridade racial — sobretudo quando se procura desqualificar os transfugas, os mestiços que podem "passar por brancos". À falta de outros indícios, lábios um pouco mais espessos ou um olhar langoroso podem, por exemplo, revelar um mestiço de instintos voluptuosos [...].<sup>245</sup>

Os traços físicos vinculariam os criminosos aos seus antepassados, permitindo assim a identificação de sua ontologia criminosa. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a previsibilidade encontrada em Lombroso transformou o fenótipo em “espelho d’alma”, uma vez que o tipo físico criminal era, a partir de então observável, possibilitando a criação de uma minuciosa tabela subdividida em:

[...] “elementos anathomicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); “elementos physiologicos” (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição); e “elementos sociológicos” (existência de tatuagens pelo corpo).<sup>246</sup>

Vera Regina Pereira de Andrade nos ensina a função e funcionalidade dos estereótipos, dizendo que:

<sup>244</sup> LOMBROSO, 2001, p. 23.

<sup>245</sup> SEYFERTH, 1995, p. 186.

<sup>246</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 216.



Os estereótipos, designados por Karl-Dieter Opp e A. Peukert como “*Handlungsleitenden Theorien*” (teorias diretivas da ação) e por W. Lippman (considerado o primeiro a refletir de forma sistemática sobre eles) como “*Pictures in our minds*” (imagens em nossa mente), são construções mentais, parcialmente inconscientes, que nas representações coletivas ou individuais ligam determinados fenômenos entre si e orientam as pessoas nas suas atividades cotidianas, influenciando também a conduta dos juízes.<sup>247</sup>

Por esse prisma, Augusto Thompsom explicita o ideário que percorre ainda o senso comum concernente à figura estereotipada do delinquente, com inegáveis bases racistas-etiológicas, construído e difundido pela programação seletiva/punitiva dominante, que se reproduz pela incursão no imaginário coletivo dessa figura perigosa, ainda que o faça somente sobre o viés do conflito de classes sociais, pois:

Pedindo a uma pessoa que descreva a figura de um delinquente típico, teremos, em função da resposta, o retrato preciso de um representante da classe social inferior, de tal sorte que se tende a estabelecer o intercâmbio entre pobreza e crime. A teoria lombrosiana outro mérito não teve senão o de dar cunho científico a esse sentimento do senso comum. Aliás, os sinais morfológicos do “criminoso nato”, descritos pelo pai da Criminologia, casavam-se harmoniosamente com aqueles referentes aos párias da sociedade italiana da época. Ao afirmar que o criminoso é, caracteristicamente, pobre, abre-se facilmente a possibilidade de inverter os termos da equação, para dizer: o pobre é, caracteristicamente, criminoso.<sup>248</sup>

A reprodução automática da criminalização decorrente da estética repudiante, e, portanto excludente, resultado da relação ontológica explicitada por Eugenio Raúl Zaffaroni entre fealdade e maldade se operou em caráter definitivo pela *fisiognomia* (leitura de rostos), resumida pelo autor da seguinte forma: “define-se o ‘feio’, associa-se ao ‘mau’ e acaba se selecionando o ‘mau’ mediante o ‘feio’.”<sup>249</sup>

Assim, fundamentados no paradigma racista-etiológico encontramos um aspecto fundamental para a sua eficácia e eficiência, que de modo simplista, influenciou sua consolidação para além do centro, a fácil e imediata identificação do criminoso e sua determinação qualitativa natural a partir de signos tipológicos, ou seja, a construção do estereótipo do criminoso que prescindia de qualquer prova processual para a execução de medidas acautelatórias em face da análise antropológica e estudos antropométricos dos cientistas, os únicos que poderiam conhecer o criminoso e ter acesso a sua natureza.

<sup>247</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 137.

<sup>248</sup> THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos**: o crime e o criminoso, entes políticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 64.

<sup>249</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 87.

A criminalidade seria, pois, uma patologia social e, portanto seriam possíveis a profilaxia e a cura deste “mal”, “é nesse momento que o pensamento criminológico dá o seu grande salto à frente, com uma reflexão ‘científica’, autônoma, do discurso jurídico e, por isso, sem o embaraço das garantias e limites”.<sup>250</sup>

Stephen Jay Gould refez e reconstruiu os dados antropométricos originais de Lombroso, concluindo que, assim como muitos outros cientistas da época, toda vez que se via em uma situação que desestruturava sua teoria, Lombroso fazia uma “acrobacia mental” para adequá-la, procurando novas fontes de legitimação partindo de suas conclusões pré-estabelecidas, e adverte:

Lombroso nunca atribuiu todos os atos criminosos a pessoas com estigmas atávicos. Estimou que uns 40% dos criminosos obedeciam a uma compulsão hereditária, enquanto outros atuavam movidos pela paixão, pela fúria ou pelo desespero. À primeira vista, esta distinção entre criminosos natos parece uma solução de compromisso ou um retrocesso; entretanto, a intenção de Lombroso ao estabelecê-la não foi essa mas, pelo contrário, a de colocar seu sistema a salvo de qualquer tipo de refutação. Assim, os homens já não podiam ser caracterizados tomando-se seus atos como base. O assassinato podia ser a obra de um símio inferior dissimulado em um corpo humano, ou de um cornudo decente dominado pela mais justa das iras. Isso diz respeito a todos os atos criminosos: um homem com estigmas comete crimes movido por sua natureza inata; um homem sem estigmas, pela força das circunstâncias. Ao classificar as exceções dentro de seu sistema, Lombroso colocou-o a salvo de qualquer possibilidade de refutação.<sup>251</sup>

Vera Regina Pereira de Andrade leciona que ao “ver o crime no criminoso”, o prognóstico periculosista sustenta não apenas o maniqueísmo, mas um saber tecnológico que diagnosticava o agente patológico e prescrevia o remédio curativo, orientando uma política criminal a partir da sua potencial periculosidade social:

Estabelece-se desta forma uma divisão ‘científica’ entre o (sub)mundo da criminalidade, equiparada à marginalidade e composta por uma ‘minorias’ de sujeitos potencialmente perigosos e anormais (o ‘mal’) e o mundo, decente, da normalidade, representado pela maioria da sociedade (o ‘bem’). A violência é, desta forma, identificada com a violência individual (de uma minoria) a qual se encontra, por sua vez, no centro do conceito dogmático de crime, imunizando a relação entre a criminalidade e a violência institucional e estrutural. E é este potencial de periculosidade social, que os positivistas identificaram com anormalidade e situaram no coração do Direito Penal que justifica a pena como meio de defesa social e seus fins socialmente úteis: a prevenção especial positiva (recuperação do criminoso mediante a execução penal) assentada na ideologia do tratamento que impõe, por sua vez, o princípio da individualização da pena como meio hábil para a elaboração de juízos de prognose no ato de sentenciar.<sup>252</sup>

<sup>250</sup> BATISTA, V., 2011, p. 26.

<sup>251</sup> GOULD, 2014, p. 130-133.

<sup>252</sup> ANDRADE, 1995, p. 25.

A autora explicita a ligação dos estudos criminológicos de Lombroso entre os gêneros, procurando dar continuidade a sua busca por respostas à criminalidade, recorre ao mesmo método de investigação, dirigindo seus estudos às mulheres (“as coisas” que devem ser passivas e obedientes, a serviço e à disposição dos homens <sup>253</sup>) criminalizadas e estigmatizadas: as prostitutas, escrevendo *La donna delinquente: La prostituta e la donna normale*.

Recortado por um viés moral que separa as mulheres “normais” (representantes da classe dominante) das “anormais” representantes da classe dominada), Lombroso destaca uma mudança significativa em relação à etiologia feminina, uma vez que, ao contrário do que ocorria com os homens, a beleza feminina (vinculada ao poder de sedução, domínio e uma certa liberdade destas, que denotavam uma não dominação masculina), dependendo do crime em questão, era a causa da sua periculosidade, e as prostitutas eram mestras na arte de enganar os homens. Mas essa oposição era também problemática, pois, dada a beleza dessas “criminosas”, não era possível esboçar um estereótipo como forma de identificação, tal qual a idéia básica do homem delinquente. <sup>254</sup>

Perante uma sociedade com problemas sociais complexos causados pela industrialização e urbanização sem precedentes na história da humanidade, restavam imprescindíveis, para a contenção destes problemas (ou melhor, dos indivíduos causadores desses problemas, da desordem), instrumentos eficazes de controle social, o estereótipo criminal foi assim, funcional e eficiente.

Instrumentalizado e reconhecido por todo saber científico antropológico estruturado racialmente, Lombroso atacou, sem sucesso, o Projeto do novo Código Penal italiano apresentado ao Congresso em 1888, que mantinha, apesar dos apontamentos e críticas construídas da Escola Positivista, a marca do Classicismo, escrevendo, em apenas oito dias, um livro direcionado aos congressistas embasado em três pontos básicos: “1º) o projeto não levava em conta as diferenças regionais; 2º) era inspirado numa excessiva benignidade; e 3º) não levava em consideração os dois únicos meios de refrear os crimes: a pena perpétua para os reincidentes e o manicômio para os loucos.” <sup>255</sup>

<sup>253</sup> ANDRADE, 2012, p. 143.

<sup>254</sup> FARIA. Thaís Dumê. **A mulher e a criminologia**: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza – CE, 2010, p. 06.

<sup>255</sup> LOMBROSO, 2001, p. 543.

O paradigma etiológico lombrosiano foi, assim, um modelo de controle social difundido e adotado no centro e na margem que se transformou, muito por mérito dos Congressos de Antropologia Criminal, em política global de combate à criminalidade (ou melhor, ao criminoso).

Entretanto, chamamos a atenção para o processo de tradução realizado por Cesare Lombroso quanto ao paradigma etiológico extraíndo-o do *Malleus*, pois, quando realizou aquela tarefa complexa de apropriação do saber, carregada de subjetividade e influências exteriores temporais, o fez tendo por base e eixo central a teoria racial situada como senso comum racista, elevada a *status* de dogma racial. Em outros termos, podemos inserir o paradigma etiológico lombrosiano no interior de outro paradigma: o racial (ou racista), criador/criatura do paradigma empírico que marca o saber científico oitocentista.

Todavia, apesar do sucesso em termos de controle social dos indesejados a nível mundial, no final do século XIX e início do século XX, a teoria do “homem delinquente” começa a ser objeto de diversas críticas, que fizeram Lombroso rever sua tese (críticas que não afetaram sua teoria racial), mormente pela posição que relegava aos magistrados, principais adversários da teoria que continuaram apontando o paradigma etiológico para a classe baixa e sobre a raça inferior.

Esse declínio no centro, não por acaso, ocorre quando Lombroso tem contato com o espiritismo, campo de estudo desacreditado e desprezado pelo autor por se dedicar ao intangível, incorrendo em impossibilidade científica e inveracidade de seus pressupostos, segundo o positivismo *comteano*.

Entretanto, após o contato primeiro com a religião, considerada até então, como um “embuste”, Lombroso aos poucos se convence da existência de espíritos e da veracidade do intocável, testemunhando, inclusive, fenômenos da levitação, fazendo com que o médico italiano se convertesse ao espiritismo.<sup>256</sup>

Apesar de romper as barreiras Positivistas expondo um mundo sobrenatural, expandindo as fronteiras do saber científico que diminuem, gradativamente, a irretocável verdade do influente pensamento de Comte, a religião fundada por Allan Kardec, com a publicação em 1857 da obra *O Livro dos Espíritos: princípios da Doutrina Espírita*, manteve intocado o racismo e com ele o fundamento da inferioridade

---

<sup>256</sup> LOMBROSO, 2001, p. 543.

de alguns indivíduos, o que pode explicar, a nosso ver, um motivo claro da conversão de Lombroso e seu abandono da lógica positivista.

Na Revista Espírita de abril de 1862, no texto *Frenologia Espiritualista e Espírita: perfectibilidade da raça negra*, Allan Kardec relaciona as duas áreas para determinar o progresso do negro, tal qual Lombroso o fez, porém sob fundamento diverso, na obra citada encontramos a seguinte afirmação:

Os negros, pois, como organização física, serão sempre os mesmos; como Espíritos, sem dúvida, são uma raça inferior, quer dizer, primitiva; são verdadeiras crianças às quais pode-se ensinar muito coisa; mas, por cuidados inteligentes, pode-se sempre modificar certos hábitos, certas tendências, e já é um progresso que levarão numa outra existência, e que lhes permitirá, mais tarde, tomar um envoltório em melhores condições. Trabalhando para o seu adiantamento, trabalha-se menos para o presente do que para o futuro, e, por pouco que se ganhe, é sempre para eles um tanto de aquisições; cada progresso é um passo adiante, que facilita novos progressos.

Sob o mesmo envoltório, quer dizer, com os mesmos instrumentos de manifestação do pensamento, as raças não são perfectíveis senão em limites estreitos, pelas razões que desenvolvemos. Eis por que a raça negra, enquanto raça negra, corporeamente falando, jamais alcançará o nível das raças caucásicas; mas, enquanto Espíritos, é outra coisa; ela pode se tornar, e se tornará, o que somos; somente ser-lhe-á preciso tempo e melhores instrumentos. Eis porque as raças selvagens, mesmo em contato com a civilização, permanecem sempre selvagens; mas, à medida que as raças civilizadas se ampliam, as raças selvagens diminuem, até que desapareçam completamente, como desapareceram as raças dos Caraíbas, dos Guanches, e outras. Os corpos desapareceram, mas em que se tornaram os Espíritos? Mais de um, talvez, esteja entre nós.

Dissemos, e repetimos, o Espiritismo abre horizontes novos a todas as ciências; quando os sábios consentirem em levar em conta o elemento espiritual nos fenômenos da Natureza, ficarão muito surpresos em ver as dificuldades, contra as quais se chocavam a cada passo, se aplainarem como por encanto; mas é provável que, para muitos, será preciso renovar o hábito.<sup>257</sup>

As conclusões idênticas, sob fundamentos diversos, são explícitas e partem daquele mesmo eurocentrismo que dispõe o homem branco como superior à margem, o ser perfeito, propondo um progresso ao negro, inferior, agora, por consequência do espírito inferior que nele se aloja, que objetiva àquela perfectibilidade central incluindo em termos de estética, como salienta Eugenio Lara, ao indicar a conjugação realizada por Kardec da “Teoria da Beleza” com a “Lei de Progresso”, contida no livro *Obras Póstumas*, direcionando, a evolução material do plano imaterial, a fealdade negra ao ideal de beleza central.

Nas palavras de Eugenio Lara:

Kardec parte do princípio da influência do Espírito sobre o corpo, influência intelecto-moral, que se expressa no formato da matéria corporal. Segundo

<sup>257</sup> KARDEC, Allan. *Frenologia espiritualista e espírita - Perfectibilidade da raça negra*. Disponível em: <http://www.espirito.org.br/porta/codificacao/re/1862/04a-frenologia.html>. Acesso em: 04 dez 2014.

ele, na medida em que o Espírito evolui, a matéria vai sofrendo as conseqüências dessa evolução, de modo que possa se adaptar e se adequar, conformando-se ao estágio evolutivo do Espírito encarnado. Daí Kardec concluir que o ideal de beleza seria o dos Espíritos mais elevados, dos Espíritos puros.

Quanto à raça negra - e é esse o aspecto que nos chama mais a atenção - Kardec a considera primitiva, imperfeita, feia e anti-estética. Muito aquém de um ideal absoluto de beleza.

Na opinião abalisada do fundador do Espiritismo, sob a ótica da beleza corporal, os brancos são mais belos e superiores ao negro, cujos “traços grosseiros, os lábios grossos, acusam a materialidade dos instintos. Podem perfeitamente exprimir as paixões violentas, mas não se prestariam às nuances delicadas do sentimento e à suavidade de um Espírito evoluído.” E conclui: “eis porque podemos, sem fatuidade, julgarmo-nos mais belos que o negro e o hotentote.”<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> LARA, Eugenio. **Racismo e espiritismo**. Disponível em:  
[http://viasantos.com/pense/down/Eugenio\\_Racismo.PDF](http://viasantos.com/pense/down/Eugenio_Racismo.PDF). Acesso em: 04 dez 2014, p. 08.

#### 4 OS CONTEXTOS MARGINAIS E AS TRADUÇÕES ANTROPOFÁGICAS.

“A ausência da história contribui para manter esses “mitos científicos” que outorgam ao delito, à forma de preveni-lo e ao tratamento do delinquente, um conteúdo não-histórico. Mas, primordialmente, contribui para impedir toda a elaboração teórica que leve a compreender nossa realidade criminológica e a dar às categorias de lei, delito e delinquência sua historicidade correspondente.” (Rosa Del Olmo – A América latina e sua Criminologia)

No final do século XIX e início do século XX, a teoria do “homem delinquente” começa a ser objeto de diversas críticas, algumas das quais o próprio Lombroso respondeu, que se originavam em grande medida do campo jurídico que via na Criminologia um saber ameaçador em relação à sua hegemonia política e histórica sobre as questões da criminalidade, do crime e do criminoso, que substituiu os magistrados pelos médicos, os únicos capazes de alcançar a verdadeira natureza antissocial do delinquente, relegando àqueles o papel de coadjuvante, propondo alterações substanciais na área penal, fazendo com que Lombroso revise sua tese.

Nestes termos, Marcos César Alvarez lembra importantes episódios:

[...] em Paris em 1889, organiza-se a oposição às colocações centrais acerca do criminoso nato, sobretudo por parte da assim chamada Escola Sociológica de Lyon, liderada por Lacassagne, que enfatiza o meio social como “caldo de cultura” do crime (*apud* Darmon, 1991:91). [...] Outra crítica importante aos trabalhos de Lombroso e às teorias da antropologia criminal partiu de um magistrado francês, Gabriel Tarde (1843-1904). Em seus principais textos, como, por exemplo, *La Criminalité Comparée*, faz críticas devastadoras aos trabalhos de Lombroso, ao indicar que a descrição do criminoso nato corresponde muito mais às características de um tipo profissional do que a determinações biológicas inatas.<sup>259</sup>

Entretanto, há de se resaltar que essas críticas que não afetaram sua teoria racial, que se manteve praticamente incólume após vinte e um anos da publicação da primeira edição, com a introdução de sete apêndices que trazem um estudo antropométrico, marca de sua teoria etiológica, que “comprova” a funcionalidade de seu discurso racial.

Mesmo caindo em descrédito científico na Europa, nos países marginais o discurso é adotado a partir de diversos processos, não sem antes passar pelo criticismo orientado por sua funcionalidade, pela força de seu matiz racista que não necessitava de nenhuma comprovação tanto das raças inferiores, quanto das “elites crioulas” que se

<sup>259</sup> ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. 2002. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down068.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014, p. 681-682.

auto-outorgaram como superiores marginais, representando e substituindo o poder das elites brancas centrais que as consideravam também inferiores, mas não as menosprezavam já que cumpriam aqui a importante função de colocar aos serviços da estrutura do poder mundial a massa expressiva de mão de obra, como denota Eugênio Raúl Zaffaroni, por uma visão periférica ao se referir ao “fenômeno da recepção” que homogeneizou diversas teorias, muitas vezes contraditórias entre si (liberalismo, contratualismo e disciplinarismo), na medida em que foram úteis e necessárias na obtenção de posições hegemônicas periféricas.<sup>260</sup>

Segundo o autor:

[...] basta indicar o sentido geral do saber criminológico no momento de sua consolidação como saber “científico”, determinando que com fundamentos ou discursos parcialmente diversos, generalizou-se um estereótipo que se estendeu pelo mundo central a partir de uma perspectiva puramente etiológica, que teve um grande sentido racista e que foi incorporando matizes *plurifatoriais*, sem por em dúvida jamais a legitimidade mais ou menos natural da seletividade do sistema penal.<sup>261</sup>

Em sua Criminologia, Rosa Del Olmo salienta que a “minoría ilustrada” periférica não questionou a exploração e as consequências do sistema capitalista, já que tardio, tendo em vista que estavam deslumbrados com aquele modelo que na Europa já mostrava seus perversos resultados, modelo no qual as classes inferiores não se integravam por suas características deficitárias, congênitas, ontológicas, psíquicas ou intelectuais que se expressavam em forma de apatia, repugnância e irresponsabilidade que impediam o desenvolvimento dos países periféricos que se distanciavam economicamente dos EUA e países europeus ocidentais, sendo que aquela parcela resistente à nova ordem seria a causa, urgente, pois, uma solução.

Consoante suas lições:

A antropologia criminal, com suas bases iniciais, serviria para compreender por que existiam delinquentes nestes países. Eles pertenciam a uma linhagem distinta e inferior que constituiria a parte patológica de nossas sociedades, mas essa parte patológica – para essas “minorias urbanas ilustradas” – estaria integrada por aqueles indivíduos que não descendiam da raça branca. Curiosamente, então, a parte patológica seria a maioria da população em muitos países da América Latina.<sup>262</sup>

<sup>260</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 123.

<sup>261</sup> Ibid., p. 169. Tradução nossa, no original: “[...] *basta con señalar el sentido general del saber criminológico en el momento de su consolidación como saber ‘científico’, precisando que, con fundamentos o discursos parcialmente diversos, se generalizó un estereotipo que se extendió por el mundo central desde una perspectiva puramente etiológica, que tuvo un alto sentido racista y que fue incorporando matices ‘plurifactoriales’, sin poner en duda jamás la legitimidad más o menos natural de la selectividad del sistema penal.*”

<sup>262</sup> DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Tradução: Francisco Eduardo Pizzolante e Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 174.



Assim, seguindo o paradigma racista-etiológico e desconsiderando suas críticas, a Antropologia Criminal se orientava aqui a criminalizar a imensa maioria da população latina americana, os nativos sul-americanos (que, de acordo com as teorias centrais interiorizadas por eles, estavam um degrau abaixo na escala racial) e os negros sequestrados pelo sistema escravagista, no qual:

Os índios e os negros seriam, para as “minorias ilustradas”, nossos primeiros delinquentes. Os índios cometeriam delitos devido ao seu atraso e ignorância, segundo os “especialistas” da época, em razão de características congênicas que os impediam de se superar, e não à exploração de que haviam sido objeto durante séculos. Como não havia solução para eles, chegou-se a propor inclusive já no século XX – que fossem julgados por leis especiais, levando-se em conta seu “estado de perigo”. O mesmo ocorria com os negros, que além disso foram objeto de atenção especial – de parte sobretudo dos médicos legalistas – por praticarem suas religiões trazidas da África, consideradas sintomas de patologia e expressão de bruxaria fomentadora da delinquência. Nos países com alta população negra, a delinquência era atribuída primeiro à bruxaria e depois à sua condição de negros. Mas mesmo em países com reduzida população negra, como é o caso do Peru, encontram-se afirmações, feitas em meados do século XX, como a seguinte: “como diz o doutor Miró Quesada, o negro tem uma maior predisposição ao delito devido ao fator antropológico de sua *individualidade inferior* (sic).”<sup>263</sup>

Lola Aniyar de Castro salienta que a burguesia marginal, preocupa em assegurar seu lugar na ordem mundial capitalizada e os benefícios próprios que adviriam da relação, insistiriam na criminalidade da classe baixa ignorando as relações estruturais periféricas, utilizando as novas legitimações centrais como instrumentos de manutenção e funcionamento, agora potencializado, do controle racial-social.

Dentre as “novas técnicas”, o estereótipo se destacaria pela relação ontológica da classe que se objetivava criminalizar com a figura do delinquente arquitetado no centro e toda representação que sua simbologia resultava, ressaltando, por um lado, a “quebra da solidariedade interclasse”, obstaculizando a sempre temida coalizão ao promover, no seio dessa mesma classe inferiorizada, uma forte tensão interna entre o “elemento nefasto” criminoso e o restante de sua classe que o rechaçava, garantindo, assim, com a legitimação popular, a repressão desse indivíduo elevado a “inimigo comum”, e para isso:

O estereótipo do delinquente (igual a “classe baixa delitiva”) será transmitido pelos portadores dos sistemas normativos: a Igreja, a família, a literatura, os legisladores, os partidos, os sindicatos, a opinião pública, através das chamadas teorias do senso comum (*everyday theories*), e também pela mesma ciência que se apregoa objetiva e neutra.<sup>264</sup>

<sup>263</sup> DEL OLMO, 2004, p. 175.

<sup>264</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 47-48.

Mesmo possuindo a contradição apontada por Eugenio Raúl Zaffaroni de estar mais próxima do pessimismo de Gobineau do que do evolucionismo de Spencer, se projetando contrariamente à mestiçagem radical (de raiz) marginal, em maior ou menor medida de acordo com as realidades nacionais diversas, a tradução resolveu esse inconveniente potencializando sua funcionalidade pela manutenção do estereótipo construído por Lombroso, cuja descrição do criminoso era indiscutível, correta e verificável pelos homens que estavam presos à época, eliminando, assim, qualquer responsabilidade da burguesia marginal em relação à causa do delito que se limitou à etiologia, em termos de condutas delitivas e características inferiores.<sup>265</sup>

A partir de nossa margem, a recepção dessas teorias, um “assombroso transplante” conforme Vera Malaguti Batista, nos remete a alguns imprescindíveis interrogantes:

[...] por que interiorizamos tão profundamente uma ideologia tão destruidora de nossos povos, de nossa cultura? Como nos deixamos aprisionar tão intensamente por um quadro teórico que nos conduziu a nos constituirmos em território degredo, campos de concentração, zonas de truculência e extermínio sem limite? O positivismo atualizou a configuração da América Latina em gigantesca instituição de seqüestro; concentração de povos ‘degenerados’ e indesejáveis: africanos, índios, judeus, mouros e criminosos natos da Europa.<sup>266</sup>

Para respondermos a essas questões, devemos, com Máximo Sozzo, atentarmos para o processo de “importação cultural” sobre a qual a mera recepção teórica, pensada desde uma “metáfora da translação” que envolve transplantes, transposições e transferências, perde sentido ao não expor sua intrincada complexidade da qual decorrem outros conceitos fundamentais para a compreensão dessa dialética margem-centro que deve ser reorientada ao nível da tradução.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 167.

<sup>266</sup> BATISTA, V., 2011, p. 46.

<sup>267</sup> SOZZO, Máximo. **Viagens culturais e a questão criminal**. Tradução Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 43.

#### 4.1 OS PROCESSOS E O CONCEITO DE TRADUÇÃO MARGINAL.

Como já expomos, todo o processo de tradução é carregado de uma subjetividade na apropriação do saber original que esta limitada por condicionantes temporais e espaciais que nos mostram apenas uma faceta, que a partir do ponto de vista do tradutor pode-se alterar profundamente o sentido proposto, o significante do significado inicial, ou seja, é apenas uma imagem produzida por um caleidoscópio.

Enraizado nessa multiplicidade de fatores, advertimos que o processo de tradução no Centro é diverso do realizado na periferia, pois, como salienta Máximo Sozzo, no processo de transição teórica construída em um contexto cultural-linguístico completamente diverso, a introdução fragmentada do vocabulário e das idéias originais forma uma tradução infiel, o que o autor chama de “*traduttore traditore*”, fruto do caráter interpretativo, inventivo e criativo indissociável das traduções que são melhores definidas como “metamorfoses” que explicam a “adoção criminológica” em nossa margem.

Decorrente daquela “metáfora da metamorfose”, Máximo Sozzo define, conceitualmente, o processo de tradução como sendo:

[...] uma complexa tecnologia intelectual, da tradução de textos estrangeiros através de diversas técnicas – resenhas, artigos, livros, revistas, visitas e conferências [...]. A tradução implicou processos de importação cultural na configuração de racionalidades, programas e tecnologias de governo da questão criminal, levados a diante por “especialistas” locais distintos – juristas, médicos, administradores de prisões etc. – que operaram, com essas ferramentas importadas, as transformações dos discursos e das práticas existentes nos próprios contextos nacionais.<sup>268</sup>

Considerando, então, o modelo de desenvolvimento central como sinônimo (da única forma) de progresso (modelo civilizatório, racional, humano, etc., que levaria à modernidade, a solução universal), os processos de tradução marginais se concretizaram em políticas de ajustes temporais, ou atalhos, que colocariam em marcha o desenvolvimento da periferia impulsionando-a, deixando para trás a era pré-moderna ou primitiva, um ajuste temporal e espacial, já que objetivo destas “viagens culturais” era ser o centro contrapondo as dicotomias ser *x* dever-ser, espaço *x* tempo, indivíduo *x* sociedade, civilização *x* primitividade, progresso *x* atraso, etc.<sup>269</sup>

<sup>268</sup> SOZZO, 2014, p. 16-17.

<sup>269</sup> Ibid., p. 08-09.

Destarte, a tradução da Criminologia Positivista no marco de seu paradigma racial-etiológico em nossa margem tinha a responsabilidade de gerir diferencialmente populações diferentes, nas quais estavam “ilhadas” nossas “minorias ilustradas”.

Dentro desse marco, Máximo Sozzo ressalta que os processos de “metamorfoses”, “uma verdadeira tecnologia intelectual de tradução de vocabulários teóricos em pleno funcionamento, desenvolvida não somente através da escritura, mas também da oralidade, tanto nos cursos da Faculdade de Direito [...]”, quanto nos cursos da Faculdade de Medicina”<sup>270</sup>, são desenvolvidos e abrangem duas formas, dois estágios distintos, mas consecutivos e complementares: as traduções em “sentido estrito” e em “sentido amplo”:

Por tradução em “sentido estrito” entendemos o tipo de atividade e produto cultural que se associa tradicionalmente ao verbo “traduzir”. A partir da metáfora da translação, a tradução em sentido estrito é considerada uma operação que consiste em que um texto (oral ou escrito) – uma unidade enquanto conjunto de significados – de um “autor” é trasladado de uma língua para outra por um “tradutor”, mediante o uso dos componentes constitutivos de ambas as línguas, tendo em conta as regras especiais de translação entre ambas, convencionalmente aceitas nos ambientes culturais emissor e receptor. O tradutor se apresenta nesta imagem tradicional como pura mediação neutra entre o ponto de partida-texto do autor na língua de emissão e o ponto de chegada-texto do autor na língua de recepção, assegurando a identidade de ambos.<sup>271</sup>

A partir dessa “mediação” situada no âmbito da interpretação e apropriação das idéias originais, o autor define as traduções em sentido amplo como um produto diverso, uma vez que:

Essa operação implica a translação de um texto ou fragmentos de texto de um autor, concebidos como “portadores” de definições, descrições, explicações, prescrições, etc., de uma língua de emissão a uma de recepção, mas que é levada adiante por “outro autor”, que inscreve – através de citações textuais, referências bibliográficas etc. – em um complexo textual, geralmente mais amplo, que é concebido por ele mesmo como resultado de uma atividade intelectual própria. Nesse novo texto combinam-se, sempre, na língua de recepção e de diferentes maneiras, as ditas definições, descrições, explicações, prescrições etc., “trazidas” nos textos ou fragmentos de texto trasladados entre si com definições, descrições, explicações, prescrições, etc., que são concebidas como próprias pelo outro autor.<sup>272</sup>

As traduções criminológicas marginais mantiveram os fundamentos centrais para a construção de racionalidades e programas de gerenciamento estatais nos quais os próprios tradutores se investiram como agentes dos governos, responsáveis pela “ordem e progresso”, mas os problemas específicos de cada país marginal orientaram essas

<sup>270</sup> SOZZO, 2014, p. 40.

<sup>271</sup> Ibid., p. 18.

<sup>272</sup> Ibid., p. 18-19.

traduções no sentido de sua funcionalidade, sendo que essas “metamorfoses” adquiriram aspectos singulares em virtude da preocupação e objetivos locais.

Máximo Sozzo nos ensina que esses processos geraram diversos instrumentos para a apropriação do saber criminológico central, já que não se circunscreveram apenas a adoção das teorias centrais, mas incluíram também adaptação, inovação, complementação e rejeição, um verdadeiro “conglomerado” ideológico.<sup>273</sup>

Esses conceitos estão inseridos no que o autor classifica de “processo de indenização”, que manteve a matriz racial-positivista, contornada por uma flexibilidade, permitindo assim um recorte seletivo no interior das teorias centrais, ignorando os pontos desfuncionais, moldando e potencializando o discurso, uma prática compensatória que conferiu aos criminólogos marginais o status de autoridades, *experts*, especialistas, endossados e legitimados pelo discurso das autoridades centrais referenciados em suas traduções.

Para o autor, essa condição que explicita a missão dos criminólogos de tirar os países marginais da zona primitiva, se deve ao fato de que eles:

[...] deixaram de conceber a ordem social [e racial] como algo que se reproduz naturalmente, como a “cultura silvestre” pré-moderna o imaginava, uma vez que era concebida como “produto dos homens”, os intelectuais reivindicaram a capacidade e o dever de moldar a realidade social [e racial] de acordo com os preceitos da razão – a passagem a uma “cultura de jardim”, adquirindo a prática intelectual os traços tipicamente modernos. Essa prática intelectual moderna encarna nos criminólogos positivistas locais, que a partir dessas viagens culturais proclamam sua aptidão enquanto autoridades que determinam “o que é” e “o que deve ser” de forma verdadeira e vinculante, a “correção do conhecimento” (objetivo, universal) e a “efetividade do controle”, como pretensões estreitamente relacionadas e interdependentes (Bauman, 1997: 12-13). Daí a relação íntima e indissociável dos criminólogos positivistas locais com os aparelhos do Estado e em sua máxima expressão, sua consolidação como agentes estatais encarregados não somente de conhecer como também e diretamente de controlar.<sup>274</sup>

É para este norte que aponta também Rosa Del Olmo ao fazer referência à criação de uma Criminologia racial-positivista latina, que nega sua própria história, mas atenta para seus problemas, resultando em uma teoria “deformada e artificial” a partir da “assimilação” dos saberes centrais que resultou em uma “alienação ideológica”, não por acaso, já que a seleção crítica dentro do marco teórico heterogêneo central “[...] respondia às necessidades locais e teve precisamente que ser deformada para se fazer racional dentro do contexto latino-americano”.<sup>275</sup>

<sup>273</sup> SOZZO, 2014, p. 49.

<sup>274</sup> Ibid., p. 47.

<sup>275</sup> DEL OLMO, 2004, p. 161.

Nas palavras da criminóloga:

No começo, acolheram-se os ensinamentos da antropologia criminal surgida na Itália, mas as características próprias de nossas sociedades dependentes e subdesenvolvidas, bem como as necessidades de nossas classes, foram deformando essa antropologia criminal, institucionalizando aquilo que fosse útil e descartando o que não respondesse à sua racionalidade histórica.<sup>276</sup>

Para Lilia Moritz Schwarcz:

A tradução implica seleção prévia de textos e escolha de certos autores em detrimento de outros. No caso, o pensamento racial europeu adotado no Brasil não parece fruto da sorte. Introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional [...] e no respaldo a hierarquias sociais bastante cristalizadas.<sup>277</sup>

Imersas nessa trama complexa, as traduções marginais da Criminologia Positivista possibilitaram e determinaram uma maior adoção de seus postulados em relação ao centro, chamando a atenção de Lombroso, em 1890, quando se refere à escassez de adeptos e, portanto, redução do seu prestígio na Europa, ao contrário do que ocorria na Península Ibérica e na América Latina, onde suas idéias “tiveram um grande desenvolvimento”<sup>278</sup>, não por acaso, países onde a questão racial se apresentava com premência por estruturar essas sociedades.

A seleção crítica das premissas funcionais dentro do marco teórico racial-etiológico, orientada pela contextualização específica de cada país marginal, reorientando e realinhando suas bases, no que Rosa Del Olmo definiu como “política de tentativa e erro” para a incorporação dessas populações no sistema econômico já em vias de globalização<sup>279</sup>, resultou em uma inversão influenciadora na qual a margem passou a ser referência para o centro, como nos demonstra Máximo Sozzo ao citar uma visita de Gina Lombroso, filha de Cesare Lombroso, e seu marido Guglielmo Ferrero, discípulo e parceiro de Lombroso na obra *La donna Delinquente*, em 1907, à Penitenciária Nacional de Buenos Aires, durante uma excursão que além da Argentina, incluiu o Brasil e o Uruguai.

Em uma carta escrita, imediatamente após a visita a seu pai, Gina Lombroso, correlacionando a margem argentina e o centro, relata:

Penitenciária que não é um ergástulo, nem uma prisão, mas sim uma casa de redenção, física, psíquica, intelectual e moral, tal e qual a nova escola a concebeu e como na Itália, seguramente, jamais os contemporâneos verão. [...]

<sup>276</sup> DEL OLMO, 2004, p. 194.

<sup>277</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 55.

<sup>278</sup> SOZZO, 2014, p. 28.

<sup>279</sup> DEL OLMO, 2004, p. 165.

Enquanto percorríamos as vastas salas e os presos levantavam os olhos para nós, cheios de complacência por nossa admiração e de respeito por seu diretor, o Senhor Ballvé, verdadeiro pai espiritual, este nos fazia ver com quanto cuidado havia observado todos os preceitos ditados por meu pai e a mim me dava um nó na garganta pensando que ele estava tão longe e que não podia presenciar a realização de suas teorias, pensando também que nossa Itália, onde trabalhou e lutou toda a vida, não havia sido capaz de recompensá-lo com a criação de um instituto que, sequer remotamente, se parecesse com a penitenciária de Buenos Aires, que será [motivo de] glória e admiração da República Argentina.<sup>280</sup>

Camila Cardoso de Mello Prando, chamando a atenção para a controvérsia entre “recepção” e “produção”, ou “criação intelectual” vs “consumo cultural” em nossa margem, não sem antes advertir que o consumo é também produção já que reconstrói a obra pela interpretação e significações<sup>281</sup>, estabelece que no momento da tradução:

O desafio político-jurídico daquele momento era a necessidade de conciliação, de um lado, da proposta de uma ordem de igualdade dentro das estruturas republicanas, e, de outro, da garantia e justificação da desigualdade trazida do contexto político-social monárquico e escravocrata.

Para essa tarefa, o saber da Criminologia Positiva foi importante no processo de apropriação e elaboração de um pensamento jurídico e criminológico no Brasil. O pensamento da Escola Positiva Italiana serviu como forma de propor a conciliação entre proposta igualitária republicana e a manutenção das estruturas de desigualdades sociais. [...]

A apropriação do debate italiano não aconteceu como forma de uma simples transferência de conhecimento. Sua mediação com o contexto político e cultural brasileiro exigiu que se desse atenção a aspectos que não eram relevantes no contexto europeu.

Por exemplo, a miscigenação conduzia o debate biologicista a tergiversações culturais para que a *viabilidade nacional* fosse possível.<sup>282</sup>

Na margem brasileira, onde o racismo herdado do centro é estruturante, estrutural e condicionante desde nossa “descoberta”, a questão racial, nos finais do século XIX e início dos XX, ganha contornos protagônicos dentre a elite nacional, pois o futuro e a ruptura com o passado da nação passavam indiscutivelmente por ela, e no caldo heterogêneo que se amalgamavam as teorias raciais centrais nossos cientistas iriam buscar a legitimidade para manter intacta a estrutura da ordem racialmente estabelecida, mesmo sob a bandeira do liberalismo tardio.

A seleção dos pressupostos traduzidos igualmente foi sublinhada por Lilia Moritz Schwarcz, ao indicar a tarefa “quixotesca” da minoria ilustrada brasileira de ditar os rumos (obrigatoriamente progressistas nos termos civilizatórios centrais) do país, explicando que ao se debruçarem sobre o problema racial nacional, essa elite consumiu a ciência central dotando-a de uma originalidade específica que formou um

<sup>280</sup> SOZZO, 2014, p. 36.

<sup>281</sup> PRANDO, 2013, p. 54.

<sup>282</sup> Ibid., p. 92-93.

“modelo teórico viável” para a seleção dos “cidadãos brasileiros” pinçados cientificamente dentro da avançada heterogeneidade biológica e racial brasileira, pois, esses “homens de ciência”:

[...] acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.<sup>283</sup>

Nestes termos, o racismo, que foi a espinha dorsal da Criminologia Positivista, era a bússola que orientava as traduções, emoldurando os discursos científicos e as ideologias dos responsáveis pela gestão diferenciada dos indesejados que defenderiam a ordem ditada por aquele mesmo racismo, amalgamando diversos “ismos” na construção do que Vera Regina Pereira de Andrade, embasada em Francisco Oliveira, definiu como “ornitorrinco punitivo”.<sup>284</sup>

#### 4.2 O CONTEXTO BRASILEIRO PRÉ-TRADUÇÃO LOMBROSIANA.

“O racista numa cultura com racismo é por esta razão normal. Ele atingiu a perfeita harmonia entre relações econômicas e ideologia.” (Frantz Fanon – *Toward the African Revolution*)<sup>285</sup>

No Brasil, a teoria racial-etiológica lombrosiana, que vinculou de modo indissolúvel, o negro ao criminoso, encontrou um campo fértil para sua proliferação, resultando em inúmeras traduções mesmo antes da abolição da escravatura quando o medo branco, da perda de sua hegemonia absoluta nos espaços físicos, políticos e sociais, e da desestruturação da ordem racial fundante de uma nação excludente, se agigantava e mais ainda no pós-abolição, quando o controle racial em termos preventivos acauteladores e de monitoramento constante se fez imprescindível.

Entretanto, antes de adentrarmos em uma dessas traduções, devemos apresentar como a margem brasileira foi forjada pelo racismo para melhor entendermos

<sup>283</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 24.

<sup>284</sup> ANDRADE, 2012, p. 111.

<sup>285</sup> Tradução nossa, no original: “*The racist in a culture with racism is therefore normal. He has achieved a perfect harmony of economic relations and ideology.*” (Frantz Fanon – *Toward the African Revolution*, p. 40).



e avaliarmos os resultados alcançados pelos tradutores mestiços, que negaram a história do Brasil e com ela sua própria história e origem, que os colocava em posição de inferioridade em relação ao centro.

#### 4.2.1 Da solução portuguesa ao problema brasileiro.

No início do século XV, segundo Maurício Goulart, Portugal era um vasto matagal no qual se localizavam algumas cidades e vilas compostas de pequenas populações<sup>286</sup>. Urgia o povoamento do território português como política de defesa contra os ataques e invasões de seus inimigos desde o século VIII, os mouros, durante a invasão muçulmana da Península Ibérica.

Porém, outros motivos levaram o Reino de Portugal a se lançar ao além-mar, cientificamente, se encontrava as especulações dos limites da Terra após as Ilhas Canárias e o Cabo do Bojador. As razões mercantis e políticas se misturavam, pois teriam como finalidades a descoberta de povos cristãos com os quais os portugueses poderiam estabelecer relações comerciais e se aliarem na guerra contra os infiéis muçulmanos, cuja grandeza e poderio também seriam objetivos expedicionários.

Entretanto, a principal razão era a econômica, era atingir o Oriente pela rota marítima desviando o tráfego comercial e retirando a hegemonia muçulmana nas relações Oriente-Occidente, enfraquecendo, conseqüentemente, seu poder, colocando Portugal assim em um lugar privilegiado. Todos esses motivos estavam legitimados pela fé cristã, a cruzada religiosa e a conversão dos infiéis e pecadores muçulmanos era o discurso que profetizava o extermínio em nome de Deus.<sup>287</sup>

A primeira expedição portuguesa ocorreu em 1415 e em 1420 se deu a colonização das ilhas de Madeira e Açores, o que permitiu a continuidade da expansão colonial, agradando e estimulando a nobreza com a aquisição de novas propriedades à custa do financiamento do povo, sobrecarregado com os impostos.<sup>288</sup>

---

<sup>286</sup> GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil**: das origens a extinção de tráfico. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 25.

<sup>287</sup> Ibid., p. 13-15.

<sup>288</sup> Ibid., p. 15.

Não perdendo de vista o principal motivo da “empresa descobridora”, Portugal se volta exatamente para o local estratégico de onde seus inimigos partiam em suas investidas contra o Reino, a cidade de Tânger, localizada no norte de Marrocos, noroeste de África, na entrada ocidental do estreito de Gibraltar que une o Oceano Atlântico ao Mar Mediterrâneo, separando por 14 km, em linha reta, Marrocos e Espanha.

A investida ocorreu em 1437, mas com forças pouco numerosas e armamento fraco, tendo diante de si o numeroso e poderoso exército mouro, o resultado desastroso não poderia ser evitado, as tropas portuguesas foram cercadas e destruídas, não totalmente, pois prisioneiros seriam tomados como moedas de troca com o Reino Português para o restabelecimento de Ceuta, uma importante chave do Mediterrâneo eis que a cidade é situada na margem africana do estreito de Gibraltar, tomada pelos portugueses em 1415.

Dentre os prisioneiros, estava D. Fernando, feito refém, cuja liberdade seria realizada após a realização de algumas condições impostas pelos mouros que além da restituição da cidade de Ceuta, estaria um acordo de paz entre Portugal e Marrocos.

O trágico insucesso de Tânger, em 1437, teria constituído um epitáfio para as atividades empreendedoras de qualquer homem. Para as de D. Henrique não constituiu. A derrota não o abate. A procela, como às águias, fá-lo voar mais alto. E quando o rei, nos meados do ano subsequente ao desastre, chama-o ao paço para ouvir-lhe o conselho sobre a sorte do infante D. Fernando, deixado de refém em poder dos mouros, ele expõe sem tibieza de palavras, descaroável na atitude inflexível, o seu ponto de vista contrário à entrega de Ceuta como preço de redenção do cativo. O resgate exigido pelos mouros era alto demais. Morresse o irmão, se não queriam, como ele propunha, ir arrancá-lo à força às mãos dos infiéis. Ceuta, porém, continuaria portuguesa. Chave do mar Mediterrâneo, pedra fundamental da construção de um grande império, Ceuta, na sua opinião, devia valer muito mais do que uma vida.<sup>289</sup>

Portugal não cedeu às condições impostas, realizando várias tentativas de resgate, todas infrutíferas, condenando o infante D. Fernando à morte no cativeiro, em 1443.

As empreitadas portuguesas na costa africana não auferiram maiores lucros até 1441, quando os primeiros escravos africanos são desembarcados em Portugal, alterando substancialmente o significado de riqueza dos portugueses, que agora viam na mão de obra escrava a saída para o povoamento, desenvolvimento e enriquecimento da nação, motivando as orientações ambiciosas de D. Henrique para a escravidão negra, assegurando o domínio total dessa fonte inesgotável de riquezas com a chancela de

---

<sup>289</sup> GOULART, 1975, p. 11.

Roma, que receberia a metade dos rendimentos auferidos nas “descobertas”, recebendo a “benção” divina materializada por bulas papais, como a bula *Romanus Pontifex*, assinada pelo Papa Nicolau V, comuns desde as expedições a Ceuta e a Tânger que declaravam que as terras tomadas dos infiéis seriam de propriedade dos reis portugueses e de seus sucessores.<sup>290</sup>

Com a soberania dos territórios “descobertos” declarada pelo Papa Eugênio IV, o ouro e principalmente o negro mudam a história de Portugal que passa a dominar, em termos monopolizantes, a costa africana e o comércio de escravos, formando a primeira companhia de comércio e navegação para a África, a Companhia de Lagos que confere cariz empresarial ao escravismo negro.

Em 1444, partiu da Companhia a primeira grande expedição portuguesa com objetivo claro e exclusivo de escravizar negros africanos, “o descobridor cedia o passo ao caçador de negros” que em terras africanas, durante a madrugada, matavam e prendiam o quanto podiam.<sup>291</sup>

No retorno a Portugal, onde foram recebidos com festas, merece registro o depoimento do cronista português Zurara<sup>292</sup>, transcrito por Maurício Goulart quando do desembarque e a partilha, na cidade de Lagos, dos negros africanos objetificados:

*Era hua maravilhosa cousa de veer, começa o cronista, aqueles cativos postos juntos no campo. Havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos, e outros menos brancos, quase pardos, e os últimos, enfim, tão negros e desafeiçoados, nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homees que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo. Qual seria o coração, interroga o cronista, por duro que seer podesse, que não fosse tomado de piedoso sentimento ante aquele quadro? Estes conservavam os rostos baixos e lavados em lágrimas. Aqueles, os levantavam para o céu, firmando os olhos, bradando em altas vozes, como que para pedir socorro ao pai da natureza. Viam-se alguns cativos ferir a cara com as próprias mãos, enquanto outros faziam suas lamentações em forma de canto, segundo os costumes de sua terra, e embora sua linguagem não fosse compreendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza. A cena cresce de força quando se procede à repartição dos escravos: Começarom de os apartarem huus dos outros afim de poerem seus quinhões em igualleza. A amigos ou parentes não se guardava nenhuma lei, cada qual caía onde a sorte o levava. Se convinha, apartavam-lhe os filhos dos pais, as mulheres dos maridos, os irmãos dos irmãos: as madres apertavam os filhos nos braços, e lançavanse com elles debruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhes non serem tirados.*<sup>293</sup> [sic]

<sup>290</sup> GOULART, 1975, p. 19-20.

<sup>291</sup> Ibid., p. 22.

<sup>292</sup> Gomes Eanes de Zurara (1410 – 1474) escreveu em 1453 “Crônicas do Descobrimento e Conquista da Guiné”.

<sup>293</sup> GOULART, 1975, p. 23.

Desta feita, após algumas décadas de infrutíferas expedições, Portugal tem ao alcance das mãos o bem africano mais precioso: o negro, que por suas mãos desenvolveu o país, legitimado por qualquer meio ao fim inferiorizador de seus “Outros”, tornados inimigos pela imagem moura:

A guerra, o rapto, a compra, tudo eram meios idôneos para trazer negros, idólatras e nus, à pia batismal e ao eito, às águas lustrais e ao azorrague, que lhes abriam as portas do céu e da civilização cristã.

Vieram os azenegues, em primeiro lugar. Habitantes da costa africana, entre o Cabo Branco e o Rio Senegal, os azenegues, mais ou menos islamitas, de fé muçulmana pouco viva, pardos de cor, eram tidos como excelentes escravos. Depois, à medida que os exploradores foram avançando para o Sul, começaram a chegar os jalofo e os mandingas, negróides e negros retintos. À medida que chegavam, iam preenchendo nos reinos os claros abertos na população pela guerra devastadora da independência, sustentada contra Castela para elevar ao trono o Mestre de Aviz, pelas fomes e pestes intermitentes, pela política de expansão sobre o império marroquino, pelos descobrimentos. Sob o influxo do negro, a agricultura progride. Os negros desbravam os matos, dessangram os pântanos, arroteiam, desmaninham, rompem a terra. O viveiro negro é inesgotável. Os portugueses pensam que poderão, doravante, sair mar em fora, espalhar-se pelo mundo, povoar as ilhas, partir em legiões para as Índias. Os negros os substituirão nos reinos, retomarão, das suas mãos aventureiras, a enxada renegada.<sup>294</sup>

De acordo com Maurício Goulart, até 1448 foram levados a Portugal cerca de mil africanos escravizados, a quantidade aumentava de acordo com o desenvolvimento do comércio, cuja ambição demandava cada vez mais investidas resultando na chegada de negros de toda África em solo lusitano, ao ponto que as “coisas” não eram mais contabilizadas por números, mas por volume em toneladas.<sup>295</sup>

No início do século XVI, após o “descobrimento do Brasil”, como Portugal não encontrou metais e pedras preciosas no Novo Mundo, a exemplo dos espanhóis, o interesse da coroa portuguesa na gigantesca vastidão territorial de sua mais nova colônia, se deu, em um primeiro momento, na extração vegetal.

Assim, em 1516, data estimada do desembarque dos primeiros negros escravizados<sup>296</sup>, sua força de trabalho foi direcionada para a extração do pau-brasil, nosso primeiro produto tipo exportação, que na Holanda manufatureira, era utilizado na “correção” dos prisioneiros nas *Rasp-huis*, gênese do sistema prisional central.<sup>297</sup>

Em nosso segundo ciclo produtivo, a produção de açúcar, vislumbrando a enorme demanda no rentável mercado europeu, a colônia fora dividida em capitanias hereditárias concedidas a donatários, pessoas com recursos financeiros necessários para

<sup>294</sup> GOULART, 1975, p. 24-25.

<sup>295</sup> Ibid., p. 27.

<sup>296</sup> Ibid., p. 95.

<sup>297</sup> MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 43.

investir nas terras brasileiras, pois a produção de açúcar, para ser compensadora economicamente, necessitava de trabalho intensivo de um grande número de mão de obra que incluía os degredados, como determinava um alvará de 1536 de D. João III, lembrado por Nilo Batista, exilando os jovens vadios de Lisboa reincidentes pelo furto de bolsas.

Naquele mesmo ano, o monarca “[...] concedeu couto e homizio a todos os condenados (excetuados os convictos por heresia, traição, sodomia e moeda falsa) que viessem povoar a capitania de Pero de Góes”<sup>298</sup>, ou seja, os condenados que cumprissem os requisitos e embarcassem para a Capitania de São Tomé, também conhecida como Capitania do Paraíba do Sul, estariam instantaneamente perdoados por qualquer crime cometido anteriormente no além-mar.

Tendo em vista a imensidão, os portugueses que, por ventura, viessem para o Brasil, só trabalhariam nas terras de outrem por meio de pagamento, uma vez que, pela disponibilidade de terras, bastava a vontade destes para se tornarem proprietários.

Em face do grau de conhecimento nas lavouras e consciência do conceito de propriedade, os camponeses não aceitariam a condição de assalariados, vivendo em condições sub-humanas, nas palavras de Décio Freitas:

Se o camponês se dispusesse a trabalhar para o dono da plantação, arbitraría salário tão alto que impossibilitaria o lucro e o enriquecimento do patrão. [...] Não se formaria uma classe de assalariados; haveria apenas uma classe de trabalhadores independentes. O dono da terra, não poderia obrigar o camponês a ficar nela, nem impedi-lo de se instalar num pedaço, transformando-o em propriedade privada e meio individual de produção: pois tal camponês era um homem livre.<sup>299</sup>

A solução para o problema residia nas colônias portuguesas de exploração existentes na Costa Ocidental Africana, mais precisamente nas ilhas de São Tomé e Cabo Verde: o escravo negro, cujo mercado abastecedor era, aparentemente, inesgotável, devida à infindável grandeza do Continente Negro, que desde o início do século XV Bulas papais “santificaram” e determinaram a posse portuguesa sobre a raça negra, de forma exclusiva.

Nas palavras de Maurício Goulart:

Sob esse aspecto, não são menos elucidativas algumas bulas de Calixto III e Sixto IV, emitidas entre 1456 e 1481, nas quais se citam os escravos e o ouro como principais objetos do comércio peninsular na costa africana.

<sup>298</sup> BATISTA, Nilo. Os sistemas penais brasileiros. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. (Org.) **Verso e reverso do controle penal**: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, p. 149.

<sup>299</sup> FREITAS, Décio. **O Escravidão Brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991, p. 18.

Finalmente, é digno de relevo o zelo posto pela Igreja em preservar para os reis portugueses a exclusividade das conquistas. Que ninguém, mesmo cristão, se atrevesse sem licença régia, a ir comerciar naquelas plagas, que ninguém, sem sua vênua, se imiscuísse nos descobrimentos, alardeavam, ameaçadoras, as bulas pontifícias, coadjuvando, assim, os reis de Portugal no afã de açambarcarem para si os proventos da empresa.<sup>300</sup>  
A Igreja não teve por que se arrepender desses gestos.

Assim, tão imensa quanto à quantidade de terras na colônia brasileira a explorar, era a ânsia em coisificar o vasto mundo negro, o inesgotável mercado africano enquanto fornecedor de mão de obra escrava.

Seguindo a lógica mercantil, a colônia brasileira deveria abastecer à metrópole, em outros termos, a periferia serviria, satisfazendo ao máximo possível, o centro que em sua expansão colonial, introduziu no Brasil um modelo de exploração que tinha nas fazendas suas unidades básicas de produção, orientadas para o mercado exterior e responsáveis por sua própria subsistência.

Para Lana Lage da Gama Lima, a fazenda:

[...] como unidade de produção, concilia duas tendências econômicas que, apesar de opostas, aí se apresentam como práticas constitutivas uma da outra, compondo um todo único. A produção dos meios de subsistência aparece então como meio encontrado para que se pudesse efetivar a produção destinada ao comércio, que, este sim, define, em última análise, o sentido de colonização. Essa interpretação afasta de antemão aquelas que ressaltam a dualidade característica da grande propriedade brasileira – metade feudal, metade mercantil e recoloca a questão da escravidão moderna.<sup>301</sup>

Destarte, o racismo, naquele momento, decorria da benção divina cristã que configurou a formação dos países ibéricos face às inúmeras invasões mouras e sua expulsão na Reconquista, um conflito estruturado de modo maniqueísta entre o Cristianismo e o Islamismo, do bem contra o mau, de Deus contra o demônio, enfim, do negro (mouro) vs. o branco, que transferiu para nossa margem as características raciais centrais tendentes à exclusão e posterior eliminação dos primitivos e selvagens, configurando a “América Ladina” caracterizada por Lélia Gonzáles<sup>302</sup> e sublinhada por Ana Luiza Pinheiro Flauzina, sendo que a expulsão moura caracterizou não apenas a vitória, mas comprovou a superioridade branca europeia.<sup>303</sup>

<sup>300</sup> GOULART, 1975, p. 20.

<sup>301</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p. 62.

<sup>302</sup> GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.º. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

<sup>303</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Brasília, DF, 2006. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf)> Acesso em: 14 jan. 2014, p. 30-31.

O sistema implantado no Brasil obteve resultados tão favoráveis e lucrativos que foi através do mercantilismo português que houve o fomento e o desenvolvimento da produção de manufaturas, que possibilitou a acumulação de capital suficiente para financiar a futura Revolução Industrial.

Por outro lado, significou a fragmentação colonialista da África, a Diáspora negra, eis que “a experiência brasileira se afirmou como um êxito total, dando lucros que excitaram a cobiça das potências marítimas da Europa. Empenharam-se todas em conquistar no Novo Mundo territórios a serem explorados pelo trabalho de escravos negro”.<sup>304</sup>

O modelo escravocrata brasileiro possuía uma especificidade em decorrência de múltiplos aspectos, que o tornaram singular em todo o mundo, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, em nenhum outro país a escravidão teve tanta longevidade, foram mais de 370 anos de objetificação negra.

Não há comparação, em âmbito mundial, na quantidade, valor e variedade das riquezas provenientes dessa forma de expropriação de mão de obra e exploração humana, a escravidão negra foi responsável, além da extração do pau-brasil, pela produção do açúcar, ouro, diamantes, fumo, algodão e café, em consequência, pela acumulação das riquezas originárias desses ciclos, nos quais despontaram o Brasil como pólo exportador e, em algumas culturas, o maior produtor mundial.

Salientamos, entretanto, que não houve apenas a escravidão africana, a escravidão indígena também ocorreu em solo pátrio no início da colonização portuguesa, quando o índio foi escravizado por ser mais barato, tendo em vista o custo final do escravo africano elevado pelo transporte, porém, em contrapartida, Portugal obtinha um enorme lucro com a escravidão negra, por meio de impostos assegurados pelo monopólio do comércio escravagista.

Além do aspecto econômico, outros fatores influenciaram, sobremaneira, a substituição da mão de obra escrava, os indígenas não desenvolveram anticorpos suficientes para se protegerem das moléstias e doenças europeias, as fugas indígenas eram muito mais comuns, haja vista que, por estarem em suas terras, conheciam melhor do que qualquer um as matas e florestas, e há que se destacar ainda que os índios eram protegidos pelas missões jesuítas, pois sua humanidade, como já exposto anteriormente,

---

<sup>304</sup> FREITAS, 1991, p. 26.

foi proclamada e abençoada quando nossa margem foi “descoberta” e o mestiço foi construído.

Nesse sentido, imperioso mencionar a extraordinária atuação na defesa indígena de *Bartolomeu de Las Casas*, que segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, recomendou a substituição sem se preocupar com a justificativa, pois a inferioridade do negro africano era uma convicção generalizada ao ponto de prescindir de qualquer explicação. Segundo o autor: “a Igreja católica reconhece hoje com sinceridade e pena, que não houve um Las Casas para os africanos”.<sup>305</sup>

Sobre essa alteração, Lana Lage da Gama Lima destaca a falsa historiografia da escravidão, e, portanto da própria história do Brasil, que ainda repercute, desmentindo, com todos os meios e instrumentos em que a rebeldia negra no país se manifestou (não apenas contra os maus tratos que a violência branca de seus senhores, mas contra a própria escravidão enquanto sistema), aquela imagem de docilidade e passividade que é colocada sobre os negros, fruto, nas palavras da autora: “[...] de uma visão preconceituosa e, porque não dizer, racista, da história da escravidão, segundo a qual o índio – ‘preguiçoso e indolente’ – é substituído pelo negro – ‘dócil e habituado à escravidão’ – como mão-de-obra na colônia.”<sup>306</sup>

Em que pese a escravidão não ser exclusividade dos negros, a escravidão indígena se deu em número incomparavelmente menor, conforme estabelece o historiador Décio Freitas, que estabelece: “a escravidão não foi apenas de negros, foi também de índios. [...] Bem entendido, o holocausto indígena não se compara, nem de longe, ao dos africanos”.<sup>307</sup>

A Diáspora Africana parece não deixar margem de dúvidas sobre isso, já que se identifica “como uma geografia da morte, produzida por necro-políticas anti-negro” em um contexto supranacional, que, respeitando as singularidades próprias de cada país, os ligam a partir do genocídio perpetrado por todas as sociedades escravagistas, ou seja, o mundo ocidental, o centro por apropriação original do negro africano e a margem, por delegação, a seu serviço, ordens e enriquecimento produzido pelas mãos dos afrodescendentes.<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 64.

<sup>306</sup> LIMA, 1981, p. 17-18.

<sup>307</sup> FREITAS, 1991, p.10.

<sup>308</sup> VARGAS, João Costa. **A diáspora negra como genocídio**: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da ABPN, v. 1, n. 2 – jul.-out. de 2010, p. 31-65, p. 38.



Com o tráfico negreiro, deu-se início ao extermínio, apontado por Abdias do Nascimento como a outra face do genocídio negro<sup>309</sup>, estendido ao âmbito do intangível, do “Ser negro”, pela negação da sua negritude a partir do medo branco da coalizão e revolta negra que demandava a separação minuciosa, ainda nos navios tumbeiros na costa africana, dos indivíduos da mesma tribo ou de regiões próximas, visando o impedimento e a possibilidade de qualquer comunicação, em um movimento dinâmico inicial de exclusão entre “peças” no mesmo momento em que incluía todas em uma única massa, originando uma *ninguendade*<sup>310</sup> em decorrência da metamorfose que unificou, reduziu e transformou toda diversidade étnica, tribal e regional, africana em escravos-negros<sup>311</sup>, depois simplesmente negros.

Esse processo de desculturação impôs ao negro um dilema, estruturado em um duplo aprendizado orientado para sua sobrevivência e para sua nova identidade em uma sociedade dominada por brancos, a solidariedade de seus iguais em condição de objetificação seria a chave, e assim:

[...] ou bem não se consegue adaptar, não passa de refugo, só lhe resta a luta sem quartel, o suicídio, a fuga, a revolta; ou então consegue integrar-se mais ou menos bem, mais ou menos rapidamente nessa sociedade que o acolhe, e vai encontrar nova identidade, resultado da dupla adaptação: ajustamento tático ao modelo branco e ao que seus senhores exigem dele em obediência, fidelidade e adaptação sincera aos modos de vida e ao pensamento criados por um grupo escravo heterogêneo, numa dupla tensão que busca, ao mesmo tempo, imitar o modelo branco e manter a tradição africana. Na verdade, a maioria dos escravos terminam por aprender a rezar, a obedecer, a trabalhar, para serem aceitos por seus senhores. Enquanto isso, conseguem a delicada adaptação à nova cultura criada pelo grupo dos antigos e dos crioulos.<sup>312</sup>

Outrossim, o Brasil introduziu em seu território, aproximadamente, 06 milhões de escravos<sup>313</sup>, possuindo o recorde americano de 40% do total de negros sequestrados durante a Diáspora Africana.<sup>314</sup>

Não há consenso no número de escravos que chegaram ao Brasil, pois a quantidade corresponde apenas a uma estimativa dos negros que chegaram vivos em nosso solo, correspondendo a um terço do total, pois, aproximadamente dois terços desse número morreram antes de desembarcar aqui. De acordo com Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, do número total estimado de negros feitos escravos no Continente

<sup>309</sup> NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>310</sup> RIBEIRO, 1995, p. 131.

<sup>311</sup> DUARTE, 2011, p. 69.

<sup>312</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 107.

<sup>313</sup> RIBEIRO, 1995, p. 162.

<sup>314</sup> FREITAS, 1991, p. 11.

Africano, um terço morreu na viagem até a costa africana e nos postos de embarque, e o outro terço morreu durante a travessia oceânica ou no processo de aclimação.<sup>315</sup>

A travessia oceânica variava dependendo do destino dos escravos no Brasil partindo do porto instalado em Angola, sendo de trinta e cinco dias até Pernambuco, quarenta até a Bahia e cinquenta até o Rio de Janeiro, de acordo com Katia M. de Queirós Mattoso, que alerta para a inconstância na duração dessas viagens, algumas duraram até cinco meses, quando as tensões internas são elevadas exponencialmente, na medida em que os suprimentos e a água potável se esgotavam, ampliando ao infinito o sofrimento dos cativos.

Sobre o modo como as “peças” eram dispostas no interior dos navios tumbeiros, que, apesar das inócuas regulamentações emanadas da Coroa portuguesa, sempre traziam um número bem maior de “coisas” que suportavam, além da condições infra-humanas instaladas, a autora traz um relato de uma testemunha ocular de uma embarcação carregada com 670 escravos, que aduz:

Os homens estavam empilhados no porão à cunha, acorrentados por medo de que se revoltassem e matem todos os brancos a bordo. Às mulheres reservava-se a segunda meia-ponte, as grávidas ocupavam a cabine da popa. As crianças apinhavam-se na primeira meia-ponte como arenques num barril. Se tinham sono, caíam uns sobre os outros. Havia sentinas para satisfazer as necessidades naturais, mas como muitos temiam perder seus lugares, aliviavam-se onde estavam, em especial os homens, cruelmente comprimidos uns contra os outros. O calor e o mau cheiro tornavam-se insuportáveis.<sup>316</sup>

O resultado do ciclo escravagista brasileiro é, entre vivos e mortos, de aproximadamente 18 milhões de escravos negros, até 1850, quando em 04 de setembro, por repressão da marinha inglesa nas águas e portos brasileiros, apreendendo e destruindo navios negreiros<sup>317</sup>, foi aprovada a lei Euzébio de Queiroz que adotava medidas drásticas para a se findar o tráfico de negros, que na verdade, já estava proibido com a Lei de 7 de Novembro de 1831 que ainda declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império, sendo que “sem a pressão externa o tráfico não teria

<sup>315</sup> KAUFMANN, Roberta Fragozo Menezes. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?: uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil.** Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2007, p. 52.

<sup>316</sup> MATTOSO, 1990, p. 47.

<sup>317</sup> A marinha inglesa intensificou a fiscalização com vistas a forçar a extinção da escravidão no Brasil, pois o desenvolvimento daquele país, financiado por Portugal à custa da riqueza brasileira, necessitava de um mercado consumidor, livre e assalariado. Assim, a Inglaterra poderia capturar ou afundar qualquer navio que transportasse negros, calcula-se que 90 embarcações suspeitas de tráfico foram condenadas e destruídas pelo cruzeiro inglês. Apesar desta vigilância, muitos navios tentavam ludibriar a fiscalização, e para evitar o flagrante, os traficantes amarravam os escravos a sacos de pedras e lançavam-os ao fundo do mar. “Há notícias de navio negreiro que chegou a lançar à morte mais de quinhentos negros, de que uma só vez”. (KAUFMANN, 2007, p.76).

cessado”<sup>318</sup>, o que não significou o fim do tráfico de escravos, eis que até a abolição da escravatura, a sociedade escravocrata brasileira necessitava de outros negros para a reposição das “suas peças”.

Inobstante a promulgação da lei supra dita e a vigilância constante e intensa da armada britânica que procuravam findar o comércio negreiro, o tráfico de negros foi iniciado imediatamente após a ilegalidade do comércio, quando os traficantes de escravos continuavam a desembarcar negros para abastecer o mercado brasileiro, apesar dos riscos, uma vez que a “vida útil” de um negro escravo jovem ou de meia idade era de sete ou oito anos.<sup>319</sup>

A necessidade da velha “máquina de gastar gente”<sup>320</sup>, sempre dos mesmos corpos, não apenas como combustível, mas como carne mais barata a triturar, resultou na entrada ilegal de um número inimaginável de negros no território brasileiro desembarcados em inúmeros portos ilegais como os construídos em Florianópolis, onde a presença e importância do negro foi (e ainda é) invisibilizada pelo “sonho civilizatório” que marca a reinvenção da cidade em termos centrais pintada de branco<sup>321</sup>, que possuía dois portos: um na Ilha do Campeche e outro na Praia da Armação da Lagoinha.<sup>322</sup>

Os traficantes responsáveis pela manutenção do funcionamento dessa máquina, segundo Marilene Rosa Nogueira da Silva: “[...] formavam um grupo rico e poderoso que enfrentava as pressões inglesas através da cumplicidade dos oficiais; cumplicidade essa conseguida pela corrupção e pela mentalidade de que a importação de negros era essencial para a manutenção da economia agrícola do Império.”<sup>323</sup>

A alta lucratividade do comércio de negros escravizados é um dos motivos apontados pela autora para a importação negra ilícita, pois em 1831, após a promulgação da primeira lei que torna ilícita a comercialização, um negro que era adquirido por cerca de três libras na África podia ser vendido por cem libras no Brasil, e

<sup>318</sup> FREITAS, 1991, p. 95.

<sup>319</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 58.

<sup>320</sup> RIBEIRO, 1995, p. 69.

<sup>321</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888.** Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/pade/article/viewFile/143/132>. Acesso em: 05 jan 2015, p. 03.

<sup>322</sup> MATTOS, Hebe; et al. **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**, 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2013/09/Invent%C3%A1rio-dos-Lugares-de-Mem%C3%B3ria-do-Tr%C3%A1fico-Atl%C3%A2ntico.pdf>. Acesso em: 23 jun 2014.

<sup>323</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: CNPq, 1988, p. 59.

após o fechamento do cerco britânico ao tráfico brasileiro em 1850, os lucros continuavam altos e atraentes, valendo todos os riscos inerentes à atividade.

Os rendimentos auferidos com o comércio de escravos, aliados à facilidade de sua aquisição em nossa margem, foram os motivos pelos quais não se implementou aqui a “indústria da reprodução”, já que os gastos e os riscos com a criação e manutenção dos pequenos escravos não compensavam, atraindo portugueses, crioulos (portugueses nascidos no Brasil), mestiços e ciganos, conhecidos comerciantes de cavalos, ao tráfico desses outros “animais”.<sup>324</sup>

Foi nesse contexto que se desenvolveu “[...] a formação social escravista mais importante do Novo Mundo. Nenhum outro país teve a sua história tão modelada e condicionada pelo escravismo, em todos os aspectos – econômico, social, cultural”.<sup>325</sup>

Entretanto, se há uma estimativa da quantidade de negros sequestrados, pelo sistema escravagista que fundou nossa sociedade, os números reais que compõem a “cifra negra”<sup>326</sup>, sempre crescente por uma política excludente e genocida ininterrupta, é inimaginável.<sup>327</sup>

Alguns fatores contribuíram para o incalculável número desta cifra negra, a pouca importância e ausência de registros devido à extensão temporal, a ilicitude do tráfico negreiro após 1831 e principalmente após 1850, estão dentre eles, mas um fato, lembrado por Abdias do Nascimento, nos chama a atenção, a Circular nº 29, de 13 de maio de 1891, assinada por Rui Barbosa, então Ministro das Finanças, que em uma atitude ingênua, para dizermos o mínimo, de esquecer nosso passado negro, queimou “[...] todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral”.<sup>328</sup>

---

<sup>324</sup> SILVA, 1988 p. 54; 63.

<sup>325</sup> FREITAS, 1991, p. 11.

<sup>326</sup> Não utilizamos o termo “negro” como ainda é utilizado nas Criminologias de base materialista (Crítica ou Radical), atrelado ao conceito referente ao número de crimes que não são representados, por diversos fatores, nas estatísticas oficiais, denotando um sentido pejorativo, mas ao contrário, utilizamos a nomenclatura “cifra negra” aqui em sua literalidade, como referência ao número astronômico, inimaginável, que envolve todos os corpos negros resultantes de uma histórica política exterminadora que teve início no “descobrimento” e cujo fim não se observa no horizonte.

<sup>327</sup> Genocídio aqui não é utilizado como força de expressão, basta considerarmos nossa história e correlacionarmos com a Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela Resolução 260A (III) do Conselho Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948. De acordo com o Artigo II da Convenção, consiste em genocídio: “os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial [...]”.

<sup>328</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 49.

Neste diapasão, o número gigantesco de negros, compreendidos entre libertos e escravos preocupava mesmo antes da supressão do tráfico negreiro, demandando uma atenção especial em termos de controle racial-social.

Em 1847, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro, Manoel Antonio Galvão, demonstrava sua preocupação ao dizer que: “[...] Na opinião geral é considerada a colonização a necessidade mais palpitante do Império: a vastidão das terras desertas, que não quereis sem dúvida povoar com negros [...]”.<sup>329</sup>

#### **4.2.2 Do branqueamento ao abolicionismo: o controle racial entre o genocídio e mínima liberdade.**

A partir da segunda metade do século XIX os grandes proprietários de terras organizavam-se para manter as suas propriedades protegidas da ameaça negra que se fazia cada vez mais próxima. Vislumbrando a manutenção de uma sociedade racialmente estruturada e a subordinação da “raça inferior”, foi criada a Lei da Terra (Lei nº 601/1850, ainda em vigor) no mesmo ano em que o tráfico de escravos foi tornado ilícito, ou seja, com clara intenção protecionista, pois definiu que as terras ainda não ocupadas passavam a serem propriedades do Estado, e as já ocupadas podiam ser regularizadas como propriedade privada, garantindo assim, os interesses da elite e aniquilando, de uma vez por todas, a possibilidade de ocupação de terras pelos ex-escravos.

Com a substituição econômica do açúcar pelo café, graças a produção de açúcar pela Holanda, fez-se imperioso a adoção do trabalhador imigrante europeu, em face da escassez de mão de obra, quando “a imigração passou a ser amplamente subsidiada e estimulada, os gastos com transportes e com a instalação eram financiados pelo Governo, que chegava até a promover obras para poder oferecer trabalho aos estrangeiros”.<sup>330</sup>

---

<sup>329</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 3. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977, p. 191.

<sup>330</sup> KAUFMANN, 2007, p. 78.

A partir dessa realidade, a manutenção do escravo e a própria existência do negro passou a ser considerada como um obstáculo ao desenvolvimento e progresso brasileiro. Não apenas a idéia de que o europeu seria mais preparado tecnicamente para o trabalho nas lavouras de café fundamentava a inserção do imigrante europeu em solo brasileiro, como também a idéia (leia-se necessidade) de branquear o país, em decorrência do grande número de negros que se fazia presente e que seria, brevemente, posto em “liberdade”.

Thomas E. Skidmore, ao citar um artigo de jornal da época, explicita, de forma inequívoca, o temor da raça/classe branca dominante brasileira, ao escrever:

Não há perigo de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. [...] Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção.<sup>331</sup>

A Lei da Terra, assim, não era apenas um instrumento destinado ao controle da propriedade de terras que só poderiam ser adquiridas através da compra (art. 1º), a lei cumpria papel importante e fundamental para o progresso e desenvolvimento racial do país, sendo concebida como um projeto embrionário de branqueamento da nação, pois, em seu art. 18 estabelecia:

O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Essa era a conjuntura política do Brasil imperial: pressão externa, a lucratividade do comércio do café, a necessidade econômica urgente de mão de europeia e a necessidade de “branquear” o país. A abolição do regime escravocrata não tardaria muito mais e sem o apoio dos escravagistas, o Império também se findara.

Fundamentado pelos ideais iluministas e influenciado pelo liberalismo europeu, o Movimento Abolicionista Brasileiro presente desde 1823<sup>332</sup>, ganha força

<sup>331</sup> SKIDMORE, 1976, p. 90.

<sup>332</sup> Um dos primeiros abolicionistas foi José Bonifácio de Andrada e Silva que escreveu sua *Representação contra a Escravatura* que estava para ser apresentada à Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil, quando esta foi dissolvida em 12\11\1823 e José Bonifácio, junto com outros deputados, foi preso e depois ficou exilado na França, onde publicou sua *Representação* em 1825.

especialmente depois da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), quando milhares de negros foram liberados das fazendas para combater nas fileiras do exército sob a promessa de que se retornassem vivos seriam livres<sup>333</sup>, enviados por seus senhores em troca de títulos de nobreza<sup>334</sup>, ou mesmo, mandados para lutar no lugar dos filhos dos fazendeiros, mas em verdade, foram utilizados como “bucha de canhão” em uma cilada genocida.

O objetivo real deste ato, como lembra Evandro Charles Piza Duarte, era o extermínio dos negros como outra faceta daquele projeto político que pretendia desaffricanizar o Brasil, o que resta claro na diminuição drástica de 1 milhão na população negra entre 1860 a 1872, passando de 2,5 milhões para 1,5 milhão.

Essa defasagem se explica, de acordo com o autor:

[...] não apenas pela participação no contingente ativo que, via de regra, era utilizado como “bucha de canhão”, mas também pelo efeito sobre a população ocupada internamente com o aumento da quantidade de trabalho, que quase dobrou, pelo número de mortes decorrentes das sublevações contra o alistamento compulsório, das moléstias contagiosas causadas pelo confinamento, e pelo desgaste com a viagem. Enfim, a guerra representou um processo brutal de arianização do Império, diminuindo os 45% de negros na população total em 1860 para 15% após a referida guerra. Assim, enquanto a população branca cresceu 1.7 vezes, a negra diminuiu 60%, a contar-se dos quinze anos próximos à guerra.<sup>335</sup>

Lana Lage da Gama Lima chama a atenção para outro fato que fortalece o Movimento Abolicionista, a exigência imposta por Conde D’Eu ao país vencido de extinguir sua escravidão, o que significaria, tacitamente, um comprometimento com a abolição da escravatura negra nacional, muito embora o infeliz legado deixado por uma “deplorável ignorância” declarado pelo Conde seja claro ao falar aos “povos da livre América”.<sup>336</sup>

Com o extermínio representativo do negro da sociedade brasileira, cuja viabilidade fora comprovada pela Guerra do Paraguai, o projeto branqueador se torna uma das bandeiras do movimento, velada pelo estandarte da “liberdade”.

Considerado por muitos como um dos principais nomes abolicionistas, Joaquim Nabuco, fiel representante da elite branca (advogado, fazendeiro, político e

---

(BRASIL, Senado Federal. **A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012).

<sup>333</sup> O Decreto nº 3.725-A, de 6 de Novembro de 1866, concedia liberdade gratuita aos escravos da Nação para se empregarem no exercito, e às suas mulheres, se fossem casados.

<sup>334</sup> NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Disponível em:

<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf> Acesso em 23 jun 2014, p. 27.

<sup>335</sup> DUARTE, 2011, p. 173.

<sup>336</sup> LIMA, 1981, p. 91.

diplomata), defendia, em seu *O abolicionismo* de 1883, um “abolicionismo institucional” que estava em plena sintonia com o branqueamento do Brasil<sup>337</sup> onde a liberdade não seria conquistada pelo negro, mas um ato de “bondade, compaixão e humanidade” do branco enquanto seu representante na política, pois a liberdade deveria decorrer de “[...] uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade”.<sup>338</sup>

Nessa toada, Joaquim Nabuco não apenas mantinha a dualidade cromática e sua hierarquização, mas fundamentava a abolicionismo enquanto movimento político em termos conciliatórios e colaboracionista entre as raças, sem uma política socioeconômica revolucionária, uma vez que no Brasil, segundo ele, o negro não alimentava o ódio pelo branco, o abolicionismo, nesse viés, não se dirigia ao negro o que poderia incitar e promover a tão temida insurreição negra.

O Abolicionismo defendido tinha o caráter emancipatório do negro, do senhor e de toda sociedade<sup>339</sup>, ou seja, restrito a mudança do modo de produção. Em outros termos, garantia a manutenção da sociedade racialmente estruturada, mesmo com a imprescindível substituição da escravidão como modo de produção pelo capitalismo tardio com a valorização do trabalho manual, máquinas e industrialização do país para o seu desenvolvimento econômico e progresso gradual.

De acordo com Petrônio Domingues:

Os adeptos desse tipo de abolicionismo se investiam de advogados dos “piedosos” negros cativos e dirigentes soberanos do processo de extinção da escravidão. Afinal, as impotentes criaturas – através de uma espécie de pacto – teriam delegado poderes para os abolicionistas representá-los. O discurso do abolicionismo institucional era marcado pela oposição entre “nós”, os brancos, e “eles”, os negros. O escravo não passaria de massa de manobra, de objeto, pois tal abolicionismo era um movimento, sobretudo, de brancos e voltado para os interesses da classe dominante. “A propaganda abolicionista”, escrevia Nabuco, “não se dirige aos escravos. Em outras palavras, não é aos escravos que falamos, é aos livres”.<sup>340</sup>

Nestes termos, o abolicionismo escravagista era em verdade um instrumento de controle racial sob a promessa de liberdade, limitando sua extensão ao mínimo possível, armando a sociedade de leis protencionistas e reduzindo ao máximo os riscos de uma transição do escravismo para uma democracia excludente.

<sup>337</sup> DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, p. 41.

<sup>338</sup> NABUCO, p. 12.

<sup>339</sup> Loc. cit.

<sup>340</sup> DOMINGUES, 2004, p. 56.



Um projeto esquadrinhado ao longo de 65 anos para uma abolição lenta e gradual, estrategicamente traçado via inúmeras “leis para inglês ver”<sup>341</sup>, fato que era iminente pela pressão exterior, para que a liberdade chegasse pelas mãos dos brancos, como um presente, empoderando o branco como paternalista que protagonizou a luta pela liberdade negra, controlando o negro e mantendo aquela “passividade”, ignorando, assim, toda a resistência e luta negra, consubstanciada em rebeldia<sup>342</sup> (suicídios, homicídios, abortos, envenenamento, fugas, quilombos, raptos, resgates, saques, guerrilha, insurreições, revoltas, etc.,) que se não chegaram a ameaçar o sistema escravagista brasileiro, auxiliaram na sua extinção pelo desgaste provocado.

Mesmo para um “baluarte” abolicionista o racismo se fazia presente (assim como em Charles Darwin), pois Nabuco considerava o negro como inferior e responsável por sua escravidão, já que possuía um desenvolvimento mental atrasado e possuidor de instintos bárbaros<sup>343</sup>, e assim, a africanização sem a qual não existiria Brasil, foi um preço alto demais, seu abolicionismo era um pressuposto para o branqueamento do Brasil, pois advogava que:

[...] o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos; um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo [...].<sup>344</sup>

Finalmente, em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel, em nome do pai enfermo e ausente (e cedendo às pressões britânicas e interiores), põe fim ao regime escravagista ao assinar a Lei Áurea, que não alterou em nada a situação do negro na sociedade brasileira, em muitos casos, inclusive, agravou-a, em um momento de convergência entre a teoria liberal e a prática racista que prepara o país para o choque étnico, o inevitável conflito entre o branco e negro em um mundo que foi construído para tratá-lo como um não-humano como lembra Abdias do Nascimento, já que a raça

---

<sup>341</sup> Entre tantas leis, citamos a do Ventre Livre de 1871 (que considerava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da sua promulgação), e do Sexagenário de 1885 (que libertou todos os escravos com mais de 60 anos), traziam em seu bojo, de forma implícita, a intenção de protelar a abolição da escravidão brasileira, mesmo com toda pressão inglesa que objetivava a ampliação do mercado consumidor. O interesse “libertador” britânico resta óbvio desde 1839, data em que o Brasil vinha recebendo empréstimos de banqueiros ingleses sucessivamente até 1888. Além de indícios de que a Insurreição baiana, conflito com profundas raízes abolicionistas, recebeu apoio financeiro de comerciantes ingleses. (FREITAS, 1991, p. 113)

<sup>342</sup> LIMA, 1981.

<sup>343</sup> NABUCO, p. 61.

<sup>344</sup> Ibid., p. 101-102.

branca monopoliza “[...] todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais”.<sup>345</sup>

Essa abolição “de resultados”, nas palavras de Vera Malaguti Batista, na qual o humanismo foi “apenas elegância retórica”<sup>346</sup> já que comprometida com a manutenção da ordem racial se embasando puramente na igualdade teórica jurídica, não vislumbrava a complexidade da situação racial na qual estava, desde o seu “descobrimento”, imerso, nem as práticas discriminatórias racializadas arraigadas e naturalizadas, pois:

Não há, no movimento abolicionista, um questionamento mais amplo da situação do escravo enquanto classe cuja força de trabalho é explorada por outra. Isso porque o abolicionismo não se permite pensar as relações de produção, livres ou escravistas, em seu sentido mais amplo. Basta-lhe portanto transformar o escravo em assalariado, garantindo-lhe melhores condições de trabalho e maiores oportunidades formais de ascensão social, para considerar resolvido o problema da integração do negro na sociedade brasileira.<sup>347</sup>

Em 28 de junho de 1890, antes da aprovação da primeira Constituição republicana brasileira, o governo provisório coloca em prática seu projeto que orientaria os novos rumos que a nação deveria seguir, trajetória que deveria se afastar em muito da rota da africanização se quisesse assegurar o progresso visto no centro, deixando evidente a intenção de “branquear” o país, ao promulgar o Decreto nº 528, que dispunha em seu Art. 1º:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, exceptuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas.<sup>348</sup>

Apesar de impedir também a entrada da “raça amarela”, considerada inferior à branca, porém superior à negra, a indicação da Ásia no Decreto foi “letra morta”, pois foi considerável o número de japoneses que chegaram ao Brasil desde 18 de junho de 1908 com a chegada do navio *Kasato Maru*.

Evidencia-se, explicitamente, assim uma política de exclusão do negro, apenas uma das facetas do plano geral de clareamento da nação brasileira, que, estabelecia, ainda, segundo Petrônio Domingues: “[...] que todo o fazendeiro que

<sup>345</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 46.

<sup>346</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 181.

<sup>347</sup> LIMA, 1981, p. 145-146.

<sup>348</sup> SKIDMORE, 1976, p. 155.

quisesse instalar imigrantes europeus em suas terras gozaria de todos os incentivos especiais garantidos por lei.”<sup>349</sup>

A idéia era simples, qualquer raça, excetuando a mais inferior, traria o importante fator genético para o branqueamento gradativo do Brasil visando sua arianização e assim, a proibição, de fato, somente se observava aos africanos.

Realocando, nos termos elencados, o papel dos abolicionistas e os moldes que o abolicionismo tomava o preço a pagar pelos negros por sua aliança ao movimento na forma de sua rebeldia, consciente ou não, em convergência e “legitimada” pela retórica da abolição, seria muito alto, uma vez que o “mundo” que se abria em sua frente era branco, ao contrário da ampliação de seus horizontes e possibilidades propagadas, o que se teve foi um controle racial-social bem definido e com estreitas limitações bem planejadas em relação ao local do negro, seu comportamento e extermínio.

Consoante as lições de Lana Lage da Gama Lima:

É na segunda metade do século XIX que essa ampliação atinge seus limites máximos, através do movimento abolicionista que, surgindo da crise final do sistema, quando o trabalhador escravo já se mostra inadequado ao desenvolvimento capitalista do país, vai abrir para o negro rebelde um futuro diferente da simples marginalidade, porquanto compartilha de sua atitude divergente.

Mas, ao aliar-se à rebeldia negra, utilizando-a para pressionar e desgastar o sistema, o abolicionismo impõe-lhes seus próprios limites, enquanto ideologia nascida de interesses específicos, que depois da abolição o negro percebe não coincidirem exatamente com os seus. Transformadas as relações de produção, não se modifica o lugar ocupado pelo negro no processo produtivo, e desfeitas as alianças, seu comportamento divergente vai ser novamente relegado a mera questão policial.<sup>350</sup>

Entretanto, bussolado pela direção percorrida pelo centro, mas ao contrário da Europa (que a partir da “teoria das raças” concebia a miscigenação como degenerativa, fundamentando as teorias raciais a partir da eugenia e a existência de “tipos puros”), o Brasil vivia, no pós-abolição, a iminente mestiçagem que já tomara conta de certas regiões do país, sendo compreendida aqui “[...] de forma ambígua: apesar de temida, nela se encontrava a saída controlada [...]”<sup>351</sup>.

É o primeiro passo em direção a uma posição de destaque mundial no que diz respeito às políticas raciais e o controle racialmente determinante, no qual o país, por intermédio de seus cientistas, demonstra sua originalidade com o sucesso na procura

<sup>349</sup> DOMINGUES, 2004, p. 37.

<sup>350</sup> LIMA, 1981, p. 155.

<sup>351</sup> SCHWARCZ, 2012, p. 161.

de respostas científicas próprias para os problemas específicos da nação, se desvinculando das orientações centrais ao traduzir as teorias raciais, rechaçando a tradição mimética.

Era a idéia da “boa miscigenação”, originária a partir do determinismo racial, do qual o discurso científico interpretou a teoria original de uma maneira inusitada, na medida em que “[...] a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, na viabilidade de uma nação mestiça”.<sup>352</sup>

Nesse mesmo período, foi adotada uma medida integrante do projeto político de branqueamento e regeneração racial, ou seja, de extermínio do gene degenerativo negro, eis que a mestiçagem era concebida com uma degeneração, era a política de “retorno à África”.<sup>353</sup>

A abolição destruiu a arquitetura escravagista que suportava a monarquia brasileira e a quase imediata proclamação da República estribada no liberalismo central, representava o ingresso do Brasil nos tempos modernos, uma modernização contraditória segundo Evandro Charles Piza Duarte, que não poderia abandonar o passado e nesse sentido, legitimava e permitia uma:

[...] maior liberdade para as autoridades locais e permanência de técnicas de controle que se opunham aos modelos jurídicos racionais, no sentido de não receberem uma fundamentação racional. Ou seja, tais instrumentos utilizados nos espaços regionais e locais não tinham sua legitimidade dada pela aceitação social de um discurso que se constituísse a partir de espaços sociais públicos, como as academias de Direito. Entretanto, são tais características que permitiriam a criminalização preferencial das populações não-brancas e a constituição de um arcabouço jurídico que, embora fosse formalmente igualitário, reprisava as distinções presentes no período escravista entre negros e brancos.<sup>354</sup>

Com a abolição da escravidão brasileira, a humanidade do negro foi, enfim, declarada por uma cidadania retórica que mantinha sua objetificação no controle racial de uma sociedade excludente e com intenções exterminadoras.

---

<sup>352</sup> SCHWARCZ, 2012, p. 85.

<sup>353</sup> Ibid., p. 243.

<sup>354</sup> DUARTE, 2011, p. 174.

### 4.2.3 O controle racial no pós-abolição: nosso *apartheid* (mal) mascarado e as novas legitimações para o velho racismo.

“A abolição teve um significado legal, o mundo dos brancos perpetuou-se como realidade contrastante ao mundo dos negros. Este continuou a existir a margem da história, sofrendo a degradação crescente da condição de espoliado, dos efeitos desintegrativos da dominação e o impacto desorteador das pressões da ordem social competitiva.” (Florestan Fernandes - A Integração do Negro na Sociedade de Classes)

Em um mundo prestes a desmoronar, imprescindível um discurso que reafirmasse e reforçasse seus pilares estruturais. Essa era a realidade do Brasil no pós-abolição, sendo uma nação estruturada sobre o racismo, urgia uma nova legitimação que mantivesse o *status quo* hierárquico-racial, um instrumento para manutenção da ordem capaz de difundir a sensação de segurança pública necessária, e essa nova legitimação para a velha prática, viria pelas mãos da “ciência”.

No dia 14 de maio (um dia que ainda não se finalizou dado o não cumprimento das antigas promessas de igualdade e liberdade), quando a questão social encontra a questão racial, aquela massa negra, cerca de sete milhões de negros<sup>355</sup>, sem qualquer auxílio governamental foi lançada no mundo, expulsa da zona rural e excluída das zonas urbanas, pois o abolicionismo nunca foi um projeto de integração, muitos preferiram continuar nas fazendas, pois assim tinham, ao menos, abrigo e comida.

O Brasil imperial - e, logo a seguir, o jovem Brasil republicano – negou aos negros não apenas a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, mas a possibilidade de sua aquisição, de escolas, de assistência social, de hospitais, enfim, dos mínimos meios necessários à subsistência, restando à discriminação, a repressão e uma humilhação que seria tanto quanto severa que a ex-condição de escravo, posto que, sua inferioridade, não cessara com a abolição.

Inicia-se, assim, entre cortiços e *zungus*<sup>356</sup>, o processo de favelização das grandes cidades, a modernização das senzalas agora a céu aberto, espaços ignorados pelos brancos, tornando-se o “lugar do negro”<sup>357</sup>, transformando os morros em

<sup>355</sup> FLAUZINA, 2006, p. 37.

<sup>356</sup> Um tipo de moradia, um “[...] esconderijo, um reduto bem protegido na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos. Para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos. Em busca de amigos, festas, deuses, esperanças...” (ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006, p. 84).

<sup>357</sup> BATISTA, V., 2003, p. 78.

quilombos urbanos mantidos longe dos olhos civilizados por um racismo institucionalizado, mas controlados, já que o negro deveria se manter ali pois se penetrasse no lugar do branco, ao mesmo tempo em que as ruas demandavam a violência senhorial para controlar a desordem provocada pela invasão negra.

Nos espaços públicos, locais que até bem pouco tempo eram dominados pelo branco, o negro era vista com suspeitas que ainda orientam as agências formais de controle social, que não demonstram nenhum receio com as abordagens aos “elementos suspeitos” que desorganizam os espaços pré-definidos, os novos (velhos) grilhões que também se modificaram, mas que não foram extintos pela Lei Áurea.

A dicotomia margem-centro se redimensionou internamente em morro-cidade formatando nosso *apartheid* mantenedor da ordem.

Lá, no morro, o negro podia desfrutar de “toda sua liberdade” e do nada ou quase nada que conseguia para sobreviver, que incluía a construção de sua identidade a partir de aspectos étnico-culturais, fragmentos das inúmeras identidades tribais africanas que aqui se homogeneizaram, resultando no negro brasileiro, instrumentos de resistência e de luta, como o samba, a capoeira, as religiões de matrizes africanas, o jongo, etc.

Nessa condição, a naturalização da ignorância e submissão veio através da violência desses campos de concentração planejados geopoliticamente nas “cidades armadilhas”<sup>358</sup> idealizados para amenizar o medo branco já que controláveis, onde se esperou que as doenças causadas pela total ausência de saneamento básico e a inexistência de condições de vida exterminassem os indesejados.

Uma zona de exclusão, pobreza e violência que o Estado não apenas ignorou, mas promoveu com fins higienistas, até agora, quando após o total descaso e ignorância histórica, sobe as vielas “sorrindo” impondo a “pacificação”, demonstrando que o único direito dessa gente é ser violentada.

Esses aglomerados urbanos nos remetem diretamente aos quilombos, organizações de escravos responsáveis pelo impulsionamento de uma política de extermínio dos insurgentes negros *quilombados* decorrente do medo branco, que resultou na exclusão da ilicitude do assassinato de escravos fugidos ou quilombolas nas

---

<sup>358</sup> BATISTA, V., 2003, p. 36.

suas capturas, em 1669, e na premiação aos capitães do mato, em 1701, de “seis oitavas de ouro por cabeça de negro aquilombado morto em combate”.<sup>359</sup>

É a própria autora que explicita o pavor total da elite branca brasileira em relação aos ajuntamentos e reuniões de negros ao fazer referência à Provisão de 06 de março de 1741, considerando “[...] quilombos aqueles que reunissem cinco negros.”<sup>360</sup>

O terror provocado pela desordem que as insurgências negras instalaram no país pode ser vislumbrado no fracasso das primeiras investidas à Palmares (1580-1716), o mais conhecido dos quilombos brasileiros, e a importância atribuída à sua completa destruição pela Monarquia.

Descreveremos, de modo sumário, Palmares.

O Quilombo de Palmares situava-se nas montanhas do Nordeste do Brasil, mais especificamente na Serra da Barriga, região que hoje pertence ao estado de Alagoas, e foi fundado no século XVI – alguns registros mostram que já havia um quilombo naquelas localidades em 1580, mas a mais antiga referência ao nome Palmares vem de uma carta escrita pelo padre Pero Lopes, datada de 1597. O nome “Palmares” remete ao fato da região escolhida ter muitas palmeiras. No começo de sua existência, Palmares era habitado por poucos quilombolas. Contudo, após o início da invasão holandesa em Pernambuco (1630 a 1654), os senhores de engenho voltaram suas atenções para os holandeses, o que proporcionou a oportunidade de fuga para muitos escravos. Vários negros fugiram para Palmares, o que fez com que no início da invasão – em 1630 – o número de habitantes de palmares subisse para 3.000 e no final dela – em 1654 – Palmares abrigava entre 23 e 30 mil pessoas (cerca de 13% da população brasileira na época). Os holandeses tentaram diversas expedições contra Palmares mas, sem sucesso, foram derrotados cruelmente em 1644. Após 1654, os portugueses organizaram mais de 20 expedições militares contra Palmares, pois o quilombo havia se tornado uma espécie de estado autônomo, ocupando uma faixa de terra de 200 km.

Somente em Janeiro de 1694 o Quilombo dos Palmares foi ocupado e destruído. Com um exército de mais de 8.000 homens munidos até com canhões, Caetano Mello e Castro (governador da capitania de Pernambuco) e seu braço direito Domingos Jorge Velho (o comandante-geral) atacaram por 22 dias até a vitória. Contudo, os palmarinos continuaram a resistência por meio de ataques surpresa, saques e libertação de escravos. Mesmo com a morte de seu líder, Zumbi, o povo de palmares lutou até 1716.<sup>361</sup>

De acordo com Lana Lage da Gama Lima, os quilombos que eram a “unidade básica de resistência do escravo”, não chegaram a ameaçar o sistema escravagista brasileiro, mas causaram profundas fraturas em sua estrutura e desgastaram seu funcionamento, principalmente após Palmares que resistiu graças a sua estrutura, baseada nas antigas regras tribais africanas, com o desenvolvimento da agricultura e do

<sup>359</sup> LIMA, 1981, p. 29.

<sup>360</sup> Ibid., p. 30.

<sup>361</sup> SENTO SÉ, Carolina de Sousa Campos. **Quilombo dos Palmares**. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/quilombo-de-palmares>, 2009. Acesso em: 11 abr. 2014.

artesanato, inclusive a metalurgia (que possibilitaram o escambo com os colonos brancos em troca de armas, pólvora e tecidos), sendo importante salientar que:

O adestramento militar, as táticas de guerrilha, e os sistemas de defensivos, em que se sobressaíam as paliçadas, faziam dos quilombos inimigos perigosos para os que pretendiam exterminá-los. Do quilombo, os negros faziam excursões sobre as povoações vizinhas, raptando escravos, destruindo as plantações que se aproximassem muito de suas terras e, vez por outra, assassinando feitores.

A excepcional fertilidade das terras palmarinas levava alguns habitantes da região a fornecer aos negros produtos de que estes necessitavam – como ferramentas, pólvora, chumbo, armas, etc. – em troca da permissão para estabelecerem fazendas nos territórios dominados pelo quilombo. Tais acordos, quando deixavam de ser cumpridos, provocavam uma série de represálias por parte dos negros, que tratavam de expulsar os brancos de suas terras.<sup>362</sup>

Mas o medo branco tinha um importante motivo para se agigantar após a Revolução negra Haitiana (1791-1804), o primeiro país independente da América Latina, cuja revolta escrava formou uma verdadeira república negra nas Américas<sup>363</sup>, o fantasma negro das insurreições assombra a sociedade branca, e o medo decorrente exige um controle severo, além de uma vigilância constante na movimentação e ajuntamento de negros.

Assim é que em 1831 foi promulgado o Código Criminal<sup>364</sup>, estabelece em seu capítulo IV, o crime de insurreição, dispondo:

Art. 113. Julgar-se-ha cometido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas - Aos cabeças - de morte no grão maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.

Art. 115. Ajudar, excitar, ou aconselhar escravos á insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim.

Penas - de prisão com trabalho por vinte annos no grão maximo; por doze no médio; e por oito no minimo.<sup>365</sup>

<sup>362</sup> LIMA, 1981, p. 31.

<sup>363</sup> A colônia francesa de *Saint- Domingue*, de exploração açucareira do tipo *plantation*, conhecida nos séculos XVII e XVIII como a “Pérola das Antilhas”, quando tornou-se a colônia europeia mais rica do Novo Mundo, possuía em sua base os escravos africanos que chegavam a 80% da população daquele país, que liderados por *Toussaint-Louverture* e influenciados fortemente pelos princípios que motivaram a revolução na metrópole (Revolução Francesa, que ocorria praticamente ao mesmo tempo, não por acaso), conquistaram, após anos de intensos e violentos conflitos, a libertação completa do país, a independência da França e sua liberdade dos senhores brancos. A independência foi proclamada, oficialmente, em 1º de janeiro de 1804, quando passou a se chamar Haiti (cujo significado, segundo os habitantes nativos, os índios *tainos*, é “país das montanhas”). (FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elisabeth Weber. **Revolução Haitiana**: o medo negro assombra a América. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2007/revolucao.pdf>. Acesso em: 15 dez 2014.

<sup>364</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)

<sup>365</sup> BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830 (**Código Criminal**). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em 09 jan 2015.



Dentre as inúmeras insurreições que o negro teve importante participação, Sabinada, Bahia (1837-1838), Cabanagem, Pará (1835-1840), Balaiada, Maranhão (1838-1841), Farrapos, Rio grande do Sul (1835-1845), dentre inúmeras outras, merece destaque também a Revolta dos Malês na Bahia em 1835.

Portadora do espectro democrático muçulmano que possuía no Corão um potencial libertador, identitário (unificador perante a heterogeneidade, mesmo que fragmentada, nacional e tribal, africana aqui presente), e alfabetizador em uma época na qual a sociedade branca era predominantemente analfabeta, a insurreição composta de 400 a 500 pessoas, derrotada após pouco mais de cinco horas<sup>366</sup>, marca, também em nossa margem, a vitória do bem (raça branca católica) sobre o mal (raça negra muçulmana).

Salienta Vera Malaguti Batista que mesmo com a rápida, e certa, derrota dos Malês pelas “forças da lei e da ordem”, o golpe no imaginário branco foi fatal, resultando em uma verdadeira histeria coletiva em Salvador que demandou um ferrenho controle nas movimentações de negros, pois:

A frágil ameaça ao poder incontestado das forças imperiais não combinava com a magnificação do terror. Talvez o mundo do islã militante, democrático, impregnado de um orgulho étnico fosse o que mais apavorasse as elites baianas. Sociedades assombradas produzem políticas históricas de perseguição e aniquilamento. Nos dias seguintes à rebelião, rumores de outros conflitos fizeram com que civis armados saíssem às ruas atirando a esmo nos negros. Qualquer objeto religioso determinava suspeição e prisão. O controle da movimentação dos negros na cidade atingiu níveis absurdos. Uma atmosfera de denunciamento toma conta da cidade. Qualquer africano que escrevesse árabe era detido como suspeito. “Os cárceres ficaram tão cheios que seus administradores manifestaram a impossibilidade de alimentar todos os prisioneiros com os recursos que dispunham”.<sup>367</sup>

A resistência negra, manifestada ativamente nas diversas formas que a rebeldia se concretizava, transforma radicalmente as relações “amistosas” entre a Casa Grande e a Senzala, estabelecidas por Gilberto Freyre, ao atentarmos para o medo dos senhores e sinhas dos ataques, violentos ou silenciosos, dos escravos, dentre os quais o envenenamento contínuo por pequenas doses ganha destaque, transformando aquele negro passivo e obediente no “inimigo doméstico” cuja desconfiança e vigilância constantes denotam a permanente tensão<sup>368</sup>, potencializada pelo medo do envenenamento natural pelo leite que a degenerescência negra provocava, decorrente

<sup>366</sup> BATISTA, V., 2003, p. 24.

<sup>367</sup> Ibid., p. 26.

<sup>368</sup> LIMA, 1981, p. 38.

das amas-de-leite que amamentavam a prole de seus senhores enquanto suas “crias” eram mantidas nas senzalas.

O terror negro (do negro), agregado à dimensão quantitativa que o problema negro representava, considerando ainda o perigo da inferioridade, degeneração e involução da nação, faz com que a idéia de uma nova insurreição se concretize e se personifique no negro o medo abstrato que preocupava a elite branca já em 1847, período no qual o Rio de Janeiro era a maior cidade escravista das Américas.<sup>369</sup> Imprescindível nesse contexto, um instrumento para manutenção da ordem capaz de difundir e materializar a sensação de segurança pública necessária à elite branca.

Foi através da “feitorização” dos espaços urbanos que foi possível a continuidade das práticas punitivas escravocratas legitimadas pelas teorias raciais-científicas que promoveram um “liberalismo de fachada”<sup>370</sup>, renovando a função precípua e constituidora da polícia, enquanto representante do monopólio punitivo e repressor do Estado, relegitimando seu poder racial controlador arbitrário que se encontra na concepção da Guarda Real de Polícia, no início do século XIX, quando sua função primordial foi definida claramente: manter a ordem com as “Ceias de Camarão” que consoante Vera Malaguti Batista, essas “ceias” eram torturas públicas nas quais as vítimas eram literalmente descascadas até sua carne ficar exposta<sup>371</sup>, instrumento imprescindível para a “política do medo” construída no Absolutismo central, também traduzida marginalmente.

Ana Luiza Pinheiro Flauzina ensina que:

Desde essa perspectiva, o medo branco de perder as rédeas do controle sobre a população negra, naturalmente aguçado no período pós-abolição, passa a ser plataforma principal das investidas de cunho repressivo. Como respostas as imagens de “... no campo, ‘hordas’ de libertos que vagariam pelas estradas ‘a furtar e rapinar’, nas palavras de um parlamentar, e, na cidade, as maltas de capoeiras e todos aqueles pobres desocupados dos balcões comerciais ou não admitidos na disciplina fabril,” o sistema penal só poderia investir sobre os corpos com a velha metodologia da violência, mesmo que esta agora seja exercida cada vez mais em silêncio, no interior das instituições.<sup>372</sup>

Esse medo foi responsável pela criminalização de toda e qualquer manifestação ou ato que permitisse a reunião dos negros, originando uma série de “infrações sem vítimas”<sup>373</sup>, pois esses “ajuntamentos” poderiam dar origem à tão temida

<sup>369</sup> ARAÚJO, 2006, p. 10.

<sup>370</sup> DUARTE, 2011, p. 174.

<sup>371</sup> BATISTA, V., 2003, p. 141.

<sup>372</sup> FLAUZINA, 2006, p. 68.

<sup>373</sup> DUARTE, 2011, p. 192.

revolução negra, o fantasma negro que sempre perturbou os sonhos leves e dourados da sociedade branca.

No ano seguinte a abolição da escravidão, o Estado passa a criminalizar não apenas a vadiagem, cuja ociosidade e miserabilidade dos negros não inseridos no novel modo de produção, assustava, preocupava e ofendia os olhos e a moral da raça/classe dominante, a regeneração racial passava pelo controle social do disciplinamento, ou seja, os imperativos classistas ignoravam os pressupostos e o passado racial.

No “Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil”, no título XIII (“Dos crimes contra a pessoa e a propriedade”), no Livro III (“Das contravenções penais”), no capítulo XIII, definido como “Dos vadios e Capoeiras”, as duas questões eram resolvidas nos seguintes termos:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena de prisão cellullar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a

ordem, a tranquilidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para taes crimes.<sup>374</sup> [sic]

As feridas deixadas pela escravidão são inúmeras e profundas, mas em relação à vadiagem importa em apontar a interiorização, inconscientemente, nos negros recém-libertos, a idéia de que o trabalho era perverso, e não poderia ser diferente tendo em vista as marcas traumatizantes (físicas e morais), além de toda privação, sofrimento, castigos e mortes cruéis, induzindo o negro, com estas feridas incicatrizáveis, a manter-se longe do trabalho ou trabalhar somente o necessário para a sua sobrevivência, o que, diretamente, provocou o aumento do preconceito e da discriminação por parte da classe branca “superior”, que interpretava tal comportamento como derivado daquele estado primitivo da “raça” “róida pelo alcoolismo e por uma falta total de higiene [...]”.<sup>375</sup>

A repressão à perigosa capoeira, instrumento mortal de luta e resistência negra, criado a partir dos fragmentos de danças tribais diversas, conseguindo assim se disfarçar ritmicamente, o que garantiu por muito tempo sua tolerância por parte dos senhores, se deve a identificação dos capoeiras, pela sociedade branca, com contornos de uma espécie de sociedade secreta negra, talvez construída sobre a imagem da maçonaria, na qual o posto hierárquico mais elevado seria daquele que tirasse mais vidas, chegando a ser qualificada pela polícia como “seita sangrenta”.<sup>376</sup>

Assim, nas primeiras semanas após a criminalização da sua prática em público, na cidade do Rio de Janeiro, resultou em 111 presos pelo chefe de polícia Dr. Sampaio Ferraz, conhecido inimigo dos negros capoeiristas cariocas, que, apesar da repressão, “[...] os ‘temidos capoeiras’ ainda incomodariam e conquistariam, inclusive, o seu lugar de protagonistas nos motins na capital da República.”<sup>377</sup>

No âmbito religioso, como lembra Eugenio Raúl Zaffaroni, nos terreiros de candomblé e umbanda, e de tantas outras religiões de matrizes africanas, assim como em todos os locais de manifestação cultural do negro, vista como instrumento de

<sup>374</sup> BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 (**Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**). Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo\\_norma=DEC&data=18901011&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s). Acesso em: 28 dez 2014.

<sup>375</sup> SKIDMORE, 1976, p. 84.

<sup>376</sup> REIS, Letícia. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 1997, p. 72.

<sup>377</sup> OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 32.

resistência étnica, ocorria uma inversão da escala racial-social, onde o negro ganha a superioridade e o papel de protagonista.<sup>378</sup>

O conflito aparente entre o discurso liberal (racialmente seletivo) e as práticas (racialmente estabelecidas,) resolvido arbitrariamente, conforme o legado do escravismo em tempos republicanos, encontrado nas relações entre a casa grande e a senzala no interior das fazendas, é descrito no samba chamado “Delegado Chico Palha”, que como instrumento de resistência e denúncia retrata fatos históricos reais, composto em 1938 por Nilton Campolino e Tio Hélio, gravado por Zeca Pagodinho, que ilustra o medo e a perseguição à cultura negra no Brasil.

Diz a letra:

Delegado Chico Palha, sem alma sem coração,  
 Não quer samba nem curimba na sua jurisdição...  
 Ele não prendia, só batia, ele não prendia, só batia (refrão)  
 Era um homem muito forte, com um gênio violento,  
 Acabava a festa a pau e ainda quebrava os instrumentos...  
 (refrão)  
 Os malandros da Portela da Serrinha e da Congonha  
 Pra ele eram vagabundos e as mulheres sem-vergonhas...  
 (refrão).

Dentre as criminalizações direcionadas à cultura negra marginal(izada), encontramos o “fumo de negro”<sup>379</sup> (maconha), que, segundo documento oficial do Ministério das Relações Exteriores de 1959, foi introduzida no país pelos escravos<sup>380</sup>, que trouxeram sementes da planta escondidas nas *Abayomi*<sup>381</sup>, cujo motivo declarado era a suposta violência inata ao negro decorrente de sua primitividade, acionada ou potencializada pelo uso da planta e pelo álcool.

Nas tribos africanas, nas quais a planta chegou vinda do Egito, a “erva sagrada” teria dupla finalidade: como instrumento de ligação entre os mundos espiritual, morada das divindades, e humano, cuja transposição permitia um contato direto com os espíritos, uma travessia exclusiva a alguns “escolhidos”, notadamente os mais velhos;

<sup>378</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 93.

<sup>379</sup> SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Salvador, 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LUIZA%20SAAD.pdf> Acesso: 25 fev 2014.

<sup>380</sup> CARLINI, Elisaldo Araújo. A História da Maconha no Brasil. In: CARLINI, Elisaldo Araújo; et al. (Org.). *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo, CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005, p. 6.

<sup>381</sup> Na travessia do Atlântico, as escravas, para amenizar o sofrimento das crianças, rasgavam com as próprias mãos tiras de pano de suas saias e faziam bonecas (*Abayomi*) para elas brincarem. A palavra tem origem no iorubá, e significa aquele que traz felicidade ou alegria.

ao público em geral, o “presente divino” seria o bem-estar e o prazer que seus efeitos causariam, dentre eles a euforia e o relaxamento.

A criminalização do uso da maconha no Brasil se deve à outra tradução do paradigma racial-etiológico *lombrosiano* realizada pelo médico Rodrigues Dória, com seu estudo pioneiro “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício” de 1915, motivando e orientando a primeira lei proibitiva da planta em nossa margem, datada de 1932, demonstrando que se combatia não era a sua periculosidade toxicológica, mas sim seu uso pelos negros, seja pelo seu caráter religioso, curativo ou por seu simples uso como fuga de um mundo real de extrema violência no qual a sobrevivência era quase insuportável, uma tarefa ultra-humana, tal qual o uso do álcool.

Sua proibição pelo caráter curativo se deve ao saber médico, legitimado como único discurso capaz de curar, e, portanto salvacionista social que demandava a monopolização do “poder de curar” proporcionado unicamente pela ciência, já que embasado no saber médico, combatendo os curandeiros ou os pais e mães de santo representantes da “magia negra” trazida pelos negros, também fonte do medo branco.

Em relação aos curandeiros negros, um relato de uma ex-escrava, Maria Teresa Bento da Silva que na época de sua entrevista, 1973, tinha 117 anos, explicita, além da vida na senzala, a importância dos “médicos negros”:

Queria dizer que naquele tempo eles sabia fazer o que agora num vejo ninguém fazer. Faziam! Se você estava com dor de cabeça ou uma dor de barriga, eles passavam a mão assim na tua cabeça e a dor de cabeça ia embora, passavam a mão assim na tua barriga e dor de barriga ia embora. Agora não. Agora eles não faz nada. Eles não sabem é nada. Eu não... Naquele tempo era bom.  
Eu não. Não sabia (curar). Só o Jongo. Num podia nada. E, depois...naquele tempo não podia aprender mais nada porque o Sr. num deixava. Nós carregava os filhos deles. Ah!.. Deus me livre se agora fosse como naquele tempo! Nossa Senhora! Se agora fosse como naquele tempo...<sup>382</sup>

Assim, a criminalização da erva, cultivada na época da escravidão em meio às plantações de fumo com anuência dos fazendeiros<sup>383</sup>, vem, indissociavelmente atrelada ao policiamento acautelatório decorrente do medo da natureza animalesca do negro e à hegemonia que o discurso médico almejava, endossado pelo Estado já por suas lentes o progresso e o desenvolvimento civilizatório eram vistos.

Nos terreiros, manipulada pelos pretos e pretas velhas adjetivados pejorativamente como “feiticeiros”, “macumbeiros”, charlatães, etc., que incorporavam

<sup>382</sup> ESPÍRITO SANTO, Antônio José do. **Entrevista com Maria Teresa, ex-escrava, em 1973.** Disponível em: <http://www.geledes.org.br/entrevista-com-maria-teresa-ex-escrava-em-1973/#axzz3NO6di32z>. Acesso em 30 dez 2014.

<sup>383</sup> SAAD, 2013, p. 11.

as entidades africanas logo sincretizadas, a erva, fumada ou utilizada em infusão, foi vinculada a toda degeneração que o negro representava, pois seu uso foi:

[...] associado a perversões sexuais, prostituição e homossexualismo, como se todas as práticas malvistas e indesejadas estivessem relacionadas e presentes nos homens degenerados. Curiosamente a prática do candomblé também esteve associada a “orgias” pelo discurso da imprensa na fase em que sofreu perseguição, como será visto adiante. Apesar da dificuldade de acesso a informações mais precisas sobre a presença da maconha nos rituais religiosos afro-brasileiros, tudo indica que a erva realmente fizesse parte dessas práticas. Em seu livro sobre as plantas usadas na sociedade iorubá, Pierre Verger lista a *Cannabis Sativa L.* como erva integrante dos cultos religiosos. Em iorubá era chamada de “Igbó” e seu nome vulgar aparece como “Maconha” ou “Cânhamo-verdadeiro”. O autor apresenta uma relação composta por mais de 400 receitas separadas por “objetivos”: uso medicinal – analgésico, anestésico, cicatrizante, entre outros -, relativas à gravidez e ao nascimento e relacionadas às divindades, além de trabalhos de uso benéfico, maléfico ou proteção contra trabalhos maléficos.<sup>384</sup>

Essa união do Estado com o discurso médico, ambos imbuídos do racismo e norteados por ele como controle racial, um “hibridismo quase incestuoso”<sup>385</sup>, se orienta a limpeza social com políticas higienistas e sanitaristas com objetivos vinculados aquela política macro do branqueamento nacional, ou seja, com objetivos sanitaristas em sentido literário, uma vez que o objetivo era clarear, limpar, deixar branco, uma outra legitimação para o mesmo genocídio.

De acordo Luísa Gonçalves Saad, era o medo branco que estampava a criminalização do “fumo de negro” e sua consolidação como instrumento de dominação étnica, pois:

Os cânones da medicina legal, especialidade que unifica o conhecimento das áreas médicas e jurídicas, mostravam que uma nação com tanta influência negra estaria fadada ao fracasso caso não fossem tomadas as devidas providências. Através da ciência, buscava-se legitimar o poder do homem branco e promover a manutenção da hierarquia social. A superioridade de uns sobre os outros foi previamente determinada e a medicina oficial, através de seus métodos, dava o seu aval.

Nesse contexto, as práticas e costumes negros, tão presentes em uma sociedade recém- saída da escravidão, representavam empecilhos para o lema “ordem e progresso” pretendido pela elite política e intelectual. Assim como o candomblé e a capoeira, a maconha estava associada aos africanos e seus descendentes e seu uso, além de prejudicar a formação de uma República moralmente exemplar, poderia se disseminar entre as camadas ditas saudáveis – leia-se brancas – e arruinar de vez o projeto de uma nação civilizada.<sup>386</sup>

Em todas as esferas, levando-se em conta a estrutura organizacional primordial do colonialismo brasileiro, baseado nas fazendas privadas onde era o Senhor absoluto de tudo, a violência estatal (penas públicas) apenas reforçavam e

<sup>384</sup> SAAD, 2013, p. 115.

<sup>385</sup> GENELHÚ, 2012, p. 58.

<sup>386</sup> SAAD, 2013, p. 13.

complementavam a violência privada enraizada na arbitrariedade branca sobre os corpos negros e nos espaços públicos do pós-abolição, o encontro de ambas era mais do que inevitável, era imprescindível.

Nesses termos, Eugenio Raúl Zaffaroni, Nilo Batista e outros, nos falam que desde a célula social básica fazendária, onde as punições são corporais, até o controle estatal há uma “continuidade público-privado” que:

[...] se beneficiava, em primeiro lugar, da incipiente e lerda implantação das burocracias estatais no Brasil colonial (ainda assim, atreladas aos ciclos produtivos e à tutela do monopólio); em segundo lugar, do escravismo, inexoravelmente acompanhado de um direito penal doméstico; e, em terceiro lugar, do emprego de resquícios organizativos feudais ao início do esforço de ocupação (capitanias hereditárias): na reminiscência feudal sobrevive a superposição entre o eixo jurídico privado (*dominium*) e o público (*imperium*).<sup>387</sup>

O medo epidêmico concretizado pelo negro que circundava todo o mundo branco determinava um controle preventivo e cruelmente repressivo em termos de manutenção da ordem quando o “caos” se propagava, a saída seria desarmar o negro que adquiria, cada vez mais, a consciência que aquele mundo não era seu, e entre um possível revolta e a criminalização, a desintegração do negro e “encobrimento” do racismo estrutural pelas falsas promessas democráticas seria a saída, um controle racial silencioso, introduzido individualmente dissolvido pela questão social.

#### 4.2.4 A assimilação racial: enfim, o sucesso da política genocida branqueadora.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.” (Milton Santos)

Quando o Brasil já observava no horizonte o início do século XX, o negro se viu diante de um país cuja característica multirracial promoveu sua mestiçagem quase total, sendo o elemento racial negro considerado como o principal responsável por seu atraso e degeneração, motivando sua exclusão que atravessou nossa história tomando a feição genocida.

A partir da abolição da escravatura, o negro tornado “cidadão” foi atirado em um ambiente que mantinha a hostilidade das fazendas, reforçada pela política estatal

<sup>387</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. 4. ed. 1 reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 412.



de controle e extermínio do elemento nacional desfuncional que demandou uma redefinição do racismo brasileiro decorrente da utilização da mestiçagem como instrumento de branqueamento do país, antes estribado na superioridade racial, na ciência antropológica e na evolução darwiniana, agora assumia o aspecto de preconceito de cor, cujo objetivo era apenas um: o de deixar o negro em seu devido lugar, a ponto de não poder ameaçar a exclusividade das posições, sociais e geográficas, dos brancos.

Sobre este ponto, imprescindíveis são as lições de Oracy Nogueira, que estabelece que o preconceito racial no Brasil assume a característica de marca (uma reformulação do preconceito de cor que se embasa na aparência, nos traços físicos do indivíduo, ou seja, na fisionomia), que na dinâmica relacional leva em consideração a atuação do indivíduo e sua interiorização dos padrões brancos que podem flexibilizar os “defeitos” ínsitos a sua etnia, possibilitando uma aceitação social em proporção direta à interiorização dos modelos brancos.

No Brasil, como resultado do racismo brasileiro, o negro pode ser aceito com mais facilidade se se negar enquanto negro. Exemplifica o autor:

Assim, um clube recreativo, no Brasil, pode opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou se for hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves.<sup>388</sup>

E complementa:

Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o *tipo* que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem.<sup>389</sup>

Essa redefinição estava atrelada ao fracasso dos instrumentos genocidas do negro que “teimava” em sobreviver com a criação e desenvolvimento de um novo meio de controle social étnico, mais sutil, mas não menos cruel: a assimilação racial que mantinha a ordem racial-social intacta, diluindo e substituindo o racismo pela questão

<sup>388</sup> NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em 22 out. 2013, p.07.

<sup>389</sup> Loc. cit.

social, gestando, assim, o mito da “democracia racial” que possui uma superficialidade facilmente percebida como lembra Abdias do Nascimento, já que apenas uma “raça” monopoliza “[...] todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco”.<sup>390</sup>

O ocultamento das violências genocidas perpetradas pelo universo branco em seu processo de assimilação do negro pela lenda da “democracia racial”, se deve, em grande parte, a Gilberto Freyre<sup>391</sup>, um dos maiores responsáveis pela impressão internacional de que o Brasil, criação portuguesa, formada pela sua “benevolência”, seria um paraíso racial, na qual todas as raças, incluindo a mestiçagem resultante das relações entre elas, viveram e viveriam amistosamente.

Segundo Florestan Fernandes, em um mundo construído pelo branco e para o branco, há uma condenação à desigualdade racial do negro e seus descendentes, no qual, a mobilidade vertical somente poderia se operar por infiltração, e nesses termos:

[...] à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos e de mulatos nem a igualdade racial.

Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. [...] A questão consistia, literalmente, em obter a identificação desses indivíduos aos interesses e valores sociais da “raça dominante”. Como o controle do início e do fim de tais mecanismos se concentravam nas mãos de representantes dessa “raça”, tal problema foi resolvido de forma pacífica e eficiente. Criou-se e difundiu-se a imagem do “negro de alma branca” – o protótipo do *negro leal*, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente. Embora essa condição pudesse ser, ocasionalmente, rompida no início do processo, nenhum “negro ou “mulato” poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a semelhante figurino. Daí o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da “população de cor” que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da “boa cepa” ou do “bom exemplo” do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do “negro” de igualar-se ao branco. Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da *exceção que confirma a regra*. Forneciam as evidências que demonstrariam que o domínio do negro pelo branco é em si mesmo necessário e, em última instância, se fazia em benefício do próprio negro.<sup>392</sup>

Neste diapasão, a integração negra nesta realidade era absolutamente impossível e a questão racial se estruturou em um sistema de ascensão social,

<sup>390</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 46.

<sup>391</sup> Essa posição de Freyre é encontrada em seu livro: “O mundo que o português criou”.

<sup>392</sup> FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 27-28.

totalmente controlado pela “raça superior” no qual a autorização para a entrada ou impedimento, facilitação ou obstacularização, eram (são) determinadas pela classificação racial, que levava em consideração, entre outros elementos além do fenótipo, o *status* social, uma vez que, como salienta Thomas E. Skidmore:

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. Donde o cínico adágio brasileiro: “dinheiro branqueia” – se bem que isso, na prática, só se aplicasse a mulatos disfarçados. A soma total das características físicas (o fenótipo) era fator determinante, embora sua aplicação pudesse variar de região para região, conforme a área do observador.<sup>393</sup>

Um sistema racialmente estruturado, desde sua base, que reservava aos negros apenas o estrato mais inferior da sociedade onde a inserção social pelo trabalho demandava, por parte do negro, uma negação de sua ancestralidade em troca de um “passaporte vip” que garantia a ordem, o que significava se afastar de qualquer modo do estigma “negro”; ou seja, a fuga desse lócus passaria pela negação da sua identidade fragmentada com a aceitação dos padrões de comportamento e imposições dos brancos se objetivasse ser “aceito”.

Para Katia M. de Queirós Mattoso:

O “embranquecimento” torna-se o único meio à disposição do homem de cor desejoso de fazer esquecer a “tara” de sua origem africana, empreender uma ascensão social, adquirir certo peso econômico. Mas o primeiro efeito desse comportamento é o de isolar no seio da sociedade o grupo bem caracterizado dos mulatos de personalidade ambígua. Rejeitado pelos brancos, que aspiram a chegar-se aos mais brancos do que eles, rejeitado pelos negros, que o consideram um traidor, o mulato vai submeter-se a todas as exigências de seu modelo branco. [...] O mulato, aliado dos brancos, sonha para seus filhos e netos uma rápida passagem ao modelo europeu. É encorajado, instigado por todos os exemplos dos mestiços que obtiveram êxito, esses irmãos de cor mais ou menos clara, os brancos da terra, que são ilustres médicos e advogados, excelentes padres, indispensáveis mestre-escolas, professores brilhantes.<sup>394</sup>

A proposta é de fácil compreensão: em um mundo onde a cor da pele é fator de facilitação (ou não) de integração e ascensão social, a negação da negritude importa em uma adoção passiva de modelos comportamentais e estéticos da “raça” dominante para a qual o fenótipo negro, ao se distanciar do “padrão” endeusado por ela (padrão *Barbie*), representa o “estereótipo do mal”<sup>395</sup>, uma contraposição da eterna luta do bem (Deus) x mal (diabo), materializada na fisionomia humana.

<sup>393</sup> SKIDMORE, 1976, p. 55.

<sup>394</sup> MATTOSO, 1990, p. 225.

<sup>395</sup> ZAFFARONI, 1988, p. 159.

Outrossim, nosso racismo que passou a ser “não nomeado” para não ser “lembrado”, substituído pela falsa democracia que atirou os negros em um mundo branco, impôs aos negros a condição de não sê-lo para ser tolerado, a política do “esquecimento” foi utilizada como instrumento de não conscientização do negro que almejava um lugar nessa sociedade. O preço a pagar era tornar-se branco e sob a ilusão da meritocracia, lutar para conquistar uma posição social cujos limites podem ser superados, restando ainda, fortemente alicerçados, as bases excludentes raciais. É a nova face daquela *ninguendade* funcionalizando outra despersonalização do negro.

Sobre nossa democracia monocromática, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, ensina que esse novo instrumento de dominação e controle racial, que nos colocou “a dois passos do paraíso”, possui como metodologia o distanciamento do confronto direto, enquanto mantém a mesma ordem de hierarquização e dominação, sendo que:

A partir dessa perspectiva, o trato da questão racial se dá pelo avesso, numa dinâmica de silenciamento que impede a enunciação do racismo. Num paradoxo aparentemente insustentável, esse sofisticado mecanismo ideológico fez uma realidade-abismo corresponder a um conto idílico em que brancos e negros vivem em perfeita harmonia. Daí a necessidade do exclusivismo histórico. Para assegurar uma imagem tão radicalmente diferente da realidade que lhe dá sustentação, é preciso a qualquer preço apagar os vestígios dos processos de subordinação, das forças externas que atuam na perpetuação das desigualdades raciais. O objetivo é, portanto, inviabilizar a construção de uma história que dê conta das defasagens e dos privilégios, convertendo as desigualdades em sina, e, finalmente, apropriando-se das vantagens como direitos.<sup>396</sup>

A política assimilacionista formadora do “paraíso racial brasileiro” modelou não apenas o racismo brasileiro, que ganhou contornos específicos, mas inculcou nos negros e seus descendentes a “vergonha da negritude”<sup>397</sup> já observada na posição paradoxal do capitão do mato, do capataz ou do “escravo-senhor”<sup>398</sup>, como imperativo para se conseguir uma mínima aceitação garantida pela identificação de não-negro. É Florestan Fernandes que nos chama a atenção para um outro sentimento provocado por essa política, agora na grande maioria dos brancos, que chamou de “preconceito de ter preconceito” que tenta ocultar a discriminação racial, revelada apenas por poucos em excepcionais rompanes racistas.<sup>399</sup>

A possibilidade de conscientização da negritude seria corrompida pela promessa de “aceitação” e o método de “branqueamento” utilizaria, também, o termo

<sup>396</sup> FLAUZINA, 2006, p. 37-38.

<sup>397</sup> CARDOSO, F., 1977, p. 265.

<sup>398</sup> SILVA, 1988, p. 93.

<sup>399</sup> FERNANDES, 1972, p. 23.

*mulato* que adquiriu em nossa margem, onde já não denotava seu significado espanhol original, pois no Brasil, após a alusão ao filhote da mula no período escravagista (ocasionada pela relação senhores de escravos e negras escravas quando estas engravidavam daqueles, sendo identificadas como meros animais de carga ao mesmo tempo em que dotava aos filhos mestiços dos senhores uma maior facilidade de aceitação pela sociedade branca pela “evolução racial” e distanciamento da inferioridade negra), o termo também foi redefinido no pós-abolição, sendo propagado pelos brancos, interiorizado e adotado pelos negros, negando seus laços e origens africanas.

Nos termos de uma ilusória democracia brasileira, na qual as três raças viveriam “felizes para sempre”, *Cam* encontrou sua redenção.

Legado do nosso racismo nada velado que alcançou finalmente, com a política branqueadora assimilacionista (ainda em andamento, colocada em um plano inferior à “democracia racial” reforçada pelas propagandas tipo “somos todos mestiços” ou “no Brasil todos temos ao menos um pé na senzala”), o sucesso exterminador do negro, não de seu gene, mas de sua identidade com a assimilação e negação da negritude, um genocídio articulado a partir de uma dupla operacionalização: o branqueamento por meio da miscigenação e a imposição da cultura eurocêntrica como nos aponta Abdias do Nascimento.

Este processo determinou a negação da identidade negra, interiorizando o modo de vida e modo de ser branco inclusive com a criminalização das manifestações artísticas, religiosas e culturais, proibindo o negro de ser negro, impedindo a identificação e reunião em rodas de capoeira ou em terreiros de samba e candomblé, impossibilitando a identificação, solidariedade e resistência coletiva que originou as insurgências negras.

Essa lógica se faz explícita em nossa singularidade periférica que Eugenio Raúl Zaffaroni conceituou de “seleção policizante”<sup>400</sup>, pela qual as agências policiais recrutam seus operadores na mesma raça/classe que forma a sua “clientela”, treinando e condicionando-os à criminalizar (menos) e executar (mais) seus “pares” a partir da divisão maniqueísta apolítica que pulveriza o racismo no conflito “mocinhos” x “bandidos”, impossibilitando, a partir do estereótipo racialmente estruturado, qualquer

---

<sup>400</sup> ZAFFARONI, Eugênio Raúl. et al. **Direito penal brasileiro**: primeiro volume - teoria geral do direito penal. 4 ed. 1 reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 56.

consciência (racial e classista), qualquer identificação entre os dois lados da mesma moeda.

Assim, a partir da formação militar impõe-se a “proibição da coalizão”<sup>401</sup> cuja tática política é de extinguir qualquer potencial identitário que permita uma mobilização coletiva ou emancipatória, uma vez que, quem está sendo exterminado é “exatamente aqueles que mais razões teriam para transformar esta sociedade”<sup>402</sup>. É a modernização do capitão do mato do período escravagista.

O medo branco continua a evitar a todo o custo a conscientização da negritude, por isso o racismo no Brasil é sempre negado, se transformando em um tabu, cedendo espaço nas discussões ao mito da “democracia racial”, modelo relacional tipo exportação elogiado pela ONU que a utiliza como “exemplo”, induzindo em erro *Madiba* (Nelson Mandela) quando da sua primeira visita ao Brasil em 1991, que nega o racismo e explicita a assimilação, segregando tal qual o *apartheid* sul-africano (muito bem representado, aqui, pelas respostas aos “rolezinhos”), que “[...] só concebe aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora”.<sup>403</sup>

Esse é o posicionamento também de Darcy Ribeiro que vê no *apartheid*, racismo legal (acrescentamos aqui o racismo declarado estadunidense), algumas vantagens, tendo em vista que a atribuição da “democracia racial” é um golpe político que impede e dissolve a identidade coletiva, despolitizando o negro brasileiro, pois “o aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido”.<sup>404</sup>

Nesse sentido, salienta o autor:

[...] os brasileiros de mais nítida fisionomia racial negra, apesar de concentrados nos estratos mais pobres, não atuam social e politicamente motivados pelas diferenças raciais, mas pela conscientização do caráter histórico e social – portanto incidental e superável – dos fatores que obstaculizam sua ascensão. Não é como negros que eles operam no quadro social, mas como integrantes das camadas pobre, mobilizáveis todas por iguais aspirações de progresso econômico e social. O fato de ser negro ou mulato, entretanto, custa também um preço adicional, porque, à crueza do trato desigualitário que suportam todos os pobres, se acrescentam formas sutis ou desabridas de hostilidades.<sup>405</sup>

<sup>401</sup> BARATTA, 2011, p. 180.

<sup>402</sup> MENEGAT, 2012, p. 50-51.

<sup>403</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 93.

<sup>404</sup> RIBEIRO, 1995, p. 226.

<sup>405</sup> Ibid., p. 235-236.

Em que pese à concordância do negro em seu branqueamento como possibilidade de ascensão e aceitação<sup>406</sup>, isso não se converteu em cumprimento das promessas brancas, pois, como resalta Kabengele Munanga:

Infelizmente, o esforço do negro para tornar-se branco não obteve o sucesso que ele esperava. Vestidos à européia, de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas, os negros não deixavam de ser macaquinhos imitando homens.

As lojas, cinemas e restaurantes reservados aos brancos não lhes foram abertos. Nos campos e nas cidades continuavam sendo objeto de inúmeras humilhações: insultos, brutalidade, surras, abuso das filhas etc. Ao seu esforço em vencer o desprezo, em vestir-se como o colonizador, em falar a sua língua e em comportar-se como ele, o colonizador opõe a zombaria. Declara e explica ao negro que esses esforços são vão, que com isso o negro ganha apenas um traço suplementar: o ridículo.<sup>407</sup>

Se a abolição da escravatura brasileira era um passo em direção da igualdade que não ilumina(va) os negros, que somente eram cidadãos perante o Direito Penal, enquanto que no restante do ordenamento jurídico pátrio eram “coisas”, configurando uma “dualidade perversa”, de acordo com Nilo Batista<sup>408</sup>, a Criminologia Positivista forneceu a base “científica” para a desigualdade e a criminalização do negro, mantendo a subjugação, os açoites e o genocídio, mesmo após a “liberdade” que acorrenta o negro com novos grilhões, sempre forjados pelo racismo.

#### 4.3 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: A TRADUÇÃO LOMBROSIANA EM UM PAÍS RACISTA LEGITIMANDO UM CONTROLE RACIAL NO PÓS-ABOLIÇÃO.

Defendendo o olhar marginal sobre nossas especificidades colonizadas, é Eugenio Raúl Zaffaroni que assinala que aqui, não foi o modelo *benthamiano* disciplinador por meio do panóptico que concretizou o controle social, projetando na margem apenas resíduos operando no simbólico, mas sim o modelo *lombrosiano*<sup>409</sup> que, de acordo com a influência colonizadora aliada à tradição colonizada da elite marginal

<sup>406</sup> Apesar da força e sucesso do genocídio do “Ser negro”, as promessas de tolerância e “inclusão” pelo processo assimilacionista não obtiveram o sucesso absoluto desejado, pois não seduziram parte da população negra que, organizada de diversas formas, resistiu às investidas e lutou pela igualdade, dinamizando a retomada e empoderamento da consciência negra, instrumentalizando a negritude politicamente, movimento que se projeta para além dos nossos dias.

<sup>407</sup> MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Atica, 1988, p. 30.

<sup>408</sup> BATISTA, N., 2002, p. 152.

<sup>409</sup> ZAFFARONI, 1991, p. 77.

que procurava se aproximar do Centro (Europa e Estados Unidos), tanto economicamente, quanto culturalmente, adotou os conceitos e teorias raciais centrais naturalizando-os, estabelecendo assim o marco da construção do primeiro “*apartheid* criminológico”<sup>410</sup> marginal, ou seja, teórico, com objetivos de legitimar o *apartheid* real vivenciado pelos negros e seus descendentes, uma política segregacionista velada pelo discurso liberal, mas explícita na prática genocida-racial.

Isto por que aqui não houve o disciplinamento de mão de obra para as fábricas. A disciplina na periferia sempre decorreu da necessidade da manutenção da ordem racial estabelecida, conseguida sempre por meio de violentas agressões físicas e mortes, instrumentos indispensáveis na dominação que afligia o corpo negro, um objeto de propriedade da raça branca, que tem como objeto de atuação a domesticação do corpo pela violência direta, ou indiretamente pelo medo que deveria inculcar aos demais.

A “tradução” desse modelo em nossa margem se deve exatamente ao seu viés racista, encontrado na obra *L'uomo bianco e l'uomo do colore: letture sull'origine e la varietà delle razze umane*, já exposta, na qual Cesare Lombroso traça a evolução humana decorrente dos primatas, sendo os negros a ligação (o elo perdido) entre aqueles e o homem branco europeu, o ápice evolutivo, determinando, assim, a perfectibilização da raça inferior.

Ou seja, o negro traria consigo, por ocasião do atavismo, a inferioridade, a primitividade, a impulsividade selvagem e a degenerescência, pressupostos estabelecidos por Darwin, marco da teoria evolucionista que passa a ser o paradigma científico “da moda”, concebendo uma conceitualização original de *raça* que transpõe os limites da biologia sendo apropriada pelos discursos políticos centrais que originou o *darwinismo social* ou *teoria das raças* que estabelecia que os “tipos puros” eurocêntricos eram o resultado final da evolução humana, sendo a miscigenação uma involução que deveria ser evitada pela degeneração racial e social.

Consoante as lições de Lilia Moritz Schwarcz:

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social – a eugenia –, cuja meta era intervir na reprodução das populações”.<sup>411</sup>

<sup>410</sup> ZAFFARONI, 1991, p. 131.

<sup>411</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 78.



Esse era o contexto nacional no qual foram traduzidos os pressupostos “científicos” de Cesare Lombroso e seu paradigma racial-etiológico por Raimundo Nina Rodrigues, na correlação entre a ordem racial, transformada retoricamente em social e os indesejáveis históricos como elemento constitutivo da população brasileira, que se operacionalizou a partir de uma seletividade dos conceitos que mais interessavam e se adequavam a funcionalidade e eficiência do programa político de controle racial-social marginal.

## 5 A TRADUÇÃO DE NINA RODRIGUES PARA O CONTEXTO BRASILEIRO: A REFUNCIONALIZAÇÃO DO RACISMO CRIMINOLÓGICO À BRASILEIRA.

“A abolição teve um significado legal, o mundo dos brancos perpetuou-se como realidade contrastante ao mundo dos negros. Este continuou a existir a margem da história, sofrendo a degradação crescente da condição de espoliado, dos efeitos desintegrativos da dominação e o impacto desorteador das pressões da ordem social competitiva.”

(Florestan Fernandes - A Integração do Negro na Sociedade de Classes)

Com o fim da escravidão, os rumos do país, em termos de progresso, desenvolvimento e viabilidade como nação, foram colocados nas mãos dos “homens de ciencia”. Apoiados por D. Pedro II, o “mecenas da ciencia”, esse grupo seria o responsável pela construção de uma nova imagem do Brasil no estrangeiro (já que era visto como um país selvagem de população mestiça e por isso um laboratório para os estudos raciais centrais onde muitos racistas renomados visitariam) e pela diferenciação perante os demais países latino-americanos, uma condição de passava, obrigatoriamente, pela aproximação com o Centro (Estados Unidos e Europa), onde nossa elite ilustrada iria se inspirar, primeiro aderindo à moda<sup>412</sup> e depois produzindo e praticando ciência.<sup>413</sup>

Esse impulso científico “nacionalista” é assinalado por Mariza Corrêa ao salientar que:

O momento em que o negro se tornou ‘livre’ no Brasil coincidiu não só com a emergência de uma elite profissional que já incorporava os princípios liberais à sua retórica, como também com o surgimento de um discurso científico, etnológico, que tentava instituir para ele uma nova forma de inferioridade, retomando os ensinamentos de nossa história escravista recente. Invertendo a afirmação de Marx (“um negro é um negro. Em certas circunstâncias ele se transforma num escravo”), os intelectuais daquele momento tratavam de transformar escravos em negros, isto é, de constituí-los enquanto categorias de análise, deixando entre parênteses, em sua passagem de “máquinas de trabalho” a “objetos de ciência” (Silvio Romero) a discussão de sua cidadania.<sup>414</sup>

<sup>412</sup> Se não podemos caracterizar esse movimento como raiz da integração do Brasil na vanguarda científica, temos, nesse momento, uma demonstração da adoção do discurso punitivista *cool*, cunhado por Zaffaroni (ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **O inimigo no direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007).

<sup>413</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 41-42.

<sup>414</sup> CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 49-50.

Representante dessa elite, Raimundo Nina Rodrigues se destacará pelo comprometimento e dedicação exaustiva ao problema central do país: o negro e sua descendência, levando aos limites as fronteiras limítrofes das diversas áreas do conhecimento da época, encontrou na inferioridade do negro uma condição multifatorial para europeizar o Brasil que, de acordo com Mariza Corrêa, foi pensado, antes dos termos políticos, culturais e econômicos, em termos raciais que dominante, subordinou e orientou essas perspectivas em seu cenário.<sup>415</sup>

Para a autora, Nina Rodrigues é uma figura ambígua e paradoxal, fruto do contexto de reorganização nacional:

Intellectual urbano, filho de escravocrata e plantador, mas testemunha de Canudos, da Abolição e do primeiro surto brasileiro de industrialização nascido e criado no Império e cidadão da República aos vinte e sete anos; produto de um ensino teórico e generalizante, além de ‘ornamental’, mas fervoroso partidário da aplicação empírica da ciência, da especialização e da profissionalização, e assim por diante. Várias dessas características eram compartilhadas por outros intelectuais de sua geração, mas poucos dentre eles aliam uma atuação tão constante na área da institucionalização da ciência às teorias científicas que defendiam.<sup>416</sup>

Traçado esse norte, no final do século XIX a teoria do criminoso nato foi traduzida no Brasil, em um cenário conflitual entre as divergentes correntes de pensamento em relação à mestiçagem e as possibilidades de de(re)generação do país pelo negro e seus descendentes, face ao ecletismo das teorias científico-raciais produzidas no Centro, principalmente na Europa.

De acordo com Marcos Cezar Alvarez, a Faculdade de Direito do Recife foi a pioneira em matéria de recepção das “novas” teorias criminais na figura do professor João Vieira de Araújo (1844-1922), que também foi o responsável pela divulgação dessa teoria no Rio de Janeiro, demarcando uma maior permeabilidade das teorias europeias em consonância com um movimento reformador de especialização científica daquela instituição.

Em seu livro “Ensaio de Direito Penal ou Repetições Escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil” chama a atenção para a necessidade de atualização do saber penal de acordo com a “moderna” teoria que marca o desenvolvimento dos países centrais e norteiam o futuro das instituições criminais.<sup>417</sup>

Destarte, a adoção das teorias deterministas buscou além do reconhecimento internacional de que o Brasil se encontrava também na vanguarda da defesa social,

<sup>415</sup> CORRÊA, 2001, p. 41.

<sup>416</sup> Ibid., p. 53.

<sup>417</sup> ALVAREZ, 2002, p. 683.

acreditava-se que essa produção era o que de melhor existia na época em relação à criminalidade, em que pese o conhecimento, pelos autores brasileiros, das críticas orientadas à Lombroso, mas, ainda assim, era um discurso que atendia às ordens nacionais.<sup>418</sup>

Apesar de não ser o pioneiro, o médico Raimundo Nina Rodrigues é considerado um dos mais importantes adeptos da “nova ciência criminal”, intitulado (segundo seu discípulo Afrânio Peixoto), pelo próprio Lombroso como “Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo-Mundo”<sup>419</sup> na dedicatória de seu livro *“L’Anthropologie Criminelle et ses récents progrès”* de 1896.<sup>420</sup>

Filho de dono de escravos, sua fala não poderia ser em outro sentido que não a defesa e manutenção da ordem e hierarquia social racial, é assim o representante legítimo do mundo branco ameaçado em seu poder hegemônico e na ordem hierárquica disciplinadora.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1888 começa a publicar seus artigos na *Gazeta Médica da Bahia*. Lília Moritz Schwarcz lembra que em junho daquele ano, em um desses artigos, Nina Rodrigues declara: “A igualdade é falsa, a igualdade só existe na mão dos juristas, porque sem ela não existiria lei.”<sup>421</sup>

Em outro artigo, Nina Rodrigues tenta classificar racialmente a população do Estado de Maranhão fazendo uso das expressões *etnologia* e *economia étnica*. Em 1889 ocupa a cadeira de professor adjunto de Clínica Médica daquela Faculdade. Em 1890, publicando no Rio de Janeiro, tenta realizar uma classificação racial da população nacional, marcando sua posição ideológica ao adotar a “anthropologia patológica” como referencial.<sup>422</sup>

Em 1894, como professor de Medicina Pública, publica seu primeiro livro “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, no qual orienta seus estudos ao negro e seus descendentes, “conjunto de lições dadas no ano anterior, e no qual junta sua crescente preocupação com a medicina legal ao seu interesse anterior sobre o papel

---

<sup>418</sup> ALVAREZ, 2002, p. 685.

<sup>419</sup> RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. Salvador: Livraria Progresso, 1957, p. 11.

<sup>420</sup> CORRÊA, 2001, p. 296.

<sup>421</sup> SCHWARCZ, 1996, p. 171.

<sup>422</sup> CORRÊA, Mariza. **Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”**. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014. p. 133.

da raça na patologia da população brasileira”<sup>423</sup>, orientadas pelo projeto do novo Código Penal Brasileiro.<sup>424</sup>

Para Marcos Cezar Alvarez, foi Nina Rodrigues quem “[...] quem desenvolveu de modo mais coerente a crítica ao ideal de igualdade jurídica”<sup>425</sup>, pois nessa publicação, ele

[...] expõe as principais conseqüências, no campo jurídico-penal, que poderiam ser deduzidas da aplicação rigorosa das idéias da antropologia criminal à realidade nacional. Se as características raciais locais influíam na gênese dos crimes e na evolução específica no país, consequentemente toda a legislação penal deveria adaptar-se às condições nacionais, sobretudo no que diz respeito à diversidade racial da população.<sup>426</sup>

É por essa obra que começaremos a esquadrihar qual foi a tradução de Cesare Lombroso realizada por Nina Rodrigues na margem brasileira, onde o negro foi alçado à objeto de investigação científica.

## 5.1 AS RAÇAS HUMANAS E A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL.

“Oxalá a consciência exata da superioridade que nos assiste neste particular, possa guiar o legislador brasileiro na confecção da nossa legislação criminal da qual não se possa vir a dizer nunca que mesmo para o seu tempo já era ruim e atrasada”.<sup>427</sup>

Este é o último parágrafo com o qual Raimundo Nina Rodrigues finaliza seu livro, demonstrando claramente o objetivo de sua tradução, indicar os caminhos da modernidade e progresso da política criminal brasileira, influenciando o legislador pátrio que deveria considerar o contexto racial do Brasil no pós-abolição, o que denota seu comprometimento como cientista com os problemas específicos do país e o caráter crítico que o livro possui.

A questão da responsabilidade penal dos “inferiores” não era nenhuma novidade, podemos visualizá-la em Lombroso e muito anterior a este, como estabelece Sidney Chalhoub ao nos ensinar que em solo brasileiro, durante a escravidão, principalmente após 1850, a questão custo-benefício orientava os senhores a

<sup>423</sup> CORRÊA, 2006, p. 133.

<sup>424</sup> Id., 2001, p. 136.

<sup>425</sup> ALVAREZ, 2002, p. 694.

<sup>426</sup> Ibid., p. 694.

<sup>427</sup> RODRIGUES, 1957, p. 201.

contratarem os serviços de um advogado para a defesa dos escravos envolvidos em crimes já que seria mais barato libertá-los do que a compra de novos escravos.

Assim, como estratégia, a defesa arguia, previsivelmente, a ausência de consciência e racionalidade dos negros, como se observa nas palavras de um causídico, contratado em um processo criminal no ano de 1872, cuja argumentação perante o magistrado foi transcrita pelo autor:

Milita em seu favor mais de uma circunstância, e especialmente o embrutecimento de seus espíritos e falta absoluta de educação; – males que são provenientes de sua forçada condição de escravos, e que, embotando-lhes a consciência do mérito e do demérito, lhes diminui consideravelmente a responsabilidade moral e a imputabilidade.<sup>428</sup>

A sua tradução se iniciaria com o mesmo posicionamento tomado por Lombroso no centro, ao apontar os erros do Projeto do novo Código Penal italiano apresentado em 1888, que se ateve a tradição filosófica do Classicismo incorrendo nos velhos erros, em detrimento de “todo o saber” construído por ele e sua Escola Positivista.

A problemática aparente que embasa o livro é expressa no seguinte dilema: “Punir sacrificando o princípio do livre arbítrio, ou respeitar esse princípio, detrimendo a segurança social”.<sup>429</sup> Entretanto, no desenvolvimento da obra são observadas várias problemáticas latentes de importância não inferior.

Nos termos daquela interrogação, podemos visualizar não apenas o conflito aparente que se instalou no centro entre as chamadas “escolas”, que determinou uma conciliação no sentido de complementação dos pressupostos funcionais construídos pelos movimentos, como também o fundamento arraigado no medo branco que demandou, mesmo antes da abolição, um controle racial de cunho acautelador e preventivo.

A obra é dedicada “aos chefes da nova escola criminalista”, Lombroso, Ferri e Garófalo, “ao chefe da nova escola médico-legal francesa” Lacassagne (crítico ferrenho de Lombroso), e ao “médico –legista dos climas quentes”, Dr. Corre de Brest, pela importância de cada um, e suas respectivas obras, na ainda aspirante, medicina legal brasileira.

Situado assim seu marco teórico, Nina Rodrigues deixa antever o caráter seletivo de sua obra em relação aos pressupostos utilizados, posição ratificada na

<sup>428</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 38.

<sup>429</sup> RODRIGUES, 1957, p.68.

abertura de sua introdução quando expõe que não discutirá as doutrinas ou seus princípios, aceitando-os em função e de acordo com suas aplicabilidades ao problema que a ciência médico-legal brasileira apresenta, ou seja, seu atraso em relação ao centro e sua ignorância pelo Poder Legislativo no controle racial e para isso as citações diretas serão instrumentos imprescindíveis, pois se apresentariam como o “discurso das autoridades centrais”, a legitimidade ideológica inquestionável, pela “[...] necessidade de apoiar a contradição oferecida a doutrinas correntes e a opiniões de mestres justamente reputados as primeiras autoridades na matéria”.<sup>430</sup>

Norteados pelo fio condutor do controle social dos “indesejáveis” no pós-abolição, a escolha lógica de um positivista, Nina Rodrigues, estribado no ecletismo teórico racial que marcou o final do séc. XIX de modo complementar, nega o livre arbítrio da “raça subdesenvolvida” (princípio liberal exclusivo da raça superior branca) e critica a escolha jurídica-legislativa de 1890 que optou pelo Classicismo e adotou, de modo contraditório e inconsequente, o princípio da igualdade, ignorando a lei biológica e os modernos estudos médicos-antropológicos, “[...] considerando iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão”.<sup>431</sup>

Sobre a falsidade que a empiria racial(ista) impõe ao princípio filosófico da igualdade humana, Nina Rodrigues afirma:

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremediavelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos.<sup>432</sup>

Seguindo a linha traçada por Lombroso, tendo por base científica legitimante Lineu, e considerando as práticas missionárias que tentaram, em vão, civilizar os indígenas que não modificaram sua natureza selvagem, Nina Rodrigues adverte que, não obstante esses fatos e dados, pretendia-se fazer: “[...] um povo selvagem, ou bárbaro transpor, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas [*sic*] durante séculos, como se fosse possível suprimir a lei da

<sup>430</sup> RODRIGUES, 1957, p. 23-24.

<sup>431</sup> Ibid., p. 71.

<sup>432</sup> Ibid., p. 28.

herança, dispensar as lentas acumulações hereditárias e prescindir da ação necessária do tempo.”<sup>433</sup>

Tal como a tese original, Nina Rodrigues vincula, via teoria do atavismo que comprova a primitividade do negro, sua inferioridade racial e seu desenvolvimento cerebral incompleto, não apenas pelos instintos selvagens, mas pelo padrão moral(izante) que identifica, une e constitui uma sociedade, para expor que essa condição seria uma causa de inimputabilidade, excluindo a responsabilidade penal que somente poderia ser imputada indivíduos, ou melhor, aos cidadãos de fato, que compartilhassem dos mesmos conceitos de crime e pena que a raça evoluída alcançou naquele momento.

Considerando, assim, a natureza atávica da raça inferior como causa de sua inimputabilidade penal e a responsabilidade penal alicerçada no princípio do livre arbítrio positivada no Código Criminal, Nina Rodrigues considera contraditória a posição de Tobias Barreto em relação a sua teoria da responsabilidade penal relativa estabelecida em seu livro *Menores e Loucos*, consagrando a inimputabilidade destes e negando a dos negros igualmente inferiores ao não considerar a raça como fator de exclusão ou minoração da imputabilidade, conduzindo ao fracasso a política criminal brasileira ao declarar a impunidade dos negros, pois, “a igualdade das diversas raças brasileiras perante o nosso código penal vai acrescentar mais um aos numerosos exemplos dessa contradição e inconsequência.”<sup>434</sup>

Ao defender que as “raças inferiores” mereceriam um tratamento penal diferente (mais rigoroso pelo risco à sociedade branca oriundo da presença dos conceitos estabelecidos por Lombroso de primitividade, impulsividade e imprevidência) dos “normais”, equiparou o negro africano (a raça pura mais inferior) a uma “criança grande” (por sua inferioridade mental e moral)<sup>435</sup>, utilizando a inimputabilidade decorrente da menoridade penal como analogia para indicar a necessidade de construção de uma legislação penal que, no interior de um universo igualitário, os desiguais continuariam a ser tratados desigualmente<sup>436</sup>, mantendo a ordem racial escravocrata fundante do país, considerando assim, que os negros tivessem direito a uma “responsabilidade moral diversa” por sua “desigualdade bio-sociológica”.<sup>437</sup>

---

<sup>433</sup> RODRIGUES, 1957, p. 30.

<sup>434</sup> Ibid., p. 70.

<sup>435</sup> Ibid., p. 114.

<sup>436</sup> ALVAREZ, 2002, p. 696.

<sup>437</sup> RODRIGUES, 1957, p. 157-158.



Essa posição marca a tradução da teoria da recapitulação, utilizada por Lombroso na qual o desenvolvimento da raça negra seria idêntico ao desenvolvimento fetal e infantil da raça branca, demonstrando a inferioridade que ninguém poderia duvidar, caracterizando a raça negra pura como uma “população infantil”, condição estabelecida por causas complexas, entre elas estariam a organização ontológica da raça negra e seu habitat.

Mas se o tempo para o desenvolvimento evolutivo branqueador do negro não poderia ser reduzido, sua degeneração poderia ser evitada ao tratá-lo como o que de fato seria: uma criança, poupando-o da aguardente, das catequeses e do “espingardeamento”.<sup>438</sup>

Destacando as “diferenças” nos graus de evolução de cada raça, Nina Rodrigues, assim como Cesare Lombroso, acredita na continuação do aperfeiçoamento evolutivo da raça negra com base na perfectibilidade exposta e exemplificada pela raça superior, mas esse grau de desenvolvimento físico, cultural e mental (que se relaciona estreitamente com o livre arbítrio), se opera pelas lentas leis biológicas que demandam várias gerações, contando ainda com a influência das leis evolutivas darwinianas da hereditariedade e da adaptação, não havendo possibilidades de supressão ou minoração desse processo natural obrigatório, de acordo com a universalidade que o processo civilizatório central é dotado.

De acordo com Nina Rodrigues a raça negra pura (o africano), em si, não seria degenerada, pior ou (muito menos) melhor que a raça branca, estando situada apenas em uma fase diversa no desenvolvimento humano.<sup>439</sup>

Ao contrário do possa parecer, isso não é, como nos ensina Mariza Corrêa, “uma louvação da pureza africana”, apenas o reflexo do positivismo adotado por Nina Rodrigues, pois determinava, com o posicionamento estabelecido “[...] o reconhecimento dos elementos certos nos lugares devidos”<sup>440</sup>, em outros termos, a ordem racial que colocava cada raça em seu devido lugar.

A causa da degeneração negra e da própria população brasileira estaria, assim, na mestiçagem, marca cultural do país desde sua origem que em 1872, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, representava 72% da população brasileira segundo dados oficiais, advertindo ainda a autora que essa porcentagem era na realidade maior, haja

---

<sup>438</sup> RODRIGUES, 1957, p. 114.

<sup>439</sup> Ibid., p. 114.

<sup>440</sup> CORRÊA, 2001, p. 150.

vista que, até os nossos dias, há uma tendência evidente em diminuir a representatividade negra, pintando com branco as cores da nação.<sup>441</sup>

Nestes termos, a proposta de Nina (que não possui nenhuma originalidade já que a questão da responsabilidade penal dos inferiores já tinha sido estabelecida por Lombroso, orientando suas medidas cautelares), tinha o caráter “benevolente” paternalista que pretendia a tutela ou curatela dos subdesenvolvidos equiparados aos incapazes jurídicos, uma política renovadora da relação senhor-escravo já que os brancos iriam “fazer o favor” aos negros de guiá-los no caminho do desenvolvimento racial completo, ou seja, o trajeto branqueador, em troca da obediência servil e do temor referencial.

Inspirado, curiosamente, no “cérebro social” de Gabriel Tarde, o discurso *rodrigueano*, estruturado na fusão entre a teoria da recapitulação e no organicismo central que impõe a consciência do direito e dever social somente os indivíduos seletos integrantes do ápice evolucionista humano possuíam, chama a atenção para a impunidade racial-penal que o choque entre esta raça e os bárbaros/selvagens, uma vez que:

[...] tão absurdo e iníquo, do ponto de vista da vontade livre, é tornar os bárbaros e selvagens responsáveis por não possuir ainda essa consciência, como seria iníquo e pueril punir os menores antes da maturidade mental por já não serem adultos, ou os loucos por não serem sãos de espírito. Para habilitar-vos a julgar da extensão que ganharia a impunidade com a aplicação ao nosso código desta desconveniência entre a consciência do direito e do dever nos povos civilizados e nas raças selvagens, convém dizer que a observação constata nestas últimas, uma como diminuição do campo de consciência social, de modo que o conceito do crime restringe-se por demais, aplicando-se apenas a um ou outro caso excepcional.<sup>442</sup>

Nina Rodrigues assim, ignora as críticas de Gabriel Tarde à Lombroso,<sup>443</sup> sua orientação teórica mais duradoura, segundo Mariza Corrêa, e todas as outras responsáveis por seu contínuo desprestígio no centro, uma situação que leva Nina Rodrigues “[...] a incorporar outras perspectivas teóricas aos seus trabalhos, sem abandonar no entanto a suposição básica da hereditariedade e que em maior ou menor grau era compartilhada por quase todos os cientistas da época”<sup>444</sup>, utilizando essas perspectivas, escolhidas dentro daquele quadro eclético racial central, para relegitimar e reforçar o paradigma racista/etiológico lombrosiano.

Para a autora:

<sup>441</sup> SCHWARCZ, 1996, p. 172.

<sup>442</sup> RODRIGUES, 1957, p. 79.

<sup>443</sup> ALVAREZ, 2014, p. 682.

<sup>444</sup> CORRÊA, 2001, p. 70.

A via tortuosa da antropologia criminal como legitimadora da função pericial não foi, no entanto, a única escolha teórica de Nina Rodrigues. A constante atualização de seu conhecimento do debate intelectual contemporâneo, explícita em seus textos, não só o levou a se inteirar das críticas feitas aos métodos de Lombroso – acrescentando ainda algumas de sua própria autoria – como a buscar em outras fontes o reforço teórico que suas pesquisas demandavam.<sup>445</sup>

As contradições entre o controle social central e o controle racial marginal brasileiro ganham vulto, necessitando de correção/complementação (caráter inventivo das traduções), quando Nina Rodrigues aponta, citando Lombroso, que o delito nos selvagens é, basicamente, a regra geral, em outras palavras, no centro o delinquente (selvagem) seria uma minoria, resultando em uma pequena delinquência. Em nossa margem, os criminosos (primitivos e selvagens), racialmente identificados seriam a imensa maioria da população, gerando um verdadeiro caos deliquencial.

Nesse confronto, pode-se visualizar o medo branco do fantasma insurgente negro que atravessa toda a obra, ficando explícito nas palavras de Nina Rodrigues quando este estabelece que:

Por êste modo se pode avaliar a soma de atentados que, numa colisão de povos civilizados com povos selvagens, a cada passo podiam êstes cometer contra as condições existenciais da sociedade culta, sem que no fóro íntimo de sua consciência o sentimento do direito e do dever os tornassem deles responsáveis.<sup>446</sup> [sic]

O medo do negro, de suas características “violentas” ontológicas, faz com que Nina Rodrigues se reporte à Revolução Haitiana, e mais tarde, em outro estudo, à Palmares, chamado pelo autor de “Tróia Negra”.

Em relação à revolta negra haitiana, citando o Dr. Corre que em tom de alerta aponta para os riscos da violência negra e, portanto para a necessidade de um controle racial em termos de vigilância constante, ao estabelecer que:

A independência de São Domingos serve ao menos para mostrar o que vale o negro abandonado às suas próprias fôrças, e a lição é cheia de ensinamentos para todos aqueles a quem não cega o espírito de partido. Nos países regidos segundo as fórmulas das civilizações europeias, os negros conservam-se negativos ou atrasados, sempre em eminência de conflito. Não sentem e não compreendem a modo dos arianos, assim como anatomicamente não são constituídos a modo deles. Não podem absorver, assimilar, senão uma certa porção da ração *soi disant* regeneradora que se lhes oferece generosa...e ineptamente: o resto é muito indigesto para êles e provoca reações, que multiplicam o delito e o crime. [...] Num meio de civilização adiantada, onde possui inteira liberdade de proceder, êle destoa... como em nossos países da Europa, essas naturezas abruptas, retardatárias que formam o grosso contingente do delito e do crime. As suas impulsividades são tanto melhor e mais frequentemente frequentadas para o ato anti-social,

<sup>445</sup> RODRIGUES, 1957, p. 72.

<sup>446</sup> Ibid., p. 80-81.

quanto as obrigações da coletividade lhes aparecem mais vagas, quanto elas são, em uma palavra, menos adaptáveis às condições da sua moralidade e do seu psíquico. O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano; é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e êsse fundo de caracter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual.<sup>447</sup> [sic]

Evandro Charles Piza Duarte nos chama a atenção para a “dimensão teórico-prática” sublinhada por esse trecho no qual Nina Rodrigues se norteia para a definição de uma reorganização do controle marginal, não apenas social, mas racial, que garantiriam a inquestionável e intocável supremacia branca.<sup>448</sup>

Inserido no contexto do branqueamento do Brasil, Nina Rodrigues descreve a população brasileira partindo das raças puras (branca, vermelha e negra) até os mestiços (1 - *mulatos* - que se dividem em: a) mulatos dos primeiros sangues, b) mulatos claros, c) mulatos escuros; 2 - *mamelucos ou caboclos* – divididos em a) mamelucos que se aproximam e se confundem com os brancos e, b) caboclos verdadeiros; 3 – *curibocas e cafusos*; e 4 – *pardos*).

Correlacionando-a com as regiões demonstrando o tamanho do problema específico do país e produto marginal por excelência que não possui uma “unidade antropológica” graças aos cruzamentos raciais ilimitados, sendo responsável pela maior parte da população e fator de degeneração e diluição das raças puras, ou seja, um risco principalmente à raça branca superior, inculcando-lhe uma preocupação de cunho eugênico para defender a pureza ariana.

Demonstrando os motivos de seu pessimismo em relação ao futuro do país, Nina Rodrigues adverte:

Com certeza ainda há muito branco e muito negro, mas sempre em minoria em relação aos mestiços, e como o mestiçamento, mediato e imediato, continua em larga escala, como por outro lado nada limita ou circunscreve a reprodução das raças puras entre si, a consequência é que num futuro mais ou menos remotos se terão elas diluído [sic] de todo num cruzamento mestiço.<sup>449</sup>

Na trilha da teoria racial de Lombroso, Nina Rodrigues também adotou como fator degenerativo a diversidade climática e geológica considerando o evolucionismo darwiniano e seu pressuposto da sobrevivência do mais apto que nem sempre quer dizer mais evoluído, pois em condições inferiores de sobrevivência os inferiores são mais facilmente adaptáveis, levando o autor a afirmar que: “[...] a seleção natural não se faz rigorosamente em linha reta e a adaptação de seres relativamente

<sup>447</sup> RODRIGUES, 1957, p. 116-117.

<sup>448</sup> DUARTE, 2011, p. 225.

<sup>449</sup> RODRIGUES, 1957, p. 88.

aperfeiçoados a certos meios pode ter como consequência até uma regressão morfológica.”<sup>450</sup>

Nesses termos, dividindo o país em quatro grandes regiões, uma grande área geográfica de seu território, a maior parte, seria, para o autor, condenada pela mestiçagem, devendo ser evitada para o branco, brasileiro e europeu que viesse para arianizar o Brasil, revelando sua postura eugênica.

Essa posição marca, novamente, a aproximação entre Nina Rodrigues e Cesare Lombroso e destes ao pessimista Gobineau em relação à miscigenação entre raças diversas, distantes no grau de desenvolvimento humano.

A característica inventiva, crítica e selecionadora das traduções marginais sobressaem da obra quando Nina Rodrigues, entre outras passagens, se dedica aos mestiços brasileiros, o problema principal do país que toma a forma de questão principal, embora não declarada, da obra, marcando sua originalidade dentre tantas permanências lombrosianas em seu discurso.

Utilizando as lições de Spencer, excetuando, contudo, seu evolucionismo, Nina Rodrigues reforça sua posição contrária ao branqueamento da nação, defendendo que a viabilidade do país partiria de uma postura eugênica, estabelecendo que o cruzamento entre raças “dessemelhantes” daria origem a “anormais”, “tipos sem valor”, o autor declara que a mestiçagem brasileira não deixa dúvidas dessa degeneração que teria como consequência a ausência de energia física e moral (preguiça), a apatia, uma simplicidade primitiva em relação à moradia e à família que não teria base, o concubinato e o adultério seriam naturais, a falta de educação, entre outras, estando em seus vícios ontológicos a “[...] bebedice, a dança, a devassidão, a vida fácil em suma”.<sup>451</sup>

Recorrendo à ausência da “consciência plena do direito de propriedade”, nos remetendo, mais uma vez à Lombroso, Nina Rodrigues alerta para o fato de que a consciência desse direito, assim como aos demais estendendo à consciência do dever, são elementos constitutivos da culpabilidade decorrente do livre arbítrio, um “[...] momento capital, elemento construtivo da qualificação de criminoso”, e portanto, sem a capacidade de ter e desenvolver essa consciência, os inferiores, são irresponsáveis no império criminal do Classicismo.<sup>452</sup>

---

<sup>450</sup> RODRIGUES, 1957, p.61.

<sup>451</sup> Ibid., p. 130.

<sup>452</sup> Ibid., p. 140.

Mas essa posição não quer dizer que o autor pretenda a irresponsabilidade penal do mestiço, muito ao contrário, pois sua criminalidade, bem como sua degeneração, são inatas a todos os mestiços, cuja classificação, em termos de responsabilização penal, compreende: *superiores, evidentemente degenerados e comuns*, devendo os primeiros ser julgados de acordo com os pressupostos do Classicismo pela “civilização” (branqueamento) alcançado; os identificados e classificados no segundo grupo devem ter uma inimizabilidade variável entre total e parcial; e, os do último grupo, “superiores às raças selvagens” mas não comparáveis às raças superiores, devem gozar de uma responsabilidade penal atenuada.<sup>453</sup>

A criminalização da mulher com base na comparação dos padrões morais e na temibilidade da influencia erótica originária em *La donna delinquente* de Lombroso, não passou despercebida na obra de Nina Rodrigues, agora, reeditada com contornos raciais, restrita a mulher negra culpada pelos “desvios de caráter” dos brancos, sendo considerada como “dissolvente” dos laços familiares e das bases físicas e morais por suas características inatas (volúpia, magia, luxúria, feitiços, dengues, etc.): “A sensualidade do negro pode atingir então às raízes quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da clássica mulata brasileira não pode deixar de ser considerada um tipo anormal”.<sup>454</sup>

Essa posição em relação à mulher negra marca a proximidade desta com a prostituição como deixa claro Abdias do Nascimento:

A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meios de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas.

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão.<sup>455</sup>

O medo branco, assim, também se expressava no perigo que a família branca (base da sociedade brasileira) corria diante do contato do homem branco e a mulher negra. Uma permanência desde a relação casa grande-senzala, quando muitas *sinhas* viam nas *mucamas* e amas de leite, uma ameaça constante aos seus maridos,

<sup>453</sup> RODRIGUES, 1957, p.159.

<sup>454</sup> Ibid., p.146.

<sup>455</sup> NASCIMENTO, 1978, p. 61.

expostos à sedução resultante da sensualidade e devassidão naturais da negra, levando-as a, não raramente, mandar arrancar seus olhos, seios, unhas ou orelhas das escravas.<sup>456</sup>

Outrossim, considerando a diversidade étnica e climática, além da dimensão territorial nacional, a adoção de um único Código Penal foi um erro, exponenciado pela manutenção da “metafísica” do Classicismo, segundo Nina Rodrigues, ocasionando a “[...] impunidade com a aplicação ao nosso código desta desconveniência entre a consciencia do direito e do dever nos povos civilizados e nas raças selvagens [...]”.<sup>457</sup> [sic]

Não podemos esquecer-nos de salientar que a tensão racial que o modo de produção escravagista brasileiro produziu entre o branco e o negro seria uma das causas dos “atentados de raça”, cuja motivação seria o ódio pela opressão histórica<sup>458</sup>, o que para Evandro Charles Piza Duarte denota uma receita prática para um controle difuso diferencial da violência, mediada pelo saber médico-especialista que prescreveria sua “dose” correlacionando-a às diferentes fases de desenvolvimento econômico e organização social de cada região do país e sua necessidade de controle.<sup>459</sup>

Assim, é no distanciamento da teoria jurídico-política que alimentou a ilusão da liberdade dos negros, escolha meramente política na abolição que marca a importância e influência dos juristas paulistas como portadores oficiais do liberalismo brasileiro, verdadeiros “missionários” que conduziam o país rumo à evolução/progresso<sup>460</sup> (e com ela o projeto de extermínio silencioso do negro pela mestiçagem, ou seja, política de branqueamento, ou pela assimilação que determinou nossa “democracia racial”), que encontramos o funcionalismo da teoria etiológica de Nina Rodrigues, pois, imerso no pleno desenvolvimento daquela política, mantendo sua posição eugênica, divorciando-se assim da realidade, restou direcionar suas forças à prática do controle racial que matinha as características da escravidão sob o falso discurso liberal.

No campo prático, assim, o discurso etiológico de Nina Rodrigues encontrará aplicação imediata, mesmo com uma posição divergente e minoritária, prescindindo do importante instrumento que o estereótipo lombrosiano representava ao substituí-lo por sua matriz racista potencializada, uma vez que a etiologia se encontrava

---

<sup>456</sup> LIMA, 1981, p. 38.

<sup>457</sup> RODRIGUES, 1957, p. 79.

<sup>458</sup> Ibid., p. 148.

<sup>459</sup> DUARTE, 2011, p. 246-247.

<sup>460</sup> SCHWARCZ, 2012, p. 245.

no fator racial e o fenótipo negróide, mantido em maior ou menor grau pelos negros brasileiros e seus descendentes, conferia a funcionalidade e o eficientismo que o controle racial desestruturado com a abolição e com o branqueamento que desintegrava o negro necessitava.

Se não foi necessário recorrer ao estereótipo criminal para garantir a adoção de sua teoria, Nina Rodrigues, imitando literalmente Lombroso, busca na simbologia da periculosidade e primitividade difundida do negro uma figura que “demonstra” sua verdadeira natureza animalesca. Em William Shakespeare, Nina utiliza Otelo, “o mouro”, como exemplo para salientar a ontologia negra, caracterizada em sua “explosão de ciumes [*sic*], violenta e tempestuosa”.<sup>461</sup>

Sobre a funcionalidade das práticas de controle social, diz Nina Rodrigues:

Se até hoje a sua eficácia pode parecer suficiente, é que nossos códigos impondo às raças inferiores o estalão por que aferem a criminalidade da raça branca, de fato, substituíram inconscientemente na aplicação prática da repressão criminal o livre arbítrio pela defesa social, punindo, com manifesta contradição, em nome da liberdade de querer, a indivíduos certamente perigosos, mas completamente inimputáveis.<sup>462</sup>

Traduzindo as teorias de Lombroso dentro do ecletismo das teorias raciais, Nina Rodrigues, em consonância com as teorias eugênicas centrais, vê na mestiçagem uma prova da manutenção da primitividade, uma involução que o Brasil deveria evitar, apesar de pensar, estritamente sob o ponto de vista histórico e social como o próprio autor deixa claro, como o confiante Silvou Romero<sup>463</sup> que estabeleceu a “mestiçagem da alma”<sup>464</sup> brasileira, ao declarar, em 1888, que: “[...] todo brasileiro é mestiço, senão no sangue, pelo menos nas idéias. Mas, no ponto de vista do direito penal, que ora nos ocupa, faz-se preciso considerar, no povo brasileiro, todos os elementos antropológicos distintos, como que êle [*sic*] atualmente se compõe.”<sup>465</sup>

Essa posição, complexa segundo Evandro Charles Piza Duarte, marca a necessidade de intervenção médica para mensurar o *quantum* de “herança criminoso” existe no indivíduo<sup>466</sup>, além de reacender o conflito central entre as áreas do Direito e da

<sup>461</sup> RODRIGUES, 1957, p. 119.

<sup>462</sup> Ibid., p. 163.

<sup>463</sup> De acordo com Thomas E. Skidmore (1976, p.86), em 1888, Sílvio Romero estimava que o branqueamento do país levaria de três a quatro séculos. Após alguns anos, alterou essa estimativa para uns seis ou oito séculos. Em 1913, finalmente concluiu que o desaparecimento total do índio, do negro e do mestiço, somente poderia ocorrer se toda a miscigenação futura incluir um parceiro extremamente claro ou branco.

<sup>464</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 201.

<sup>465</sup> RODRIGUES, 1957, p. 83.

<sup>466</sup> DUARTE, 2011, p. 242.



Medicina no tocante ao domínio sobre o criminoso e traçar o modo como o racismo e o preconceito racial se orientam em um país de mestiços após a abolição, ou seja, diante da variabilidade ocasionada pela mestiçagem, é a cor que definirá quem é negro, uma especificidade nacional.

A importância do saber criminológico, assim, é orientada ao desvelamento da verdadeira natureza do indivíduo, que em uma sociedade altamente miscigenada, em busca do branqueamento, o negro e seus descendentes, podem até aparentar ser brancos, em outros termos, revelar a natureza negra, vem estabelecido por Nina Rodrigues ao expor as premissas do atavismo e da hereditariedade e suas aplicações nos “exames médico-psicológicos”:

O verniz de civilização, já de si tão frágil, que nas raças superiores cobre e domina a organização automática e instintiva, fica reduzido a nada nos mestiços, se além do seu desequilíbrio de organização sempre possível, deve o médico atender à possibilidade destas transmissões atávicas transitórias. E como desprezá-las? Se no exame psicológico de um alienado é de regra submeter a rigoroso inventário as qualidades e taras dos seus maiores, no intuito de descobrir em longínquos [*sic*] antepassados o veio da deterioração mental, por que havemos de desconhecer e desprezar as leis da hereditariedade, quando temos à mão na psicóloga dos ascendentes a explicação natural do estado mental dos mestiços?<sup>467</sup>

Nessa conjuntura, o paradigma racista/etiológico ditou o norte para a defesa racial-social do Brasil promovida pelos “arianos” e para eles, trazidos especificamente para “branquear” o país e que, subsidiados pelo governo brasileiro, se instalaram no sul do país (a Europa brasileira), projetando o ideal desejado, garantindo a ordem (tudo e todos em seus devidos lugares) que condicionaria o progresso, caracterizando a dupla tarefa conferida à raça superior: administrar os “Direitos Penais”, ou seja, resolver os seus delitos segundo o Direito Penal do fato alicerçado no Classicismo, e os próprios da raça inferior, caracterizados pelo Direito Penal do autor que demandava o saber/poder criminológico.

A necessidade de uma gestão diferencial do crime segundo critérios raciais, dando uma resposta diferente aos crimes cometidos pelas raças diferentes enquanto cumpria a “divina” missão messiânica de arianizar o país, como estabelece Nina Rodrigues ao defender que:

A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defende-la, não só contra os atos anti-sociais – os crimes – dos seus próprios representantes, como ainda contra os atos anti-sociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrário manifestações do conflito, da luta

---

<sup>467</sup> RODRIGUES, 1957, p. 157.

pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas.<sup>468</sup> [sic]

Adverte Evandro Charles Piza Duarte que existia um dilema de fundo na teoria de Nina Rodrigues, pois ao mesmo tempo em que invocava os postulados positivistas para a defesa da sociedade branca no âmbito legislativo, ele defendia a manutenção e co-existência da prática daquele sistema punitivista subterrâneo que atravessou os limites das fazendas e efetivava a defesa social, uma problemática que tinha por pano de fundo o medo do negro em si e da desordem, ou, o desmoronamento do mundo branco pela fragilidade de seus alicerces.

Para o autor, a proposta de Nina Rodrigues era de construção de uma “prática ideológica” direcionada e orientada pelo comportamento dos negros e seus descendentes, para os quais a atuação preferencial de um “moderno sistema penal”, liberal na teoria e escravagista na prática, garantindo o velamento do nosso racismo com uma política híbrida, resultando em uma equação a ser resolvida em duas etapas. Na primeira, concernente à responsabilidade penal dos “inferiores”, a legitimidade científica:

[...] consistia em formular num corpo de doutrina uma explicação causal do comportamento das “populações não-brancas”, capaz de garantir a supremacia, a um só tempo, racial (dos brancos) e dos “fazedores de ciência” na sua análise e solução. A segunda parte, premissa e conclusão, resumia-se em defender a desigualdade, na forma de aplicação das regras de direito. [...] Como havia afirmado o autor, “a igualdade política” não poderia superar a “desigualdade das raças” quando estava em questão o controle social. A supremacia das raças superiores pressupunha o não-reconhecimento dos “direitos naturais” a todas as raças, mas somente às privilegiadas. Portanto, a discussão sobre livre arbítrio e responsabilidade penal, e as falácias sobre a incapacidade orgânica e consciência desenvolvida do dever, explanadas em um tom às vezes benevolente, sugeriam a redução do exercício da totalidade dos direitos políticos pelas populações não-brancas, ou seja, a não-universalização dos direitos que poderia ser antevista a abolição da desigualdade formal em face do fim da escravidão em 1888.<sup>469</sup>

Essa posição de Nina Rodrigues, que podemos identificar como sendo uma estratégia política acaso não ganhasse adeptos legislativos e força normativa, pois garantiria ao controle racial efetivado, mantenedor da ordem escravagista sob a bandeira da liberdade liberal, a legitimação científica e, portanto a garantia de uma “autoridade” para a manutenção cotidiana de uma cidadania excludente pode ser observada claramente quando o autor estabelece:

Se até hoje a sua eficácia poude parecer suficiente, é que os nossos códigos impondo às raças inferiores o estalão por que aferem a criminalidade da raça

<sup>468</sup> RODRIGUES, 1957, p. 162.

<sup>469</sup> DUARTE, 2011, p. 231-232.

branca, de fato, substituíram inconscientemente na aplicação prática da repressão criminal o livre arbítrio pela defesa social, punindo, com manifesta contradição, em nome da liberdade de querer, a indivíduos certamente perigosos, mas completamente inimputáveis.

[...]

Todavia esta demonstração da incoerência e insuficiência da escola clássica, pelo absurdo das conclusões lógicas de seus princípios, aplicados à repressão dos crimes no nosso país, não nos deve levar a advogar ou pedir que o legislador brasileiro procure preencher a lacuna que, do ponto de vista do livre arbítrio, demonstrei existir na legislação penal pátria, e inspira nos códigos uma escusa de qualquer espécie para os crimes cometidos pelas raças inferiores.

Por mais dura e iniqua que para nossos hábitos mentais de hoje possa parecer esta defesa social pela aplicação absoluta dos princípios da escola clássica, sem a menor atenção aos modificadores da imputabilidade, em todo caso repousa por enquanto sobre essa aplicação a garantia da ordem social no país.<sup>470</sup> [sic]

Dessarte, a adoção dos postulados criminológicos defendidos por Nina não tinha uma premência legislativa, pelo menos enquanto a prática violenta dos agentes do controle racial-social contra os negros e seus descendentes, resolvesse a aparente “incoerência” que não era nenhuma “inovação”<sup>471</sup>, pois independente da teoria utilizada, era sempre na prática que as medidas repressivas mantinham determinada ordem e no Brasil, esse instrumento violento sempre recaiu no corpo negro, sendo assim considerado por Evandro Charles Piza Duarte, um discurso “cínico”, denunciativo do racismo que ele mesmo defendia sem a intenção de sê-lo.<sup>472</sup>

Segundo Nina Rodrigues, a jovem República cometeu o “grande duplo erro de adotar a unidade do código penal, a dualidade da magistratura”, o que aponta suas críticas ao sistema de política criminal em geral, pois, decorrente do seu estudo sobre a população nacional e as regiões brasileiras, entrelaçando as informações e considerando a influência e diversidade climática, um dos fatores degenerativos raciais, além da diversidade étnica, o Brasil deveria ter, pelo menos, quatro códigos penais em face do maior ou menor contingente das raças extremas, branca e negra, cada qual correspondendo às necessidades antropológicas específica de cada região do país.<sup>473</sup>

Nestes termos, a proposta política de Nina Rodrigues se projetava em um *apartheid* brasileiro, de cunho eugênico e com objetivos de criminalização acauteladora dos negros e seus descendentes, cuja operacionalização ficaria a cargo da magistratura, auxiliado pelo criminólogo, que para garantir a ordem racial-social singular de acordo com sua região de competência, além da imprescindível especialização criminal (racial-

<sup>470</sup> RODRIGUES, 1957, p. 163-164.

<sup>471</sup> Ibid., p. 164.

<sup>472</sup> DUARTE, 2011, p. 233.

<sup>473</sup> RODRIGUES, 1957, p. 167.

etiológica), deveria também ser dotada de autonomia, e por isso, se em matéria de teoria racial deveríamos tomar como referência a Europa, em matéria de organização do Poder Judiciário, deveríamos ter seguido o exemplo dos Estados Unidos da América.<sup>474</sup>

Exatamente o modelo evitado pelo Ministro da Justiça do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, o advogado e político paulista Ferraz de Campos Salles, cujas críticas e inconvenientes estão assim estabelecidas em suas razões do Código Penal de 1890:

Nos Estados Unidos da America do Norte existem, além da Côrte Suprema, como entre nós, e dos juizes de districto, que correspondem aos nossos juizes seccionaes, os tribunaes de circuito. O territorio da União é dividido em nove circuitos, com um juiz em cada um. A côrte de circuito compõe-se do juiz respectivo, do juiz de districto e de um membro da Côrte Suprema, especialmente commissionado para o circuito nas epocas em que esta côrte funciona. Por sua vez os tribunaes de circuito constituem commissarios judiciais para lhes servirem de auxiliares na execução de actos e diligencias dentro da sua circumscripção jurisdiccional.

Desta breve exposição verifica-se que a União Americana com o seu systema judicial, pretendendo manter a mais completa separação entre a justiça nacional e a local, tem tido a necessidade de instituir commissarios, juizes de occasião ou magistrados ambulantes para estender a sua acção a todos os pontos da respectiva jurisdicção. São evidentes os inconvenientes e difficuldades, que devem resultar deste mecanismo complicado.<sup>475</sup> [sic]

De acordo com Evandro Charles Piza Duarte, Nina Rodrigues idealizou, utopicamente, um modelo segregacionista e:

[...] elaborou um modelo racista de explicação causal da criminalidade, marcado por um rígido determinismo biológico, que era uma recomendação geral para medidas que limitassem os direitos fundamentais das populações não-brancas. Neste modelo sobressaía a idéia de uma sociedade marcada por uma luta entre civilizações distintas de que eram portadores diferentes grupos raciais, no qual figuravam como criminosos naturais todos aqueles que não estivessem dentro dos padrões biológicos da civilização branca, tida como superior.

O modelo de RODRIGUES não era um modelo oposto ao das elites da época, mas complementar. Enquanto, parte de seus contemporâneos encobria o conflito e recomendavam o embranquecimento do país como forma de se alcançar o estágio das “civilizações superiores”, o autor alertava sobre a permanência dominante de grupos raciais não-brancos e advoga maior repressão contra tais grupos.<sup>476</sup>

Para Thomas E. Skidmore: “[...] Nina Rodrigues produziu uma justificativa teórica perfeita e acabada da impossibilidade de considerar um ex-escravo capaz de comportamento “civilizado”. Pior ainda, baniu qualquer possível direito do inferior [...]”<sup>477</sup>

<sup>474</sup> RODRIGUES, 1957, p. 183.

<sup>475</sup> BRASIL, 1890.

<sup>476</sup> DUARTE, 2011, p. 251.

<sup>477</sup> SKIDMORE, 1976, p.86.

Se a “dualidade da magistratura” foi um erro, Nina Rodrigues corrige seu posicionamento novamente com a prática de um controle racialmente estabelecido, dizendo que o legislador pátrio concedeu, de fato, uma maior liberdade ao magistrado conferindo autonomia para cada Estado organizar sua organização judiciária mesmo sob a batuta de um Código Penal único, sendo que “aquela liberdade implica a de adotar o seu código de processo, de fundar e dirigir livremente os seus estabelecimentos penitenciários, isto é, compreende o peão, a condição básica de êxito e de eficácia para qualquer legislação penal.”<sup>478</sup>

Seriam assim, os magistrados locais, dotados de todo o poder autoritário, os “novos” senhores, mantenedores da ordem nas grandes e novas “senzalas” demarcadas pela jurisdição, um eficientismo racial punitivo proporcionado e legitimado pela Constituição Federal que adequava o Código Penal à realidade, possibilitando, assim, a prevenção de “todos os males possíveis”, sendo a Penitenciária da Bahia um exemplo que tornava o Código Penal um “[...] luxo inútil, uma criação altamente teórica e sem utilidade prática, e mais do que tudo isto, uma escola perigosa de criminosos temíveis.”<sup>479</sup>

Nina Rodrigues utiliza o exemplo da menoridade penal para demonstrar, além da necessidade dos conhecimentos científicos do perito para a produção da “prova por excelência da incapacidade de adaptação social do criminoso”, que o estabelecimento de uma única idade como marco para inimizabilidade penal para as diferentes raças seria um erro, pois “[...] o desenvolvimento mental é muito mais rápido, a maturidade muito mais precoce nas crianças inferiores do que nos povos cultos ou civilizados [*sic*].”<sup>480</sup>

Assim, se utilizássemos como medida para a imputabilidade o desenvolvimento completo das crianças brancas, as crianças negras seriam, equivocadamente, consideradas inimputáveis, mesmo tendo atingido há muito o ápice do desenvolvimento de sua raça, e se ao contrário fosse utilizada a idade desse desenvolvimento inferior, as crianças brancas seriam ilegais e rigorosamente punidas, o que seria inconcebível.

A solução, em relação à menoridade penal, seria, de acordo com Nina Rodrigues, fazendo analogia à diferença do Direito Penal do Fato (para os brancos) e do

---

<sup>478</sup> RODRIGUES, 1957, p. 183.

<sup>479</sup> Ibid., p. 188.

<sup>480</sup> Ibid., p. 170.

autor (para negros e descendentes), definir como marco a idade padrão do desenvolvimento branco para as crianças brancas, elevada ao máximo, e em relação às crianças inferiores o seu grau de desenvolvimento determinado pelos peritos, o que significava dizer que estas seriam, o quanto antes (redução ao mínimo), consideradas responsáveis pelos atos antissociais naturais de sua raça, *status* que ainda poderia ser influenciado pela climatologia e, portanto segregadas da sociedade pelas medidas protetivas, acauteladoras, e substitutivos penais, o que conferiria a maior possibilidade de êxito corretivo.<sup>481</sup>

É na Penitenciária do Estado da Bahia, utilizada mais uma vez como exemplo da disparidade entre a teoria e a prática, e disparate legislativo, que Nina Rodrigues irá desenvolver, orientado pelos ensinamentos de Lombroso, seus primeiros estudos antropométricos utilizando as lições do mestre italiano, efetuados em três dos cinco menores condenados que, ao contrário do que estabelecia o Código Penal, mimetizado do italiano, deveriam estar recolhidos em estabelecimentos penais agrícolas que não existiam (um pardo, caracterizado como um “criminoso nato”, um mulato muito claro com características inferiores muito acentuadas, e um mulato escuro, filho de escravos, muito provavelmente um “criminoso de ocasião”, por razões não explicadas, os outros dois não ofereceram ao cientista o interesse para estudá-los, o que demonstra claramente a seletividade dos indivíduos que “confirmavam” sua hipótese).

Utilizando os modernos saberes científicos desenvolvidos até sua época, Nina Rodrigues sofisticou os métodos antropológicos de Lombroso, partindo da coleta de dados antropométricos, com os quais salientou as características inferiores, chegando à psicologia e à hipnose para reforçar o paradigma racial-etiológico, se afastando, portanto, do positivismo *lombrosiano* ao se orientar e atravessar a fronteira rumo ao imaterial. Antes de parecer uma incoerência, o método utilizado por Nina Rodrigues explicita o caráter complementar da tradução marginal além de demonstrar que o médico marginal segue a trajetória percorrida pelo médico central quando este abandonou o positivismo.

A obra primeva de Nina Rodrigues, assim, expõe que mesmo divergente em relação à posição política adotada, ao se manter fiel em suas convicções teóricas, o autor potencializou e funcionalizou o paradigma racial-etiológico colocando-o em consonância com a prática de um sistema punitivista alicerçado sobre o racismo,

---

<sup>481</sup> RODRIGUES, 1957, p. 179.

reforçando ambos, a prática pela legitimação científica e o racismo pela prática discriminante, um círculo racista perfeito, portanto, contribuindo assim para a manutenção daquela ordem já extinta teoricamente, que já não devia ser declarada, pois a política de controle racial-social dos negros e seus descendentes era sua assimilação que, motivada pelo medo branco, pressupunha a dissolução do racismo, o que significou seu silenciamento por sua redefinição a partir da abolição da escravatura.

Nina Rodrigues então, no conflito aparente entre Classicismo e Positivismo, defendia um tratamento criminológico diferencial aos negros para que fosse mantida a ordem escravagista dentro do quadro teórico liberal, e para isso, defendia as práticas punitivistas utilizadas nas fazendas adotadas para o controle e prevenção nos lugares públicos que, exatamente por serem naturalizadas, deslocaram o conflito racial para o conflito social, mantendo a funcionalidade da política de extermínio e exclusão mesmo não se materializando nos termos defendidos por ele.

Desta feita, Nina Rodrigues, se integra, contrariamente ao pretendido, ao controle racial dos indesejados, partindo do dogma racial da inferioridade do negro (prescindindo de qualquer estudo que o comprovasse, pois a tradição cultural escravagista se encarregou de sedimentar em bases sólidas essa assertiva naturalizando-a), construiu um paradigma a partir da tradução das obras de Lombroso que se interligaram e se complementaram formando um paradigma racial-criminológico marginal, refuncionalizando o racismo original do paradigma etiológico e potencializando-o dentro do quadro teórico racial central.

O negro, possuidor de instintos criminais, que traz consigo a periculosidade da impulsividade infantil e primitiva ontológica, além do gene degenerativo (fator de involução racial), raiz da criminalidade que embasa o medo branco (não apenas desse potencial impulso primitivo violento como também “africanização”<sup>482</sup> que atravessa os padrões de civilidade e estética eurocêtricos), e portanto, a retórica positivista da defesa da sociedade branca, seria controlado por essa Criminologia Positivista marginal, uma ciência pela qual se controlava socialmente os não brancos, protegendo os brancos não-europeus (mas que assim desejavam ser) e mantenedora da ordem, pois a estigma estava ali, à flor da pele, o sinal, a estética da maldade, da rebeldia, da inferioridade que não podia se expandir pelo país.

---

<sup>482</sup> BATISTA, V., 2003, p. 163.

O discurso sobre a responsabilidade penal do negro engendra, portanto, uma dupla garantia: a do controle social dos negros pela criminalização (atravessada pelo prognóstico periculosista-cautelar), e a da segurança e defesa da sociedade (elite branca), sob outro prisma, a hegemonia do poder e dominação branca em detrimento da liberdade dos negros.

Assim, a teoria de Nina Rodrigues se caracterizou como o discurso conciliador entre a prática das violências contra os negros e a teoria que pretendia mascarar nosso racismo, garantindo assim a manutenção da ordem racial brasileira intacta.

A obra é, assim, ao mesmo tempo, uma orientação e uma advertência ao Poder Legislativo para levar em consideração o perfil racial e as diferenças ontológicas da população brasileira, erro que seria injustificado, pelo conhecimento da realidade e das consequências que a predileção pelo Classicismo, por questões estritamente políticas que imporiam ao país um custo muito elevado: a desordem racial.

Quando da sua publicação, o projeto de um novo código penal estava sendo discutido no parlamento, de autoria do Dr. João Vieira de Araújo, professor de Direito Criminal de Recife, que, apesar de sua inclinação criminológica, em matéria de maioridade penal, elevava de nove para dez anos, provocando as críticas de Nina Rodrigues que via nenhuma razão científica ou mesmo valiosa para a escolha, “a não ser pelo desejo de tirar a média entre os dois códigos anteriores e escapar assim aos ataques dirigidos contra um e outro código [...]”.<sup>483</sup>

Como nos ensina Mariza Corrêa, as possibilidades de influenciar efetivamente a política criminal são reais, após um debate com o mesmo Dr. João Vieira de Araújo, na *Revista Brasileira*, o parlamentar, pioneiro na tradução *lombrosiana* “[...] levou em consideração suas sugestões a respeito da precocidade do brasileiro em matéria criminal, no substitutivo que apresentou como deputado federal, ao projeto de Código Penal que se discutia na Câmara em 1896.”<sup>484</sup>

---

<sup>483</sup> RODRIGUES, 1957, p. 181.

<sup>484</sup> CORRÊA, 2006, p. 133.



### 5.1.1 *Nègres criminels au Brésil.*

Antes de continuarmos no “itinerário” rodrigueano dantes traçado, cremos importante e esclarecedor para os objetivos estabelecidos e perquiridos, mencionar o relato de um estudo datado de 1895, lembrado por Mariza Corrêa, intitulado “*Nègres criminels au Brésil*”, publicado no *Archivio di psiquiatria, Scienze Penali ed Antropologia*, editado por Cesare Lombroso em Turim, no qual Nina Rodrigues deixa explícita a estratégia utilizada por Lombroso e por tantos outros cientistas centrais que se detiveram à questão racial (Morton, Broca, etc.), na procura contínua de provas da inferioridade do negro quando se depara com obstáculos que não comprovam sua posição, ou seja, Nina Rodrigues, apesar de prescindir da construção de uma teoria científica racial brasileira, utilizando as centrais, parte para suas pesquisas e estudos com conclusões determinadas e que orientam suas obras.

Ao estudar o crânio de Lucas da Feira, famoso criminoso negro enforcado em Feira de Santana em meados do século XIX, Nina Rodrigues não encontra nenhuma anomalia (talvez procurasse a Crista Occipital Interna encontrada por Lombroso em Villella), estabelecendo, assim, a necessidade de complementação de estudos psicológicos para validar e legitimar os saberes científicos.

Nas palavras de Nina Rodrigues:

Será que os estudos sobre os criminosos se achem em falha aqui? Não creio. Na minha opinião, é preciso completar, em Lucas, o estudo físico do criminoso com seu estudo psicológico (...). Diz-se, e ele declarou em seu interrogatório, que atacava de preferência as pessoas que não eram da vila: ‘porque, dizia, não os conheço’. Assim, pois, como verdadeiro selvagem, a vila e seus habitantes representam para ele sua pátria, sua tribo, seu clã: os outros não eram mais que estrangeiros em face dos quais não se julgava obrigado a ter considerações. Logo, Lucas é bem um criminoso para nós outros brasileiros, que vivemos sob a civilização europeia.<sup>485</sup>

<sup>485</sup> RODRIGUES, 1895, apud CORRÊA, 2006, p. 150.

## 5.2 O ANIMISMO FETICHISTA DOS NEGROS BHAIANOS.

O projeto de controle social do negro e seus descendentes proposto por Nina Rodrigues, também não se omitiria de adentrar no campo do espiritismo, ou melhor, da religião em direção aos espíritos, não apenas percorrendo o mesmo caminho trilhado por Lombroso, mas seguindo suas pegadas, e reclamar o controle das religiões de matizes africanas pelo saber médico que via o *animismo fetichista*<sup>486</sup> como outra prova da primitividade, degeneração e incapacidade intelectual e psíquica do negro, como aponta Ordep Serra, ao lembrar a referência que Gilberto Freire fez à proposta rodrigueana de “controle psiquiátrico dos terreiros”, como alternativa à brutalidade das intervenções policiais, da repressão direta a esses centros de culto de religiões afro-brasileiras.<sup>487</sup>

Em sua obra intitulada “O animismo fetichista dos negros bhaianos”, publicado originalmente na *Revista Brasileira* entre 1896 e 1897, Nina Rodrigues, em seu primeiro estudo sobre a religiosidade negra e perante o sincretismo (marca da resistência negra face ao seu genocídio em solo brasileiro<sup>488</sup>), atendendo às necessidades médicas de procurar, explicar e compreender a feitiçaria africana, principalmente do transe, delimitando o conflito entre a medicina e o curandeirismo, pois conhecendo profundamente a prática, o médico poderia destituir ou mesmo provar a falsidade do poder atribuído pela população em geral aos “feiticeiros”, como o próprio Nina Rodrigues fala quando se dirige ao ocultamento das práticas, provocadas muitas vezes pela criminalização policial, em outras por obrigação imposta pelos santos, e detalhes:

Como causa não menos poderosa da reserva e do mysterio dos negros concorre com estas o interesse dos feiticeiros no acrescimo de prestigio que lhes vem desse segredo.

A fé dos crentes e a credulidade dos supersticiosos são rude e proveitosamente exploradas pelos feiticeiros: divulgar suas praticas seria

<sup>486</sup> “Animismo fetichista é a expressão, hoje preconceituosa, pela qual no século XIX, eram conhecidas as religiões dos chamados povos primitivos [...]”. (FERRETI, Sergio F. **Nina Rodrigues e a religião dos orixás**. 2006. Disponível em:

<http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Nina%20Rodrigues%20e%20a%20religiao%20dos%20Orixas.pdf>

f. Acesso em: 25 fev. 2014, p. 02

<sup>487</sup> SERRA, Ordep. **A tenacidade do racismo**. Disponível em:

[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/24\\_A\\_TENACIDADE\\_DORACISMO\\_ORDEP\\_Rev.pdf](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/24_A_TENACIDADE_DORACISMO_ORDEP_Rev.pdf).

Acesso em: 01 mar 2014, p. 01.

<sup>488</sup> “Como é que poderia uma religião oficial, locupletada no poder, misturar-se num mesmo plano de igualdade, com a religião do escravo negro que se achava não só marginalizada e perseguida, mas até destituída da sua qualidade fundamental de religião? Somente na base flagrantemente violenta da imposição forçada poderia ter sucesso o sincretismo das religiões africanas com o catolicismo”. (NASCIMENTO, 1978, p. 109)

destituí-los do prestígio do desconhecido com grave detrimento da influência que exercem. [sic]<sup>489</sup>

Dentre outros objetivos declarados pelo autor para o estudo esta a preocupação com os problemas enfrentados pela contradição entre “as afirmações infundadas da ciência oficial” e a prática da “phreniatria medico-legal” e do magistério<sup>490</sup>, além da preocupação com a extinção das práticas religiosas: a) originais dos mais variados povos africanos que foram sequestrados e seus descendentes, diversidade claramente colocada pelo autor que se reporta à origem daquela *ninguendade* já explicitada; b) das práticas religiosas dos negros e mestiços brasileiros; c) pela ação policial (que toma um tom benevolente e protetivo), e; d) pela total assimilação dessas religiões pelo catolicismo.

Para Vanda Fortuna Serafim, no entanto, a questão principal da obra seria por que os negros (africanos, brasileiros, descendentes de ambos e mestiços), mantiveram sua religiosidade de base africana, manifestada por uma multiplicidade de religiões, identificadas genericamente por *animismo fetichista*, ao invés de cultuar a religião oficial do país, o catolicismo. Segundo a autora, Nina Rodrigues: “compreende por meio de sua experiência médica que as condições mentais influenciam na adoção da crença religiosa e os negros são uma raça psiquicamente inferior, portanto, não podendo compreender as elevadas abstrações monoteístas.”<sup>491</sup>

Assim motivado, Nina Rodrigues inaugura a pesquisa etnográfica brasileira, descrevendo, minuciosamente, as diversas religiões de matizes africanas presentes nos inúmeros terreiros da Bahia, partindo, entretanto, como aponta Vanda Fortuna Serafim, do monoteísmo católico para entender como essas manifestações culturais transitavam entre as raças, sendo que:

Dessa maneira, Nina Rodrigues constata que aqueles que a princípio deveriam estar à parte das práticas tidas como inferiores, partilham as premissas destas, sugerindo certo atraso evolutivo ao Brasil. Na perspectiva de compreender as motivações deste atraso e a forma como incidiria no futuro evolutivo do povo brasileiro, Nina Rodrigues entende que é preciso catalogar, listar, registrar os elementos africanos presentes no Brasil antes

<sup>489</sup> RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros bahaianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p. 19-20.

<sup>490</sup> Ibid., p. 14.

<sup>491</sup> SERAFIM, Vanda Fortuna. **Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras**: A “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - século XIX). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013, p. 77.

que se extingam, todavia, permanecendo no povo brasileiro por meio da miscigenação, tanto de sangue, quanto dos costumes.<sup>492</sup>

Em que pese se movimentar no âmbito da religiosidade, em vários momentos se entrevê as influências, ou possibilidades, que a matéria confere ao discurso criminológico de Nina Rodrigues.

Nesse aspecto, mesmo não declarando a aplicação direta, a nosso ver, de seu estudo ora em comento sobre a questão da criminalidade dos negros e seus descendentes, que é a questão que nos interessa no presente trabalho, que teria nos feitiços, “symbolico e indirecto” (“coisa feita”) ou “material e directo” (“feitiço-veneno”)<sup>493</sup>, um instrumento para a concretização de seus instintos antissociais, pois os “feiticeiros” teriam poder sobre a vida e a morte.

Esses meios para a configuração dos delitos seriam, dependendo do “feiticeiro”, hábeis à sua materialização ou apenas charlatanice, pois em seus estudos empíricos, nas entrevistas e conversas com pais e mães de santo, filhos de santo, e com os próprios santos (ocasião em que o médico substitui o médium, mesmo sem iniciação ou relação), Nina Rodrigues confere legitimidade ao espiritismo negro, principalmente pelas incorporações das entidades em seus “cavalos”, testemunhadas diversas vezes por ele nos terreiros ou mesmo em seu consultório.

Para Vanda Fortuna Serafim, a demanda médica, em busca da hegemonia sobre saúde pública, em direção à extinção, via criminalização, dos saberes “médicos” negros, é visualizado em Nina Rodrigues muito mais por seu “incomodo” quanto à clientela desse “saber”, não em relação aos negros, que por serem primitivos não possuíam a capacidade intelectual exigida para tal discernimento, além da familiaridade e proximidade com o “feiticeiro”, mas “[...] para com as famílias brancas, de boa educação, que em tempos de epidemias, como as de varíola, enchiam a cidade e suas casas de pipoca para agradar Xapanã, orixá no Brasil, associado à doença.”<sup>494</sup>

É exatamente sobre as “possessões demoníacas” dos santos sobre o corpo e a mente dos humanos que repousaria a principal aplicação do estudo sobre as lições estabelecidas por Nina Rodrigues em seu livro *“As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”*, pois essas incorporações, análogas ao sonambulismo, que podem

<sup>492</sup> SERAFIM, Vanda Fortuna. **Nina Rodrigues e a “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - Século XIX): uma discussão teórica.** 2013. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=803&path\[\]=pdf\\_602](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=803&path[]=pdf_602). Acesso em: 24 jan 2014.

<sup>493</sup> RODRIGUES, 1935, p. 86-87.

<sup>494</sup> SERAFIM, 2013, p. 212.

durar até dias, retiram dos negros e seus descendentes, a total consciência de seus atos sendo seguidas de uma total inconsciência e amnésia, o que ocasionaria, assim, no campo criminal, a inimputabilidade, ou seja, a religiosidade negra também seria um fator de risco para a defesa da sociedade branca se o aspecto Classicista perdurasse ignorando a realidade expressada nos terreiros brasileiros.

Nossa conclusão é oriunda de uma afirmação do próprio Nina Rodrigues que afirmou que a questão da (in)consciência: “é talvez a consequência principal dessa alteração da *synthese actual* dos *phenomenos*.”<sup>495</sup>

A dupla personalidade que o “estado de santo”, ou “possessão deminiaca” provoca é assim definida pelo autor:

A pessoa em quem o santo se manifesta, que *está* ou *cai de santo* na gíria de *candomblé*, não tem mais consciência dos seus atos, não sabe o que diz, nem o que faz, porque quem fala e obra é o santo que delle se apoderou. Por esse motivo, desde que o santo se manifesta, o indivíduo, que é delle portador, perde sua personalidade terrestre e humana para adquirir, com todas as honras a que tem direito, a do deus que nelle se revela.<sup>496</sup> [sic]

Mais adiante, sobre a manifestação o autor declara:

A manifestação da possessão elo santo varia muito de grau, ou de intensidade. Desde o delírio maníaco furioso e prolongado, desde perturbações delirantes de forma de possessão mais ou menos incoherente, mais ou menos systematizada, desde o verdadeiro estado de santo sob a fôrma classica de oráculos, essas manifestações podem ir até ligeiros accidentes de ataques hystericos frustros, ou mesmo a simples excitação ou atordoamento passageiro provocado pela fadiga e em particular dansa.<sup>497</sup> [sic]

Após presenciar a possessão, súbita, de Fausta, uma moça negra ainda não iniciada que caiu em “estado de santo” ao acompanhar, ao lado de Nina Rodrigues, um candomblé, o médico a hipnotizou em seu consultório induzindo-a ao “estado de santo”. O estado de sonambulismo, por meio da sugestionabilidade, foi facilmente alcançado, e quando o médico, energicamente, afirmou que ela iria “cair de santo” ela realmente incorporou, mas seu poder, frente ao santo, não resultou em sucesso, pois o espírito de *Oubatalá* não obedeceu às suas ordens, demonstrando que o poder da divindade africana era tamanho que nem o saber médico podia intervir em sua vontade, concluindo Nina que a passividade e inconsciência humana seriam substituídas, nesses estados, pela resistência e consciência plena espiritual.<sup>498</sup>

<sup>495</sup> SERAFIM, 2013, p. 138.

<sup>496</sup> RODRIGUES, 1935, p. 99-100.

<sup>497</sup> Ibid., p. 108.

<sup>498</sup> Ibid., p. 120-121.

No caso relatado, restou a Nina fazer o que a entidade pediu: deixá-la ir embora, o que foi feito com um copo com água dado à Fausta, ou seja, se o espírito não podia ser controlado, sua incorporação e desincorporação poderiam ser realizadas pelos médicos.

Sobre a necessidade imprescindível de se conhecer pessoalmente os fenômenos que dotam os humanos de poderes sobrenaturais, experiências que caberiam aos médicos-cientistas, Nina Rodrigues afirma:

É preciso ter sido testemunha dos trejeitos, das contorsões, dos movimentos desordenados e violentos a que os negros se entregam nas suas dansas sagradas, pór horas e horas seguidas, por dias e noites inteiras; é preciso tel-as visto cobertas de suor copisissimo que as companheiras ou prepostas especiaes enxugam de tempos a tempos em grandes toalhas ou pannos; é preciso tel-as visto assim com as vestes literalmente encharcadas de suor e a dansar sempre; para se poder fazer uma idéa do que é e do que póde aquelle exercício extenuante, mas que em vez de abatel-os cada vez os exalta e excita mais.<sup>499</sup> [sic]

Consoante às lições de Vanda Fortuna Serafim:

A sinceridade dos negros fetichistas seria garantida pela manifestação anormal, a incontestável alienação passageira, que por ignorância atribuíam à intervenção sobrenatural do fetiche. Para Nina Rodrigues, os oráculos fetichistas e as possessões de santo seriam estados de sonambulismo com desdobramento ou substituição de personalidade.<sup>500</sup>

Após a conclusão de que as possessões nem sempre são verdadeiras, alcançadas por sua intervenção em outro caso, ocasião em que diagnosticou a paciente como “hysterica”, Nina Rodrigues observa que: “A determinação da natureza dos phenomenos observados é, no emtanto, uma questão que não importa mais ao estudo do sentimento religioso do negro do que ás conveniência praticas da apreciação medico-legal do estado mental da raça negra.”<sup>501</sup> [sic]

A questão do transe se coloca exatamente no conflito entre a medicina, como saber oficial, e as outras religiões, principalmente as de matrizes africanas com a criminalização dos “médicos negros”, curandeiros, feiticeiros, etc., enfim, as “práticas mágicas”, que demandavam um conhecimento cientificamente aprofundado, dos médicos, para estabelecer, diagnosticar e mensurar seus riscos, perigos e ameaças.

Outrossim, de acordo com Paula Montero, a atenção destinada ao transe não se deram por obra do acaso, pois:

[...] era preciso decidir o grau de tolerância possível para com esse fenômeno, uma vez que a criminalização das práticas de curandeiros e feiticeiros

<sup>499</sup> RODRIGUES, 1935, p.110.

<sup>500</sup> SERAFIM, 2013, p. 213.

<sup>501</sup> RODRIGUES, 1935, p. 127.

dependia da justa qualificação de sua intenção dolosa. Cabia portanto fundamentar melhor as críticas que o saber médico mantinha contra as práticas de transe para definir com mais precisão seu estatuto.<sup>502</sup>

Mas, como adverte a autora, em relação ao transe negro, ou “possessões demoníacas”, o debate ocorreu exatamente no campo criminológico sob, basicamente o aspecto científico (médico) e o religioso, no qual a influência cristã condenou moralmente esse tipo prática “deformada e invertida”, concebida como uma “patologia racial” e relacionada a crimes contra a pessoa e o patrimônio.

Assim, segundo suas palavras:

Na chave da ciência, se o transe espírita podia ser concebido como fenômeno universal da mente humana — o hipnotismo — operado por mãos incompetentes, incorrendo no crime de exercício ilegal da medicina (charlatanismo), a “possessão” era da ordem das patologias raciais, podendo levar à degeneração e ao crime. Na chave da religião, se o espiritismo pôde ser aceito como crença foi porque ao atender pobres e doentes não evidenciava intenção de dolo. Já as práticas de negros, uma vez centradas em possessão, batuques e danças “diabólicos”, não podiam ser percebidas como ritos religiosos, derivando pois para a categoria inversa, a magia, voltada para o mal e francamente ameaçadora.

Assim, pelo menos nas cidades remodeladas sob as políticas higienistas e o controle disciplinar do espaço público, como Rio de Janeiro e São Paulo, as práticas desses agrupamentos de negros foram associadas ao crime e duramente combatidas.<sup>503</sup>

A questão se alocava assim na criminalização geral das práticas negras engendradas na política assimilacionista de despersonalização dos negros, enquanto que as práticas brancas eram legalizadas sob a rubrica do direito à liberdade religiosa, lembrando que o espiritismo tinha o caráter racista.

Em relação a Nina Rodrigues, a autora estabelece este realizou um aprisionamento da questão no campo da medicina-legal, conferindo com ele um “substrato biológico”<sup>504</sup>, ou seja, se relacionaria, diretamente então, ao paradigma etiológico, conferindo à religiosidade negra, por sua natureza patológica e vinculação à natureza mental primitiva, o status de fator criminógeno, mesmo não declarado na obra, contribuindo para a criminalização das práticas das religiões de matrizes africanas.

Para Vanda Fortuna Serafim, é essa vinculação entre os fenômenos de “possessão” e o estado mental da raça negra, estágio primitivo do desenvolvimento cerebral humano, que leva Nina Rodrigues ao entendimento de que: “[...] tais práticas

<sup>502</sup> MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil**. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2006, n.74, pp. 47-65, p. 54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf>. Acesso em: 08 jan 2015.

<sup>503</sup> Ibid., p. 55.

<sup>504</sup> Ibid., p. 56.

sempre existiram como patologias, todavia apenas agora, com o desenvolvimento humano e intelectual foi possível trazê-las à luz desta explicação.”<sup>505</sup>

No decorrer desta obra, que é composta por vários artigos decorrentes de cinco anos de pesquisas, publicados em conjunto após sua morte por Artur Ramos (seu discípulo), Nina Rodrigues, após reconhecer a resistência dos negros para manter suas raízes mesmo contra a proibição dos senhores (o medo dos feitiços africanos como instrumento de garantia de sua prática), do Estado e da criminalização por parte da polícia e assim da persistência do animismo, que serviu ainda como palanque eleitoral, já que muitos políticos em busca de proteção, protegiam os terreiros com suas influências sobre a polícia<sup>506</sup>, adota a posição de assimilação, apesar da “contaminação” de muitos brancos e de outras religiões como o catolicismo e o espiritismo, estabelecendo que:

Aqui, na Bahia, como em todas as missões de catechese dos negros na Africa, sejam ellas catholicas, protestantes ou mahometanas, longe do negro se converter ao catholicismo é o catholicismo que recebe a influencia do fetichismo, se adapta ao animismo rudimentar do negro que, para tornal-o assimilavel, materializa e dá corpo e representação objectiva a todos os mysterios e abstracções monotheistas. Quando se examinam de perto as crenças religiosas do africo-bahiano, se reconhece para logo que é indispensavel estabelecer uma distincção prévia entre os Africanos que ainda existem aqui e uma minoria dos seus descendentes de um lado, e os negros creoulos e seus mestiços de outro.

Nos negros africanos que ainda existem neste estado, e nos filhos que os Africanos libertos puderam educar como entenderam, a conversão religiosa não fez mais do que juxtapôr as exterioridades muito mal comprehendidas do catholico ás suas crenças e praticas fetichistas que em nada se modificaram.<sup>507</sup> [sic]

Para Nina Rodrigues, a assimilação, contexto que não se pode perder do foco e que coloca o autor em uma posição contrária àquela pessimista e desfavorável à assimilação física do negro pela mestiçagem, já que em matéria religiosa, a mestiçagem assimilacionista comprovaria a viabilidade da extinção das práticas religiosas primitivas.

O catolicismo, por diversas questões, incluindo suas festividades que atrairiam os negros e seus descendentes mais do que as religiões africanas, acabaria por determinar a extinção dessas religiões, pois, segundo ele: “as praticas fetichistas e a mythoilogia africana vão degenerando da sua pureza primitiva, gradualmente sendo

---

<sup>505</sup> SERAFIM, 2013, p. 213.

<sup>506</sup> RODRIGUES, 1935, p. 71.

<sup>507</sup> Ibid., p. 168.



esquecidas e abastardas, ao mesmo tempo que se transfere para os santos catholicos a adoração fetichista de que eram objecto os *orisás*.”<sup>508</sup> [sic]

Entretanto, o que aparentemente seria a redenção de Nina Rodrigues à política de branqueamento do negro, haja vista a viabilidade do branqueamento/assimilação espiritual do negro, prolongamento do estágio mental racial, Vanda Fortuna Serafim nos adverte que: “apesar de aceitar a idéia de desenvolvimento, em *O animismo fetichista dos negros bahianos*, Nina Rodrigues aqui parece identificar mais a teoria da degeneração, por conta do predomínio da raça negra quantitativamente durante a escravidão, e pela mestiçagem no pós- abolição.”<sup>509</sup>

### 5.3 MESTIÇAGEM, DEGENERESCÊNCIA E CRIME.

Em sua obra posterior, “Mestiçagem, degenerescência e crime”<sup>510</sup> de 1899, Nina Rodrigues, retomando o conflito teórico entre os monogenistas e poligenistas, que perdia o sentido filosófico quando se consensualizou que a origem do homem decorreu dos primatas, determinando assim os lócus de cada raça no trajeto evolucionista, põe à prova a viabilidade da mestiçagem marginal, da América Latina e especificamente do Brasil, deixando, mais uma vez, explicita sua preocupação e comprometimento com as questões nacionais, mormente raciais e, portanto, com o projeto político de branqueamento e assimilação adotado no país como solução ao progresso.

Não é prematuro assentar que, assim como Lombroso, Nina Rodrigues partiu de suas conclusões pessimistas em relação à mestiçagem, já declaradas em sua primeira obra, para comprovar sua predestinação ao crime e a iminente degeneração do país ao adotar a política do branqueamento, isto porque ao se referir ao “quadro bem negro” que a mestiçagem marginal representava, o autor expressa suas referências teóricas onde encontramos Gobineau, Agassiz e Le Bon, além de declarar, expressamente, suas pré-conclusões: “se existe uma localidade na qual os mestiços

<sup>508</sup> RODRIGUES, 1935, p. 170.

<sup>509</sup> SERAFIM, 2013, p. 230.

<sup>510</sup> RODRIGUES, Nina. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, n.4. Tradução de Mariza Corrêa do artigo “*Métissage, dégénérescence et crime*”, publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, v.14, n.83, 1899. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400014). Acesso em: 03 mar 2014.

brasileiros constituem uma população capaz de oferecer esperanças de futuro, é certamente Serrinha. Não se deveria acreditar, no entanto, a partir da reputação da qual goza, que ela é uma exceção à regra.”<sup>511</sup>

A posição de destaque mundial que o Brasil possuía em relação ao mestiçamento é sublinhada quando o autor declara que a proporção que os cruzamentos inter-raciais na margem mundial tomaram, deveria ter chamado a atenção dos cientistas, demarcando suas críticas instaladas nas entrelinhas do estudo direcionadas, sobretudo, mas não exclusivamente, aos cientistas brasileiros que, mesmo sem estudarem os perigos e riscos que a mestiçagem representava, tornaram-na como política pública de de(re)generação, apontando suas críticas, diretamente ao discurso etiológico de Lombroso por sua omissão em relação ao mestiço e à sua influência degenerativa.<sup>512</sup>

Além da ausência quase que completa dos cientistas em relação ao mestiço, salienta Nina Rodrigues que existe uma razão preponderante na questão:

A razão principal para essa ausência de documentação é a dificuldade de separar de maneira segura a influência do cruzamento da de muitas outras causas, de ordem biológica e social, que podem ter simultaneamente exercido influência na degenerescência ou na decadência precoce desses povos mestiços e que são dadas ou invocadas como provas da ação degenerativa da mestiçagem.<sup>513</sup>

Procurando suprir a lacuna probatória em relação à degenerescência do mestiço (indivíduo ignorado pelo positivismo central, eis que é um produto marginal e por isso a omissão de Lombroso foi voluntária, pois a funcionalidade do controle social central não passava pelo produto dos cruzamentos inter-raciais, obstaculizados pela política eugênica), Nina Rodrigues adverte que: “num país inteiro e sem o recurso [d]a estatísticas no caso dos povos que se prestam a essa discussão, é quase impossível distinguir a influência da mestiçagem entre as mil outras causas complexas, suscetíveis de produzir sua decadência.”<sup>514</sup>

Os problemas situados acima seriam superados, segundo o autor pelo estudo de uma localidade pequena, onde o mestiço mantém suas características inatas e a degeneração pela mestiçagem pode ser isolada dos demais fatores, resolvendo a questão principal sobre o assunto, mas a ausência absoluta das estatísticas, obrigariam ao autor

---

<sup>511</sup> RODRIGUES, 2008, p. 07.

<sup>512</sup> Ibid., p. 03.

<sup>513</sup> Ibid., p. 03-04.

<sup>514</sup> Ibid., p. 05.

“[...] a generalizar os dados de nossa observação pessoal, o que nos obriga a atribuir um valor especial ao estudo clínico das manifestações da degeneração física e psíquica.”<sup>515</sup>

Assim, a pesquisa empírica *rodrigueana* foi realizada na localidade de Serrinha, Bahia, distante cerca de 150 quilômetros do litoral, com uma população de dois mil habitantes, pois se ali restasse comprovada a degeneração ocasionada pela mestiçagem, não haveria qualquer outra possibilidade de exceção a essa regra, sedimentando a questão e determinado, de uma vez por todas, o fracasso da política racial adotada pelo Brasil no pós-abolição.

A população local seria assim classificada, segundo o autor:

[...] de mestiços, tais como os encontrados nas regiões centrais da Bahia. O tipo pardo, que reúne em proporções muito variáveis as três raças, branca, negra e amarela, predomina. Em seguida vem, por ordem numérica, os mulatos mais ou menos escuros, em nuances muito variadas. Os negros são muito numerosos. Os indivíduos brancos, de boa cor muito clara e de cor, evidentemente mestiços de volta à raça branca, são uma pequena minoria. Os curibocas (mestiços de negros e índios) são mais numerosos do que na capital. Descendentes genuínos de índios são muito raros.<sup>516</sup>

Nestes termos, o estudo é uma continuação, ou melhor, uma complementação ao seu livro “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” em termos de ampliação dos estudos antropométricos iniciados naquela obra em apenas três indivíduos, uma tentativa de refutar as críticas sobre generalização de características meramente individuais, repetindo, nesse ponto, os passos de Lombroso na produção de seu *Homem delinquente* (modelo indutivo, experimentação e observação, coleta de dados antropométricos e casualística).

As características e vícios ontológicos herdados da raça negra, primitiva, são explicitados pelo autor, que, após indicar que “o consumo de cachaça é certamente alto”, estabelece que:

Em primeiro lugar, se ela não padece de uma indolência invencível, como muitas outras, não obstante está longe de ser realmente trabalhadora. Os procedimentos de cultivo são de fato primitivos; cultiva-se apenas os produtos mais comuns: cereais, tabaco, mandioca. É disso que se ocupam os trabalhadores durante uma pequena parte do ano, o que só exige deles um trabalho intermitente, leve, bom para mulheres e crianças mais do que para homens. As pessoas se dedicam à criação de gado, mas utilizam o mais primitivo dos sistemas; os animais, deixados soltos a pastar nos campos naturais ou não cultivados, quase voltaram ao estado selvagem e seus donos não tomam outro cuidado que o de saber onde eles foram parar. Nada mais apropriado para manter o gosto da vida nômade nesse povo semibárbaro. Em segundo lugar, sua previdência não vai muito longe; ele fica satisfeito assim que encontra o estritamente necessário à vida cotidiana; o desejo de riquezas, de bem estar, até do simplesmente confortável, não o aguilha nem o

<sup>515</sup> RODRIGUES, 2008, p. 05.

<sup>516</sup> Ibid., p. 07.

estimula ao trabalho. Entre os raros indivíduos que fazem exceção a essa regra, o espírito empreendedor é pouco progressista, sempre estreito e quase nulo.<sup>517</sup>

Outrossim, substituindo os cárceres e manicômios por uma pequena localidade habitada, preponderantemente, por inferiores, Nina Rodrigues percorre o caminho lombrosiano para encontrar nos inferiores a prova de sua inferioridade.

O falso otimismo relacionado à fama que Serrinha tinha, relacionada à climatologia e geografia, localidade já estudada por Agassiz<sup>518</sup>, é contraposto pelas profundas marcas deixadas pela escravidão e responsáveis pela repulsa dos negros ao trabalho (uma vez que só conheciam o trabalho forçado, com inúmeras privações e violências) e a entrega ao alcoolismo (a cachaça como meio de fuga de uma vida miserável), consideradas por Nina Rodrigues como provas da inferioridade racial e da degeneração causada pela mestiçagem, a confirmação de sua teoria pessimista que rechaça a viabilidade dos cruzamentos, já que os produtos seriam desprovidos de vigor físico e moral, nos quais, por consequência, o branco acabaria sendo denegrado.<sup>519</sup>

Nos estudos empíricos sobre a degeneração, Nina Rodrigues relata vinte e seis casos pesquisados, comprovando a degeneração física e mental da população mestiça, tendo como causas, a sífilis e o abuso de bebidas alcoólicas, responsáveis por uma boa parte das manifestações degenerativas, mas em relação ao alcoolismo, o autor destaca que além de seu uso no campo ser menos difundido do que na cidade pela reduzida oferta, sua propensão é natural nos mestiços, demonstração da degeneração irrefutável, sendo:

[...] preciso atentar para a tendência que a degenerescência cria em relação a essas bebidas, de modo que a embriaguez ao invés de ser uma causa poderia muito bem ser o simples sintoma de um desequilíbrio mental destinado a se agravar sob a sua influência, tanto no indivíduo quanto em sua descendência. É uma idéia que devemos ter sempre presente, para não nos enganarmos atribuindo ao vício o que é na realidade sua causa.<sup>520</sup>

Outro fator da degeneração, muito peculiar de Serrinha, por suas características de povoamento pequeno, seria a “consangüinidade” [sic], ou seja, transmissão das características inferiores pela hereditariedade identificada anteriormente por Nina Rodrigues e consideradas em sua pesquisa, procurando identificar a ascendência dos indivíduos pesquisados, sendo, além dessa remessa ancestral, normal

<sup>517</sup> RODRIGUES, 2008, p. 07-08.

<sup>518</sup> Ibid., p. 06.

<sup>519</sup> O verbo “denegrir” originalmente significa tornar negro, enegrecer.

<sup>520</sup> RODRIGUES, 2008, p. 16-17.

encontrar nos relatos do médico sobre os indivíduos pesquisados a referência ao pertencimento à “grande família” ou ao “grande grupo familiar”.

Sobre a prova da degeneração via hereditariedade, Nina Rodrigues diz que:

Ora, não podemos negar que nossa tábua genealógica principal demonstra com eloquência a grande influência da hereditariedade consanguínea sobre a degenerescência da população de Serrinha, mas é impossível atribuir-lhe uma ação maior.

Como fica evidente nesse estudo, não apenas existem em Serrinha várias famílias degeneradas sem laços de parentesco entre elas, como vemos ainda a hereditariedade atravessar facilmente as barreiras do parentesco consanguíneo.<sup>521</sup>

Mas o pessimismo absoluto em relação à mestiçagem toma leves contornos esperançosos, ao menos delimitados territorialmente à Serrinha, quando Nina Rodrigues desloca as causas da degeneração às más condições que se realizaram os primeiros cruzamentos que originaram àquela população, deslocando, aparentemente, a questão para o plano das más condições sociais e higiênicas da localidade, o que caracteriza uma discreta crítica ao Estado e à sua omissão.

Nas palavras do autor:

As causas reais das manifestações mórbidas ou de degenerescência estudadas na população de Serrinha devem ser mais longínquas e mais poderosas, e essas causas não são outras que as más condições nas quais se efetivaram os cruzamentos raciais dos quais saiu a população da localidade analisada.<sup>522</sup>

E mais adiante, Nina Rodrigues, apesar de ratificar inicialmente sua posição em relação à inviabilidade do mestiço brasileiro, chama a atenção, contudo, para a complexidade que a degeneração do mestiço toma, chegando a apontar para o caráter doentio da degeneração, e se assim fosse considerada, como uma patologia, os degenerados seriam passíveis de cura, como se extrai do seu estudo:

O cruzamento de raças tão diferentes, antropológicamente, como são as raças branca, negra e vermelha, resultou num produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores.

A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis.

Proteiforme, ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência, como entre os degenerados superiores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras, até as manifestações estridentes da degenerescência-enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes.<sup>523</sup>

<sup>521</sup> RODRIGUES, 2008, p. 17-18.

<sup>522</sup> Ibid., p. 18.

<sup>523</sup> Ibid., p. 18-19.

Entretanto, essa ilusão é desfeita quando o médico estabelece, por derradeiro, a ontologia degenerativa que vai ao encontro do seu paradigma racial-etiológico construído anteriormente, que pode restar despercebida mais cuja existência e proporção, caberia ao médico-criminólogo demonstrar, mensurando o quantum degenerativo. Assim, a falsidade do branqueamento, aquela superficialidade civilizatória que encobre a natureza primata dos mestiços, é ratificada mesmo no único local do país onde os resultados poderiam ser positivos.

De acordo com Nina Rodrigues:

Temos de convir, no entanto, que a degenerescência-enfermidade é aqui a conseqüência de uma fragilidade congênita, do germe de um desequilíbrio diatético que trabalha para a extinção da raça sem ser incompatível com a existência de uma saúde vigorosa dos indivíduos, nem, conseqüentemente, com uma certa organização social, ainda que precária, defeituosa e pouco sólida. Não seria, assim, justo considerar essas populações mestiças como enormes arraiais de enfermos ou de seres anormais; devemos ver aí, sobretudo, predispostos, nos quais a porcentagem da degenerescência-enfermidade pode ser bastante elevada, o que, nesse caso, pode servir para medir o grau de predisposição.<sup>524</sup>

A fecundidade excessiva dos mestiços brasileiros comprova a falsidade do discurso monogenista da esterilidade resultante do cruzamento entre raças distintas, provocando a involução degenerativa. De onde podemos vislumbrar a necessidade de um controle eugênico, já expressada em sua obra anterior.

A inteligência dos mestiços, mesmo as mais brilhantes, esta mais próxima de ser a manifestação da degenerescência, do que uma evolução racial, pois seria “superficial, incapaz de esforços, de uma ação continuada e durável”.<sup>525</sup> Essa posição marca uma nova aproximação à Lombroso em sua teoria que elogiava a mediocridade, de acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni, ao considerar “anormal” e inferiores tanto os “mal acabados” quanto os “gênios”<sup>526</sup>,

Como exemplo, Nina Rodrigues utiliza, entre outros, os “notáveis” irmãos Rebouças:

Um deles foi médico e professor da Faculdade da Bahia; outro, engenheiro, foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; o terceiro foi um eminente jurista. São eles em geral citados entre nós como sendo a negação mais formal da degenerescência dos mestiços. Mas esquece-se facilmente, ou finge-se ignorar, que o médico foi atingido pela loucura, e dela morreu, e que o engenheiro recentemente pôs fim a sua vida, recorrendo ao suicídio. Silva, também professor na Faculdade da Bahia, é outro mestiço notável pelo talento, apresentado como prova do valor da mestiçagem. Ora, todos sabem

<sup>524</sup> RODRIGUES, 2008, p. 19.

<sup>525</sup> Ibid., p. 20.

<sup>526</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 88.

que Silva morreu de uma mielite e sua degenerescência genésica que fazia dele um homossexual ativo é notória.<sup>527</sup>

Ao declarar que as consequências degenerativas não podem ser generalizadas, Nina Rodrigues salienta que há que se levar em consideração, em matéria de estudos sobre a mestiçagem, a distância ou a proximidade entre as raças envolvidas no cruzamento, e ao trazer os ensinamentos de Spencer utilizados em seu livro, estabelecendo que todo cruzamento entre raças muito desiguais “não produz nada de bom”<sup>528</sup> física e mentalmente, reforça sua posição contrária ao branqueamento.

A questão da climatologia também retorna no estudo, principalmente pela posição adotada por muitos estudiosos brasileiros que acreditavam que decorrente da mestiçagem, a raça branca sairia adaptada e apta a civilizar as regiões quentes do país, consideradas inóspitas por Nina Rodrigues, mantendo, contudo, sua organização mental e suas características físicas superiores.

Essa ilusão é decorrente, segundo o autor, de:

[...] uma indução não fundamentada, proveniente dos cruzamentos artificiais preconizados para os criadores de animais que conseguiram, através de uma intervenção constante e inteligente, manter entre os mestiços algumas qualidades úteis ou rendosas.

Seja permanecendo pura em relação a qualquer cruzamento, seja aliando-se às raças nativas, a raça branca degenera e se extingue quando limitada a viver nos climas tropicais.

Vemos, sem grande esforço, entre os brancos do norte do Brasil, que em geral não obtém seus meios de subsistência de rudes trabalhos agrícolas, uma raça que perece e se apaga. Seguindo uma família algo numerosa durante algumas gerações, descobre-se sem dificuldades sinais evidentes de degenerescência mórbida que se acentuam. E se comparamos os brancos do norte do país, inteligentes, mas pálidos, anêmicos, com um desenvolvimento físico frágil, com os habitantes do sul, robustos, vigorosos, sadios e rosados, o contraste será chocante.<sup>529</sup>

A criminalidade dos mestiços, sempre violenta, cuja origem era estabelecida pelo paradigma racial-etiológico antes formulado, seria influenciada, ainda, pela degenerescência, ou seja, a periculosidade do mestiço era maior do que as dos outros “inferiores” e a redução quantitativa da criminalidade em Serrinha não seria a prova de uma menor propensão ao crime, muito pelo contrário, haja vista que o caráter qualitativo dos delitos provocados por indivíduos provenientes daquela localidade, extremamente violentos, demonstraria a natureza primitiva, atávica, dos mestiços.

Sobre a criminalidade dos mestiços brasileiros, expõe Nina Rodrigues:

<sup>527</sup> RODRIGUES, 2008, p. 21.

<sup>528</sup> Id., 1957, p.127; 2008, p. 23.

<sup>529</sup> RODRIGUES, 2008, p. 24.

A impulsividade das raças inferiores representa certamente um fator de primeira ordem nesse tipo de sua criminalidade, mas se compreende facilmente que a impulsividade criminal pode ser e será em grande parte uma simples manifestação da anomalia que faz com que os criminosos sejam seres que não podem se adaptar, se acomodar ao seu meio social, refratários que são à norma social sob a qual deveriam viver.

Essa anomalia é uma verdadeira equivalência de outras formas de degeneração com as quais o crime pode, segundo o caso, se aliar ou se alternar na mesma família.<sup>530</sup>

Ao se deter sobre os crimes e a criminalidade ontológica dos mestiços nacionais, Nina Rodrigues demonstra a continuidade entre o estudo empírico em Serrinha e seu livro *“As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”*, pois utiliza um menor delinquente estudado, antropologicamente, naquela oportunidade como exemplo dos riscos que a degeneração representava, o que antes de surpreender-nos, e considerarmos fruto de uma mera “coincidência”, parece-nos indicar os reais motivos pelos quais Nina Rodrigues foi até Serrinha para realizar seus estudos, negando sua “boa vontade” em apresentar o lugarejo como uma “exceção”.

Essa questão vem estabelecida na seguinte forma: “mas do fato de que em Serrinha a criminalidade seja baixa, não se pode concluir que a degenerescência, tão nitidamente existente nesse local com seus traços mórbidos, não exerça uma influência muito forte nas manifestações criminosas.”<sup>531</sup>

Para comprovar sua teoria, Nina Rodrigues recorre ao exemplo da família de José d’Araújo, de Santo Antonio das Queimadas, recolhido à casa de correção por ter assassinado pai. Foi considerado um “criminoso nato” por Nina Rodrigues por sua precocidade, perversidade, natureza do seu crime, ausência de piedade, mentira, insensibilidade moral, etc.<sup>532</sup>

Quatro anos após a publicação de suas conclusões sobre o menor, Nina Rodrigues relata que encontrou na Serrinha:

[...] uma parte da família deste criminoso, e pude me convencer que nesta criança a criminalidade nata é apenas a manifestação de uma degenerescência muito grave da família que, se nele revelou-se pela obliteração moral que conhecemos, em seus primos se traduz nos defeitos físicos mais graves. Ele tem cinco primos, quatro dos quais examinados por mim tem as mais graves manifestações teratológicas. Além disso, contam-se entre seus ascendentes, três casos análogos, três pessoas que são o que a família chama em sua linguagem vulgar de “entrevados”. [...]

Essa associação, numa mesma família, de casos de teratologia física e moral como manifestações independentes uma da outra não poderia ser mais instrutiva. Nada demonstra melhor que o crime ou o vício, de um indivíduo

<sup>530</sup> RODRIGUES, 2008, p. 27.

<sup>531</sup> Ibid., p. 29.

<sup>532</sup> Id., 1957, p. 189-193; 2008, p. 30-33.



em aparência são e normal, pode ser expressão da mais profunda anomalia mental.<sup>533</sup>

Como testemunha ocular de um duplo assassinato de policiais locais cometidos em 1898 pelo policial Lino, mulato escuro, após ser tomado, subitamente, por “um acesso de furor destrutivo” somente interrompido com sua morte, Nina Rodrigues reforça a brutalidade dos crimes cometidos por mestiços e sua periculosidade, representada por suas instabilidades, impulsividade e rompantes de violência que possuem ligação com a primitividade atávica já que Lino não apresentava nenhuma anomalia importante, conclusão obtida após ser feita sua autópsia, quando Nina colheu os dados antropométricos, indicando a presença de tatuagens e estudou seu cérebro.

De acordo com Nina Rodrigues, a história do soldado:

[...] é bem instrutiva. Ninguém disse que ele tinha ataques. Mas não há dúvida de que se tratava de um impetuoso, um violento. Ele era reservado, taciturno, falava pouco, calma e pausadamente, mas frequentemente tinha acessos de cólera violenta. Vivia em concubinato com a viúva de um soldado, mãe de um filho de alguns meses, e várias vezes ameaçara pegar a criança pelas pernas e lhe quebrar a cabeça na parede, e isso por futilidades. No regimento de polícia, um dia feriu gravemente um de seus camaradas e foi posto na prisão por causa disso. Bebia muito, mas não era propriamente o que se pode chamar de um bêbado contumaz.

Seu estado de furor no momento em que cometeu os últimos crimes pode ser evidentemente considerado como uma manifestação de ebriedade patológica num indivíduo de temperamento epilético; mas esse temperamento vinha da família, é um legado hereditário que a mestiçagem não alterou, mas, ao contrário, exagerou a impulsividade de seus avós selvagens.<sup>534</sup>

Os relatos posteriores se referem a fatos delitivos de “membros anormais” da família de Lino, que, nas palavras do autor “[...] tem grande valor, já que facilita extremamente a compreensão exata da impulsividade dos mestiços.”<sup>535</sup>

Destas narrativas, podemos observar como causas dos crimes, além da agressividade inata e do alcoolismo “costumeiro” dos mestiços, dentre outras, a cólera, o ciúme e a vingança, características elencadas por Lombroso aproximando, assim, o mestiço brasileiro do criminoso nato italiano, marcando também suas diferenças, pois a suposta civilidade que se espera dos negros e seus descendentes se torna impossível por sua natureza primitiva, inadaptável à ordem social alcançada no século XX.

<sup>533</sup> RODRIGUES, 2008, p. 33-34.

<sup>534</sup> Ibid., p. 37-38.

<sup>535</sup> Ibid., p. 39.

Em suas conclusões, o medo branco do ódio racial impregnado por séculos de escravidão emerge novamente, assim como a sensualidade “patológica”, integrante da degeneração ontológica do negro.

Para Nina Rodrigues:

[...] o crime, como as outras manifestações de degenerescência dos povos mestiços, tais como a teratologia, a degenerescência-enfermidade e a degenerescência simples incapacidade social, está intimamente ligado, no Brasil, à decadência produzida pela mestiçagem defeituosa de raças antropológicamente muito diferentes e cada uma não adaptável, ou pouco adaptável, a um dos climas extremos do país: a branca ao norte, a negra ao sul.

A associação do crime a francas manifestações degenerativas e sua característica de retorno aos sentimentos indomáveis dos instintos inferiores, bárbaros ou selvagens, não deixa qualquer dúvida a esse respeito.<sup>536</sup>

Da mesma forma com que Lombroso buscou a comprovação científica de sua tese, Nina Rodrigues partiu para seus estudos em Serrinha certo das consequências negativas advindas da miscigenação, pois, o pequeno povoamento comprovava de uma vez por todas a inviabilidade, os riscos e erros da adoção da mestiçagem, via política de branqueamento e assimilação negra, como política racial no pós-abolição.

As propostas de um controle racial diferenciado e segregacionista, bem como das práticas violentas racistas que mantinham a ordem escravagista e a dominação hegemônica branca no interior de uma República que “proclamava” os direitos liberais de igualdade e liberdade, sempre excludentes, seriam reforçadas pelo estudo empírico concebido exatamente para comprovar seu posicionamento anteriormente estabelecido.

O pessimismo em relação ao futuro da nação e o medo do negro que fortaleciam ainda mais o racismo brasileiro se mantinham incólumes, uma vez que, a cor negra até poderia se dissolver, mas as características primitivas e inferiores da raça negra continuariam a ameaçar a sociedade branca.

---

<sup>536</sup> RODRIGUES, 2008, p. 44.

#### 5.4 OS AFRICANOS NO BRASIL E O PROBLEMA NEGRO: “DECIFRA-ME OU DEVORO - TE”!.

“Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, viessem colocar – me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro — o problema “o Negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar, no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência que mereciam sabidos e estudados, em busca de reparação e profilaxia. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação.” (Nina Rodrigues – Introdução)

Sob o título provisório de “*O problema da raça negra na América portuguesa*”, obra ainda inacabada contendo 280 páginas, com o sétimo capítulo quase finalizado de um total de oito capítulos, quando Nina Rodrigues faleceu, em Paris, no ano de 1906, ficando ao cargo de Oscar Freire, seu discípulo, a tarefa de publicar a obra póstuma, tendo em mãos os capítulos impressos, originais, notas e vasta documentação fotográfica. Entretanto, antes da publicação, tal qual o mestre, o discípulo falece em São Paulo, nascendo assim a “maldição” do livro que só foi publicado em 1933 com o título de “*Os africanos no Brasil*” pelo temor da maldição.

No início da introdução transcrita e alocada como epígrafe deste tópico, é representativo como o negro foi situado no problema da nação no século XX, à questão se desloca para o medo branco de não conseguir resolvê-lo por sua permanência, insistência e evolução qualitativa e principalmente quantitativa. O enigma está posto: “decifra-me ou devoro-te”.

Nina Rodrigues traça uma síntese na qual o modo como o problema negro foi tratado com exclusividade por juristas “sentimentais” românticos e iludidos, ao largo dos saberes científicos médicos, em momentos históricos determinantes para a nação, principalmente na abolição da escravatura, “a maior e a mais útil das reformas” de acordo com o autor que asseverou:

Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos. Deu-se-lhe a supremacia no estoicismo do sofrimento, fez-se dele a vítima consciente da

mais clamorosa injustiça social. Em tal emergência podia protestar, debalde, contra estes exageros a História toda, que nos mostra a escravidão como um estádio fatal da civilização dos povos; em vão continuaria a oferecer-lhe tácito desmentido a África inteira, onde a intervenção dos Europeus não conseguiu diminuir sequer a escravidão; sem fruto podia clamar o exemplo dos nossos Negros e Mestiços, livres ou escravizados, que continuavam a adquirir e a possuir escravos. O sentimento nobilíssimo da simpatia e piedade, ampliado nas proporções de uma avalanche enorme na sugestão coletiva de todo um povo, ao Negro havia conferido, ex- autoridade própria, qualidades, sentimentos, dotes morais ou idéias que ele não tinha, que ele não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma para reflexões e raciocínios. Em compensação, inconscientemente, nesta ilusão benéfica e progressista, operava-se para o Brasil a maior e a mais útil das reformas, — a extinção da escravidão.<sup>537</sup>

Assim como Lombroso e tantos outros cientistas (para não generalizarmos a questão e incorrer em erro), após tantos anos de estudos e comprometimento com a ciência que se faz e se pretende, a revisão e correção de teses ou pontos equivocados, por diversas causas, é algo normal e com Nina Rodrigues não foi diferente, ao menos em parte, e sobre o problema negro, estudado pelo autor pelo viés biológico/determinista, se remetendo, assim, ao seu primeiro livro “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” entre outros trabalhos, admite: “a controvérsia suscitada por esses trabalhos começa a depurar as idéias nascidas das primeiras impressões, do que elas possam conter de exagerado e defeituoso.”<sup>538</sup>

Mas essa admissão parcial de equívocos não altera seu racismo funcional ao controle racial brasileiro, que continuava irretocável, como se observa nas palavras do autor:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Na trilogia do clima intertropical inóspito aos Brancos, que flagela grande extensão do país; do Negro que quase não se civiliza: do Português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o Branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos Mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca. [...]

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os Negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o

<sup>537</sup> RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010, p. 10-11.

<sup>538</sup> Ibid., p. 17-18.

caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo. Este juízo que não disputa a infalibilidade ou a inerência, nem aspira proselitismo, obedece, na sua emissão franca e leal, não só ao mais rudimentar dever de uma convicção científica sincera, como aos ditames de um devotamento respeitável ao futuro da minha pátria. Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça Negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. É esta, para um brasileiro patriota, a evocação dolorosa do contraste maravilhoso entre a exuberante civilização canadense e norte-americana e o barbarismo guerrilheiro da América Central.<sup>539</sup>

Os contornos que o problema negro e do negro se expressam para Nina Rodrigues, após mais de uma década de pessimismo, fazem-no adotar, definitivamente, o discurso do branqueamento como solução ao problema, e para isso, recorrerá à história dos negros brasileiros para obter o conhecimento necessário (fator fundamental do cientista) à solução racial nacional.

Uma saída estratégica que marca sua aliança com os partidários e ideólogos do controle racial brasileiro que determinaram o extermínio silencioso negro, o saber médico não poderia ficar relegado das políticas públicas, à sombra do saber jurídico, e Nina Rodrigues, ao que parece, percebeu que de nada adiantava travar uma guerra há muito perdida, pelo menos no âmbito teórico, pois não podemos perder de nosso horizonte que sempre foi a prática do controle racial do negro a preocupação e comprometimento do autor, afinal “se não pode com seu inimigo, junte-se a ele”.

Essa posição assimilacionista é encontrada nas palavras do próprio Nina Rodrigues: “o problema “o Negro” no Brasil tem, de fato, feições múltiplas: uma do passado, — estudo dos negos africanos que colonizaram o país; outra do presente: — Negros crioulos, Brancos e Mestiços; a última, do futuro: — Mestiços e Brancos crioulos.”<sup>540</sup>

Entretanto, como ensina Vanda Fortuna Serafim, a obra é uma reformulação, sobre o aspecto religioso, da obra anterior, pois se a questão do *animismo fetichista* foi estudada somente pelo viés catolicista, o islamismo, a heterogeneidade da origem dos povos africanos trazidos para o país e seus descendentes, suas nacionalidades, línguas e crenças, etc., a preocupação com a diversidade étnica negra e

<sup>539</sup> RODRIGUES, 2010, p. 14-16.

<sup>540</sup> Ibid., p. 18.

a nascente necessidade de sua discriminação<sup>541</sup> irão levar Nina a reconsiderar algumas de suas posições nesse estudo em relação à raça negra, inclusive identificando a questão negra em termos de raças e povos africanos.

Marca de seu comprometimento científico, Nina Rodrigues sempre observou a diversidade do mundo negro e a necessidade de considerar as especificidades nacionais nas pesquisas científicas. Assim, discriminando os diversos matizes africanos, formadores da nação “[...] acreditava que ao julgá-los separadamente, discriminando as suas capacidades relativas de civilização e progresso, no sangue negro poder-se-ia encontrar algumas das nossas virtudes e muitos dos nossos defeitos.”<sup>542</sup>

Essa discriminação e conhecimento mais aprofundado, fez com que Nina Rodrigues nutrisse certo respeito, valorização e reconhecimento em relação à raça negra em sua heterogeneidade, uma “relativização” estratégica que adequou seu racismo na política assimilacionista, dotando certos povos africanos de qualidades brancas, considerados, portanto e a partir de então, superiores dentre os inferiores, mais próximos da raça branca, como estabelece Vanda Fortuna Serafim ao defender que:

Dado que a escravidão de africanos no Brasil teria sido contemporânea à colonização, Nina Rodrigues explicaria que a raça negra que havia argamassado com o seu suor os alicerces econômicos da civilização e independência brasileira, dominava pelo número, em relação a brancos e índios, e por sua dissolução na mestiçagem. Apesar desta enorme influência, haveria por parte dos brasileiros uma forte tendência em secundarizar a relevância da presença africana e a generalizar as populações africanas.<sup>543</sup>

Ao especificar quais povos africanos e quais as características ontológicas de cada nação, Nina Rodrigues acaba por hierarquizar os negros, a partir do aspecto religioso, como a exemplo dos *Haussás*, negros que desenvolveram relações comerciais, com a religião próxima a um monoteísmo, se distinguindo, portanto, em seu estágio de desenvolvimento mental, dos demais africanos fetichistas, em outras palavras, nem todo negro seria um negro, as variações no fenótipo e aspectos culturais possibilitavam um branqueamento, se não demonstrado fisicamente ao menos na alma. Dividir para conquistar, essa era a tática!.

Para Nina Rodrigues:

Não eram negros boçais os Haussás, que o tráfico lançava no Brasil. As nações do Haussá, os reinos célebres de Wurnô, Sókotô, Gandô, etc., eram florescentes e dos mais adiantados da África Central. A língua Haussá, bem estudada por Europeus, estendia-se como língua de comércio e das côrtes por vastíssima área; e sua literatura, ensina E. Réclus, era principalmente de

<sup>541</sup> RODRIGUES, 2010, p. 22.

<sup>542</sup> SERAFIM, 2013, p. 237.

<sup>543</sup> Ibid., p. 237-238.

obras religiosas, mas além disso havia manuscritos da língua indígena, escritos em caracteres árabes. Dentre as suas cidades importantes destacam-se Kanô e Katsena a que Richardson chamou a “Florença dos Haussás”. Era natural e de prever que de uma nação assim aguerrida e policiada, possuída, além disso, de um sentimento religioso capaz de grandes empreendimentos como era o Islamismo, não poderia fazer passivas máquinas de plantio agrícola a ignorante imprevidência de senhores que se davam por tranquilizados com a conversão cristã dos batismos em massa e deixavam, de fato, aos Negros, na língua que os Brancos absolutamente ignoravam, inteira liberdade de crenças e de pensamento.<sup>544</sup>

Para Vanda Fortuna Serafim, a partir da religiosidade, manifestação do desenvolvimento intelectual do negro, mensurado por Nina Rodrigues de acordo com a proximidade ou afastamento do modelo monoteísmo (por isso os negros adeptos ao Islamismo conquistaram a simpatia do médico<sup>545</sup>), o autor substitui àquele pessimismo e a teoria da degeneração pela teoria do desenvolvimento e por certas doses de alteridade e filantropia.<sup>546</sup>

Após se deter às questões ligadas às diversas manifestações culturais negras, africanas e brasileiras, Nina Rodrigues, ao tentar mensurar a “Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil, e dos seus descendentes” revela sua única preocupação: “[...] aqueles povos negros, que, pelo número de colonos introduzidos, pela duração da sua imigração, ou pela capacidade e inteligência reveladas, puderam exercer uma influência apreciável na constituição do povo brasileiro.”<sup>547</sup>

Para o autor, esses povos estariam representados aqui da seguinte forma:

- I. Chamitas africanos:  
*Fulás, (Bérberes (?), Tuaregs (?)).*  
 Mestiços chamitas : *Filanins, Pretos-Fulos.*  
 Mestiços chamitas e semitas: *Bantus orientais.*
- II. Negros bantus:  
 a) Ocidentais: *Cazimbas, Schéshés, Xexys, Auzazes, Pximbas, Tembos, Congos (Martius e Spix), Cameruns.*  
 b) Orientais: *Macuas, Anjicos (Martius e Spix).*
- III. Negros Sudaneses:  
 a) *Mandês: Mandingas, Malinkas, Sussus, Solimas.*  
 b) Negros da Senegâmbia: *Yalofs, Falupios, Sêrêrês, Kruscacheu.*  
 c) Negros da Costa do Ouro e dos Escravos: *Gás e Tshis: Ashantis, Minas e Fantis (?) Gêges ou Ewes, Nagôs, Beins.*  
 d) Sudaneses centrais: *Nupês, Haussás, Adamauás, Bornus, Guruncis, Mossis (?).*
- IV. Negros Insulani: *Bassós, Bissau, Bixagós.*<sup>548</sup>

O que estava em questão para Nina Rodrigues não era a inferioridade do negro, fato inquestionável perante sua evidência, mas sim sua constituição orgânica que

<sup>544</sup> RODRIGUES, 2010, p. 47.

<sup>545</sup> SERAFIM, 2013, p. 239.

<sup>546</sup> Ibid., p. 242; 244.

<sup>547</sup> RODRIGUES, 2010, p. 288.

<sup>548</sup> Loc. cit.

dividia as opiniões entre os que consideravam sua natureza definitiva ou transitória, ou seja, irreparável ou remediável. Assim, era a civilização dos negros e, portanto do Brasil, o mote da questão.

Para a posição que considerava essa natureza definitiva, Nina Rodrigues, utilizando como exemplo a ossificação precoce das suturas cranianas (característica utilizada por Lombroso como prova da inferioridade negra), ocasionando a interrupção do desenvolvimento cerebral, afirma:

Bem pouco valiosas e procedentes se afiguram estas razões. A ossificação precoce das suturas cranianas, excluído o caso patológico aqui inadmissível, há de ser um produto da evolução morfológica, proporcional e paralela à evolução funcional, de que é um caso apenas o desenvolvimento físico ou mental. Impossível, pois, tornar uma responsável pela outra. A ossificação será precoce mas não prematura, pois ocorre em tempo e de harmonia com o reduzido desenvolvimento mental de que os povos negros são dotados.<sup>549</sup>

Isso não quer dizer que a posição da transitoriedade possa dotá-la de um otimismo irrefutável rumo à evolução negra pelo branqueamento, a afirmação, em tom de advertência, é fundamentada pelo autor da seguinte forma:

A alegação de que por largo prazo viveu a raça branca, a mais culta das seções do gênero humano, em condições não menos precárias de atraso e barbaria; o fato de que muitos povos negros já andam bem próximos do que foram os brancos no limiar do período histórico; mais ainda, a crença de que os povos negros mais cultos repetem na África a fase da organização política medieval das modernas nações européias (Beranger Feraud), não justificam as esperanças de que os negros possam herdar a civilização europeia e, menos ainda, possam atingir a maioria social no convívio dos povos cultos.<sup>550</sup>

Nessa conjuntura conflitiva, o discurso de Nina Rodrigues toma contornos conciliatórios que permitiriam ao saber/poder médico avocar o problema do controle racial, se não em termos monopolizantes ao menos não ignoráveis, propiciando assim um livre trânsito nas discussões criminológicas, sendo, contudo, imprescindíveis à contribuição científica, que, se levada em consideração quando da adoção do Classicismo e da política de branqueamento, o problema negro poderia ter sido resolvido, e a “esfinge” não mais ameaçaria.

Assim, para o autor:

O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização europeia. E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os

<sup>549</sup> RODRIGUES, 2010, p. 289.

<sup>550</sup> Ibid., p. 290.



povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social.<sup>551</sup>

A importância do saber científico continuava, portanto, na mensuração da quantidade de degeneração que cada indivíduo, localizado naquela subdivisão racial negra, poderia transmitir aos mestiços brasileiros, mantendo, assim, sua posição degenerativa da nação, mas adotando, agora, a mestiçagem como solução, em outros termos, a patologia degeneração prescindia de uma prescrição médica da quantidade e qualidade do mestiçamento a ser administrado.

De qualquer forma, dando continuidade aos estudos criminológicos iniciados em seu livro primevo, a necessidade de individualização para determinação da “herança criminosa” iluminada por Evandro Charles Piza Duarte<sup>552</sup>, mantém seu funcionalismo e a permanência sua tese sobre a responsabilidade penal dos negros.

A questão é colocada claramente pelo próprio Nina Rodrigues quando revela que para solucionar o problema específico de nossa margem, imprescindível é:

[...] determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro, para a grande massa da sua população de cor.<sup>553</sup>

O problema da assimilação negra, seu extermínio intangível que foi definida como política pública de (des)integração fica, assim, explicitamente engendrado no problema negro geral, logo em seguida, apresentado objetivamente pelo autor, reforçando em seu interior, sua posição eugênica dantes declarada:

Capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço árioafricano; necessidade do seu concurso para o aclimamento dos brancos na zona intertropical; conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país: tal é na expressão de sua rigorosa feição prática o aspecto por que, no Brasil, se apresenta o problema o Negro.<sup>554</sup>

Nos termos elencados até o presente momento, podemos observar que a necessidade de um controle racial funcional orientado à prática e formatado pelo

<sup>551</sup> RODRIGUES, 2010, p. 290.

<sup>552</sup> DUARTE, 2011, p. 242.

<sup>553</sup> RODRIGUES, 2010, p. 291.

<sup>554</sup> Ibid., p. 291.

branqueamento, fez com que Nina Rodrigues fosse até a raiz do problema negro, inovando em alguns aspectos, mantendo, porém, sua base lombrosiana demonstrada pela permanência do paradigma racial-etilógico, outrora traduzido, em seu capítulo IX, intitulado: “*A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil*”, na qual a teoria atávica é revisitada pelo autor, para o qual, continua sendo uma das causas ontológicas da criminalidade negra, que, por questões de “inadaptação do indivíduo à ordem social adotada pela geração a que ele pertence, [...] quando se corporizou na inadaptação às condições existenciais de uma sociedade, que é a sua, constitui a criminalidade normal ou ordinária.”<sup>555</sup>

Destarte, a questão se desdobra em espécies diversas que a criminalidade negra se manifesta, encontrando como outra causa dos crimes cometidos pelos negros e seus descendentes, a “sobrevivência”, que seria com a qual, Nina Rodrigues complementa sua tradução do paradigma racial-etiológico.

Consoante a conceituação de Nina Rodrigues:

A sobrevivência é um fenômeno antes do domínio social, e se distingue do primeiro pela continuidade que ele pressupõe: representa os resquícios de temperamentos ou qualidades morais, que se acham ou se devem supor em via de extinção gradual, mas que continuam a viver ao lado, ou associados aos novos hábitos, às novas aquisições morais ou intelectuais.<sup>556</sup>

A “sobrevivência criminal” ou “criminalidade étnica”, um tipo extraordinário, especial, de criminalidade negra, em que pese ser o tipo mais manifestado, decorria da sua incapacidade intelectual de compreensão do estágio jurídico alcançado pela “civilização”, da antijuridicidade das normas sociais brancas, sendo originários ainda de suas crenças religiosas (fundamento que possibilitou Nina Rodrigues a considerar que as insurreições negras (“sublevações negras”) seriam crimes desse tipo, verdadeiras “guerras religiosas”, e não atos de mera insubordinação ou contra as senzalas que deveriam ser as justificativas utilizadas à época para a repressão dos levantes e suas dizimações<sup>557</sup>) e da concepção “primitiva” retributiva da “Lei de talião”, conforme explica Nina Rodrigues:

<sup>555</sup> RODRIGUES, 2010, p. 300.

<sup>556</sup> Loc. cit.

<sup>557</sup> Sobre a Revolta dos Malês, Nina Rodrigues (2010, p. 64) estabelece: “Era evidente que a justiça, o governo e o clero não chegaram a compreender o espírito da insurreição. Os mestres, missionários, alufás ou *marabus*, ocuparam lugar secundário na repressão. Pedro Luna, o Alumá, a quem se fizeram referências insistentes como a chefe muito influente, foi denunciado, mas em seguida posto em liberdade. Não rezam os autos por que Elesbão do Carmo, ou Dandarará, não foi pronunciado. Pacífico ou Licutan, condenado a mil açoites que recebeu. Sanim ou Luiz, condenado à morte, teve a pena de 600 açoites em novo julgamento. Manuel Calafate parece ter perecido na luta.

A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem ante-jurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam.

III. A contribuição dos negros a esta espécie de criminalidade é das mais elevadas. Na sua forma, esses atos procedem, uns do estágio da sua evolução jurídica, procedem outros das suas crenças religiosas. A persistência das idéias do talião explica um grande número de crimes da nossa população negra e mestiça.<sup>558</sup>

Mantendo sua tese de que não se poderia relacionar os conceitos jurídicos de raças em estágios de desenvolvimento humano distintos e afastados, a inimputabilidade ou imputabilidade atenuada dos negros se matem na obra, uma vez que ausência de consciência das normas legais e morais brancas pelos negros é reforçada, encontrando Nina Rodrigues assim, no conceito primitivo do direito de propriedade das raças e povos africanos, “[...] a justificação moral de grande número de crimes praticados pelos negros brasileiros.”<sup>559</sup>

Sobre estes termos, conclui Nina Rodrigues que, para ele:

[...] é lícito pensar numa persistência do estágio da evolução jurídica, em que não há responsabilidades individuais nos crimes praticados contra os representantes das gentes ou tribos distintas e mais ou menos diferentes. Então os atos só são sentidos como criminosos, só despertam e ferem a consciência jurídica, quando praticados contra os membros da mesma comunidade, e não quando lesivos de comunidades estranhas. Ora, era esta a fase da evolução jurídica em que se achava grande número de povos negros, quando deles foram retirados os escravos vendidos para a América.<sup>560</sup>

Podemos então considerar, seguindo e retomando os estudos de Nina Rodrigues, considerando a permanência de alguns pontos fulcrais, que sua proposta de *apartheid* permanece, mas suas orientações ao legislador pátrio ficam relegadas ao segundo plano, pois seu objetivo se orientou para a prática de um controle racial diferenciado, se tornam mais complexas, uma vez que, se no livro “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” o problema do negro era situado na responsabilização (ou não) de sua consciência primitiva (que poderia descaracterizar

---

E, todavia, a insurreição de 1835 não tinha sido um levante brutal de senzalas, uma simples insubordinação de escravos, mas um empreendimento de homens de certo valor. Admirável a coragem, a nobre lealdade com que se portaram os mais influentes.”

<sup>558</sup> RODRIGUES, 2010, p. 300-301.

<sup>559</sup> Ibid., p. 302.

<sup>560</sup> Ibid., p. 302-303.

seus crimes para culposos ou involuntários, colocando em xeque a segurança da sociedade branca).

Já na obra em comento, além de mensurar duplamente a exata responsabilidade penal do negro e seus descendentes, individualmente, primeiro em face do estágio jurídico da raça ou povo africano ao quais estes pertencem, e após, correlacionando com a concepção jurídica civilizada, evoluída, portanto, deveriam ser considerados e tipificados, os crimes próprios de cada raça.

A pluralidade do Código Penal continuava a ser uma exigência se não se quisesse esvaziar, teoricamente, o princípio da defesa social branca que ficaria incumbido à prática do controle racial manter sua funcionalidade e funcionamento, descaracterizando o racismo (que se adequava ao projeto de assimilação, sendo, então, inominável) e o negro (já que alguns, pelas características herdadas de seu povo africano originário, teriam “qualidades brancas”, o negro de alma branca), mas se orientando pelo racismo prático que se manifestava nos atos violentos direcionados aos portadores do fenótipo negro, em maior ou menos grau.

## 5.5 A ESCOLA NINA RODRIGUES: O ALCANCE E PROJEÇÃO DO PARADIGMA RACIAL-ETIOLÓGICO *RODRIGUEANO* NO INTERIOR DO CONTROLE RACIAL BRASILEIRO.

As influências, alcance e projeção do paradigma racial-etiológico construído por Nina Rodrigues foram esquadrihadas, até certo ponto, por Mariza Corrêa ao tratar da “Escola Nina Rodrigues” formada por seus discípulos e adeptos em seu livro “As ilusões da liberdade”, para onde remetemos o leitor.

Entretanto, alguns pontos devem ser transportados para o estudo, pois além de evidenciarem a importância que Nina Rodrigues teve na conformação do controle racialsocial brasileiro, demonstram o quão funcional à nossa realidade foi a tradução da teoria lombrosiana realizada por Nina Rodrigues, além de colocar luz sobre as permanências e rupturas de seu projeto encontradas em seus discípulos, ou seja, na tradução de tradução de Nina Rodrigues, e indiretamente de Lombroso, realizadas por eles, mapeamento também realizado por Mariza Corrêa.

A figura de Nina Rodrigues é muito complexa e suas relações (profissionais, acadêmicas e pessoais) se entrecruzam pela ausência de uma delimitação clara entre as áreas do saber, fazendo com o médico maranhense, assim como outros cientistas da época, transitasse livremente entre em vários ambientes, uma “circulação espacial, institucional e política”, caracterizando-o como um “intelectual polivalente”<sup>561</sup> nas palavras de Mariza Corrêa que ainda aponta as dificuldades de reconstruir suas relações sociais pelo fato de que os relatos:

[...] parecem dar mais importância ao fato de que ele recebia os estudantes que o procuravam com um relógio na mão, para lembrar-lhes o passar do tempo (Lins e Silva, 1945) ou de que “costumava praticar alemão com uma hamburguesa à rua do Hospício, nº 149” (Andrade Lima, 1980), do que ao levantamento minucioso de suas publicações esparsas ou não traduzidas, ao esclarecimento das muitas interrogações a respeito de sua atuação pública ou à verificação de suas relações com os cientistas de outros países [...] a extensão de sua colaboração com a polícia e com o judiciário, aos quais prestou tantos serviços [...].<sup>562</sup>

Para Mariza Corrêa, Nina Rodrigues é um caso muito peculiar, produto de um contexto único no qual diversos fatores se alinharam de modo inédito e que jamais veremos novamente.

Em suas palavras:

Num período em que a ciência como legitimadora de opiniões era invocada por todos os analistas de nossos problemas sociais, a Medicina Legal foi das primeiras disciplinas a conquistar espaço institucional próprio e a definir seu agente, o perito. Especialidade e especialista se encontram em Nina Rodrigues numa combinação perfeita de momento, impossível de se repetir.<sup>563</sup>

Inserido em um contexto onde a figura do médico recebia atenção prestigiada, facilmente Nina Rodrigues se iniciaria na política, caminho que lhe garantiria maiores possibilidades de institucionalizar suas teorias, porém, extremamente comprometido com os problemas do Brasil na ordem prática, tendo como chave de pensamento a raça negra, que impulsionaram suas pesquisas ao empirismo, excluindo, assim, a figura do médico de consultório e pesquisador de laboratório, ele optou por ser um cientista,

[...] porta-voz da ciência com maiúsculas, não era das mais comuns nem das mais fáceis de manter em seu meio e naquele momento. Fazendo sua escolha, Nina Rodrigues escolheu também seus interlocutores, sua audiência e seus juízes [...]: a comunidade médica e jurídica nacional e internacional. Era enquanto cientista que ele se dirigia a outros que considerava como tais e era quase como chefe de escola que dialogava com outros chefes de escola e

---

<sup>561</sup> CORRÊA, 2001, p. 12.

<sup>562</sup> Ibid., p. 63.

<sup>563</sup> Ibid., p. 74.

ainda em nome da ciência é que ele tentava influenciar a opinião pública a favor de suas idéias.<sup>564</sup>

Seus objetivos eram acadêmicos e com a institucionalização da Medicina Legal como campo do saber autônomo e (único) responsável pela questão da criminalidade, do crime e do criminoso, seguindo as lições e objetivos de Lombroso, reclamando, ainda, uma completa separação da Medicina Clínica que tinha como pano de fundo o reconhecimento da importância do saber criminológico e sua valorização, negada há muito pelo saber político que mantinha um vínculo estreito com o saber jurídico.

Sobre a questão imprescindível da institucionalização da Medicina Legal, orientada pelas especificidades nacionais, Nina Rodrigues fala:

A par de questões médico-legais que são cosmopolitas, invariáveis, de aplicação a todos os povos e todos os países, grande número há que estão dependentes, na sua solução, de condições peculiares, variáveis de país a país. Pretender resolver estas, pela aplicação arbitrária e forçada de fórmulas e princípios verdadeiros para certos e determinados povos e climas, é falsear o rigor científico que se quer da Medicina Legal, pondo em graves compromissos os princípios da justiça e a respeitabilidade da ciência. No Brasil tudo está por fazer neste departamento.<sup>565</sup>

No âmbito acadêmico, que é atravessado pelo profissional, os objetivos de influenciar as práticas do controle racial brasileiro vêm estampados em seu plano de ação e de ensino que estabelece:

1º Promover a criação, no nosso processo judiciário, de uma organização da perícia médica com peritos especialistas, já pela propaganda universitária, já pela demonstração na imprensa da necessidade e oportunidade de tal reforma;  
2º Promover pelos mesmos meios a criação de institutos médicos-legais, de ensino prático e experimental, onde se possam formar os peritos;  
3º Promover a solução daqueles problemas médico-legais que nos são peculiares, ou tem para nós uma feição peculiar, em razão do clima, da raça, da natureza das nossas instituições políticas e judiciárias, ou do grau da nossa civilização;  
4º Dirigir o ensino da medicina legal nas faculdades médicas, de modo a criar um padrão que sirva de modelo, no seu início, aos institutos médicos-legais das chefaturas de polícia. Ao mesmo tempo, adaptar o ensino dos médicos à feição peculiar da fase que o problema médico-legal atravessa no país.<sup>566</sup>

O comprometimento com sua atuação prática no problema racial do país, transformado em “luta política pela ocupação de espaço”<sup>567</sup>, faz com que Nina Rodrigues se aproxime dos agentes responsáveis pela manutenção do controle racial enquanto as ilusões de igualdade e liberdade não passa(va)m de armadilhas teóricas, o

<sup>564</sup> CORRÊA, 2001, p. 167.

<sup>565</sup> RODRIGUES, 1902, apud CORRÊA, 2001, p. 96.

<sup>566</sup> RODRIGUES, 1902, apud CORRÊA, 2001, p. 96-97.

<sup>567</sup> CORRÊA, 2001, p. 100.

Judiciário e da polícia, que conheciam suas teorias (legitimantes de suas práticas diferenciadas). Em relação ao aparato policial, Mariza Corrêa ressaltava suas relações pessoais e diretas que, oficialmente, começaram em 1905 por iniciativa sua em um acordo firmado entre a Secretaria de Polícia e de Segurança Pública e a Faculdade de Medicina, representado por Nina.

Nesse acordo, de acordo com a autora:

[...] assinado por Nina Rodrigues, ficava estabelecido que o Pavilhão Médico Legal da Faculdade (mais tarde Instituto Nina Rodrigues) seria dirigido pelo professor de Medicina Legal, que também seria reconhecido pelo estado como perito oficial. Ali passariam a ser feitas as autópsias e outros exames policiais que na época eram realizados em hospitais separados ou num anexo da delegacia.<sup>568</sup>

Esses diálogos foram sendo reforçados à medida que Nina Rodrigues foi obtendo reconhecimento no país e no estrangeiro. Internamente, seu prestígio fez com que lhe fosse incumbido o estudo do crânio de Antonio Conselheiro, entre outros criminosos considerados como “inimigos nacionais”, quando, tal qual o estudo do crânio de Lucas da Feira, não encontrou nenhuma anomalia, abandonando a craniometria e adotando a “organização psíquica”<sup>569</sup>.

Á propósito de Canudos, importante mencionar a influência que Nina Rodrigues projetou em Euclides da Cunha demarcada por Mariza Corrêa, induzindo a um diálogo etiológico entre os cientistas marginais, para quem Euclides da Cunha leu melhor e se apropriou mais das teorias e conceitos de Nina do que seus próprios discípulos.<sup>570</sup>

O comprometimento de Nina Rodrigues com os problemas nacionais, principalmente o problema negro, eixo central de suas pesquisas, que orientaram sua (im)parcialidade científica marginal, alicerçado nas teorias centrais que contornam seu pessimismo e o mantiveram próximo daquele polo produtor de saber/poder, aliado à procura por reconhecimento no cenário criminológico internacional (que o levou à uma única viagem ao centro em 1906, pouco antes de falecer, para visitar Lacassagne, ocasião em que aproveitou para adquirir “instrumentos modernos para aparelhar a Morgue [necrotério] da Faculdade e assistindo às autópsias praticadas por grandes médicos franceses”<sup>571</sup>), demandaram uma estratégia científica diferenciada,

---

<sup>568</sup> CORRÊA, 2001, p. 102.

<sup>569</sup> Ibid., p. 120.

<sup>570</sup> CORRÊA, 2001, p. 39-40.

<sup>571</sup> Ibid., p. 134-135.

contraditória a primeira vista mas que se adéqua exatamente ao público alvo pretendido, como expõe Mariza Corrêa ao afirmar que:

Quando escrevia para as revistas estrangeiras, Nina Rodrigues tendia a ‘exortar’ ao máximo a nossa realidade como um todo, citando quase sem discriminação casos de ‘crime’ ou ‘loucura’ de negros, ou supostos mestiços, de todas as regiões do país. Nas publicações nacionais, ao contrário, distinguia nitidamente a área ‘civilizada’ do país das regiões sob o domínio dos ‘bárbaros’. E quanto mais suas observações se afastavam do centro ‘civilizado’ da nação, tanto mais coerentes se tornavam suas afirmativas a respeito da perfeita equivalência entre raça e cultura.<sup>572</sup>

Mas se em termos de busca por reconhecimento essa dualidade não causa qualquer estranheza, ao tomarmos como referência sua posição minoritária, definida pela eugenia e pessimismo em relação à mestiçagem, em pleno desenvolvimento e expansão da política de branqueamento e logo depois a assimilação do negro, na qual se manteve fiel por boa parte de sua vida, é inevitável pensarmos em um paradoxo, já que se Nina utilizasse esse mesmo artifício camaleônico suas teorias poderiam ter um longo alcance no âmbito legislativo e, por conseguinte, influenciar não só a prática, mas a teoria do controle racial brasileiro.

Em relação aos discípulos (assim autodenominados) que formaram essa “escola”, Mariza Corrêa se detém em Oscar Freire (médico e professor de Medicina Legal) em São Paulo, Afrânio Peixoto (médico, político, professor, romancista e historiador) no Rio de Janeiro e Arthur Ramos (psicólogo, etnólogo, folclorista e antropólogo) com atuação no Rio de Janeiro, Estados Unidos e na UNESCO, em 1949, quando foi diretor do Departamento de Ciências Sociais e esboçou o Projeto UNESCO no Brasil, todos agentes a serviço do Estado, e ao se debruçar no legado de Nina Rodrigues à sua “escola” a autora conclui que há uma descontinuidade que se concretiza pela ruptura e não pela permanência teórica do mestre, substituindo a questão racial pela luta de classes.<sup>573</sup>

Nos dizeres da autora:

[...] a perspectiva ‘racista’ de Nina Rodrigues, explicitamente condenada por seus discípulos, parecia ser mais reveladora dos conflitos sociais que eles negarão em nome de uma harmonia racial e social, do que as noções de ‘sincretismo’ ou ‘aculturação’ utilizadas por eles para nomear esta harmonia ao substituir a noção de raça pela de cultura. Para Arthur Ramos, principal agente desta substituição, a liberdade era tão ilusória como para Nina Rodrigues, mas por outras razões – “agimos como se fôssemos livres”, dizia ele, ao utilizar uma versão modernizada do atavismo já combatido por seu mestre, a teoria da mentalidade pré-lógica de Lévy-Bruhl. A ‘raça’ ou o ‘incosnciente’ serviriam, ambos, em momentos diferentes para comprovar a

<sup>572</sup> CORRÊA, 2001, p. 151.

<sup>573</sup> Ibid., p. 61.



incapacidade do ser humano em dirigir-se, para apontar a ação de forças estranhas em nós, sobre nós, e que escapam ao nosso controle. A circunscrição cuidadosa dos limites da liberdade de cada um parece ter sido afinal o objeto comum a todos os membros da Escola Nina Rodrigues.<sup>574</sup>

Apesar da posição da autora, devemos levar em consideração a adesão de Nina Rodrigues ao projeto político de assimilação do negro explícito em sua obra derradeira, servindo, portanto, de orientação aos seus discípulos que ao dissolverem a questão racial no caldo conflitual de classes sociais, mantém a ininterruptibilidade e a funcionalidade desse projeto genocida até o alcance de seus objetivos, fortalecendo a ilusão do “paraíso racial” na Terra, além de sua divulgação no exterior.

A Medicina Legal somente foi institucionalizada no Brasil após a morte de Nina Rodrigues, e a atuação de seus seguidores pode ser vista pela construção dos laboratórios ou gabinetes de medicina legal ou antropologia criminal, sendo transformados, na década de 1930, em Institutos Médico-legais, que receberam os nomes de Oscar Freire em São Paulo e Afrânio Peixoto no Rio de Janeiro.<sup>575</sup>

Quanto a Nina Rodrigues, o Instituto Médico-legal fundado por ele em 1905, recebeu seu nome após sua morte, homenagem oferecida por Oscar Freire, que em 1950 recebeu o nome de Estácio de Lima, funcionando junto à Faculdade de Medicina da Bahia até 1979 quando foi transferido.

Nas instalações do Instituto ficava instalado o Museu Antropológico Estácio de Lima, onde a exposição de seu acervo seguia, até 1997, uma ordem nada ocasional que ilustra e funcionaliza, em seu silêncio, as teorias de Nina Rodrigues.

A primeira era composta por armas e diversos instrumentos utilizados em delitos, artifícios fabricados e utilizados no tráfico de drogas, etc. A segunda, “[...] encerrava exemplares teratológicos da colheita dos legistas baianos: aberrações anatômicas diversas, fetos hidrocefalos, essas coisas. A terceira parcela do seu acervo é que era formada pelos objetos de culto do candomblé”<sup>576</sup>, entre vestimentas, adereços e instrumentos utilizados nos terreiros baianos que foram apreendidas pela polícia durante a criminalização religiosa negra de matriz africana, findada apenas em 1960.<sup>577</sup>

De acordo com Ordep Serra:

No dito Museu, a princípio batizado com o nome de Nina Rodrigues, depois com o de Estácio de Lima, nunca houve qualquer indicação do motivo que levaria a compor mostra tão heteróclita. Mas o recado silencioso das peças

<sup>574</sup> CORRÊA, 2001, p. 257.

<sup>575</sup> Ibid., p. 170.

<sup>576</sup> SERRA, p. 03.

<sup>577</sup> Ibid., p. 05.

era claro: o conjunto de itens colocado ao lado de aberrações da natureza e de documentos da delinquência só podia ler-se no modo negativo, como testemunhos de um desvio, de taras, de uma patologia.<sup>578</sup>

Até o ano de 1969, o Instituto tinha exposta a cabeça de Virgulino Ferreira, o cangaceiro Lampião, morto em 1938, junto com as cabeças de integrantes de seu bando, incluindo a de Maria Bonita.<sup>579</sup>

---

<sup>578</sup> SERRA, p. 04.

<sup>579</sup> ARAS, Vladimir. **A cabeça de Lampião**. Disponível em: <https://blogdovladimir.wordpress.com/2011/05/04/a-cabeca-de-lampiao/>, 2011. Acesso em 15 jan 2015.

## CONCLUSÃO

Ao realizarmos o diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues, na relação entre o centro colonizador e a margem brasileira colonizada, percebe-se como a Criminologia Positivista se desenvolveu e se (re)legitimou continuamente, já que atrelada ao desenvolvimento das ciências concebidas como sinônimo de desenvolvimento, em termos de funcionalidade e comprometimento com o controle e a ordem social lá, transformados em raciais aqui, por conta exatamente de nosso racismo estrutural, estruturante e condicionante.

Porém, essas não são características exclusivas da margem, uma vez que como prática discriminatória, o racismo foi concebido mesmo antes do centro, se encontrando também em sua fundação, delimitando suas fronteiras, caracterizando seus “Outros” e sua ascendência africana renegada.

Em termos criminológicos, demarcados neste trabalho na transição entre o Classicismo e o Absolutismo, o racismo proporcionou a deslegitimação do discurso metafísico igualitário quando esse discurso deixou de ser funcional aos objetivos da burguesia que ao lançar seus olhos para o outro lado do Atlântico, impulsionada pela cobiça pré-capitalista, encontrou as raças cuja diferença e inferioridade, em um primeiro momento, não necessitavam de comprovação ou justificação teórica, já que a cor da pele, o primeiro fator racial hierarquizante, caracterizava os primitivos (negros) e selvagens (índios).

Destarte, a ligação visceral entre o Classicismo e o contexto socioeconômico emergente desenhou a estrutura do Estado moderno e formatou o controle social sobre a idéia contratualista, configurando um novo atlas mundial, no qual a história dos vencidos ainda é ocultada. Nesse contexto, a alteração substancial na natureza da sanção penal na transição Absolutismo-Classicismo, conferiu utilidade e funcionalidade à prisão como fábrica de mão de obra dócil e submissa a partir da disciplina carcerária que, objetivando a economia em termos correccionais, modelava os corpos dos “criminosos” sem tocá-los.

A modelação da “alma” do apenado toma a proporção de controle social generalizado a partir do *Panóptico benthamiano*, que fez mais do que impulsionar o disciplinamento às instituições sociais (escola, família, igreja, etc.), ela abre a porta da questão criminal para Cesare Lombroso no sul da Itália, onde sua ciência, endossada

pelo já aclamado Darwin, preparou um cenário propício para o início do progresso e desenvolvimento da região, concretizando a unificação daquele país, partindo do *delinquente* (autor do fato crime) para encontrar no *infrator* o operário em potencial.

Conhecendo os motivos que levaram ao fracasso o discurso policial, Lombroso não cometeu os mesmos erros, criando, a partir da união entre os postulados funcionais penais e policiais o discurso médico, um saber criminológico que ao romper as barreiras judicantes introduz uma correlação obrigatória entre a individualidade do infrator e sua periculosidade, e com ele, a necessidade de conhecer a verdadeira natureza do delinquente que orienta(va) o tratamento via correccionalismo e à sua indeterminação.

Porém, para sua consolidação como saber hegemônico e defensor dos objetivos burgueses, os limites impostos pelo próprio Classicismo se tornaram obstáculos, assim como o saber jurídico que viu seu prestígio ameaçado pelos novos tempos, e ao perder sua funcionalidade a filosofia e a metafísica precisavam de uma complementação em relação a seus pontos disfuncionais tendo como referencial o desenvolvimento do sistema capitalista e, portanto do processo de industrialização, de progresso, desenvolvimento que se media pela evolução da ciência.

Cesare Lombroso, herdando o racismo radical do centro, o conhecimento e a posição central no que se referia às diferenças raciais, partiu de suas conclusões (veladas so o título de problema) à pesquisa empírica na qual “descobriu” a prova “irrefutável” da inferioridade negra, a fosseta occipital média que transformou o crânio de Villela em seu troféu.

Instrumentalizado com esse saber, o médico italiano, responsável por ditar os rumos do progresso italiano, traduziu o paradigma etiológico inquisitório concebido pelo saber/poder católico para a criminalização e extermínio das mulheres, dando origem ao paradigma racial/etiológico e com ele à figura do criminoso natural, vinculado ao passado primitivo (negro) pelo atavismo ou pela hereditariedade, que a partir da sua imagem estereotipada, instrumento que deixa transparecer seu discurso racista, permitiu a criminalização no centro de uma minoria.

Contexto muito diferente encontramos na margem brasileira quando o médico mestiço Raimundo Nina Rodrigues, que queria ser e se colocava branco, marcando assim a antropofagia de seu discurso (basta lembrarmos da visão externa expressa por Gobineau ao se referir à população do Brasil como “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”), traduz a teoria *lombrosiana* a

partir do racismo, reforçando-a com um arsenal teórico central que incluiu autores críticos de Lombroso em relação a teoria da delinquência nata, mas que em termos racistas eram uníssonos, complementando-a para acrescentar o mestiço, produto eminentemente marginal ignorado na teoria original.

Assim, as críticas que fizeram Lombroso rever e ampliar sua tese também foram objetos do processo de metamorfose que descreve a tradução marginal, já que estas críticas são conscientemente omitidas e substituídas com aportes racistas dos próprios autores daquelas críticas.

Enquanto a ordem racial brasileira se vê ruir na pós-abolição e com ela a hegemonia e exclusividades da raça branca, que se prepara para o conflito racial após planejar esse momento durante décadas, a teoria *lombrosiana*, transformada após o processo de tradução em *rodrigueana*, foi a legitimação que manteve o *status quo* hierárquico-racial, senão em termos de políticas públicas para a formalização do *apartheid* brasileiro em concretização prática de um controle racial segregacionista que permitiu o contínuo do genocídio negro.

Embasado em forte e histórico saber racial, Nina não necessitou construir uma teoria, mas endossar, potencializar e explicitar cientificamente as diferenças raciais responsáveis pela gênese do Brasil no momento em que o mestiçamento se tornou política pública de branqueamento da nação, e, portanto de extermínio negro, conferindo a legitimação que a raça superior brasileira necessitava para reerguer a estrutura teórica racial destruída pela máscara liberal com a qual a nova República se apresentava, defendendo sua posição de dominação de onde renegava suas raízes.

O processo de tradução marginal se apresenta com uma complexidade muito maior do que as traduções centrais, isentas de dependência, e das traduções literais, perante a qual não se pode mais falar em mera recepção, eis que, necessitaram, em prol de sua funcionalidade com objetivos declarados para a manutenção da ordem racial nacional, da utilização de vários instrumentos que adequassem essa teoria às necessidades específicas marginais, principalmente de ordens práticas.

A realidade racial construída historicamente sempre norteou e impulsionou Nina Rodrigues, marcando seu comprometimento com a ciência brasileira, que denota sua originalidade quando inseriu na teoria original a mestiçagem como fator degenerativo.

Ao seguir os passos e métodos de Lombroso, Nina Rodrigues, além da complementação, substituiu o importante instrumento de reconhecimento dos inferiores,

o estereótipo, já que o fenótipo atendia e se adequava às necessidades nacionais em função da reformulação do racismo brasileiro, a cor da pele era o sinal inequívoco e inescandível da inferioridade. Pelo mesmo motivo, a teoria tipológica perdeu sentido, ainda mais se levarmos em consideração a natureza dessa teoria que nos remete à linhagem de cada indivíduo, se utilizada, Nina Rodrigues corria o risco de divulgar sua origem mestiça.

Na realização do diálogo centro-margem, percebemos muito mais permanências teóricas, que em sua maioria tiveram suas fontes omitidas, do que rupturas. Consciente da prevalência da prática em detrimento da teoria, Nina Rodrigues utiliza seu conhecimento científico para legitimar a violência escravagista, marca indelével do nosso controle racial com o qual se promovia (e ainda se promove) o disciplinamento e a objetificação dos negros, que, seguindo os passos dos novos “cidadãos” brasileiros, ignoraram os limites das fazendas para ditar a ordem nos espaços públicos e nos lugares, por excelência, dos negros.

A Criminologia defendida por Nina forneceu a legitimidade científica ao nosso controle racial em sua prática que revela sua fidelidade à sua gênese, como deixa explícita sua proximidade com a agência policial perante a qual seu reconhecimento, internacional e nacional (observado na responsabilidade de estudar os crânios de um dos maiores e mais famosos “criminosos” brasileiros, Antônio Conselheiro), lhe conferiu o *status* de autoridade científica, elevando-o a agente público formador de intelectuais na academia, de profissionais preocupados igualmente, e por sua influência, com a prática e manutenção da ordem racial e de opinião pública nas ruas, fomentando o senso comum punitivista racial.

Nina Rodrigues, assim se tornou o representante que a polícia brasileira necessitava para exercer suas ações paralelas à legalidade defendida pelo Classicismo, figurando, pois, como o *expert* na questão negra em sentido amplo, desde suas origens africanas, passando por sua religiosidade e chegando em sua degeneração e periculosidade, um saber que assegurou a manutenção da desigualdade racial e criminalização dos negros e seus descendentes, ou seja, a grande maioria da população nacional, em todas as esferas de suas manifestações, mantendo a subjugação, os açoites e o genocídio que acorrentam os negros a novos grilhões, sempre forjados pelo velho racismo.

O paradigma racista/etiológico *rodriguelano* foi indispensável para a manutenção da ordem racial de uma sociedade periférica e mestiça, emoldurada pelos

padrões de “civilidade” e “beleza” centrais desejados pela raça/classe dominante marginal, em um momento em que o medo da “africanização” se tornou insuportável. Uma política orientada para o extermínio do gene negro, um instrumento imprescindível no pós-abolição como controle racial dos não-brancos brasileiros, protegendo os brancos não-europeus (mas que assim desejavam ser).

Ao se manter fiel, a princípio, à sua vinculação ideológica central explicitamente eugênica, enfraquece sua proposta legislativa segregacionista que restou vencida pelo discurso jurídico, mormente paulista, que concebeu a originalidade científica brasileira a partir do branqueamento e logo se destacando no cenário mundial em termos de controle racial por conta da política genocida de assimilação do negro, gênese da farsa do paraíso multirracial, no qual o negro é e sempre foi excluído.

Foi a partir de suas pesquisas sobre o animismo negro que sua (des)integração chama a atenção de Nina, uma posição que já esboça como a política de branqueamento se situa no universo *rodrigueano*. As religiões de matrizes africanas que se imbricaram com o catolicismo, contrapondo o politeísmo negro (e por isso inferior) face ao monoteísmo branco, marca da resistência negra manifesta no sincretismo, permitem o autor antever a permanência e insistência dos negros e suas manifestações espirituais, estabelecendo distinções entre as origens africanas diversas dos negros.

A religiosidade que seria mais um fator criminógeno, também seria um dos fundamentos das insurreições negras, dentre elas, a dos Malês, atraiu a atenção do autor por ser monoteísta (muçulmana), aproximando por conseguinte, esses negros dos brancos.

Sua última obra demonstra o dilema que o Brasil enfrentava no início do século XX e a posição paradoxal na qual Nina Rodrigues se inseria, o negro, problema principal da nação que obstaculizava e inviabilizava seu desenvolvimento por sua primitividade, cobra uma reposta de uma sociedade que nunca o aceitou e não aceitaria como cidadão, já que se assim fosse, seus direitos deveriam ser assegurados.

Em que pese parecer, em um primeiro momento, uma relativização ou suavização de seu racismo, a inferioridade dos negros é inquestionável, como coloca o próprio Nina Rodrigues, mas a hierarquização alocada no interior da raça negra, estruturada segundo suas origens pelas quais qualquer proximidade com o branco era um fator de menor inferioridade, permitindo uma maior tolerância com algumas “raças”, demonstra que seu paradigma, mantendo o atavismo como resposta a qualquer problema criado por estes indivíduos “não tão negros assim”, se reformulou em face do

projeto de assimilação. Era a rendição e o reconhecimento da derrota de Nina Rodrigues que orientou uma revisão de sua tese.

Nosso controle racial pôde contar com a legitimação científica de Nina Rodrigues, em termos teóricos e práticos, estabelecendo em alguns negros qualidades preponderantemente brancas, o recado era que nem todo o negro seria um negro de verdade, muitos desses “colonos” teriam a alma branca.

Nina Rodrigues assim diluindo a questão racial ao ser menos explícito em seu racismo, estabeleceu a hierarquização racial em outros termos, lição ensinada e aprendida por seus discípulos que deram seguimento à política assimilacionista que fundou a farsa de nosso paraíso racial, modelo tipo exportação que chegou à ONU indiretamente pelas mãos de Nina Rodrigues.



## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. 2002. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down068.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

\_\_\_\_\_. **Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum**. *Seqüência*. Florianópolis, UFSC, n.30, p.24-36, jun. 1995.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ARAS, Vladimir. **A cabeça de Lampião**. Disponível em: <https://blogdovladimir.wordpress.com/2011/05/04/a-cabeca-de-lampiao/>, 2011. Acesso em 15 jan 2015.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2006.

BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Nilo. Os sistemas penais brasileiros. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. (Org.) **Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ética e pós-modernidade**. In: KOSOVSKI, Ester (Org.). *Ética na comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995, 133-156.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **O que é Darwinismo**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830 (**Código Criminal**). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em 09 jan 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 (**Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**). Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo\\_norma=DEC&data=18901011&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s). Acesso em: 28 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Censo do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2014, p. 40. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em: 20 out 2014.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888**. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/pade/article/viewFile/143/132>. Acesso em: 05 jan 2015.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A História da Maconha no Brasil. In: CARLINI, Elisaldo Araújo; et al. (Org.) **Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina**. São Paulo, CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Coleção “Os pensadores”.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

\_\_\_\_\_. **Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”**. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Tradução: Francisco Eduardo Pizzolante e Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DESMOND, Adrian J.; MOORE, James R. **A causa sagrada de Darwin**: raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade. São Paulo; São Paulo: Editora Record, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2011.

ESPÍRITO SANTO, Antônio José do. **Entrevista com Maria Teresa, ex-escrava, em 1973**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/entrevista-com-maria-teresa-ex-escrava-em-1973/#axzz3NO6di32z>. Acesso em 30 dez 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Thaís Dumê. **A mulher e a criminologia**: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza – CE, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERRETI, Sergio F. **Nina Rodrigues e a religião dos orixás**. 2006. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Nina%20Rodrigues%20e%20a%20religiao%20dos%20Orixas.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Brasília, DF, 2006. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf). Acesso em: 14 jan. 2014

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elisabeth Weber. **Revolução Haitiana**: o medo negro assombra a América. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2007/revolucao.pdf>. Acesso em: 15 dez 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREITAS, Décio. **O Escravidão Brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.

GENELHÚ, Ricardo. **O médico e o direito penal**. vol. 1: introdução histórico-criminológica. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Ática, 1991.

GOULART, Mauricio. **Escravidão africana no Brasil**: das origens a extinção de tráfico. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

KARDEC, Allan. **Frenologia espiritualista e espírita - Perfectibilidade da raça negra**. Disponível em: <http://www.espirito.org.br/portal/codificacao/re/1862/04a-frenologia.html>. Acesso em: 04 dez 2014.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?: uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil**. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2007.

LARA, Eugenio. **Racismo e espiritismo**. Disponível em: [http://viasantos.com/pense/down/Eugenio\\_Racismo.PDF](http://viasantos.com/pense/down/Eugenio_Racismo.PDF). Acesso em: 04 dez 2014.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LOMBROSO, Cesare. *L'uomo bianco e l'uomo di colore: Letture sull'origine e la varietà delle razze umane*. (Tradução nossa). Bologna, Archetipolibri - CLUEB, 2012.

\_\_\_\_\_. *L'uomo bianco e l'uomo di colore: Letture sull'origine e la varietà delle razze umane*. Segunda edizione. Firenze - Torino - Roma. Fratelli Bocca, Librai di S.M. il Re d'Italia, 1892. (Edição digital - 2004)

\_\_\_\_\_. **O Homem Delincente**. Tradução, atualização, notas e comentários. Maristela Bleggi Tomasini e Oscar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz Editor, 2001.

MATTOS, Hebe; et al. **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**, 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2013/09/Invent%C3%A1rio-dos-Lugares-de-Mem%C3%B3ria-do-Tr%C3%A1fico-Atl%C3%A2ntico.pdf>. Acesso em: 23 jun 2014.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MENDES, Iba. **O maravilhoso mundo de Darwin**. Edição digital, 2013.

MENEGAT, Marildo. **Estudo sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2006, n.74, pp. 47-65, p. 54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf>. Acesso em: 08 jan 2015.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Atica, 1988.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In BRANDÃO, André Augusto. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004, 15-34.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf> Acesso em 23 jun 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O tempo dos povos africanos: suplemento didático da linha do tempo dos povos africanos**. IPEAFRO - SECAD/MEC - UNESCO, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações**

raciais no Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em 22 out. 2013.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAVARINI, Massimo. *Control y dominación. teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. 1 ed. Tradução de: Ignacio Munagorri. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

POLIAKOV, Léon. **O Mito Ariano**: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. **O saber dos juristas e o controle penal**. O debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013..

REIS, Letícia. **O mundo de pernas para o ar**: a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. 10a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

\_\_\_\_\_. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, n.4. Tradução de Mariza Corrêa do artigo “*Métissage, dégénérescence et crime*”, publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, v.14, n.83, 1899. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400014). Acesso em: 03 mar 2014.

\_\_\_\_\_. **O animismo fetichista dos negros bhaianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

\_\_\_\_\_. **Os africanos no brasil.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Salvador, 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LUIZA%20SAAD.pdf> Acesso: 25 fev 2014.

SANTOS, Isabel Alves dos. **A vida de uma abelha solitária.** 2002. Disponível em: <http://eco.ib.usp.br/beelab/solitarias.htm> Acesso em 27 jun 2014.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical.** 3 ed. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. (orgs.). **Raça e diversidade.** São Paulo: Estação Ciência: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. Dando nome às diferenças. In SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Racismo & Racistas:** trajetória do pensamento racista no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 09-44.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENTO SÉ, Carolina de Sousa Campos. **Quilombo dos Palmares.** Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/quilombo-de-palmares>, 2009. Acesso em: 11 abr. 2014.

SERAFIM, Vanda Fortuna. **Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras:** A “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - século XIX). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Nina Rodrigues e a “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - Século XIX):** uma discussão teórica. 2013. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=803&path\[\]=pdf\\_602](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=803&path[]=pdf_602). Acesso em: 24 jan. 2014.



SERRA, Ordep. **A tenacidade do racismo.** Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/24\\_A\\_TENACIDADE\\_DORACISMO\\_O\\_RDEP\\_Rev.pdf](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/24_A_TENACIDADE_DORACISMO_O_RDEP_Rev.pdf). Acesso em: 01 mar. 2014.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, In: **Anuário Antropológico/1993**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: CNPq, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOZZO, Máximo. **Viagens culturais e a questão criminal.** Tradução Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La nueva criminología: Contribución a una teoría social de la conducta desviada.** Tradução: Adolfo Crosa. 2 reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 1997.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos: o crime e o criminoso, entes políticos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

VARGAS, João Costa. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas.** Revista da ABPN, v. 1, n. 2 – jul.- out. de 2010, p. 31- 65.

WARAT, Luis Alberto. **A Fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade.** Sequencia, Florianópolis, n. 24, p. 36-54, set 1992.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **A questão criminal.** 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

\_\_\_\_\_. *Criminología. Aproximación desde una margen.* Bogotá: Temis, 1988.

\_\_\_\_\_. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

\_\_\_\_\_ et al. **Direito penal brasileiro**: teoria geral do direito penal. 2 ed. Rio de Janeiro:Revân, 2003.

\_\_\_\_\_ et al. **Direito penal brasileiro**. 4. ed. 1 reimp. Rio de Janeiro: Revân, 2013.

\_\_\_\_\_ *Las "clases peligrosas": el fracaso de un discurso policial prepositivista*. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15174/13799>. Acesso em: 23 fev. 2014.

\_\_\_\_\_ **O inimigo no direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revân, 2007.